



TERCEIRO MUNDO

Lutar por Eduardo Mondlane Moçambique

■ Tem sido costume entre os Europeus e os Americanos conceber todo o pensamento humano como proveniente do espírito ocidental. Em particular à África nunca foi atribuída qualquer contribuição para o desenvolvimento humano ...

Estudos mais recentes têm provado que estas afirmações resultam da introversão e etnocentrismo do pensamento ocidental ■





TERCEIRO MUNDO

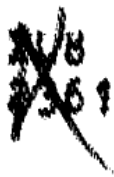
Eduardo Mondlane

Lutar por Moçambique



LIVRARIA SÁ DA COSTA EDITORA

6220 9571



LIVRARIA SÁ DA COSTA EDITORA
Augusto Sá da Costa, Lda.
Rua Garrett, 100-102
Lisboa

Título original: *The Struggle for Mozambique*
© Eduardo Mondlane
Edição original: Penguin Books, 1969

2.ª edição portuguesa, 1976
Tradução do inglês por Maria da Graça Forjaz,
revista pelos editores
Capa de Sebastião Rodrigues

Todos os direitos para a língua portuguesa
reservados pela Livraria Sá da Costa Editora

Impresso em Portugal

Índice

DT 459
M6619

1976 .
MAIN

Introdução p. 5

Primeira parte: Sob o domínio de Portugal

1. Colonização — A tradição p. 17
2. Estrutura social — Mito e facto p. 31
3. Educação e submissão p. 57
4. A economia de exploração p. 77

Segunda parte: Rumo à independência

5. Resistência — À procura dum movimento nacional p. 107
6. Consolidação p. 131
7. A guerra p. 151
8. O novo Moçambique p. 181
9. Relações internacionais p. 221
10. O futuro p. 243

Ao povo de Moçambique

Agradecimento

Muitas pessoas contribuíram
com ideias, encorajamento e trabalho
para tornarem possível
este livro;
entre elas, os meus agradecimentos
a Margaret Dickinson e Sérgio Vieira,
que reuniram e prepararam
muito do material de pesquisa.

Nota do Editor

Os poemas citados nesta obra foram directamente transcritos para a presente edição de originais em português insertos em *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, de Mário de Andrade, edição Pierre Jean Oswald, Paris, 1958, e em *A Poesia Africana de Expressão Portuguesa* (Antologia temática), de Mário de Andrade, a publicar brevemente pela Sá da Costa Editora na «Colecção Vozes do Mundo».

Para as canções dos Chope, das quais não existe texto fixado em português, recorreremos à poetisa Noémia de Sousa a quem agradecemos a tradução que amavelmente se prestou a fazer.

Introdução

*Povo de Moçambique — Em nome de todos vós
a FRELIMO proclama hoje solenemente
a Insurreição Geral Armada
do Povo de Moçambique contra o colonialismo português,
com vista à completa independência de Moçambique*

(Proclamação feita ao Povo moçambicano
pelo Comité Central da FRELIMO
por ocasião da declaração de guerra,
a 25 de Setembro de 1964)

O primeiro combate

Província de Cabo Delgado, 25 de Setembro de 1964

Durante as manobras clandestinas de Setembro, recebi uma chamada urgente de Mueda. Os comandantes operacionais das zonas de Montepuez, Mocímboa da Praia e Porto Amélia foram convocados. Eu estava presente, e comigo os outros chefes operacionais. Tínhamos sido chamados para receber instruções do Comité Central sobre o dia em que devíamos desencadear os nossos ataques às tropas portuguesas. Recebemos esta informação a 20 de Setembro — a luta devia começar no dia 25. Começámos imediatamente a organizar-nos. Alertámos o chefe de cada zona (Muidumbe, Mocímboa da Praia, Montepuez, Chai, Mocímboa do Rubum, Nangade, Diaca) para organizar grupos de sabotadores, cuja tarefa seria sabotar pontes, linhas férreas e estradas (fazendo valas e colocando barragens de troncos de árvores). Dissemos-lhes que começassem a trabalhar às 6 da tarde do dia 24. Explicámos-lhes como deviam estabelecer piquetes de vigilância enquanto cada equipe trabalhava. A minha tarefa era dirigir o ataque ao Chai. Outros grupos

atacariam outras zonas. De Mueda dirigi-me para a minha zona, onde cheguei a 23 de Setembro. Informei os meus camaradas do dia do início da luta. Tínhamos dezasseis armas: seis pistolas-metralhadoras, seis espingardas e quatro pistolas automáticas. Escolhemos um grupo de doze camaradas, e deixámos ficar algumas armas para defesa da base. Na manhã de 25 chegámos ao posto do Chai. Tirámos as botas para evitar qualquer ruído, e prosseguimos. No lugar há uma secretaria, a casa do chefe do posto, a casa do gerente da Sagal (companhia algodoeira), estabelecimentos comerciais, hospital, prisão, e as residências das polícias indígena e branca.

Acampámos próximo do lago do Chai. Dei instruções a um dos meus camaradas fardado para que se vestisse à civil e fosse fazer um reconhecimento do lugar. Pus-lhe uma ligadura num pé para que parecesse ferido. Dirigiu-se ao posto médico, onde se deixou estar um bocado, e seguiu depois para a secretaria. Meteu conversa com um africano, que inadvertidamente lhe revelou onde dormiam os soldados brancos: por detrás da casa do chefe do posto; os funcionários administrativos dormiam na casa deste; os soldados africanos dormiam na secretaria. Este moçambicano também disse ao nosso camarada onde estavam as sentinelas (na varanda da secretaria e da casa do chefe do posto). O guerrilheiro demorou-se um pouco, andou em volta da casa do chefe do posto e da prisão e voltou para junto da secretaria. Viu sair três camiões e soube que se tratava duma expedição de caça. Eles iam todos os dias à caça. Todas as noites saía também um camião-patrolha. O nosso camarada regressou com estas informações. Fiz o plano de ataque. Uma metralhadora neutralizaria a tropa africana da secretaria. Resolvi concentrar o ataque contra a casa onde estavam o chefe do posto e os funcionários. Indiquei a cada camarada a sua posição de ataque. Eles ficariam escondidos debaixo das mangueiras. Às 16 horas saímos; às 18 estávamos a postos, nas nossas posições. Os portugueses estavam a começar

a acender as luzes. Às 19 horas avançámos, até que atingimos a casa do chefe do posto.

Enquanto avançávamos, os camiões, que tínhamos visto sair para a caça, regressaram e colocaram-se entre nós e a casa. Descarregaram os animais mortos. Vigiávamos o menor movimento dos homens. Não podíamos ser vistos. Depois de descarregarem o camião, os soldados subiram para ele e partiram na direcção de Macomia. Os camiões desapareceram — concluímos que tinham ido em serviço de patrulha. Apareceu um guarda, que se instalou à porta da casa do chefe do posto, sentado numa cadeira. Era branco.

Aproximei-me para o atacar. O meu tiro seria o sinal para os outros camaradas atacarem. O ataque começou às 21 horas. Quando ouviu os tiros, o chefe do posto abriu a porta e saiu — foi abatido a tiro. Além deste, outros seis portugueses foram mortos no primeiro ataque. A explicação dada pelas autoridades portuguesas foi: «morte por desastre». Retirámo-nos. No dia seguinte fomos perseguidos por alguns soldados — mas nessa altura já estávamos longe, e nunca nos encontraram.

Esta pequena operação, aqui relatada pelas palavras do seu comandante, foi uma das primeiras batalhas da guerra feita pela Frente de Libertação de Moçambique contra os Portugueses. Desenrolou-se na província norte, Cabo Delgado, em conjunto com outros recontros coordenados, a 25 de Setembro de 1964, marcando o início da luta armada. Se os acontecimentos seguirem o rumo dos últimos quatro anos, este dia ficará marcado como uma das datas mais importantes não só da história de Moçambique, mas da de todo o continente africano.

Até agora, relativamente poucas pessoas conheceram e comentaram a importância de Moçambique. A imprensa mundial e mesmo a imprensa africana raras vezes se referem a esse território. A «África Portuguesa» tem sido tradicionalmente pouco conhecida: os Portugueses não viam com bons olhos a vinda de outros estrangeiros e dificultavam qualquer ten-

tativa de pesquisa séria nos territórios africanos controlados por eles, quer em assuntos sociais, economia e antropologia, quer no campo aparentemente neutro das ciências naturais. O resultado é a falta de informação sobre essas regiões, especialmente sobre Moçambique, onde os próprios portugueses realizaram menos trabalho do que em Angola.

Um bom exemplo desta ignorância sobre Moçambique é a seguinte observação, feita em 1962, dois anos antes de rebentar a guerra, por alguém que tinha estudado com certa profundidade a situação em Angola:

«Pode argumentar-se que em alguns territórios da África Portuguesa, *particularmente em Moçambique*, o domínio português tem mantido uma atmosfera de paz e aparente contentamento*.»

Há muita gente, suficientemente informada sobre os territórios africanos de língua inglesa e francesa, que dificilmente consegue localizar Moçambique no mapa. Se agora há menos ignorância, é principalmente devido à rebelião dos colonos brancos na Rodésia, que atraiu as atenções para o porto da Beira e localizou Moçambique como o país que está entre a Rodésia e o oceano Índico. Mas mesmo os que já conseguem identificar com exactidão Moçambique como aquele extenso território que se estende ao longo da costa oriental, entre a Tanzânia e a África do Sul, pouco mais sabem acerca dele, excepto talvez que é «português».

Acerca deste «portuguesismo» há inúmeras concepções erradas. A mais vulgar, resultado do hábil trabalho de relações públicas de Portugal, refere-se ao «não racismo» dos Portugueses. Esta ilusão é tratada com alguma extensão noutro ponto deste livro. Outra ilusão é a ideia exagerada da profundidade e antiguidade da influência portuguesa na região. É verdade que Vasco da Gama, na sua famosa viagem, ali desem-

* Andrew Marshall, *Angola: symposium*, Institute of Race Relations, 1962. (O itálico é meu.)

barcou em 1498, que subsequentemente foram feitas esporádicas visitas por navios portugueses, e que se estabeleceram alguns pequenos e isolados postos de comércio. Mas a ideia de que esses comerciantes encontraram na África oriental uma costa selvagem e povos totalmente primitivos a quem podiam facilmente imprimir a sua «influência civilizadora» está bem longe da verdade. Mercadores árabes tinham já visitado a costa, deixando postos comerciais estabelecidos, durante cerca de um milhar de anos, espalhando o Islão e a sua cultura entre os povos da região costeira.

Quanto ao interior, pelo século xv, desenvolveram-se estados bantos altamente organizados e materialmente avançados, estados aos quais se deveram povoações como a grande cidade de pedra de Zimbabwe. Estes povos mantiveram relações com os Portugueses durante séculos, por sua livre vontade, verificando-se que a influência portuguesa se exercia mais por intrigas de corte e suborno religioso entre alguns convertidos ao cristianismo do que por qualquer domínio político ou cultural nessas regiões.

Perry Anderson, em *Le Portugal et la fin de l'ultra colonialisme* (Paris, 1963), relata que em 1854 «Livingstone calculava que houvesse 830 brancos em Luanda e somente 100 no resto de Angola. Assim, em meados do século xix pode calcular-se que nunca podia haver mais do que 3000 portugueses em toda a África ao sul do Sáara.»

Mesmo no fim do século xix os Portugueses não tinham muito prestígio em Moçambique. Oliveira Martins dá-nos a seguinte descrição geral das possessões portuguesas em 1890:

«Estar de arma — sem gatilho — ao ombro, sobre os muros de uma fortaleza arruinada, com uma alfândega e um palácio onde vegetam maus empregados mal pagos, e assistir de braços cruzados ao comércio que os estrangeiros fazem e nós não podemos fazer; a esperar todos os dias os ataques dos negros e a ouvir a todas as horas o escárnio e o desdém com que falam

de nós todos os que viajam em África, — não vale, sinceramente, a pena*.»

Antes da explosão de 1961, Angola era também pouco conhecida fora do Império Português. Mas a revolta e as subsequentes represálias apareceram nos cabeçalhos dos jornais da imprensa mundial e Angola saiu da sua obscuridade. A guerra que rebentou em Moçambique em 1964 não teve o mesmo efeito; durante cerca de um ano, os Portugueses conseguiram manter uma cortina de silêncio sobre os acontecimentos. Só autorizaram a entrada a muito poucos jornalistas, escolhendo aqueles que relatariam os factos conforme o ponto de vista português. Mas em 1965 cometeram um erro. Autorizaram a entrada de Lord Kilbracken, que, embora nesse tempo tivesse pouca simpatia pela FRELIMO, relatou com verdade aquilo que viu. O resultado foi uma série de artigos no *Evening Standard* descrevendo um estado de guerrilha em grande escala. Desde então, a maior parte dos grandes jornais europeus e americanos deram-lhes por vezes cobertura, mas esses artigos não parece terem causado grande impressão na imaginação do público. Agora, quatro anos mais tarde, a maioria dos jornais refere-se aos acontecimentos como «a guerra esquecida».

O interesse público por este assunto manteve-se bastante atrasado em relação aos interesses comerciais. Já nos anos trinta, a finança internacional começava a despertar para o grande potencial económico de Angola e Moçambique. Um visitante inglês, Patrick Balfour, observou expressivamente: «As colónias portuguesas já não são uma brincadeira.» Todavia, durante mais trinta anos, a política portuguesa de restrições aos investimentos estrangeiros impediu estes interesses de terem efeitos práticos. Pelos fins dos anos cinquenta, o estado de desassossego em Angola começou a alarmar o Governo e provocou uma revisão geral daquela política. Ao rebentarem as hostilidades em 1961 tornou-se evidente que Portugal, completamente só, teria dificuldade em manter o seu domínio

* *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 2.ª ed., 1881, p. 263. (N. do Editor.)

em África. Um afluxo de capital estrangeiro às colónias aliviaria a sobrecarga financeira e atrairia apoio político dos grupos estrangeiros interessados. Assim, as antigas leis de restrição aos investimentos estrangeiros foram abandonadas em favor duma política de «porta aberta» que resultou numa entrada maciça de dinheiro estrangeiro. Então, com poderosas companhias como a Gulf, Firestone e Anglo-American expandindo rapidamente os seus interesses, as colónias portuguesas tornaram-se, no mundo da grande finança, qualquer coisa de muito diferente duma «brincadeira».

A guerra de Moçambique, portanto, foi acompanhada com grande interesse nos círculos financeiros. Nos fins de 1967 o jornal conservador francês *Le Figaro* dedicou ao assunto dois artigos de fundo. Ambos chamavam a atenção para a situação geográfica de Moçambique em relação com os recursos económicos da África austral e com as rotas mundiais de comércio. Em 24 de Outubro de 1967, o general Bethouart escrevia:

«Um século depois da abertura do canal de Suez, a rota marítima para a Índia e o Extremo Oriente voltou a passar pelo Cabo. O acontecimento é de importância. Não será temporário. Sem capacidade para os grandes petroleiros, o Suez sofrerá limitações causadas pelas convulsões do mundo árabe, de Aden até ao Iémen e ao Cairo, onde se encontram os Russos. Perante esta situação, o Ocidente deve rever a sua política em relação à África do Sul e às províncias portuguesas, que, pelos seus grandes portos, controlam a saída das prodigiosas riquezas minerais, agrícolas e industriais que se encontram em grandes quantidades nessa parte do continente.»

David Rousset, em 8 de Novembro de 1967, retomou as observações de Bethouart acerca da nova importância da rota do Cabo e comentou:

«Todos sabiam que quando se desse a explosão da África do Sul o Mundo seria abalado, mas ninguém previa esse facto para tão breve. Por outro lado, a guerra que grassa nas colónias portuguesas parecia não ter implicações internacionais, visto

Portugal ser uma peça tão pequena no xadrez dos grandes países industriais. [...] O regresso à rota do Cabo dá um valor estratégico à guerrilha nas colónias portuguesas. Para ver isto basta olhar de relance para um mapa.

Moçambique, Angola e a Guiné Portuguesa ocupam posições chaves. Lá, os Portugueses estão a lutar contra um inimigo que é já forte, bem dirigido e integrado numa máquina internacional. Qualquer de nós pode facilmente prever que, logo que o valor estratégico dessas posições seja claramente compreendido, eles obterão auxílio mais eficaz e maior atenção. As colónias portuguesas estão a emergir da situação de províncias ultramarinas. Daí resulta que o problema da África do Sul se põe também em novos termos. Porque a balança mundial foi modificada.»

A importância de Moçambique no caso da Rodésia despertou pouca atenção, embora em 27 de Dezembro de 1967 o *Guardian* saliente:

«Os Franceses têm uma rota muito mais fácil para a Rodésia do que o complicado transporte do petróleo através da Beira. Transportam-no, 400 milhas costa a baixo, até Lourenço Marques, onde ninguém lhes opõe qualquer obstáculo.»

Tornava-se evidente que, pela situação geográfica dos dois países, a atitude do Governo de Moçambique teria grande impacto na capacidade da Rodésia para evitar as sanções.

As questões postas por estes artigos tornam bem claro que, se a guerra de Moçambique anda esquecida do público em geral, em certos círculos é seguida com interesse agudo. Os interesses em jogo vão para além não só de Moçambique e Portugal, mas para além da África. Não parece possível que esta guerra permaneça esquecida por muito mais tempo. Já artigos como o de Bethouart, falando em nome das partes interessadas do exterior, preparam o caminho para a intervenção, predizendo o caos e o colapso da civilização cristã ocidental nessas regiões e insinuando estar a presença dos «bolchevistas» e das «hordas amarelas» por detrás de tudo isto. Para preparar

o clima moral, o «papel da colonização portuguesa» exercida sobre o Africano está a ser exaltado; a farsa da política de assimilação, paternalismo e não racismo, está pronta a ser representada.

A finalidade deste livro é mostrar o que a colonização portuguesa foi de facto, para o Africano, procurar as verdadeiras origens da guerra e tentar explicar o que a luta significa para os seus participantes e o que está emergindo dela em termos de novas estruturas sociais que podem contribuir para moldar a África do futuro.

Nota: O relato do primeiro combate, aqui apresentado, é proveniente dum relatório semioficial publicado em *Revolução de Moçambique*, Setembro de 1967.

Relatos pessoais citados noutros pontos provêm principalmente duma série de entrevistas gravadas num dos nossos campos militares por um membro da FRELIMO, no princípio de 1968. A biografia de Alberto Joaquim Chipande foi registada em inglês por Basil Davidson, no Segundo Congresso da FRELIMO, em Julho de 1968.

Novembro de 1968

Primeira parte

**Sob o domínio
de Portugal**

Colonização — A tradição

*Quando os brancos vieram para a nossa terra nós tínhamos
a terra e eles tinham a bíblia;
agora nós temos a bíblia e eles têm a terra*

(Provérbio africano)

Os Portugueses reclamam o direito de controle das regiões da África conhecidas por Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, ilhas de Cabo Verde e ilhas de S. Tomé e Príncipe. Estas colónias são praticamente o que resta do império estabelecido pelos Portugueses nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Angola cobre a maior destas áreas, mas Moçambique tem a maior população (cerca de 8 milhões, embora as estatísticas oficiais refiram cerca de 7 milhões).

Os contactos entre Portugal e o que é agora conhecido por Moçambique começaram pelos fins do século XV, quando Vasco da Gama, célebre navegador português, chegou à ilha de Moçambique, nos princípios de Março de 1498. Visto que o principal interesse dos reis portugueses que promoviam estas expedições era abrir uma rota para a Índia, mais segura do que a perigosa rota terrestre do Médio Oriente, os Portugueses contentaram-se durante muitos anos com os postos de abastecimento que estabeleceram ao longo da costa africana, e deixaram intacto o interior. Os Portugueses apregoam agora que estiveram em Moçambique durante mais de 450 anos, querendo dizer que durante todo esse tempo controlaram politicamente o país. Se há nisso alguma verdade, esta reside no facto de, pouco depois dos primeiros contactos com as populações

das zonas costeiras da África oriental, os Portugueses, invejando a riqueza e o poder dos árabes que dominavam a região, terem organizado forças de combate conforme puderam, para conquistarem uma posição de controle. Servindo-se das rivalidades existentes entre os vários chefes e xeques de cidades como Pate, Melinde, Quíloa, Zanzibar, Moçambique e Sofala, célebres pela sua «prosperidade e elegância», conseguiram finalmente o monopólio do então riquíssimo comércio do marfim, do ouro e das pedras preciosas.

Nas cidades-estados, o desenvolvimento político estava muito atrasado em relação com o progresso material e cultural. Segundo o Prof. James Duffy: «A unidade política era um fardo transitório. Cada príncipe local defendia a independência política e comercial, e não existia nenhuma nação africana oriental, embora as cidades mais fortes dominassem por vezes os seus vizinhos mais fracos*.»

Todavia, mesmo explorando estas situações, os Portugueses nunca conseguiram impor um controle político duradouro, excepto numa faixa de território que se estende entre Cabo Delgado e a cidade-estado de Sofala. Cerca de 1700, um ressurgimento da influência islâmica nessas regiões africanas determinou que os soldados e mercadores portugueses fossem expulsos de dezenas de cidades onde tinham exercido controle intermitente.

A partir do princípio do século XVIII, os Portugueses concentraram os seus esforços na conquista do controle da riquíssima zona de comércio entre Cabo Delgado e a bacia do Zambeze, numa tentativa de capturar o fluxo do ouro das então famosas minas de ouro do Monomotapa, que eles julgavam serem as proverbiais «minas do rei Salomão». Nesta ocasião, as suas actividades afectaram uma área que abrangia o que é hoje a Zâmbia e o Zimbabwe ou a Rodésia do Sul. A capital do império do Monomotapa era situada na Mashonalandia e fazia parte da então confederação de Makalanga.

Durante duzentos anos, os Portugueses foram assim capazes

* James Duffy, *Portugal in Africa*, Penguin, 1962, p. 75.

de obter muita riqueza a partir do controle que exerciam sobre o fluxo de comércio proveniente do interior em direcção às cidades-estados da região costeira e ao exterior. Durante os séculos XVII e XVIII, a autoridade portuguesa estava firmemente estabelecida nas zonas norte e centro de Moçambique, de modo que lhes foi possível introduzir missionários católicos, primeiro dominicanos e depois jesuítas, que trouxeram a cristandade para a África oriental. Mas o possível sucesso deste primeiro esforço missionário foi quase completamente destruído, no século XVIII, pelos efeitos da corrupção resultante da aliança entre a Igreja e o Estado em actividades comerciais, religiosas e políticas.

Esta aliança entre a Igreja, o Estado e os interesses comerciais data dos primeiros tempos da expansão colonial. Em 1905, o rei D. Manuel deu ordem para que os mercadores árabes de Sofala fossem feitos escravos, «porque são inimigos da nossa Fé Católica e estamos em contínua guerra com eles». A verdadeira razão era a competição comercial, como está claramente expresso numa carta de Duarte de Lemos à Coroa, pedindo urgentemente a morte ou a expulsão dos «respeitáveis Mouros», e isentando da condenação os Swahilis (embora estes fossem em geral maometanos), «pois que estes são como animais, e contentam-se com um punhado de milho; nem tão-pouco nos fazem mal, e podem ser utilizados em qualquer espécie de trabalho, e tratados como escravos»*. A fenda aberta na Igreja europeia pela Reforma foi claramente um grande abalo para os Portugueses. Marcelo Caetano queixa-se de que «a reforma religiosa também conduziu à dissolução do Império, visto que os países que abandonaram a comunhão católica deixaram de respeitar as bulas pontificias que, a troco de trabalho missionário, entregavam a Portugal as terras recentemente descobertas e concediam-lhes soberania absoluta»**.

* James Duffy, *op. cit.*

** Marcelo Caetano, *Colonizing Traditions, Principles and Methods of the Portuguese*, Lisboa, 1961.

A Reforma pode ter enfraquecido a utilidade da Igreja como aliado político em assuntos internacionais, mas a nível local a Igreja continuou a ser uma grande força e foi recompensada do seu trabalho com concessões de terra que eram administradas como qualquer propriedade secular.

Foi durante os séculos XVII e XVIII que se introduziu em Moçambique o sistema dos *prazos*. *Prazeiros* eram os colonos e proprietários portugueses e goeses que, lembrando os senhores feudais europeus, dominavam os africanos que tinham a desgraça de lhes cair sob a alçada. A sorte destes africanos era pior do que a dos escravos. Os prazeiros controlavam muitas vezes distritos inteiros a seu bel-prazer, tendo por lei a sua própria vontade e pagando a vassalagem ao rei de Portugal só de vez em quando. Missionários dominicanos e jesuítas também possuíam vastas terras, administrando-as como qualquer prazeiro, cobrando impostos por cabeça e, logo que a escravatura se tornou rendosa, negociando em escravos. As grandes companhias, como a do Niassa e a de Manica e Sofala, desenvolveram-se a partir do sistema dos prazos. O sistema das companhias concessionárias portuguesas, que estereotipam as principais empresas económicas do colonialismo português, foi provavelmente buscar as suas subtilezas ao sistema dos prazos deste período.

A corrupção no sistema dos prazos era tão descarada que, pela terceira década do século XIX, o próprio Governo Português se sentiu obrigado a condená-lo. O desprezo por pessoas e propriedades era notório, e os senhores feudais negreiros levavam um número exorbitante de africanos para fora.

Muitas destas actividades na África oriental foram aparecendo primeiro ao longo da faixa costeira, abrangendo contactos com os Árabes e os Swahilis, e só muito superficialmente contactos com a grande massa de gente de língua banta do que é hoje a África oriental e Moçambique.

Mas é a partir da proverbial corrida à África, começada na segunda metade do século XIX, que devemos datar o início da conquista portuguesa do actual Moçambique.

Depois da divisão da África na Conferência de Berlim, em 1884-1885, Portugal teve de capturar e controlar os territórios que lhe haviam sido atribuídos. Para este fim, os Portugueses utilizaram todos os meios conhecidos na história da conquista colonial. Onde isso foi possível, recorreu-se à infiltração feita por mercadores portugueses, que se disfarçavam de simples homens de negócios interessados na troca de mercadorias entre iguais; mas, subsequentemente, tendo espiado e feito levantamentos duma região, enviavam depois forças militares para destruir qualquer resistência dos chefes locais. Por vezes os Portugueses serviram-se de colonos brancos, que fingiam ter necessidade de terras para cultivar, mas que, após terem sido atendidos pelos chefes nativos tradicionais, reclamavam a posse das terras comunais e passavam a escravizar os seus hospedeiros africanos. Algumas vezes até missionários portugueses foram utilizados como «pacificadores» dos nativos, oferecendo a fé cristã como canção de embalar, enquanto as forças militares portuguesas ocupavam a terra e controlavam o povo.

Onde a autoridade tradicional era forte, onde a máquina militar era adequada, oferecendo séria resistência à conquista europeia, os Portugueses eram mais cautelosos, servindo-se de meios de contacto inicial mais afáveis. Para iniciar contactos com estados africanos fortes, estavam sempre dispostos a estabelecer relações diplomáticas, enviando «embaixadores» portugueses às cortes dos chefes tradicionais mais importantes. E depois de terem auscultado suficientemente as forças e as fraquezas do governo, procediam ao ataque, servindo-se das habituais desculpas de «provocações» ou de «protecção dos colonos ou missionários brancos».

Assim foi justificada a guerra contra Gaza, último dos impérios tradicionais de Moçambique. Iniciada em 1895, terminou três anos mais tarde com a morte em combate do general Magigwane e a captura e deportação do imperador Gungunhana para Portugal, onde veio a morrer alguns anos mais tarde.

Nos princípios do século xx, os Portugueses começaram a

organizar o seu sistema de administração, embora só nos anos vinte se encontrasse esmagada a resistência armada em todas as áreas do território.

Os homens encarregados desta campanha de pacificação estabeleceram o modelo para a futura política colonial, formando, no alvorecer da conquista, um sistema de administração que pouco tem mudado. Durante o século anterior, a política colonial teórica tinha flutuado ao sabor das vicissitudes políticas, mas essas flutuações tinham pouca importância nas colónias, visto o controle português se exercer apenas na periferia. Um liberal como Sá da Bandeira podia fazer leis contra a escravidão e delinear princípios mais humanitários; mas não tinha, nem a podia criar, a máquina para pôr em execução as suas directivas. Só no período entre 1890 e 1900 foi possível ao Governo Português ter suficiente poder em África para desenvolver uma política colonial com alguns efeitos práticos.

António Enes foi o mais influente daqueles que orientaram a pacificação. Comissário régio de Moçambique de 1894 a 1895, encontrava-se rodeado por um grupo de militares, muitos dos quais o seguiram na carreira da administração. Entre estes encontrava-se Mouzinho de Albuquerque, festejado em Lisboa como herói colonial pela sua campanha contra o Gungunhana e que sucedeu a António Enes como comissário régio; escreveu um livro sobre a colónia recém-dominada, *Moçambique, 1899*; e Eduardo Ferreira da Costa, governador de Moçambique em 1896, governador-geral de Angola em 1906 e autor de *Estudos sobre a Administração Civil das Províncias Ultramarinas*, onde estabelece os princípios gerais da futura administração colonial.

Estes homens eram todos formados em moldes militares, portugueses patriotas dedicados, com pouco tempo para as considerações mais largas dos liberais. Reagiram com indignação às humilhações impostas a Portugal pelas outras potências coloniais. A atitude de António Enes foi firme e prática: as colónias tinham que se tornar úteis, dando a Portugal lucro e prestígio. Tudo isto significava que era preciso completar a conquista, estabelecer um sistema administrativo para consolidar as con-

quistas, e então prosseguir energicamente na exploração económica. A principal ideia seria a utilidade para Portugal; o conceito de missão podia ser deixado para os teóricos e apóstolos. Enes tinha ideias claras acerca do papel a desempenhar pelos Africanos: tinham que ser orientados para os objectivos portugueses. «Se não aprendermos a fazer trabalhar o preto, se não tirarmos proveito do seu trabalho, dentro de pouco tempo seremos obrigados a abandonar a África a alguém que seja menos sentimental e mais prático do que nós*.»

A pedra angular da estrutura administrativa era o governador-geral, que ao princípio exercia o poder da capital de Moçambique no Norte e, mais tarde, de Lourenço Marques, no Sul. Abaixo do governador-geral estavam os vários governadores de província; seguiam-se os *intendentes* de distrito, que dirigiam e fiscalizavam os administradores de circunscrição; estes, por sua vez, tinham por dever superintender no trabalho dos *chefes de posto*, cada um dos quais controlava a vida quotidiana de milhares de africanos. Para facilitar o trabalho dos administradores e dos chefes de posto, o Governo Português reestabeleceu uma limitada autoridade tradicional dalguns chefes africanos. Mas, a fim de que nenhum destes pudesse adquirir poder suficiente para desafiar o homem branco, o Governo Português dividiu os vários regulados em pequenos territórios com poucos milhares de habitantes. Todos os chefes africanos eram directamente responsáveis perante o administrador de circunscrição ou chefe de posto. Acrescia a tudo isto o facto de o poder do chefe não provir mais dum conceito de legitimidade dentro da sociedade tradicional, mas sim do conceito arbitrário da lei portuguesa. O chefe já não era o orientador da sua comunidade, mas o representante duma autoridade colonial hierárquica dentro dessa comunidade. Os antigos laços entre as várias comunidades africanas foram cortados e substituídos pelo poder dos Portugueses.

* James Duffy, *op. cit.*

Tendo estabelecido completo controle político e administrativo, tendo entregado à Igreja Católica a responsabilidade pela «pacificação» espiritual do povo, o Governo Português procedeu à distribuição dos recursos naturais do país aos vários sectores económicos interessados que estavam a tentar explorá-los. Esses recursos naturais abrangiam terras cultiváveis; os portos naturais da Beira, Lourenço Marques e Nampula; os cinco maiores rios da África oriental, que têm todos os seus estuários em Moçambique; toda a espécie de madeiras, plantas, da borracha, palmeiras, animais selvagens para pelaria e chifres; pescarias, e, acima de tudo, uma grande força de trabalho.

O Governo Português entregou grandes terras a companhias estrangeiras, que não só adquiriram direitos sobre os recursos naturais, mas tinham também o direito de controlar directamente as vidas de todos os africanos que viviam nessas áreas. Consequentemente, vastos territórios das zonas central e norte de Moçambique acharam-se, dentro de pouco tempo, com uma justaposição de governos: a autoridade colonial portuguesa, representada pelos governadores, administradores e chefes de posto; e as companhias concessionárias locais, que tinham amplos direitos de forçar todos os homens válidos, e por vezes mulheres e crianças também, a trabalhar nas suas plantações, mediante um pagamento nominal.

Ao princípio havia três grandes companhias: a de Moçambique, a do Niassa e a da Zambézia. Todas tinham as bênçãos e estímulos do Governo Português, e as duas primeiras tinham contrato de concessão. Cada uma dispunha duma enorme porção de território, dentro do qual podia extrair e explorar os recursos minerais e agrícolas e estabelecer as necessárias vias de comunicação. Na área que lhe era atribuída, cada companhia tinha o monopólio do comércio; exploração de minas, construção, serviços postais e direito de transferir propriedade. Tinha também direito exclusivo de lançar impostos, e nisto se fundamentava o seu poder sobre as populações locais e o seu meio de obter mão-de-obra. De facto, o capital destas companhias, em parte português, mas em grande parte estran-

geiro, era muito pequeno em relação às áreas concedidas, o que demonstrava que a finalidade era a exploração, e não o desenvolvimento, e que não se tomava a sério qualquer provisão para a construção de hospitais ou escolas, ou qualquer iniciativa para o bem-estar da população, se é que se chegava a formular alguma.

A Companhia de Moçambique recebeu 62 000 milhas quadradas no distrito de Manica e Sofala; a Companhia do Niassa ficou com a vasta área a norte do rio Lúrio; e à Companhia da Zambézia foi dada a rica região de Quelimane e Tete, embora neste caso sem direitos administrativos. Na realidade, foi esta companhia a que mais prosperou, enquanto as outras viam, no fim de contas, na tarefa administrativa, executada sem competência e orientada principalmente para os interesses próprios, um fardo pesado. As companhias não davam os grandes lucros previstos, mas estabeleciam um padrão para o futuro; utilização da concessão em grande escala, cooperação entre as companhias e administração com os mesmos fins — lucro para as companhias e submissão das populações locais.

Ao mesmo tempo, uma quantidade de pequenas companhias — a maior parte das quais total, ou parcialmente, de propriedade estrangeira — entraram em cena para construir os portos e os caminhos de ferro e fazer a prospecção de minerais no Sul. Mas, embora estas actividades transformassem a face da colónia, os efeitos não iam muito longe. De novo, os lucros esperados não se tornaram realidade, e o grande capital internacional perdeu o interesse. Os imensos recursos minerais de Moçambique não tinham ainda sido descobertos, e a vizinha África do Sul, com a sua abundância de ouro e outros metais, era uma proposta bem mais atraente.

A principal fonte de lucro continuava a ser a terra. No tempo da expansão portuguesa, quase toda a terra em Moçambique pertencia às diversas populações africanas que viviam na região, com algumas excepções, especialmente no vale do Zambeze, onde a terra já tinha sido expropriada pelos prazeiros. No fim dos anos noventa, as três grandes companhias levaram

a cabo vastas expropriações, transformando a terra principalmente em plantações e grandes quintas para culturas lucrativas, como o açúcar, o sisal e o algodão. O colonato era uma outra forma da alienação da terra. Os funcionários públicos eram incitados a ficar na província, e faziam-se esforços no sentido de importar colonos directamente de Portugal. Para realização destes esquemas tirou-se mais terra aos proprietários africanos. Iniciou-se em 1901 uma política de solos, em que toda a propriedade não privada passava a ser propriedade do Estado. Assim, visto que as várias formas de domínio da terra pelos Africanos não eram consideradas como propriedade privada, isto significou virtualmente que toda a terra possuída e cultivada pelos Africanos passou a ser controlada pelo Governo.

Teoricamente, o Governo tinha separado grandes extensões de terreno para uso exclusivo dos Africanos, aparentemente para salvaguardar a propriedade tradicional. Na prática, todavia, esta norma era esquecida cada vez que uma companhia ou individualidade necessitavam de terra. No princípio do século xx, o Governo não conseguiu atrair muitos colonos portugueses, tendo os pedidos de terra partido sobretudo das companhias e dos proprietários de plantações. Portanto, nesse tempo, poucas terras foram de facto alienadas em favor de colonos; mas a política de colonato ficou estabelecida, de modo que desde então, quando surgiam pedidos de concessão, podiam ser tomadas grandes extensões de terra para este fim.

Durante esta primeira fase de desenvolvimento da colónia, a agricultura e a procura de minério deram relativamente poucos lucros. Mas havia um recurso que podia ser explorado com lucro: a mão-de-obra. Foi na mão-de-obra que todos os outros empreendimentos se fundamentaram; a exploração da mão-de-obra era essencial para o desenvolvimento geral da colónia.

No período pré-colonial, o tráfico de escravos tinha sido a grande fonte de riqueza de Moçambique, e os *prazos* tinham-se baseado no negócio de escravos. Assim, não é para admirar que o sistema de escravatura tenha sido a base do desenvolvimento colonial inicial.

Embora nos preocupemos principalmente com a utilização de mão-de-obra escrava no território de Moçambique, há alguns aspectos do tráfico de escravos que são importantes. O primeiro é o facto de ser relativamente recente. Em Moçambique o negócio atingiu o seu máximo, e a sua fase final, mais tarde do que na maior parte dos territórios africanos. A grande distância a que ficavam os mercados americanos explica a lentidão de desenvolvimento inicial, enquanto que a procura por parte das ilhas francesas produtoras de açúcar conduziu a uma subida vertical nos meados do século XIX. O segundo é a história da abolição da escravatura, que assenta as suas bases no próprio desenvolvimento interno da colónia. Os primeiros movimentos antiesclavagistas vieram, não dos Portugueses, mas dos Ingleses, que estavam então a tentar estender os seus interesses, e possivelmente o seu território, dentro das áreas de domínio português. O resultado foi uma tendência das autoridades de Moçambique para não tomarem a sério a abolição e para ignorarem ou colaborarem com os esforços dos colonos e traficantes de escravos na continuação do mesmo tráfico, em desafio à legislação emitida pelo longínquo governo metropolitano. Além disso, foram deixados «buracos» legislativos que permitiram as mesmas práticas com nomes diferentes. Em 1836 saiu um decreto a proibir o tráfico de escravos; todavia o negócio continuou florescente como dantes, apenas com a diferença de que os escravos eram designados por «mão-de-obra emigrada livre», quando fosse necessário. Em 1854 o estatuto de *liberto*, ou homem livre, foi criado, supõe-se que para definir o estágio de transição entre escravo e homem livre; mas de facto isto apenas servia para sancionar oficialmente a prática de não chamar escravo ao escravo. Pois o *liberto* continuava vinculado por um período de sete anos e estava sujeito a numerosas restrições não muito diferentes das da escravatura. E em 1866, por exemplo, os comissários britânicos da Cidade do Cabo relatavam: «Em Ibo, Ponta Pagane, Matemo, Lumbo, Quisanga e Quirima foram vistos entre 5000 e 6000 escravos prontos para o embarque [...] no colonato da Baía de Pemba,

a Comissão do Cabo tem informação de que não há ali comércio algum, excepto o de escravos*.»

Surgiram situações similares quando o Governo começou a abolir a escravatura em Moçambique. Seguiram-se ataques ao sistema, logo após as primeiras acções antiesclavagistas. Em 1869, um decreto proclamou *libertos* todos os escravos em todo o império, ressaltando contudo que tinham de continuar ligados aos seus senhores até 1878. Em 1875 foi abolido o estatuto de *liberto*, mas o ex-liberto era ainda obrigado por contrato de dois anos. Este método semi-sincero de abolição tendeu a incitar os colonos a pensar que escravos libertos podiam ser ainda utilizados como escravos. Uma cláusula que permitia obrigar ao trabalho os libertos desocupados constituiu também um «buraco» que foi muito aproveitado e explorado. De facto, em 1899 saiu um decreto que sancionava oficialmente esta suave transição entre escravatura e trabalho forçado. Declarava que «todos os nativos das províncias ultramarinas portuguesas estão sujeitos à obrigação, moral e legal, de tentar obter através do trabalho os meios que lhes faltam para subsistir e melhorar as suas condições sociais». Se o trabalhador não o fizesse por sua iniciativa, o Governo podia intervir, forçando-o, mediante contrato, a entrar ao serviço governamental ou particular. Naturalmente, perante uma tão fácil obtenção de mão-de-obra barata em regime de trabalho forçado, poucos eram os empregos em que o salário atraísse o Africano de livre vontade; este decreto abrangia a grande maioria da população adulta, visto que só podiam estar isentos os africanos que possuíssem grandes e produtivas extensões de terra. Assim, o Africano viu-se desapossado não só do seu poder político e da sua terra, mas também dos seus rudimentares direitos de dispor da sua própria vida. Podia ser tratado virtualmente como escravo: forçado a deixar a sua casa e família para trabalhar em qualquer local, durante horas excessivas, e por um salário meramente nominal.

* R. J. Hammond, *Portugal and Africa*, Oxford, 1967.

Se esta fonte de trabalho podia ser rendosa para as plantações de Moçambique, descobriu-se que ainda seria mais lucrativa se fosse exportada para as minas do Transvaal. A necessidade de mão-de-obra era tal que as companhias mineiras ofereciam ao governo colonial um preço por cada trabalhador enviado. Várias convenções foram celebradas entre a União da África do Sul e Moçambique, e em 1903 a Witwatersrand Native Labour Association ficou com plenos direitos de recrutar mão-de-obra em Moçambique. Enquanto outros empreendimentos se tinham revelado desanimadores, este, pelo menos, trazia um lucro estável, e ficou firmemente enraizado no sistema colonial como um dos pilares da economia.

Assim, nos anos entre 1890 e 1910, as principais características do colonialismo português ficaram definidas: rede centralizada de administração autoritária; aliança com a Igreja Católica; utilização de companhias, frequentemente estrangeiras, para explorar recursos naturais; sistema de concessões; trabalho forçado e grande exportação de trabalhadores para a África do Sul. Pequenas mudanças têm inevitavelmente surgido, mas na sua essência o sistema actual é o mesmo.

Estrutura social — Mito e facto

Creio que o grande sucesso das relações entre os Portugueses e as populações de outros continentes é a consequência duma forma sui generis de etnocentrismo.

De facto, os Portugueses não necessitam de se afirmar pela negação... afirmam-se pelo amor.

Está nisto o segredo da harmonia que prevalece em todos os territórios ocupados por Portugal

JORGE DIAS (etnógrafo português)

*O nosso povo sofreu muito. Meus pais, em própria, fomos explorados.
Meu tio foi assassinado*

TERESINHA MBLALE (camponesa moçambicana)

A maior parte dos regimes imperialistas tentaram pintar as suas actividades em termos morais favoráveis para consumo da opinião pública. Atribuem várias virtudes ao seu sistema particular de colonialismo, para o diferenciar dos nefastos processos praticados pelos seus rivais. A principal proclamação de Portugal é que os seus métodos não contêm elementos de racismo. Em apoio desta afirmação são citadas directivas régias dos séculos XVI e XVII. Por exemplo, esta ordem régia de 1763 declarava: «Foi meu beneplácito, por meio de uma ordem datada de 2 de Abril de mil setecentos e sessenta e um fazer reviver as piedosas leis e louváveis costumes que foram estabelecidos naquele Estado pela qual todos os meus vassallos ali nascidos, tendo sido baptizados cristãos e não tendo outro impedimento legal, devem gozar das mesmas honras, preeminências, prerrogativas e privilégios que os nacionais deste reino.»

Recentemente, o interesse crescente pelos assuntos africanos tem levado muitos africanistas, jornalistas e humanistas a apontar a falsidade destas afirmações. Também, com a acção geral dos princípios de autodeterminação, Portugal tem estado sujeito a consideráveis críticas internacionais pela sua política colonial. A resposta portuguesa foi principalmente reafirmar esta imagem dos Portugueses não racistas e «cegos. à cor», com o fim de argumentar que, como cidadãos de um Portugal maior, os habitantes das colónias portuguesas não têm necessidade de independência. Há alguns anos, o Dr. António de Oliveira Salazar, então primeiro-ministro de Portugal, declarou: «Estes contactos [nos territórios ultramarinos] nunca incluíram a mais leve ideia de superioridade ou discriminação racial.[...] Creio que posso dizer que a característica distintiva da África Portuguesa —apesar dos esforços concertados, feitos em muitos sectores, para a atacarem por palavras e actos— é a primazia que sempre demos e continuaremos a dar ao enaltecimento do valor e dignidade do homem, sem distinção de cor ou credo, à luz da civilização que levámos às populações que estavam, em todos os sentidos, longe de nós.»

Gilberto Freire, conhecido historiador brasileiro, tem desenvolvido uma complicada teoria de luso-tropicalismo, para explicar esta «característica distintiva». Segundo este historiador, os povos de origem lusitana (portuguesa) estavam especialmente bem preparados, pela sua tradição católica romana e pelo seu prolongado contacto com povos de várias culturas e raças, para conviver pacificamente com povos de várias origens étnicas e religiosas. Eles eram, por assim dizer, predestinados para conduzir o Mundo para a harmonia racial e para construir um vasto império composto de povos de várias cores, religiões e grupos linguísticos. Desenvolveu também este ponto até à teoria mística da essência do carácter português: «O sucesso português nos trópicos é grandemente devido ao facto de que [...] a sua expansão nos trópicos tem sido menos etnocêntrica, menos a dum povo cujas actividades estejam centradas na sua raça e num sistema de cultura abertamente

étnico, do que cristocêntrica, isto é, dum povo que se considera mais cristão do que europeu.»

Todavia, mesmo ao nível da teoria, os Portugueses nunca foram tão firmes neste ponto como pretende a linha oficial. Nos anos noventa, administradores como António Enes, Mouzinho de Albuquerque e Eduardo da Costa fizeram poucos esforços para esconder a base de desigualdade e racismo das suas opiniões em matéria colonial. Enes admitiu abertamente: «É verdade que a alma generosa de Wilberforce não entrou no meu corpo, mas não creio ter em mim sangue de negreiro; sinto mesmo uma ternura interior pelo negro, essa criança grande, instintivamente mau como todas as crianças — que me perdoem todas as mães —, embora dócil e sincero. Não o considero coisa a exterminar a favor da expansão da raça branca, *embora acredite na inferioridade natural**.» Enes era também firme adepto do autoritarismo e do trabalho forçado: «O Estado, não só como soberano de populações semibárbaras, mas também como depositário da autoridade social, não deve ter o menor escrúpulo em *obrigar* e se necessário for *forçar* esses rudes negros da África, esses ignorantes párias, esses semi-idiotas selvagens da Oceânia, a trabalhar...»

Mesmo as afirmações citadas pelos Portugueses como provas do seu não racismo, quando examinadas com atenção, mostram sinais das atitudes abertamente expressas por Enes e pelos seus contemporâneos. Na ordem régia atrás mencionada, a frase «tendo sido baptizados cristãos» é crucial; a questão da igualdade só podia ser considerada no caso dos «nativos» que tivessem feito todos os esforços para adquirir os hábitos portugueses. Todas as referências aos Africanos no contexto da sua própria sociedade estão cheias de escárnio ou pelo menos de piedade: «a natural simplicidade do povo deste continente». Acentua-se sempre que os Portugueses são naturalmente superiores aos povos que conquistaram, e estes só podem ter algum direito de igualdade se se tornarem «portu-

* Os itálicos são meus.

gueses». Entretanto, o papel dos conquistadores é descrito como «justa, humanitária e civilizadora tutela». Esta é a política de «assimilação», que está na base da reivindicação portuguesa de não racismo. A teoria é a seguinte: todo o habitante do Império Português tem a oportunidade de absorver a civilização portuguesa, e, se assim fizer, será então aceite em termos de igualdade com aqueles que nasceram portugueses, qualquer que seja a sua cor ou origem.

Um estudo das actuais condições de Moçambique mostra se há relação entre a teoria e a prática. Infelizmente, qualquer avaliação das relações sociais em Moçambique é travada à partida pela falta de estudos completos sobre o assunto, feitos por cientistas sociais estrangeiros, porque o Governo Português bloqueou as tentativas de levar a cabo quaisquer investigações locais. Isto só por si indica que as autoridades devem ter consciência de que os factos não estão de acordo com a imagem favorecida que deles apresentam. Apesar desta oposição, bastantes estudiosos decididos, americanos e ingleses, conseguiram trepar o muro construído pelo Governo Português e, dalgum modo, colher suficiente informação para enriquecer as suas observações e experiências pessoais. Contudo, para obter muitos dados básicos, e especialmente dados estatísticos da população, é ainda necessário contar com fontes de informação portuguesas. Ora isto é insuficiente: primeiro, porque os métodos de recenseamento são imperfeitos; segundo, porque, em conformidade com a imagem não racista que apresentam, as autoridades não querem dar uma divisão de números por grupos étnicos e raciais.

As estatísticas oficiais de 1960-1961 cifram o total da população de Moçambique em 6 592 994. Segundo a Junta de Investigações do Ultramar, na sua monografia *Promoção Social em Moçambique* (Lisboa, 1964), esta população compõe-se de «três estratos sócio-económicos distintos»:

«a) Uma população minoritária — quantitativamente cerca de 2,5 por cento da população total —, composta por brancos

européus, asiáticos, mulatos e alguns africanos concentrados nas áreas urbanas e nas zonas de desenvolvimento agrícola e mineiro. É uma minoria ocidentalizada, e quase todos são habitantes de zonas urbanas. Trabalham em actividades modernas (empresas), dessa minoria emergindo para o Estado vultosa proporção das suas receitas públicas.

b) Uma minoria numérica — 3,5 por cento —, composta por elementos de várias raças, mas principalmente por africanos, que tende a fixar-se nas periferias dos centros populacionais mais importantes. Os africanos deste estrato são de origem rural e têm tendência ou para chamar a si parentes de regiões distantes, ou a destribalizarem-se, abandonando assim, parcialmente pelo menos, os hábitos sócio-culturais de origem. Transformam-se geralmente num proletariado.

c) Uma ampla maioria — 94 por cento — dos africanos (podíamos mesmo dizer a quase totalidade), composta por camponeses que vivem num regime de economia de subsistência, por vezes acrescido dalgum trabalho assalariado de natureza migratória, e por alguns camponeses lavradores, pagos em dinheiro. Estes são residentes de regiões tribais e nas suas relações legais são governados pela lei tradicional.»

Alguns números de 1950 dão-nos mais divisões do primeiro grupo nos seguintes subgrupos:

Branços	67 485
Orientais	1 956
Indianos	15 188
Mulatos	29 507
Assimilados (africanos)	4 555

Os brancos são numericamente o maior subgrupo. Também têm uma posição especial em relação aos outros subgrupos, porque a maioria deles pertencem directamente à nação e classe dominantes. Por outro lado, o Africano, quer pertença ao segundo ou ao terceiro grupo acima descritos, faz parte

directamente da nação conquistada e colonizada. Assim, a relação básica a considerar no estudo da estrutura social é a relação entre estes dois povos. Como em qualquer sociedade, há aspectos fundamentais a considerar: o legal-político, o económico e o social.

A posição do «nativo»

Como vimos, a relação política entre o Português e o Africano tem como antecedente a conquista. O Português procurou controlar o Africano por meio da influência, ou, na falta desta, por meio da conquista militar, que destruiu directamente a estrutura política do Africano. Os comentários do português João Baptista de Montaury dão uma ideia aproximada da natureza desta relação, perto dos fins do século XVIII: «Em geral, os cafres de Sena, que são ou escravos ou colonos ou então vassallos tributários do Estado, são dóceis e amigos dos Portugueses, a quem chamam Muzungos. Todo aquele que não seja português desagradá-lhes. [...] Este desagrado provém dum medo supersticioso que os Portugueses espalharam entre eles, de que todos os mafutos (estrangeiros brancos não portugueses) comem os Negros, e outras histórias absurdas que eles implicitamente acreditam. [...] É para desejar que esta convicção perdesse nos espíritos dos ditos cafres, pois que deste modo seremos sempre capazes de os dominar e de vivermos descansados. São muito obedientes e submissos aos seus senhores e a todos os muzungos em geral.»

Só nos fins do século XIX, completada a conquista e estabelecido o sistema de administração colonial, começou a surgir a base legal da relação, e o ponto importante a considerar à partida é a evidente separação de dois códigos administrativos, um para os Africanos, outro para os Europeus. As áreas europeias eram administradas segundo os padrões metropolitanos do *conselho*, cuja área é dividida em *freguesias*; as áreas africanas, ou *circunscrições*, eram administradas pelos chefes de posto e seus administradores, e subdivididas em *regedorias*,

nas quais um chefe, cujo poder provinha mais da nomeação pelos Portugueses do que da estrutura tribal, se limitava a cumprir as instruções dos administradores.

Os principais aperfeiçoamentos legais dos princípios do século xx definiram a base legal desta distinção entre dois tipos de população. O código de assistência ao nativo de 1921 definiu o africano civilizado como aquele que sabia falar português, se tinha desligado de todos os costumes tribais e tinha emprego estável e remunerado. Esse devia ser olhado como português de pleno direito, enquanto que todos os africanos que não correspondessem a esta descrição ficavam sob a autoridade dos administradores. Era esta a base do sistema de *assimilados*, pela qual a população africana era dividida em *assimilados*, minoria diminuta que tinha adoptado um estilo de vida essencialmente português, e *indígenas*, que eram a grande maioria da população africana. O Estado Novo de Salazar, nos anos trinta e quarenta, continuou esta política, elaborando e clarificando a legislação anterior. Estabeleceu-se em todos os territórios africanos um *regime do indigenato*. A população africana foi dividida em duas categorias distintas: *indígenas* (africanos não assimilados) e *não indígenas* (qualquer pessoa que tivesse pleno direito de cidadania portuguesa, incluindo os africanos assimilados, embora na prática estes fossem muitas vezes olhados como uma terceira categoria). O *indígena* não tinha direito a cidadania, era obrigado a trazer um cartão de identidade (*caderneta indígena*) e estava sujeito a todas as regulamentações do *regime do indigenato*, que obrigava à prestação de trabalho, lhe proibia o acesso a certas áreas da cidade depois do escurecer e lhe autorizava um número reduzido de lugares de divertimento, incluindo cinemas onde os filmes eram objecto de censura especial. O não indígena tinha, teoricamente, todos os privilégios de cidadania portuguesa.

Depois da Segunda Guerra Mundial, surgiram mudanças substanciais no mundo exterior. As organizações internacionais tornaram-se mais influentes, o conceito de autodeterminação foi gradualmente aceite pela maioria das potências coloniais,

e alastrou um movimento mundial para a democracia em muitas partes do Mundo. Portugal permaneceu alheio a estas tendências, até que as reivindicações indianas sobre Goa chamaram as atenções para a situação dos territórios coloniais portugueses, e Portugal começou a sentir a necessidade de defender a sua posição colonial. Iniciou negociações com o fim de ser admitido na ONU; mas, para o conseguir, teve de introduzir algumas alterações para modernizar a estrutura das suas colónias. E em primeiro lugar, de um dia para o outro, em 1951, transformou as colónias em «províncias ultramarinas», tornando-as parte integrante de Portugal e esperando assim evitar as decisões da ONU relativas a territórios sem governo próprio. A agitação em Angola, que em 1961 explodiu em insurreição armada, foi mais um incentivo para tal mudança, e permitiu a alguns «liberais» do Governo, chefiados por Adriano Moreira, aumentar a sua influência. O resultado foi uma série de reformas que em 1963 culminaram com a publicação da nova Lei Orgânica do Ultramar.

A questão da cidadania foi tratada em 1961 quando, a 6 de Setembro, foi abolido o Estatuto dos Indígenas, e todos os habitantes nativos de Moçambique, Angola e Guiné foram declarados cidadãos portugueses de pleno direito. Foi todavia uma característica do regime de Salazar que governar no papel tem poucas semelhanças com governo de facto: este caso não fugiu à regra. A reforma foi privada de qualquer efeito pela pronta emissão de vários tipos de cartões de identidade destinados àqueles «cidadãos» que tinham sido *indígenas* e aos que eram considerados cidadãos antes de 1961. O antigo indígena passou a ser portador de um cartão de identidade no qual se lê claramente «Província de Moçambique», no interior do qual está especificado o local de nascimento e residência em termos de área administrativa indígena; o antigo cidadão tem um bilhete de identidade onde não vem mencionada a província ou o local de residência e que é em tudo igual ao bilhete de identidade dum cidadão de Portugal metropolitano. Assim, as autoridades podiam facilmente distinguir entre as duas categorias

de cidadãos», e os pormenores indicados no cartão de identidade ajudarão a polícia a aplicar as velhas leis de restrição das actividades e da mobilidade do *indígena*.

A nova Lei Orgânica do Ultramar — mais uma vez, teoricamente — alargou a representatividade nas províncias ultramarinas; permitiu uma extensão do sistema municipal, em que os funcionários locais são eleitos pelos habitantes da zona, em actos eleitorais de liberdade limitada; previu também a participação nas eleições para a Assembleia Legislativa em Lisboa. Há, contudo, uma cláusula que impede a aplicação desta participação à população africana. A secção II da base XLV diz: «Transitoriamente, em regiões onde o desenvolvimento económico e social julgado necessário ainda não tenha sido atingido, as municipalidades podem ser substituídas por distritos administrativos, constituídos por postos administrativos, excepto onde seja possível a criação de freguesias.» Na prática, isto significa que todas as áreas habitadas por africanos são governadas por funcionários portugueses sob o velho regime autoritário, mas que pode formar uma freguesia se houver um grupo de brancos residentes numa região predominantemente africana.

Os números relativos às eleições de 1964 em Moçambique demonstram uma forte corrente racista. De uma população de 6 592 994, apenas havia 93 079 eleitores qualificados. Sendo a população de assimilados e não africanos de 163 149, é evidente que nem mesmo neste grupo há direito geral de voto e portanto que virtualmente nenhum africano indígena adquiriu cidadania. Nalguns distritos houve estreita correlação entre a população «não indígena» e os recenseados:

	População local	«Não indígenas»	Votantes
Manica e Sofala	779 462	31 205	31 054
Cabo Delgado	546 648	3 894	3 890
Niassa	276 795	1 490	1 489

Em nenhum distrito foi o número de votantes superior ao da população «não indígena», embora em muitos casos fosse consideravelmente inferior.

Deve acrescentar-se que, mesmo para o número reduzido de pessoas abrangidas, a lei não dá na realidade muita autonomia local. Segundo a base VIII, o sistema e jurisdição dos governos ultramarinos são ditados pela Assembleia Nacional. A base IX diz que o governador-geral de cada província é nomeado pelo Governo Central. Pela base X, o ministro do Ultramar em Lisboa pode «cancelar ou abolir [...] os diplomas legislativos das províncias ultramarinas se os julgar ilegais ou contrários ao interesse nacional»; pela base XI, o ministro do Ultramar «nomeia, demite, transfere, promove, [...] todo o pessoal do quadro geral das províncias ultramarinas». Talvez o mais importante ainda seja o facto de que, através da base LX, a política económica geral, incluindo questões de colonatos, deslocações e mão-de-obra, é orientada pelo poder central. Deduz-se claramente que, mesmo que no futuro um número importante de africanos fosse recenseado, eles não adquiririam poder político apreciável.

Sendo o Africano desprovido de cidadania e privado de todos os direitos políticos, seria surpreendente que a sua situação económica não continuasse deficiente. O africano não assimilado é, por lei, severamente limitado na sua actividade económica: não pode tomar parte em actividades comerciais e não tem instrução que lhe permita exercer uma profissão. Portanto, o único meio que lhe resta para ganhar a vida é a agricultura ou o trabalho assalariado. Ora os salários baseiam-se em considerações estritamente raciais, como demonstram os números seguintes:

Salários agrícolas

Raças	Salário anual em escudos
Branços	47 723\$00
Mestiços	23 269\$10
Africanos assimilados	5 478\$00
Africanos não assimilados	1 404\$00

Salários industriais

Raças	Qualificações	Salário diário em esudos
Branços	Nenhuma	100\$00 mínimo
Mestiços	Nenhuma	70\$00 máximo
Africanos	Semiquualificados	30\$00 máximo
Africanos	Não qualificados	5\$00 máximo

Para dar uma indicação do significado prático destes números, seguem-se dois depoimentos de africanos de Moçambique, que relatam as suas experiências. O primeiro diz respeito a um africano com alguma qualificação, com carta de condução automóvel e que descreve portanto as condições duma minoria afortunada:

Natacha Deolinda (província de Manica e Sofala):

«Meu pai conduzia um camião que transportava cargas de açúcar, farinha, arroz, etc., para uma companhia. [...] Ganhava 300 escudos por mês trabalhando todos os dias e por vezes também de noite. Os motoristas brancos ganhavam pelo menos 3000 escudos pelo mesmo trabalho. [...] A vida era difícil na nossa casa: comíamos pouco milho, pouca farinha, por vezes um pouco de arroz, mas nunca podíamos comprar carne; um bocadinho muito pequeno de carne custava pelo menos 15 escudos.»

O segundo depoimento é dum trabalhador, e descreve o trabalho na plantação de chá da Sociedade de Chá Oriental de Milanje:

Joaquim Maquival (província da Zambézia):

«Meu pai ganhava, e ainda ganha, 150 escudos por mês. [...] Os assalariados portugueses ganhavam bem. No fim de um mês podiam comprar um carro* novo, enquanto nós nem podíamos

* Isto é, podia pagar a primeira prestação. Este relato é verosímil, visto que o trabalhador português não qualificado ganha mais nas colónias do que em Portugal, e muitos possuem carro.

comprar chá, e ao fim de um ano não tínhamos que chegasse para comprar uma bicicleta.»

Para muitos africanos, a única alternativa para o trabalho manual pesado era o serviço doméstico, mas é mal pago, e em condições duras e muitas vezes humilhantes. Outra moçambicana descreve a sua experiência:

Teresinha Mblale (província de Cabo Delgado):

«Nunca pude ir à escola porque não tínhamos dinheiro. Eu tinha que trabalhar e empreguei-me como criada em casa do administrador. Pagavam-me 50 escudos por mês. Começava a trabalhar muito cedo e não tinha descanso até ao sol-posto, e muitas vezes de noite também. Não comia lá. Os meus patrões batiam-me e insultavam-me. Se eu partia um copo, batiam-me e gritavam, e não me pagavam no fim do mês.»

A própria lei sanciona este estado de franca desigualdade. A legislação primitiva permitia uma suave transição entre a escravatura e o trabalho forçado, mas só depois da consolidação do Estado fascista em Portugal se racionalizou o sistema. Em 6 de Setembro de 1928, o Código do Trabalho dos Indígenas das Colónias Portuguesas foi publicado em forma de decreto, e foi incorporado no Acto Colonial de 1930. Philippe Comte, em 1964, comentava: «O princípio da discriminação ficou escrito no próprio nome da lei de 1928: havia duas secções de regulamentação de trabalho, uma para nativos, outra para os outros, e a primeira impunha condições extremamente pesadas ao trabalhador.» (*Revue juridique et politique*, «Indépendance et Coopération», n.ºs 2-4, Abril-1 Junho de 1964.) O artigo 3.º do Código fingia proibir a prática do trabalho forçado, mas acrescentava: «sem impedir os nativos de cumprir o dever moral de se assegurarem de meios de subsistência pelo trabalho, e deste modo servirem os interesses gerais da humanidade». De facto, pelos outros artigos, a lei preenche todas as condições do sistema de trabalho forçado: o artigo 294.º autoriza o trabalho forçado em casos excepcionais, para pro-

jectos urgentes; o artigo 296.º permite-o em casos de urgência, ou «por outras razões», expressão que vai tirar todo o seu significado à palavra «excepcional» no artigo 294.º; o artigo 299.º permite o uso da força no recrutamento da mão-de-obra.

O princípio do trabalho forçado está no próprio conteúdo da Constituição Portuguesa, que no artigo 146.º, ainda em vigor, diz: «O Estado não pode forçar os nativos ao trabalho, excepto em obras públicas de interesse geral [...] para cumprir sentenças de carácter penal e para executar obrigações fiscais.»

O Código de 1928, todavia, foi abolido no decorrer das reformas precipitadas pelas pressões internacionais do pós-guerra e pela insurreição de Angola. Nos seus esforços para fugir ao isolamento internacional, Portugal assinou a Convenção Internacional do Trabalho sobre a Abolição do Trabalho Forçado, em 1959*. A partir daí, teve de conformar os seus próprios regulamentos do trabalho com as normas dessa Convenção; em 1960, foram revogadas algumas das disposições que davam aos administradores plenos poderes punitivos, e os salários mínimos foram aumentados. Também em 1961, a base legal das colheitas obrigatórias foi anulada. Desde então, no papel, não existiu mais trabalho forçado em Moçambique. Mas já vimos como, na história das condições do trabalho, há uma longa tradição de reformas de papel que não alteraram em nada as condições da vida real. Nas regiões do Norte de Moçambique, trabalho obrigatório de todos os géneros foi praticado em larga escala até 1964, quando a guerra, forçando os Portugueses à retirada, lhe pôs ponto final.

Em 1961, uma comissão da Organização Internacional do Trabalho foi investigar sobre denúncias de trabalho forçado nas colónias portuguesas, e nos seus relatórios declarou-se incapaz de encontrar provas de violações directas, pelo Governo, da Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado. Contudo,

* Convenção n.º 105 da OIT (1957), aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 42 381, de 13 de Junho de 1959, e registada em 23 de Novembro de 1959. (N. do Editor.)

algumas das suas descobertas parecem contradizer esta conclusão: em Moçambique, a comissão de inquérito entrevistou um grupo de trabalhadores das estradas, que disseram terem sido obrigados ao trabalho contra sua vontade, pelo chefe de posto (*Boletim da OIT*, vol. XLV, n.º 2, § 389); nas docas da Beira um dos homens entrevistados tinha sido mandado contra sua vontade (*ibid.*, § 387); nas plantações da Sena Sugar, um grupo de trabalhadores entrevistados declarou que «não estavam contentes e parecia [...] que tinham sido intimados a trabalhar pelas autoridades nativas ou administrativas» (*ibid.*, § 497). Quanto à questão de pressões financeiras, o próprio director do Departamento dos Assuntos Nativos declarou que «os nativos tinham que pagar os impostos, e, se não tinham posses para o fazer, o único processo era a prestação de trabalho até conseguir a quantia necessária... se não pagava o imposto, a pessoa em questão era condenada ao trabalho correctivo até conseguir a importância devida» (*ibid.*, § 451). Estas provas foram obtidas apesar de a comissão ter passado somente seis dias em Moçambique, visitando apenas as áreas mais prósperas em redor de Lourenço Marques, Beira e Quelimane. Além disso, embora a comissão entrevistasse por vezes os trabalhadores sem a presença de funcionários, o medo da PIDE (polícia política portuguesa) tinha uma influência invisível em todas as conversas.

Em 1962 foi publicado um novo código intitulado «Código do Trabalho Rural» para as províncias de África e Timor (Decreto-Lei n.º 44 310, de 27 de Abril de 1962). Já não aparece no título o princípio de discriminação, mas na realidade a lei só é aplicada àqueles que na antiga lei são chamados «nativos». «Rural», neste Código, significa «não qualificado» — trabalhadores agrícolas, mineiros, trabalhadores de fábricas, empregados domésticos, «aqueles trabalhadores cujo serviço se reduza à simples prestação de mão-de-obra». Deste modo se mantém a discriminação na prática, embora seja aparentemente eliminada. O mesmo se verifica com o trabalho forçado: o artigo 3.º do Código, seguindo a tradição, anula-o mais uma vez, e estabelece

que não podem ser usadas sanções penais para obrigar ao cumprimento de contratos ou ao pagamento do imposto *per capita*. Mais uma vez, na prática, verifica-se que continuam as sanções civis (prestação de compensação), e a falta de cumprimento destas equivale a desprezo da lei e pode ser castigada com pena de prisão. Um decreto-lei de 29 de Dezembro de 1954 diz que «as penas de prisão impostas aos nativos podem ser substituídas por sentenças de trabalho pesado em obras públicas». Assim, pode continuar o trabalho forçado sem violar a letra da nova lei.

De todo o corpo da recente legislação se pode concluir claramente que o africano de Moçambique vive em sujeição económica e política ao branco. As próprias leis promovem a desigualdade, enquanto a prática vai ainda mais longe, para manter o africano firmemente no papel de um ser de segunda classe cuja função é servir a minoria portuguesa. É pois de esperar que as relações sociais reflectam esta situação. A recente expansão da população branca tornou ainda mais evidente a existência de comunidades raciais separadas. Desde os anos trinta, Portugal tem tido bons resultados nos seus esforços de incitar a emigração para os territórios africanos, e entre 1932 e 1960 a população branca aumentou de 18 000 para 85 000. O resultado foi o desenvolvimento dum grupo branco distinto, superior ao resto da população: as áreas centrais das cidades são dos brancos — a população africana vive em barracas em volta dos limites das cidades — e há cinemas brancos, restaurantes brancos, hospitais com enfermarias separadas para brancos, e, na Beira, até nos autocarros há segregação.

Assimilação

Contra as acusações de racismo, os Portugueses citam regularmente a posição do *assimilado*. O Professor Caetano, na sua apologia dos métodos coloniais portugueses, escreve: «Embora respeitando o *modus vivendi* dos nativos, os Portu-

gueses sempre se esforçaram por partilhar a sua fé, cultura e civilização, chamando-os para a comunidade lusíada*.» Assimilação é o reconhecimento oficial da entrada de um homem na «comunidade lusíada»: depois, pode ele legalmente beneficiar de todas as facilidades brancas, e supostamente ter as mesmas oportunidades educacionais e de progresso. Para chegar a esta posição, devem satisfazer-se as seguintes condições:

1. Saber ler, escrever e falar português correntemente;
2. Ter meios suficientes para sustentar a família;
3. Ter bom comportamento;
4. Ter a necessária educação, e hábitos individuais e sociais de modo a poder viver sob a lei pública e privada de Portugal;
5. Fazer um requerimento à autoridade administrativa da área, que o levará ao governador do distrito para ser aprovado.

Já aqui aparece certa tendência racista, visto que, para ter estas qualificações, um homem tem de ser mais «civilizado» do que muita da população branca que automaticamente goza de cidadania: 40% da população de Portugal são analfabetos, e muitos têm meios de vida insuficientes. Como é de esperar, esta tendência racista não desaparece, de facto, logo que um africano adquire oficialmente a condição de assimilado. O próprio Salazar disse: «É necessário um século para fazer um cidadão.» Demonstra-o a situação de *assimilado*, que, embora isento de certas limitações impostas ao indígena, não se encontra em posição de igualdade com os seus concidadãos brancos. Primeiro, a sua situação económica é nitidamente inferior. A tabela de salários dada mais atrás mostra bem a considerável diferença de salários entre brancos e negros assimilados. Este facto é ainda agravado pela prática, bastante corrente em países onde existe não oficialmente ou semioficialmente uma barreira de

* Marcelo Caetano, *op. cit.*

cor, de atribuir aos negros empregos inferiores, dando preferência aos brancos, independentemente das respectivas qualificações. Mesmo que o Africano faça exactamente o mesmo trabalho do branco, será dada à função um nome diferente que justifique diferença de remuneração. Aqui fica um exemplo:

Raul Casal Ribeiro (província de Tete):

«Eu também trabalhei na contabilidade do armazém da mina, onde ganhava 300 escudos; quando um português entrou para este trabalho foi ganhar quase 4000 escudos e fazia menos do que eu. Eu trabalhava sozinho, enquanto que ele tinha um auxiliar, mas mesmo assim ele ganhava treze vezes o meu ordenado. De facto, quem fazia o trabalho era o auxiliar africano, e o português só assinava. O africano recebia 300 escudos por mês como eu; o português recebia 4000 escudos.»

Durante o seu período de educação o *assimilado* encontra-se logo em desvantagem: tem que apresentar melhores resultados do que uma criança portuguesa. Uma moça do ensino técnico secundário em Lourenço Marques comentava:

«Os Portugueses não tratavam do mesmo modo os alunos portugueses e os africanos. Por vezes a discriminação era bem evidente. Por exemplo, davam sempre notas piores aos moçambicanos.»

Quando visitei Moçambique em 1961, o próprio reitor do Liceu Salazar confessou que os professores classificavam pior os alunos africanos.

Um facto que invalida a afirmação de que os *assimilados* podem atingir uma posição de paridade com os brancos é que, a fim de gozar algum privilégio, o *assimilado* tem de trazer sempre consigo o bilhete de identidade. A um branco não se fazem perguntas; tem posição privilegiada em virtude da sua aparência.

Se um *assimilado* for encontrado na rua depois do recolher obrigatório, será interpelado e interrogado pela polícia; e será

preso se não apresentar o cartão. Muitos privilégios não são conseguidos, mesmo com o bilhete de identidade: um africano assimilado não é, por exemplo, admitido num cinema para brancos; muitas vezes não pode sequer utilizar instalações sanitárias destinadas a brancos — um padre africano católico contou recentemente que viu um professor assimilado ser espancado por um chefe de estação branco por ter utilizado os sanitários da estação que eram destinados aos europeus.

O próprio conceito de assimilação não é tão «não racista e liberal» como o sugerem os seus apologistas. Não significa aceitação do africano como africano. Em paga dos duvidosos privilégios já descritos, a lei exige que ele viva um estilo de vida inteiramente europeu; nunca deve falar a sua própria língua e não deve visitar familiares não assimilados nas suas residências. Uma das contradições absurdas do sistema é que, embora o assimilado não receba tratamento igual ao do branco, se exige que ele se identifique completamente com os brancos. Um assimilado conta: «No fim do curso do liceu, eu era quase o único africano da aula. Em igualdade de circunstâncias, costumava ter notas piores que os rapazes portugueses. Os meus colegas brancos achavam isto natural. Ao mesmo tempo eles costumavam falar diante de mim 'daqueles ignorantes pretos', referindo-se aos africanos não assimilados, e não viam como eu, que era assimilado, ficava magoado. O máximo conseguido pelo sistema de assimilados é a criação de alguns 'brancos honorários', o que certamente não equivale a não racismo; os diplomatas do Malawi ou do Japão recebem esse título quando visitam a África do Sul.»

Além das outras fraquezas do sistema, a sua condenação final encontra-se no pequeno número de africanos por ele afectados: de entre uma população de mais de 6 milhões em 1950, não havia mais que 4555 assimilados. Sistema que atinge apenas minoria tão diminuta deve ser considerado virtualmente ineficaz.

Miscigenação

Outro suporte capital do mito do não racismo português é o casamento misto. Os Portugueses declaram que, por vezes, é até aconselhado pela política oficial. Em 1910 Vaz de Sampaio e Melo escrevia: «A miscigenação é a força mais poderosa do nacionalismo colonial. Sendo-lhe dada igualdade ao Europeu em face da lei, sendo admitido a cargos administrativos, religiosos, políticos e militares, o mulato vem a adoptar exclusivamente os costumes e a língua da nação conquistadora e a constituir o mais proveitoso e apropriado instrumento para a expansão daquelas características étnicas na sociedade nativa.»

O resultado desta política é uma minoria mulata, o maior grupo minoritário a seguir aos Europeus, e um elemento importante na superestrutura da sociedade não indígena, embora a sua importância seja mais qualitativa do que quantitativa. Os Portugueses tendem a exagerar as dimensões desta comunidade. Na realidade, em Moçambique, os mulatos constituem apenas 0,5% da população, enquanto que na África do Sul 8,5% da população se compõem de mestiços.

A existência duma comunidade mulata é uma característica dos territórios portugueses desde os primeiros tempos da colonização, em que as condições eram tais que muito poucas mulheres portuguesas podiam ser induzidas a acompanhar os aventureiros; estes supriam essa falta tendo mulheres africanas como companheiras. Nesses tempos, decerto que o sistema não implicava muita igualdade racial; as mulheres quase nunca se tornavam esposas legítimas, e eram tratadas como criadas ou escravas, conforme documentos contemporâneos. Os filhos herdavam por vezes a fortuna e posição do pai, mas isto acontecia mais como resultado da assimilação do Português ao Africano do que do contrário. Os proprietários rurais do século XVIII, na Zambézia, pareciam-se mais com chefes africanos degenerados do que com senhores portugueses.

A actual comunidade mulata, contudo, é principalmente urbanizada e educada sob o sistema português. Legalmente

têm cidadania portuguesa, e quanto a instrução e empregos gozam de mais igualdade real do que o assimilado. À primeira vista parecem bem integrados na sociedade portuguesa, mas a superficialidade deste quadro é mais visível na situação de um mulato de primeira geração, filho de um progenitor português e de outro africano. Mesmo actualmente aceita-se a união entre as raças, não o casamento misto. Em Angola, em 1958, havia apenas vinte e cinco casamentos mistos de quaisquer raças. Este número divide-se do modo seguinte:

Branco e preto	1
Mulato e preto	4
Mulato e branco	20

Em quase todos os casos é o pai que é português; as relações entre mulher portuguesa e africano não são vistas com tanta tolerância. A mulher africana não seria esposa legal, mas na melhor das hipóteses amante e também criada — por conveniência do homem que não tem meios para ter mulher portuguesa ou não teve oportunidade de procurar uma — ou em casos piores uma prostituta ou uma vítima de rapto. No primeiro caso, a criança tem que conciliar duas educações completamente divergentes: em pequenina, vive principalmente com a mãe, em geral nas instalações reservadas aos criados, e é educada até certo ponto como uma criança africana, mas passados alguns anos o pai manda-a para uma escola portuguesa, admite-a entre familiares e amigos portugueses, e espera dela um comportamento de criança portuguesa. Acontece com frequência que a criança passa a primeira parte da sua vida conciliando estes factores e depois acaba por sofrer uma grande mudança na sua situação, porque o pai arranja uma esposa portuguesa. Quando isto sucede, a criança pode ser rejeitada, devolvida à mãe, ou mantida na família, mas em posição francamente inferior à dos filhos do casal português, sendo-lhe dada uma atenção secundária em tudo o que diga respeito ao seu bem-estar e educação. Se o pai é padre, como muitas vezes acontece,

será poupada à criança esta última rejeição; mas nesse caso a separação entre os lares do pai e da mãe é desde o início ainda mais completa. Não admira, pois, que os mulatos guardem muitas vezes ressentimentos contra os Portugueses, sendo contudo incapazes de se identificarem totalmente com a parte africana da sua cultura. Habitados a considerar a mãe como inferior, muitas vezes nem falam a língua dela.

O ressentimento dos mulatos contra os Portugueses não provém só das circunstâncias da sua infância. A política portuguesa em relação ao mulato contém um elemento diferente de racismo, ligado com a ideia de que a miscigenação é um meio de cimentar o domínio português sobre a cultura indígena. Faz parte desta política que embora o mulato deva, em muitos aspectos, ser tratado como o português, isto não significa que lhe sejam facultadas todas as oportunidades: os empregos importantes, as nomeações para altos cargos, devem ficar nas mãos dos Portugueses. O antropologista português Mendes Correia dá-nos uma clara exposição deste facto: «Como seres humanos, ligados à nossa raça pelos sagrados laços da origem, os mulatos têm direito à nossa simpatia e ajuda. Mas as razões que propusemos não permitem à actuação política dos mestiços ir além dos limites da vida local. Por mais brilhante e eficiente que seja a sua acção no sector profissional, económico, agrícola ou industrial, eles nunca devem — tal como os estrangeiros naturalizados — ocupar lugares de destaque nos assuntos públicos do país, excepto talvez em casos de completa e comprovada identificação connosco em temperamento, vontade, sentimentos e ideias, o que é excepcional e pouco provável.»

Assim, na infância e na idade adulta, o mulato sabe, por experiência, que não se pode identificar completamente com o Português. Os mulatos mais instruídos, os intelectuais, deram testemunhos deste facto: estiveram muito comprometidos com os movimentos de agitação política anticolonialista e nas primeiras manifestações de nacionalismo; e, mais recentemente, alguns lançaram-se de alma e coração no actual

movimento nacionalista. Todavia a sua posição privilegiada em relação ao Africano prejudicou a sua actividade, e mesmo o seu pensamento político. Eles podem ter querido ser porta-vozes do protesto da massa da população, mas estão longe dela. Porque há entre eles um abismo mais profundo do que aquele que habitualmente separa o intelectual politizado do proletariado sobre o qual ele discorre. Muitas vezes nem sequer falam a mesma língua. Eles têm tentado regressar pela via emocional às suas origens africanas, ao lado africano da sua cultura. Este facto verifica-se nalguns temas comuns da poesia de Craveirinha, de Noémia de Sousa, e nos primeiros trabalhos de Marcelino dos Santos: a negra figura maternal, representante da sua própria mãe africana; a própria África, a mãe-pátria; a uma fusão poética entre as duas ideias. Noémia de Sousa, por exemplo, escreve num poema chamado «Sangue negro»:

Ó minha África misteriosa, natural!
 minha virgem violentada!
 Minha Mãe!...

Como eu andava há tanto desterrada
 de ti, alheada distante e egocêntrica
 por estas ruas da cidade engravidadas de estrangeiros
 Minha Mãe! perdoa!

.....
 Mãe! minha mãe África,
 das canções escravas ao luar,
 Não posso, NÃO POSSO, renegar
 o Sangue negro, o sangue bárbaro
 que me legaste...
 Porque em mim, em minha alma, em meus nervos,
 [ele é mais forte que tudo!]

Eu vivo, eu sofro, eu rio,
 através dele.
 Mãe!...

Esta atitude de espírito exprime o dilema em que se encontra o mulato. Por um lado, pode obter uma posição de relevo dentro das estruturas portuguesas; muitos dos mais conhecidos intelectuais moçambicanos são mulatos, e a vida artística do país, em particular, é dominada por personalidades como José Craveirinha. Por outro lado, quando atingem certo nível profissional, fecham-se-lhes na cara as portas da promoção; se protestam, ou se começam a mostrar interesse activo nos assuntos políticos do seu país, vêem-se desacreditados e sujeitos à repressão sob qualquer forma. Bem cedo começaram a pensar em termos de revolta nacionalista, mas o seu afastamento da população africana genuína deixou-os sem base para transformarem esses ideais em acção.

Asiáticos e Europeus

A restante minoria não branca de certa importância é o Asiático, especialmente indianos juntamente com alguns paquistaneses. A população árabe originária da região costeira integrou-se na população africana, e aqueles que conservaram características distintas pertencem a um grupo periférico de comércio, muito semelhante a uma parte da comunidade indiana. Há, de facto, uma divisão importante na comunidade indiana, que a separa em dois grupos com características e funções sociais diferentes.

Primeiro, os Indianos ou Paquistaneses do subcontinente tradicional. São, na maioria dos casos, de religião hindu ou muçulmana, têm habitualmente pequenos estabelecimentos comerciais — cantinas no mato, pequenas lojas nas cidades — e constituem uma comunidade relativamente fechada, com poucos contactos com os Africanos, Europeus, ou ainda com os membros de outras comunidades indianas. Em geral, são muito semelhantes aos outros grupos asiáticos doutros pontos da África oriental, e estão também na periferia da vida política do país. O segundo grupo de asiáticos são os Goeses. No século XIX, Portugal não conseguiu fixar muitos europeus em Mo-

çambique, mas persuadiu os Goeses a imigrarem para aquele território. A pequena colónia de Goa tinha sofrido muito mais a influência portuguesa do que qualquer território africano, e estes imigrantes eram muitas vezes mais portugueses do que índianos: sabiam português e, em alguns casos, tinham mesmo adoptado a língua e falavam português entre si; eram principalmente católicos. Eram portanto considerados «agentes civilizadores úteis» pelos Portugueses, e muitos deles eram recrutados para o funcionalismo público. Actualmente ainda há grande número de goeses na administração e bastantes nas várias profissões, particularmente medicina e advocacia. Teoricamente, como no caso dos mulatos, todos os asiáticos portadores de passaporte português têm os mesmos direitos e oportunidades que os cidadãos portugueses europeus; mas, na prática, existem iguais limitações na «igualdade». Todavia, há, de modo geral, menos atritos, em parte porque a situação familiar dos Goeses é mais estável, e também porque é imenso o poder da Igreja Católica na comunidade goesa. Isto significa que todos aqueles que reagiram contra os Portugueses — e muitos intelectuais goeses deram vigoroso apoio aos movimentos nacionalistas — vão encontrar-se muitas vezes em confronto não só com os Portugueses, mas também com a sua própria comunidade e mesmo com as suas próprias famílias.

A própria minoria branca é composta, por um lado, por funcionários, administradores e pessoal militar enviados de Portugal por algum tempo, especificamente para servir o Governo; por outro lado, por colonos permanentes, na maioria portugueses de origem, mas com uns salpicos de gregos, italianos, sul-africanos e de outras nacionalidades. É política do Governo incitar os membros do primeiro grupo, em especial os soldados, a ficar na colónia, oferecendo-lhes concessões de terras, e por isso alguns deles se tornam colonos quando acabam o tempo de serviço. O segundo grupo é bastante diferente de outras pequenas minorias brancas comparáveis de outros pontos da África, porque, embora alguns membros monopolizem quase todos os lugares importantes no comércio e nas profissões,

uma grande parte trabalha em ocupações muitíssimo humildes: há artesãos brancos, pequenos lavradores, mesmo operários brancos. A razão disto é o baixo nível educacional e a pobreza espalhada no próprio Portugal. Muitos dos imigrantes das colónias eram pobres camponeses em Portugal; 50 por cento dos imigrantes são analfabetos, e em maior proporção ainda não qualificados. Ao estudar o carácter do colonialismo português, Gilberto Freire* faz o elogio do que atrás fica dito, defendendo que, em razão da sua pobreza e antecedentes rurais, os imigrantes portugueses misturavam-se melhor com o povo das colónias e não tinham um sentido inato de superioridade. Isto não é, contudo, comprovado pela experiência dos Africanos em Moçambique. Os colonos portugueses ultrapassaram muitas vezes o Governo no que diz respeito a racismo. Em Tete, em 1948, por exemplo, quando pela primeira vez as autoridades permitiram aos filhos dos não brancos que frequentassem a escola primária local, os colonatos brancos protestaram vigorosamente; e quando verificaram que os seus protestos não davam resultado, teimaram em querer que duas filas de carteiras ficassem vazias para separar os seus filhos das crianças de cor. Há pouco tempo, um colonato onde o Governo tinha instalado um ou dois africanos juntamente com os brancos, os brancos implicavam constantemente com os africanos e, pelo menos numa ocasião, bateram num deles, danificaram-lhe a casa e ameaçaram-lhe a mulher. Este e muitos casos semelhantes presenciados ou conhecidos por mim podem ser incidentes isolados; mas o terreno para atritos existe dentro do sistema. Mesmo quando os portugueses recém-chegados são ao princípio pouco mais do que os africanos, as diferenças de salário, preferência nos empregos e assistência especial do Governo na exploração agrícola não deixam de mudar-lhes rapidamente a situação e o ponto de vista. Mas o camponês analfabeto pobre ganha muito melhor em Moçambique do que em Portugal. Além disso, o facto de que muitos brancos têm

* Gilberto Freire, *Integração Portuguesa nos Trópicos*, 1958.

falta de instrução e à chegada são pobres coloca-os em competição directa com o Africano. Para eles, o Africano é uma ameaça potencial; para o Africano, não há justificação para a situação superior do branco.

Como não existe democracia dentro do sistema fascista, mesmo para os cidadãos com plenos direitos cívicos e voto, existem atritos entre os próprios brancos e as autoridades. Contudo, como é o Governo que garante ao branco a sua posição privilegiada, poucos colonos têm apoiado o desejo de independência dos Africanos. Nalguns casos, como já foi dito, os atritos entre colonos provêm da exigência de medidas mais fortes contra os Africanos e maior grau de segregação racial. Noutros, exigem simplesmente um maior grau de liberdade para a sua minoria. Houve há algum tempo em Moçambique um grupo de oposição liberal ao estabelecimento do estado fascista, tal como existia em Portugal, mas actualmente este movimento está virtualmente silenciado. Há brancos, na maioria intelectuais, cujas convicções antifascistas e oposição a Salazar são fundamentais; apoiam o movimento de libertação; e alguns até se juntaram à resistência. Em certas áreas da luta actual, o Governo achou necessário castigar os civis brancos quando estes não mostravam suficiente e activa oposição aos guerrilheiros. Assim, mesmo a minoria branca não é um corpo homogéneo, identificado com o governo colonial.

Educação e submissão

*As escolas são necessárias, sim, mas escolas
onde ensinemos ao nativo
o caminho da dignidade humana
e a grandeza da nação que o protege**

Carta pastoral do Cardeal Cerejeira,
Patriarca de Lisboa, 1960.

Tem sido costume entre os Europeus e os Americanos conceber todo o pensamento humano como proveniente do espírito ocidental. Em particular à África nunca foi atribuída qualquer contribuição para o desenvolvimento humano; sempre foi olhada como um mundo fechado e completamente atrasado, trazido para a corrente do desenvolvimento em resultado da invasão europeia. Estudos mais recentes têm provado que estas afirmações resultam da introversão e etnocentrismo do pensamento ocidental. A obra de Leakey apontou para a África central e oriental como possível berço da sociedade humana na sua forma mais primitiva**. Em tempos muito mais recentes, há cinco ou seis mil anos, foi no vale do Nilo que se desenvolveu pela primeira vez aquilo que se convencionou chamar sociedade «civilizada». Enquanto os Europeus ainda viviam em sociedades tribais primitivas, isolados na cintura das florestas nórdicas, os Africanos do Norte estavam aprendendo a dominar o meio ambiente, desenvolvendo a tecnologia e constituindo uma sociedade estável e complexa. Já utilizavam a matemática para medir

* O sublinhado é meu.

** *Adam's Ancestors*, Methuen, 1934.

a terra, calcular o movimento dos astros e desenhar grandes e complicados edifícios; inventaram algumas das primeiras técnicas de extracção de minério, fundição e forja do ferro; deram alguns dos primeiros passos na ciência médica. Foi esta sociedade que absorveu os primitivos invasores muçulmanos, e por meio duma fusão cultural criou a aperfeiçoada cultura islâmica na África, a partir da qual a Europa ganhou muitas das ideias científicas que tornaram possível a Renascença. E não só as regiões de influência islâmica se podiam gabar duma cultura material avançada. Sabe-se hoje que algumas cidades da África ocidental e do Congo foram construídas antes da adopção do Islão. E se nos últimos cinco ou seis séculos a África deixou de estar na vanguarda do desenvolvimento, nem por isso foi um «continente fechado». Há vestígios de consideráveis trocas culturais entre as várias zonas de África, e entre a África e o Médio Oriente e a Índia.

Enquanto os arqueólogos e historiadores mostraram a falsidade histórica da tese do «Continente Negro», os sociólogos atacaram outros aspectos da mesma. Os Europeus supunham que, porque a África estava atrasada no tempo em que a invadiram, os Africanos não tinham cultura alguma, nem moralidade, nem instrução. Hoje, já se compreendeu que havia várias culturas em África, algumas mais complexas do que outras, mas apresentando todas elas aspectos morais e métodos educacionais, mediante os quais as crianças podiam absorver a cultura e tornar-se membros bem adaptados à sociedade onde tinham nascido.

Tudo isto está já suficientemente reconhecido na maioria dos países da Europa e da América, e não há necessidade de insistir mais neste ponto e aqui. Mas, fora dum reduzido círculo de peritos, o reconhecimento destes factos é em grande parte o resultado do período pós-colonial. Convém evidentemente a um governo colonial a noção de que a cultura do colonizado ou não existe ou não tem qualquer valor — demasiado conveniente para permitir a simples cientistas corrigirem-na.

Os colonialistas em geral desprezaram e ignoraram a cultura e educação africanas tradicionais. Assaltaram-nas, instituindo uma versão do seu próprio sistema de educação, totalmente fora do contexto, que viria a desenraizar o Africano do seu passado e a forçá-lo a adaptar-se à sociedade colonial. Era necessário que o próprio Africano adquirisse desprezo pelos seus próprios antecedentes. Nos territórios portugueses a educação do africano teve duas finalidades: formar um elemento da população que agiria como intermediário entre o estado colonial e as massas; e inculcar uma atitude de servilismo no africano educado. Estes dois fins estão claramente expostos numa carta pastoral do Cardeal Cerejeira, em 1960:

«Tentamos atingir a população nativa em extensão e profundidade para os ensinar a ler, escrever e contar, não para os fazer 'doutores'. [...] Educá-los e instruí-los de modo a fazer deles prisioneiros da terra e protegê-los da atracção das cidades, o caminho que os missionários católicos escolheram com devoção e coragem, o caminho do bom senso e da segurança política e social para a província.[...] As escolas são necessárias, sim, mas escolas onde ensinemos ao nativo o caminho da dignidade humana e a grandeza da nação que o protege.»

Em todos os níveis, as escolas para africanos são primeiro que tudo agências de expansão da língua e da cultura portuguesas. Em geral, o ideal português tem sido procurar que uma instrução controlada vá criando um povo africano que fale só português, que abrace só a Cristandade e seja tão intensamente nacionalista português como os próprios portugueses da metrópole. Se todos os africanos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau se tornassem naturais portugueses, sonharam os Portugueses, não haveria ameaça de nacionalismo africano. Mas em 1950 só 30 089 africanos* em Angola e 4554 em Moçambique tinham atingido o estado de assimilação à cultura portuguesa legalmente reconhecido.

* Este número inclui familiares de africanos e mulatos.

Ao promover estes objectivos políticos, o Governo Português decretou que uma só língua, o português, fosse ensinada nas escolas sob a sua jurisdição em África. As línguas africanas são utilizadas principalmente como meio de facilitar o ensino do português, mas mesmo isto é raro. Quaisquer que sejam os projectos a longo prazo para atingir este fim, o resultado foi entretanto o aparecimento de uma classe pouco numerosa, que olha com desprezo para a sua própria língua e cultura tradicional, mas não é suficientemente instruída para falar e escrever português eficientemente.

Partindo do princípio de que a unidade política se baseia na unidade moral, os Portugueses deram grande importância à religião na educação dos africanos. A Constituição Portuguesa especifica uma preferência pelo catolicismo entre as confissões religiosas; 98 por cento do povo de Portugal metropolitano são compostos de católicos romanos, e a lei e a prática portuguesa dos últimos anos restauraram largamente a união Igreja-Estado existente antes da República*.

Na presunção de que o estabelecimento dum elo espiritual entre a mãe-pátria e os seus territórios ultramarinos é vital para o estabelecimento da desejada coerência política, o regime de Salazar encorajou a difusão do catolicismo em África e

* Depois da queda da monarquia em 1910, Portugal foi oficialmente secularizado, mas a separação da Igreja e do Estado nunca foi totalmente realizada. Cerca de 1919, foram restituídos à Igreja os subsídios para estabelecimentos de ensino. Em 1926, quando o regime de Salazar tomou conta do Poder, depois de uma década de violência e instabilidade, o papel especial da Igreja na civilização da África foi oficialmente reconhecido. Pelo Acto Colonial de 1930, as missões católicas foram colocadas em situação privilegiada entre os grupos religiosos, com fundamento no princípio de o catolicismo representar a religião nacional e ser, portanto, «instrumento» lógico da civilização e influência nacional. O Acordo Missionário de 1940 e o seu suplemento, o Estatuto Missionário de 1941, restauraram o pagamento de compensação por toda a propriedade confiscada pelos regimes anteriores e salientaram o carácter nacional das missões católicas. Um decreto de 1941 proibiu a atribuição de subsídios a outras missões que não fossem portuguesas e católicas.

endossou a educação elementar dos africanos a escolas missionárias católicas subsidiadas pelo Governo.

Sistemas de ensino

Há duas categorias no sistema escolar dos territórios portugueses: 1) as escolas das missões católicas romanas, cuja principal função é ministrar aos africanos a instrução primária; 2) o sistema escolar oficial, mais sofisticado, destinado aos brancos, asiáticos e *assimilados*.

As escolas para africanos estão organizadas do seguinte modo:

Ensino rudimentar (chamado *ensino de adaptação* depois de 1956, ou *ensino missionário*) — Segundo a Lei n.º 238, de 15 de Maio de 1930, e a Concordata de 1940, a finalidade desta educação «rudimentar» é «conduzir gradualmente o *indígena* duma vida de selvajaria a uma vida civilizada». Este programa é da inteira responsabilidade das missões católicas, embora algumas missões protestantes tenham autorização para também dirigir algumas escolas. Os anos deste ensino são chamados: *iniciação* (jardim-de-infância), *1.ª classe* (1.º grau) e *2.ª classe* (2.º grau).

Ensino primário — Este programa destina-se aos alunos que passaram o *ensino de adaptação*. Compreende a *3.ª classe*, *4.ª classe* e *admissão* (preparação para admissão ao liceu).

As escolas para europeus, *assimilados* e outros são organizadas do seguinte modo:

Ensino primário, programa de cinco classes (desde 1952, em que foi acrescentada a 5.ª classe), das quais a última é obrigatória para entrada no liceu.

Ensino liceal, que inclui o *1.º ciclo* (dois anos), o *2.º ciclo* (três anos) e o *3.º ciclo* (dois anos). O 3.º ciclo destina-se àqueles que se preparam para entrar numa Universidade Portuguesa.

Até 1940, todos os programas para africanos eram planeados pelo Departamento de Educação e Instrução no território; os exames eram feitos pelo Estado, e os diplomas eram dados unicamente pelo director da Educação. De 1940 a 1960, a

Igreja Católica encarregou-se de elaborar os programas, e os exames e diplomas eram da sua responsabilidade.

A elaboração de programas está agora confiada ao Ministério da Educação em Lisboa, dentro da linha de reorganização das colónias africanas em províncias ultramarinas portuguesas, e os inspectores da repartição territorial do director de Instrução Pública fazem visitas periódicas às escolas das missões. Está, contudo, implicitamente entendido que nenhum inspector do Governo pode visitar uma escola católica sem a licença e cooperação das autoridades religiosas. A Secretaria do Arcebispo de Lourenço Marques é o centro da autoridade educacional de Moçambique, assim como o de Angola dirige as escolas de Angola e S. Tomé. Em todas as escolas para africanos em Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa há uniformidade de programas, exceptuando algumas variações locais.

Praticamente, as três fases de instrução — rudimentar, primária e secundária — estão organizadas de modo a apresentar uma série de barreiras à criança africana que procura educação superior.

O programa do *ensino de adaptação*, equivalente ao jardim-de-infância e aos dois primeiros graus na maior parte dos outros territórios africanos, é designado, em teoria, para iniciar as crianças africanas na língua portuguesa e nos rudimentos de leitura, escrita e aritmética, trazendo-as ao nível da criança portuguesa, no começo da escola primária. Todavia, em muitas regiões, os filhos de mulatos e asiáticos foram obrigados a passar pelos três anos de ensino rudimentar, embora tivessem sido criados num meio de língua portuguesa, e podiam ter começado a escola primária ao mesmo nível que as crianças portuguesas; enquanto que, em outras zonas, os filhos de asiáticos ou de pais não europeus, que não nasceram num meio familiar de língua portuguesa, são autorizados a entrar logo na escola primária oficial. Sendo o ensino, desde o princípio, feito em português, muitas crianças africanas são incapazes de passar os exames de *adaptação* (que normalmente são feitos após três anos de instrução), antes de atingirem 12 a 14 anos de idade. Sendo

os 13 o limite máximo de idade para admissão na escola primária, um grande número de crianças encontram-se, por esta razão, impedidas de entrar na própria escola primária.

O programa de *ensino primário* — isto é, a 3.^a e 4.^a classes — contém matérias semelhantes às que são dadas às crianças portuguesas do mesmo nível. A análise do conteúdo dos livros de estudo indica que em tudo se foca a cultura portuguesa; a história e a geografia africanas são totalmente ignoradas. Toda a atenção incide sobre a língua portuguesa, a geografia das descobertas e conquistas dos Portugueses; moralidade cristã; artesanato e agricultura.

Para além da 4.^a classe, há uma classe na qual os estudantes são preparados, em teoria, para o liceu ou para as escolas técnicas industriais. Poucas escolas missionárias têm este programa de 5.^a classe, e, portanto, é quase nula a oportunidade para a criança africana de entrar na escola secundária, a não ser que se mude para a cidade e frequente uma escola particular que o prepare para os exames de admissão ao ensino secundário. Nova barreira de idade é encontrada nesta fase. A idade limite para admissão na escola secundária é de 14 anos, e é raro que uma criança africana tenha começado os estudos a tempo de ter acabado aos 14 anos os três anos de escola rudimentar e os cinco anos de escola primária.

Embora 98 por cento dos portugueses brancos residentes nos territórios africanos sejam católicos, o Governo mantém o controle das escolas destinadas às necessidades educacionais dos brancos, asiáticos e *assimilados*. As crianças destes grupos podem frequentar escolas do Estado, ou particulares, mas os programas e exames são em ambos os casos controlados pelo Estado. Estas escolas do Estado são administrativamente dirigidas pelo Ministério da Educação Nacional em Lisboa. Dentro do Ministério, a educação na África e Ásia portuguesas é orientada pelo Departamento de Educação Ultramarina. Há uma Direcção para Angola, outra para Moçambique e outra para a Guiné e ilhas, e cada uma é chefiada por um director na província. Cada director tem a assistência de dois

inspectores, um para as escolas primárias e o outro para a saúde escolar.

A instrução é obrigatória para todas as crianças europeias que residam a menos de 3 km de uma escola e que tenham de 7 a 12 anos de idade. Embora a idade prescrita para a entrada na escola seja a de 7 anos, as crianças podem ser admitidas um ano mais cedo. O programa das escolas oficiais é o mesmo de todas as escolas de Portugal metropolitano, excepto nalguns casos de adaptação a condições locais, climáticas, sociais ou geográficas.

Um grande número de crianças europeias e asiáticas, e um diminuto número de crianças africanas, frequentam as escolas particulares controladas pelo Estado. Estas escolas — todas de orientação católica, visto que as escolas protestantes não estão autorizadas a receber europeus — não fazem discriminação racial; mas poucos são os africanos que têm posses suficientes para mandar para lá os seus filhos. Em média, a mensalidade é equivalente a 500\$00 por mês, e, tendo a maioria dos alunos africanos de ficar interna, a despesa eleva-se a um grau proibitivo, mesmo para os pais africanos da classe média.

Formação de professores

A dualidade do sistema escolar nos territórios portugueses repete-se na formação de professores para as escolas africanas e para as escolas europeias. Quando, nos anos quarenta, a Igreja Católica tomou conta da educação dos africanos não assimilados, a formação dos professores para estas escolas ficou também a cargo da Igreja. A Escola Normal do Governo, em Moçambique, fechada logo que foi celebrado o Acordo Missionário em 1940, reabriu em 1945, mais como uma instituição da Igreja do que do Estado. Até então, os candidatos africanos ao professorado apenas necessitavam de completar o 4.º grau para serem admitidos à escola de formação de professores, mas a isto acresce agora a obrigação de serem membros da Igreja

Católica. Os candidatos a professores de escolas rudimentares africanas provêm largamente dos africanos não assimilados.

Em 1960 havia em Moçambique quatro escolas de formação de professores dirigidas pela Igreja e subsidiadas pelo Governo; o total de matrículas era de 341 estudantes masculinos, e o número de graduados por ano era de cerca de 65.

O pessoal docente das escolas primárias e secundárias dirigidas pelo Governo, destinadas à população «civilizada» de Moçambique e outras colónias portuguesas, é proveniente de Portugal metropolitano. É, contudo, possível a quem tenha completado o 1.º ciclo do liceu a obtenção dum diploma de ensino que o qualifica para ensinar nos graus mais elementares das escolas particulares.

Resultados do sistema

Se o sistema for julgado quanto à sua finalidade de educar o Africano na civilização portuguesa, deve reconhecer-se que falhou. Muito poucos africanos recebem qualquer espécie de ensino, e o resultado é que em Moçambique a população africana é entre 95 e 98 por cento analfabeta. A maior parte da educação recebida por essa população é dada pela Igreja. Em 1955 havia 2041 escolas rudimentares, com um total de 242 412 alunos. Destas escolas, 2000 eram dirigidas por missões católicas, 27 por missões protestantes, 12 pelo Governo, e 2 eram escolas particulares. Em 1959 havia 392 796 crianças recebendo *ensino de adaptação*, mas destas só 6982 conseguiram entrar na escola primária.

Embora perto de 98 por cento da população de Moçambique sejam compostos de africanos negros, só uma pequena parte das crianças que frequentam as escolas primárias são africanas, sendo o número de africanos na escola secundária insignificante. Em 1963 havia 311 escolas primárias, com 25 742 alunos, mas desses só um quinto eram africanos. No mesmo ano, havia só 3 escolas secundárias do Estado que

podiam dar o diploma final. (Há 3 escolas secundárias elementares.) Estas três escolas oficiais estavam a preparar 2250 alunos, enquanto que as três principais escolas secundárias particulares tinham 800 alunos. Da totalidade, só 6% eram africanos negros. Em 1960, na maior escola secundária oficial de Moçambique (Liceu Salazar, em Lourenço Marques) havia só 30 estudantes africanos, num total de 1000 alunos. A Igreja Católica Romana, que tem o privilégio da responsabilidade de educar o povo nativo, não tem uma única escola secundária para africanos. Algumas das missões protestantes, às quais poucas facilidades são concedidas para trabalhar em Moçambique, subsidiam e administram lares para alguns dos raros estudantes africanos que frequentam escolas secundárias na cidade de Lourenço Marques. Há também bastantes escolas secundárias particulares e muitas escolas técnicas, mas com pequeno número de estudantes africanos, em virtude do preço das propinas. Uma moça que conseguiu entrar numa escola técnica secundária descreve as suas experiências:

Josina Muthemba (província de Gaza):

«Meus pais fizeram grandes sacrifícios para me mandarem para a escola. Andei na escola comercial durante cinco anos. Meus pais tinham que poupar na alimentação e no vestuário. Na escola primária havia somente cerca de vinte de nós, africanos, para cerca de cem portugueses. Na escola comercial havia cerca de cinquenta africanos para várias centenas de portugueses.»

A situação de Josina era muito mais feliz que a da maioria dos africanos, pois o pai ganhava excepcionalmente bem para um africano — 3000 escudos —, e, no entanto, mesmo assim, tinham o dinheiro à justa para as propinas. Era evidente que o Estado não animava aqueles que não tinham posses:

«Dos cinquenta africanos na escola comercial, nem vinte tinham bolsas, enquanto que pelo menos metade dos portugueses as tinham, embora as suas famílias tivessem mais posses do que as nossas.»

O Governo fundou também Estudos Gerais Universitários em Lourenço Marques, mas, segundo informações concretas, dos 280 estudantes matriculados em 1962, os africanos não chegavam a uma dúzia. Há alguns africanos que frequentam a Universidade em Portugal, e alguns tirando cursos profissionais de grau mais elevado em escolas técnicas em Portugal. Mas o seu número é insignificante comparado com o de moçambicanos brancos e asiáticos nos mesmos cursos. Todos os anos, estudantes portugueses brancos atravessam as fronteiras para a África do Sul e a Rodésia a fim de fazerem os seus estudos. Claro que isto não é permitido aos africanos, embora alguns o consigam e se matriculem clandestinamente como estudantes nativos locais*.

Desde 1963 tem havido considerável expansão no número de escolas, o que se deve em parte à política de colonatos e ao conseqüente aumento da população branca, mas também à guerra e ao esforço do Governo Português para conseguir algum apoio africano. O *Boletim Geral do Ultramar* dá os seguintes números para 1965-1966:

	Escolas	Professores	Alunos
Primária	1 305	2 912	92 002
Secundária académica	46	530	9 028
Secundária técnica	41	734	12 273

Estes valores abrangem grande número de instituições particulares e religiosas não incluídas nos números de 1963; os números de escolas secundárias abrangem também formação de professores, cursos de enfermagem, etc. Os totais de educandos em escolas secundárias do Estado aumentaram moderadamente nos últimos quatro anos. Infelizmente não há informação quanto à proporção de estudantes africanos nos vários níveis; mas estudantes fugidos recentemente de Moçambique relatam que as proporções foram pouco afectadas pela expansão,

* Foi assim que o autor conseguiu fazer a sua instrução secundária e parte da sua educação superior na África do Sul, até que os Governos Português e Sul-Africano o descobriram e o expulsaram da África do Sul e da Universidade.

excepto que agora há consideravelmente maior número de africanos nos institutos técnicos. Para a criança africana das zonas rurais, são ainda longínquas as possibilidades de chegar sequer à escola primária.

Além da mera falta de escolas e lugares, há vários factores que impedem mais crianças africanas de chegar à escola. Há o limite máximo de idade, conforme já foi dito. E há a falta de meios pecuniários. Mesmo nas escolas rudimentares são pagas propinas, e, embora estas sejam inferiores a 588\$00 por ano, isso é mais do que um camponês ou um trabalhador de plantação pode pagar, visto que o seu salário anual, descontando impostos, não atinge 1470\$00, e pode mesmo ser inferior a 588\$00. Mesmo um homem um pouco mais qualificado, um motorista ou empregado de carteira, não ganha muito mais do que 2940\$00 por ano, deduzindo impostos.

Mais acima na escala académica, as escolas tornam-se progressivamente mais caras, enquanto as despesas suplementares também aumentam. No ensino rudimentar, os pais têm de comprar apenas roupas; mas mais tarde terão de comprar material escolar, pagar transportes e possivelmente alojamento. Ao nível de instrução secundária, o transporte e alojamento põem problemas sérios; a maioria dos africanos vivem nas zonas rurais, enquanto todas as escolas secundárias estão situadas nas cidades — das três escolas secundárias superiores, duas são em Lourenço Marques, uma na Beira — e não prevêem alojamento para os filhos de famílias pobres. Finalmente, a qualidade de educação elementar dada aos africanos, como já foi dito, não é suficiente, nem dá os cursos adequados para o grau de ensino seguinte.

As autoridades mostram pouco interesse em melhorar estas condições. Em 1950, só 1,3% do orçamento total foram atribuídos à educação, e em 1962 este número tinha aumentado só para 4%. Em 1961, a soma total atribuída às missões para educação de africanos era de 30 870 000\$00, enquanto a população africana era colectada em 176 400 000\$00 anuais. Quando visitei Moçambique em 1961, falei com dois dos mais altos

funcionários dos quadros do ensino: o director da Educação de Moçambique e o reitor do Liceu Salazar. Fiz-lhes perguntas sobre os fortes obstáculos criados aos africanos e sobre os planos do Governo no sentido de expandir a educação africana para corrigir essa situação. O director da Educação disse-me que nada se podia fazer até que houvesse mais verbas para desenvolver todo o sistema. O reitor do Liceu Salazar fugiu à minha primeira pergunta sobre o número de estudantes africanos nas escolas secundárias em Lourenço Marques, dizendo simplesmente que eram mais numerosos do que quando ele tinha tomado conta do lugar. Em resposta a mais perguntas sobre o seu aproveitamento, disse-me que os estudantes negros se aproximavam dos brancos em ciências físicas e matemáticas, mas que nas artes, especialmente em língua e literatura portuguesas, eram mais fracos. Também sugeriu que a pobreza da língua fosse a razão dos seus insucessos noutras matérias de letras, porque, embora os examinadores não soubessem de que raça era o estudante, podiam sempre dizer, pela insuficiência da gramática portuguesa, quais eram os alunos africanos. Mais tarde, conversando com um padre católico, perguntei de novo qual era o número de estudantes negros que frequentavam o Liceu de Lourenço Marques. Ele começou por apontar com orgulho que na África Portuguesa os estudantes não são identificados pela raça, e daí passou a calcular que seriam uns vinte. Quando viu o meu desapontamento, acrescentou rapidamente que havia mais estudantes africanos na outra escola do Governo no alto da cidade. Contudo, quando eu próprio visitei a escola, descobri que a proporção era ainda grandemente a favor dos brancos: falando com alguns estudantes africanos, compreendi que não haveria mais do que quarenta estudantes africanos, num total de 800 alunos.

O papel da Igreja em Moçambique

Estando a educação do Africano quase inteiramente nas mãos da Igreja, vale a pena olhar mais de perto para a posição geral da Igreja, suas actividades e atitudes.

Enquanto o Acto Colonial proclama liberdade de consciência e liberdade de várias religiões, ao mesmo tempo e de maneira contraditória providencia uma protecção especial e assistência à Igreja Católica e ao seu programa missionário. Renegando uma atitude anterior, mantida durante as duas primeiras décadas que se seguiram à implantação da República, o Governo Português reconheceu os direitos e as funções especiais da Igreja, que são «cristianizar e educar para nacionalizar e civilizar as populações nativas». Em Moçambique esta política é regida por adequadas disposições constitucionais, começando pelo Acordo Missionário de 1940 — que reproduziu em pormenor os princípios contidos na Concordata de 7 de Maio de 1940 entre Portugal e a Santa Sé — e o Estatuto Missionário de 1941. Por estes acordos, o Governo Português compromete-se a subsidiar os programas missionários da Igreja, limitando as actividades dos missionários estrangeiros não católicos, e desanimando o influxo de missionários católicos estrangeiros.

Numa população moçambicana avaliada em 7 milhões, o número dos que se dizem católicos é de cerca de 800 000. Estes são servidos por cerca de 100 missões e igrejas paroquiais, guiados por padres seculares e religiosos de várias ordens, incluindo franciscanos, dominicanos, beneditinos, lazaristas e padres da Congregação do Espírito Santo. Em 1959 havia em Moçambique 240 padres e religiosos. E, destes, só três eram africanos. Algumas das mais importantes actividades da Igreja Católica eram a «fundação e direcção de escolas para crianças europeias e africanas, escolas elementares, secundárias e profissionais e seminários... assim como enfermarias e hospitais». Toda a responsabilidade de educar o povo africano foi entregue à Igreja Católica, apesar do facto de a esmagadora maioria dos africanos não serem cristãos. E a isto acresce o encargo de preparar aqueles africanos que pudessem tornar-se assimilados à cultura portuguesa. Os Portugueses acreditam que há mais probabilidade de um africano se tornar um português completo se ele for católico. Esta convicção, tantas vezes expressa por funcionários do Governo, é comprovada por uma declaração

feita em 1960 pelo Dr. Adriano Moreira, então subsecretário da Administração Ultramarina. Embora afirmando que a lealdade política não dependia de qualificações cristãs, o Dr. Moreira declarou que a actividade missionária católica estava inseparavelmente ligada ao patriotismo, e que a formação de qualidades cristãs levava à formação de qualidades portuguesas.

Foi esta posição que levou à separação da educação das crianças africanas das europeias, separação tanto mais estranha quanto é certo que em quaisquer outras partes do Mundo a Igreja Católica insiste em educar os filhos dos seus membros. Todavia, em Moçambique os filhos dos Europeus, 95% dos quais são católicos, são entregues a escolas seculares dirigidas pelo Estado. A intenção desta política é obviamente doutrinar os filhos dos nativos moçambicanos negros, assegurando assim ao Governo uma população dócil e leal a Portugal.

Esta atitude do Governo Português está tão enraizada que domina toda a política, mesmo em decisões como a entrada de missionários cristãos estrangeiros, católicos ou protestantes, no país. Desde o século XVII, os missionários estrangeiros eram suspeitos de «desnacionalizarem os nativos» e de agirem como guardas avançadas de governos estrangeiros. Quando estes missionários são protestantes, aumentam os medos e ressentimentos. Consequentemente, durante muitos anos as missões protestantes em Moçambique foram manietadas e muitas vezes obstruídas por uma poderosa combinação do clero católico português com a administração colonial. De vez em quando são feitas declarações públicas, por altos funcionários do governo colonial, atacando as missões protestantes, acusando-as de fomentarem sentimentos antiportugueses entre a população africana. De facto, recentemente, os missionários protestantes foram atacados como responsáveis pelo crescimento do nacionalismo tanto em Angola como em Moçambique.

Na realidade, a liderança dos movimentos nacionalistas nos dois países é de religiões várias. Na nossa Frente de Libertação de Moçambique, muitos dos membros do Comité Central, que dirige todo o programa de luta, ou são católicos, ou per-

tencem a famílias católicas. O homem que primeiro comandou o nosso programa de acção militar, o falecido Filipe Magaia, tinha sido baptizado na Igreja Católica Romana, como o foi Samora Machel, actual chefe do Exército de Libertação. A maioria dos nossos estudantes ausentes, que fugiram das escolas portuguesas de Moçambique ou de Portugal, é católica. Quando, em Maio de 1961, mais de cem estudantes universitários das colónias portuguesas de África fugiram das universidades portuguesas para França, Suíça e Alemanha Ocidental, mais de oitenta de entre eles se declararam católicos ou vindos de famílias católicas. Não há, portanto, provas que apoiem as acusações portuguesas, que devem antes basear-se nas finalidades da Igreja, seus métodos e atitudes que pretende inculcar.

A educação elementar que a Igreja dá aos africanos é de conteúdo altamente religioso, com grande parte dos horários preenchida por aprendizagem de conhecimentos religiosos. Além disto, o nível das matérias ensinadas —português, leitura, escrita e aritmética— é muito baixo. Os cursos são orientados para Portugal. A História e Geografia ensinadas são história e geografia de Portugal. A África é somente afluada em ligação com o Império Português. Além disso, grande parte do tempo é passada em trabalho manual, em prejuízo de matérias académicas. Embora os resultados deste trabalho beneficiem a missão, não são aceites como compensação das propinas. Tudo isto é ilustrado por este testemunho dum ex-aluno da missão de Imbuho, Gabriel Maurício Nantimbo (província de Cabo Delgado):

«Eu estudei na missão, mas o ensino era mau. Primeiro, só nos ensinavam o que queriam que nós aprendêssemos — o catecismo; não queriam que ficássemos a saber outras coisas. Todas as manhãs tínhamos que trabalhar nos campos da missão. Diziam que os nossos pais não pagavam a nossa comida ou o nosso material escolar. A missão também recebia dinheiro do Governo, e as nossas famílias pagavam propinas. Depois de 1958 os nossos pais até tinham que pagar as enxadas com as quais cavávamos a terra da missão.»

No decorrer da educação, a Igreja naturalmente tenta instilar nos alunos atitudes políticas e morais, e em relação com isto é importante examinar o papel da Igreja para com o Estado Português. Em geral, a hierarquia católica portuguesa apoia o programa do regime de Lisboa na metrópole e ultramar. E o Vaticano pouco faz para alterar esta relação. Na realidade, na sua visita a Portugal em 1967, o Papa fez uma dádiva de 4 410 000\$00 ao Governo Português, para «uso ultramarino», e nomeou o Cardeal de Lisboa Bispo das Forças Armadas Portuguesas, com o posto de brigadeiro. A atitude do Governo para com a Igreja está claramente expressa numa declaração feita em 28 de Agosto de 1967 pelo subsecretário da Administração Ultramarina: «Quando o Estado confia às missões católicas parte do trabalho de educação, o Estado tem a certeza de que as missões trabalharão para o bem comum na tarefa que lhes é confiada. E quando a Igreja aceita esta tarefa, a Igreja também fica certa de que o Estado escolheu o melhor caminho para defender os interesses que é seu dever defender. Disto podemos concluir que, no auspicioso trabalho que durante séculos têm levado a efeito em África, as actividades da Igreja e do Estado continuarão em perfeita harmonia, conduzidas pelos mesmos ideais.»

Para muitos católicos portugueses, ser católico e ser português são uma e a mesma coisa. E não conhecemos caso algum, durante os últimos quarenta anos, em que a Igreja Católica de Portugal se sentisse obrigada a protestar oficialmente contra os muitos actos de selvajaria do Governo Português contra o povo africano. Pelo contrário, os mais altos dignitários da Igreja tenderam sempre a dar apoio à política e conduta do Governo. A única excepção a esta regra foi a posição dum chefe da Igreja em Moçambique, o Bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende. Durante vários anos ele atreveu-se mesmo a questionar o Governo pelo tratamento dado aos cultivadores de algodão negros. Nas suas cartas pastorais mensais, publicadas num periódico da Igreja, criticou frequentemente a forma como o Governo punha em prática parte da sua política africana.

O Bispo Resende é um dos liberais portugueses que acreditam na possibilidade de criar na África um novo Brasil, onde a cultura portuguesa possa florescer mesmo depois da independência. A impressão que se tem da sua posição, através de algumas das suas pastorais e dum jornal diário cuja direcção lhe é atribuída, é de que ele só pode conceber um Moçambique independente dentro duma comunidade de interesses portugueses, culturais, religiosos e económicos. A sua intenção era liberalizar a política, em lugar de a mudar radicalmente. Mas quando, finalmente, algumas das suas opiniões começaram a aborrecer o regime de Salazar, recebeu do Vaticano ordem para se abster de as publicar. Subsequentemente, o Governo cortou alguns dos privilégios de que anteriormente gozava, particularmente tirando-lhe as responsabilidades de director da única escola secundária existente na Beira.

A declaração mais clara, jamais feita por um dirigente da Igreja Portuguesa, sobre a questão da autodeterminação e da independência veio do Mons. Custódio Alvim Pereira, Bispo Auxiliar de Lourenço Marques. Se a sua posição é considerada representativa da Igreja Católica Romana, então a Igreja é inequivocamente contra a independência. Numa recente circular, lida em todas as igrejas católicas e seminários de Moçambique, o Bispo definiu dez pontos cuja finalidade era convencer o clero de que a independência do povo africano era não só um erro, mas também contrária à vontade de Deus. A declaração diz:

- «1. A independência não conta para o bem-estar do homem. Pode ser boa se existirem as condições adequadas (as condições culturais ainda não existem em Moçambique).
2. Enquanto estas condições não forem criadas, tomar parte em movimentos pró-independência é agir contra a natureza.
3. Mesmo se existissem estas condições, a Metrópole tem o direito de se opor à independência se as liberdades e os direitos do homem forem respeitados e se (a Metrópole)

satisfizer o bem-estar e o progresso civil e religioso de todos.

4. Todos os movimentos que empregam a força (terroristas) são contra a lei natural, porque a independência, admitindo-se como boa, deve ser obtida por meios pacíficos.
5. Quando o movimento é terrorista, o clero tem obrigação, em consciência, não só de abster-se de tomar parte nele, mas também de se opor a ele. Esta (obrigação) deriva da natureza da sua missão (como dirigente religioso).
6. Mesmo quando o movimento é pacífico, o clero deve abster-se, a fim de manter a influência espiritual sobre todo o povo. O Superior da Igreja pode impor essa abstenção; ele impõe-na agora para Lourenço Marques.
7. O povo nativo da África tem obrigação de agradecer aos colonizadores todos os benefícios que deles recebem.
8. Os mais educados têm o dever de guiar aqueles que têm menos educação contra todas as ilusões de independência.
9. Os actuais movimentos de independência têm, quase todos, o sinal da revolta e do comunismo; não têm razão alguma; não devemos, portanto, apoiar esses movimentos. A doutrina da Santa Sé é bem clara quanto ao comunismo ateu e revolucionário. A grande revolução é a do Evangelho.
10. A palavra de ordem «África para os Africanos» é uma monstruosidade filosófica e um desafio à civilização cristã, porque os acontecimentos de hoje dizem-nos que o comunismo e o islamismo querem impor a sua civilização sobre os Africanos.»

É evidente que não é por acaso que a Igreja adopta este ponto de vista, e que a educação do africano é confiada à Igreja; é ainda mais um sinal de que a finalidade da educação portuguesa dos africanos é a submissão, não o desenvolvimento. Em teoria, o fim da educação é ajudar o africano a «civilizar-se»

e torná-lo um «português». Isto, em si, é um ponto de vista etnocêntrico estreito, mas ao menos ofereceria aos africanos a oportunidade de se desenvolverem, mesmo que não fosse na direcção mais desejável. Na prática, contudo, nada disto é levado a cabo. O sistema é organizado de modo a tornar quase impossível a um africano obter educação que o qualifique para mais alguma coisa do que o trabalho insignificante. Todo o sistema do ensino africano é delineado para produzir não cidadãos mas servos de Portugal.

A economia de exploração

A política portuguesa coloca em linhas paralelas os interesses dos Europeus, como mentores da transformação de regiões atrasadas, e os interesses dos nativos, como massa a educar para se tornar parte dum futuro povo civilizado. Assim, Portugal não pode aceitar em termos absolutos o princípio da «primazia dos interesses nativos»; pelo contrário, os seus métodos tradicionais aproximam-se mais daquilo a que Lugard chamou «Dual Mandate»

MARCELO CAETANO, *Colonizing Traditions, Principles and Methods of the Portuguese*, Lisboa, 1961.

O papel das colónias

Segundo a Constituição Portuguesa, o Governo não aceita sequer um verdadeiro «duplo mandato» a respeito das suas colónias: o seu propósito de manter-se nelas é, primeiro e acima de tudo, poder explorar sistematicamente os recursos dos territórios, estabelecer famílias portuguesas nas colónias e regular o movimento dos trabalhadores africanos, incluindo a disciplina e protecção dos trabalhadores imigrantes. Todas as outras razões, tais como levantar os padrões morais e sociais dos habitantes e realizar a justiça social, são consideradas secundárias.

Para compreender a relação económica entre Portugal e as suas colónias, deve primeiro considerar-se a própria economia de Portugal. Portugal é pequeno e economicamente atrasado.

O seu território representa uma fracção de Moçambique, com 9 milhões de habitantes, população pouco mais elevada do que a da colónia. Em 1961, o rendimento nacional total era de 64 200 000 milhões de escudos, o que representa um rendimento *per capita* de cerca de 250 dólares ao ano, um dos mais baixos da Europa. A sua taxa de desenvolvimento económico é lenta. Tem poucos recursos minerais e pequena indústria. Em resultado do seu terreno montanhoso e dos métodos agrícolas primitivos, que, praticados durante séculos, causaram uma extensa erosão do solo, tem falta de terra cultivável.

Todavia, e apesar da escassez de terra, metade da população trabalha na agricultura, sendo a situação agravada pela concentração da propriedade nas mãos de poucos e poderosos senhores. 0,4% dos proprietários de terra possuem 45% da terra, e os 500 maiores latifundiários controlam mais terra do que os 500 000 pequenos proprietários. O desemprego e o subemprego são endémicos.

A indústria, tal como a terra, está concentrada nas mãos de uns poucos capitalistas. O salário industrial médio é de cerca de 1 dólar por dia. Houve sempre uma falta crónica de capital interno, e a economia baseia-se largamente em investimento estrangeiro (até 1930 este era principalmente inglês, mas desde então a França, a Alemanha e os Estados Unidos tornaram-se importantes fornecedores de capital). A pobreza da população conduziu a uma extensa emigração clandestina para França, que o Governo tentou limitar, mas sem resultado. O atraso da economia nacional dá a Portugal uma balança comercial permanentemente deficitária; as suas principais exportações para países estrangeiros são cortiça, volfrâmio, tecidos de algodão, vinhos e sardinhas, mas em contrapartida tem que importar quase todos os produtos manufacturados, além dos têxteis que utiliza. Entre 1955 e 1959, o valor das exportações portuguesas cobria apenas 62% do valor das suas importações; em 1964, atingiu 66%, e desde então a diferença acentuou-se.

Números de 1964*

	Toneladas	Milhões de escudos
Importações	5 527 000	22 320
Exportações	3 614 000	14 831

Esta situação é parcialmente compensada pelas trocas com as «províncias ultramarinas», que sempre mostraram uma balança de pagamentos favorável em relação com outros países e desfavorável com o próprio Portugal.

Distribuição das trocas comerciais das «províncias ultramarinas» em 1963 (em milhões de escudos)*

	Importações	Exportações
Total	11 370	9 888
Com Portugal	4 219	3 193
Com países da OCDE	3 628	4 650
Com os EUA	646	1 712

Dados recentes de Moçambique mostram que, durante o 1.º semestre de 1967, houve na balança de pagamentos um saldo negativo de 668 milhões de escudos dentro da zona do escudo, e um saldo favorável de 343 milhões de escudos relativamente ao resto do Mundo.

Já se pode começar a ver por que é que para Portugal as colónias têm tanta importância: os seus recursos podem compensar a escassez de recursos de Portugal; elas constituem uma saída de emigração para uma massa de povo pobre e muitas vezes desempregado, que ao mesmo tempo permanece sob a jurisdição portuguesa, contribuindo para o rendimento nacional e sujeita ao serviço militar; tendo as colónias uma balança comercial favorável em relação a outros países, contribuem para a retenção de reservas em divisas estrangeiras. Um exame da estrutura económica mostrará com mais pormenores como Portugal tira proveito destes trunfos.

* De Portugal 1967: *Any More Questions Please*, Portuguese Information Service.

Os princípios subjacentes ao sistema económico de Portugal metropolitano estão defendidos nas leis básicas da organização corporativa do Estado. Por exemplo, define-se na constituição do Estado que «a empresa privada é reconhecida como o mais prolífico instrumento do progresso e da economia da Nação»; o Estado fica apenas como coordenador e regulador da vida económica e social, e árbitro dos objectivos económicos e sociais. A Constituição, de facto, proíbe ao Estado intervir no comércio ou estabelecer novas indústrias, excepto onde os interesses económicos privados não podem fazer face aos investimentos iniciais. Residindo o verdadeiro poder político em Portugal na Câmara Corporativa, corpo constituído por representantes das corporações (grémios), «os interesses económicos da Nação» são de facto determinados por uma minoria de poderosos.

Este mesmo sistema é extensivo aos territórios ultramarinos. Na Constituição Portuguesa, as relações económicas com o ultramar definem-se do seguinte modo: A organização económica dos territórios ultramarinos portugueses será parte integrante da organização económica geral da Nação Portuguesa e, consequentemente, da economia mundial.

Dentro desta estrutura está também previsto que Portugal metropolitano «assegurará, através de medidas tomadas pelas autoridades competentes, um equilíbrio adequado entre os vários interesses económicos». Como em Portugal metropolitano, fundaram-se em Moçambique corporações de produtores de cereais, indústrias de óleos vegetais, cultivadores de chá e tabaco, cuja função é auxiliar o Governo no planeamento e direcção da exploração dos recursos naturais e humanos do País.

O próprio Primeiro-Ministro Salazar declarou que os territórios ultramarinos eram «solução lógica para o problema de excesso de população em Portugal, fixando portugueses da metrópole nas colónias e produzindo estas as matérias-primas para venda à metrópole em troca de produtos manufacturados».

Embora em Portugal os interesses estrangeiros estejam sob legislação especial restritiva, esta não se aplica aos territórios ultramarinos. Habitualmente, o Governo Português

requer a participação de capital português nas companhias estrangeiras, o registo das companhias, e a nomeação de portugueses para os conselhos de administração, embora o capital português possa não exceder 50%. O único sector da economia em que o capital português deve ser de 51% é o que está relacionado com o uso e exploração de concessões de terra. Este requisito, porém, só foi aplicado aos territórios do ultramar em 1947. Em Moçambique, quase todas as companhias estrangeiras possuidoras de vastas extensões de terra foram fundadas muito tempo antes disto, e nelas é insignificante a participação portuguesa.

Mesmo o decreto de 1947 que introduziu nos territórios ultramarinos a obrigação dos 51% de participação não foi totalmente vinculativo, visto que a mesma lei deu ao ministro do Ultramar poderes para, em casos especiais, dispensar o cumprimento daquela obrigação. Além disso, foram suprimidas as restrições aos investimentos estrangeiros, em Abril de 1951, e adoptadas novas regras pelas quais as empresas total óu parcialmente pertencentes a estrangeiros podiam ser estabelecidas nos vários sectores económicos do ultramar, com os mesmos privilégios de direitos e isenções que as empresas nacionais, desde que os seus proprietários residissem num território português ou estivessem domiciliados no ultramar.

Confrontado com as guerras coloniais desde a deflagração de 1961 em Angola, o Governo decidiu eliminar todas as restrições à entrada de capital estrangeiro nas colónias, na esperança de conquistar apoio financeiro e político doutros países, para a manutenção do Império Português.

Dentro da política de exploração dos recursos dos territórios coloniais, o regime de Salazar insiste num processo de integração económica, estabelecendo, em 1961, normas pelas quais a mãe-pátria e os territórios ultramarinos devem, dentro de dez anos, tornar-se uma única comunidade económica-comercial e monetária. Isto significa que, pelos fins de 1971, as restrições alfandegárias existentes entre as colónias e a mãe-pátria terão sido progressivamente eliminadas. Segundo os

termos desta lei, todas as divisas estrangeiras ganhas pelos territórios ultramarinos em pagamento de exportações devem ser directamente depositadas no Banco de Portugal em Lisboa, que, por sua vez, creditará à respectiva colónia a quantia equivalente em moeda portuguesa. A fim de facultar a cada colónia o pagamento das suas dívidas interterritoriais, Portugal criou o Fundo Monetário da Zona do Escudo:

Na prossecução dos seus fins económicos, era pois necessário: 1) integrar toda a economia da nação em conjunto com a das colónias; 2) centralizar em Lisboa a maquinaria política do império colonial; 3) cortar cerce todas as tendências das possessões africanas para a independência, a ponto de formar um exército que ultrapassava em muito as necessidades de Portugal metropolitano.

A fim de facilitar o controle da vida económica das colónias, assim como por razões políticas, o Governo Português decidiu unilateralmente alterar a Constituição em 1951, declarando que Portugal era uma nação composta não só pela metrópole, mas também pelos territórios ultramarinos. Anteriormente, já o regime salazarista tinha gradualmente reduzido, e finalmente eliminado, quaisquer contributos financeiros de Portugal para desenvolvimento das colónias, insistindo em que cada uma deveria pagar as suas próprias despesas com os seus próprios recursos, de modo que: 1) os orçamentos dos territórios ultramarinos sejam equilibrados; 2) as receitas provenham dos recursos locais; 3) as despesas sejam completamente liquidadas pelo orçamento do território.

Além disso, os territórios coloniais são obrigados a pagar as despesas de manutenção de várias instituições políticas, económicas e educacionais em Portugal metropolitano, tais como o Conselho Superior do Ultramar, a Agência-Geral do Ultramar, o Instituto de Medicina Tropical e o Centro de Estudos Ultramarinos. Em 1961, essas despesas extraterritoriais custaram às três colónias africanas mais de 35 milhões de escudos.

E o Governo Português insiste em que dois terços do orçamento para organizações não governamentais, tais como os serviços de coordenação de exportação de algodão, cereais, e café, estejam a cargo dos territórios ultramarinos.

Apesar destas medidas, porém, poderia parecer que Portugal obtém benefício económico líquido somente de Angola, e que no caso de Moçambique tem prejuízo financeiro real. Isto não significa, todavia, que Portugal fique a perder, em termos de ganho económico real. O paradoxo está nos pormenores do intercâmbio económico entre Moçambique e Portugal metropolitano. Moçambique é principalmente exportador de matérias-primas e importador de bens manufacturados. Excepcionalmente indústrias locais de importância. Muito do açúcar é exportado em rama para ser refinado em Portugal metropolitano. O mesmo acontece com o algodão: é enviado para Portugal, onde as indústrias têxteis o transformam em fio e tecido. Desde 1961 estes processos começaram a mudar, e, com auxílio de capital estrangeiro, foram montadas na colónia certo número de pequenas fábricas e unidades de montagem. Recentemente foram mesmo concedidas algumas licenças de produção de têxteis em Moçambique, visto que se obtém algodão de melhor qualidade e preço doutras partes do Mundo (como os Estados Unidos). Apesar disto, as indústrias têxteis portuguesas ainda preferem importar a maior parte das suas quotas de algodão de Angola e Moçambique, por três razões: poder ser pago em moeda nacional; os preços serem fixados pelo Governo, suficientemente inferiores aos do mercado mundial para representar considerável poupança; e disporem em exclusivo de um mercado de 12 milhões de pessoas que consomem os seus produtos acabados. Há pouco tempo foi dito, pelo Professor Quintanilha, chefe do Centro de Pesquisa do Algodão de Moçambique, que se Portugal tivesse tido que importar todo o algodão para a sua indústria têxtil, nos últimos cinco anos, isso teria significado um investimento anual da ordem dos 12 milhões de libras. Em vez disso, a indústria têxtil traz à

economia portuguesa um rendimento anual de 18 milhões de libras.

Um estudo da lista anual de bens manufacturados importados por Moçambique mostra a preponderância de dois artigos importantes, *têstéis de algodão e vinhos e aguardentes*, ambas as coisas produzidas em Portugal, em grandes quantidades. De facto, Moçambique importa mais tecidos e vinhos (em quantidade e valor) do que equipamento industrial e agrícola. Dos produtos que têm que ser importados de fora da zona do escudo, é de notar o grande número de veículos particulares em Moçambique, que não são evidentemente para uso da população africana pobre, mas para os poucos privilegiados não africanos.

Assim, a estrutura das trocas entre Portugal e os territórios ultramarinos é típica do sistema colonial português, na medida em que a vida económica dos territórios coloniais é conduzida para a satisfação dos interesses de Portugal metropolitano, mais do que para os seus próprios interesses; as colónias abastecem Portugal metropolitano com produtos tropicais, matérias-primas básicas, servindo em contrapartida de mercado cativo e de despejo de produtos industriais inferiores, e para os vinhos e aguardentes, que têm dado fama a Portugal. Também recentemente adquiriram nova importância como meio de ganhar divisas. Os métodos de produção em Moçambique reflectem esta escala de prioridades: os interesses de Portugal estão acima dos de Moçambique, como dentro de Moçambique os interesses da minoria branca estão acima dos dos moçambicanos africanos.

Para promover semelhante política, o regime de Salazar, desde o início, empenhou-se em aumentar a produção de bens agrícolas comercializáveis introduzindo novos métodos de distribuição e controle de terras; e em reduzir pela força a produção de bens agrícolas de consumo tradicionalmente usados pela população africana. Também contrariou o desenvolvimento de cooperativas africanas agrícolas e de consumo, receando que competissem com os interesses dos colonos europeus.

Produção de culturas para venda

Moçambique é principalmente um país agrícola, sendo os seus produtos mais importantes o algodão, o sisal, a cana-de-açúcar, o arroz, o chá, o tabaco, o coco, o caju e vários tipos de oleaginosas. Esta produção segue um certo padrão racial que ilustra a política económica colonial e a prática portuguesa. Em geral, o algodão e o arroz são cultivados pelos africanos em campos individuais ou familiares. O coco, a cana-de-açúcar, o chá e o sisal são produzidos por cultivadores europeus, quase sempre em grandes propriedades individuais, ou em grandes plantações, o que exige muito capital inicial.

A produção de arroz e algodão pelos cultivadores africanos não é espontânea; em virtude do controle dos preços, não há estímulo de lucro que os leve a fazê-la por iniciativa própria. O Governo obriga-os a trabalhar nestas culturas, algumas vezes em lotes de terra especialmente atribuídos para esse fim, outras vezes nas suas próprias terras tradicionais.

Tomemos por exemplo a cultura do algodão. Quando, em 1928, Salazar subiu ao Poder, as colónias portuguesas de África produziam cerca de 800 t de algodão, enquanto as indústrias têxteis portuguesas necessitavam de 17 000 t. Uma das primeiras medidas tomadas pelo regime de Salazar foi a instituição dum sistema de cultura forçada do algodão nas duas principais colónias africanas. Em Angola, decretos-leis especiais obrigaram todos os africanos válidos residentes em determinadas áreas a cultivar algodão. Em Moçambique, não foi necessário promulgar novas leis, visto que a obrigação de cultivar o algodão podia ser deduzida de anteriores disposições legais sobre mão-de-obra e agricultura. Em meados dos anos cinquenta, o número de africanos que trabalhavam na cultura do algodão tinha subido a meio milhão, e a produção, só em Moçambique, tinha atingido 140 000 t. A indústria têxtil portuguesa, que em Portugal emprega um terço da força industrial de trabalho e produz um quinto do valor total das exportações, recebia das colónias 82% das suas matérias-primas.

Até 1961, a direcção e a supervisão da produção do algodão foi exercida pelos agentes das companhias concessionárias, com o apoio dos serviços administrativos locais, sob a orientação geral da Comissão de Exportação do Algodão. Dentro deste sistema, a Comissão designou as áreas de cultura, determinando a quantidade de terra a ser cultivada por cada indivíduo ou família africana.

Em 1930, a Comissão de Exportação do Algodão promulgou «instruções gerais», que mais tarde foram aprovadas pelo Governador-Geral, estabelecendo as condições de cultura do algodão pelos africanos. Todos os africanos válidos do sexo masculino, entre as idades de 18 e 55 anos, eram designados «cultivadores de algodão», e tinham que cultivar 1,5 ha de algodão cada um, mais cerca de 1 ha por cada mulher, mais outro tanto de culturas alimentares. As mulheres solteiras de idades entre os 18 e os 45 anos e os homens entre os 55 e os 60 anos foram designados «cultivadores de algodão», responsáveis por 1 ha de algodão, mais outro tanto de culturas alimentares.

Mais pormenores da organização são descritos pelo Professor Marvin Harris na sua monografia *Portugal's Africans Wards**:

«Nesta moderna servidão, o papel do senhor medieval é exercido por doze companhias portuguesas, cada uma das quais recebeu direitos de concessão sobre a produção do algodão em vastas áreas de Moçambique. Os *indígenas*, dentro das áreas da concessão de cada companhia, recebem lotes de terra de algodão, por intermédio das autoridades administrativas. Não podem escolher e têm que plantar, cultivar e colher algodão, onde quer que lhes seja definido. Depois têm que vender o algodão à companhia concessionária da sua área a preços marcados pelo Governo, muito inferiores aos que se podiam obter no mercado internacional. [...] Em 1956, havia 519 000 cultiva-

* Nova York, 1958.

dores africanos que participavam na campanha do algodão [...] o número actual de homens, mulheres e crianças forçados a plantar algodão (em superfícies roubadas à cultura de produtos alimentares) excede provavelmente um milhão. Em 1956, os 519 000 vendedores recebiam uma média de 328\$40 por pessoa como recompensa familiar por um ano inteiro de trabalho.»

Era obrigação da administração portuguesa assegurar que todo o algodão produzido fosse apresentado anualmente nos mercados, para que a companhia concessionária o comprasse, de modo que o produtor africano não pudesse vender o seu algodão noutros lados. Deste modo, tanto a companhia privada no gozo de direitos monopolistas como o Governo Português podiam marcar os preços conforme queriam, garantindo assim o lucro anual almejado.

Este sistema enriqueceu as companhias europeias interessadas e teve diferente e, por vezes, desastroso resultado para a grande parte dos africanos. Despedaçou as suas actividades económicas normais, reduzindo a produção de géneros alimentares de consumo e provocando períodos recorrentes de fome, enquanto que, durante a plantação, cultura e colheita, o africano médio era constantemente perseguido pela polícia, cada casa era passada a pente fino, donde cada homem, mulher e criança eram obrigados a ir para os campos do algodão, a fim de haver a certeza de que não trabalhavam em coisa alguma que não fosse o algodão. Além disso, a ânsia de lucros das companhias concessionárias levou o Governo a forçar os africanos a cultivarem o algodão em terras marginais, daí resultando situações económicas de extrema dureza para os próprios cultivadores, muitos dos quais ganham menos do que £ 2.10 por ano pela venda do algodão.

As «reformas» de 1961 trouxeram algumas modificações no sistema, a principal das quais foi remover a base legal para a cultura obrigatória. Como em outros campos, contudo, a mudança da lei teve poucos resultados na prática. Os depoimentos que vêm a seguir ilustram tudo isto, e são provenientes

de moçambicanos que trabalhavam nas áreas de produção de algodão até pelo menos 1964, quando as lutas de libertação forçaram algumas das companhias a fechar. As condições por eles descritas ainda prevalecem nas regiões até agora não muito atingidas pela guerra.

Rita Mulumbua (província do Niassa):

«Meus pais são camponeses. Na nossa terra cultivávamos cassava, feijão e milho. Também cultivávamos algodão, que vendíamos a uma companhia. Vendíamos um saco de algodão por 25 a 50 escudos, conforme a qualidade e o ano. Num ano bom o meu pai deve ter vendido 10 sacos. Pagou 195 escudos de imposto.

Eu trabalhava nos campos do algodão. Nós não queríamos algodão, mas éramos obrigados a cultivá-lo; queríamos cultivar cassava, feijão e milho. Se nos recusássemos a cultivar algodão, eles prendiam-nos, punham-nos correntes, batiam-nos e mandavam-nos para sítios donde muitos não voltavam mais. Quando eu era pequena, conhecia o chefe Navativa; eles prenderam-no e nunca mais foi visto.»

Gabriel Maurício Nantimbo (província de Cabo Delgado):

«Toda a minha família produzia algodão para a Companhia Agrícola Algodoeira. Quando a companhia se instalou na nossa região para a explorar, todos foram obrigados a cultivar um campo de algodão. Cada pessoa recebia semente. Depois, era preciso limpar o terreno, desbastar o plantio, porque, se a plantação está muito basta, a produção baixa, e mondar. Finalmente, depois da colheita, a companhia avisava-nos do local aonde devíamos levar os fardos, e comprava-nos o algodão pagando muito mal. Era-nos muito difícil ganhar o nosso sustento, porque nos pagavam muito pouco, e não tínhamos tempo de tratar das outras culturas: o algodão precisa de atenção permanente, tem de se desbastar e mondar constantemente.

O tempo de crescimento do algodão era sempre um tempo de grande pobreza, porque só podíamos produzir algodão; por ele obtínhamos preço baixo e não restava tempo para outras

culturas. Éramos forçados a produzir algodão. O povo não queria; sabia que o algodão traz a pobreza, mas a companhia era protegida pelo Governo. Sabíamos que quem recusasse era mandado para as plantações de S. Tomé, onde trabalharia sem receber qualquer salário. Assim, para não aumentar a nossa pobreza, para não deixar a família e os filhos a sofrer sozinhos, tínhamos que cultivar algodão. A companhia e o Governo trabalhavam juntos para reforçar o sistema... Um dia, o meu tio adoeceu e não pôde tratar do seu campo. O gerente da companhia mandou-o às autoridades, a quem ele disse que estava doente... O administrador disse-lhe: 'Você é um homem mau. Pensa que os outros não ficam doentes? Que todos os que estão nos campos andam com boa saúde?' Meu tio respondeu: 'Há várias doenças. Algumas deixam a gente trabalhar, outras não. Eu não consigo trabalhar.' Prenderam-no e mandaram-no para S. Tomé por um ano.»

Os europeus produtores de algodão e outras culturas para venda não estão sujeitos aos mesmos regulamentos que os africanos. Sem falar nas vastas concessões de terra que recebem do Governo, são favorecidos por empréstimos dos bancos. E, acima de tudo, não são obrigados a vender a produção às companhias concessionárias, mas podem vendê-la no mercado livre, regido pelos preços do mercado mundial. Os preços pagos aos produtores africanos, citados por Rita Mulumbua, são bem inferiores aos preços mundiais, o que torna possível o baixo preço de revenda aos produtores de têxteis portugueses: ainda há pouco tempo se vendia o algodão à indústria portuguesa a 17\$00 o quilo, enquanto no resto do Mundo o preço oscilava entre 20\$00 e 25\$00.

A legislação governamental reconhece como produtores exclusivamente os europeus, com direito a registo nos departamentos de exportação, quer como empregados remunerados em plantações, quer como produtores autónomos; todavia, na prática a maior parte do trabalho é feita por mão-de-obra africana.

A produção de outras culturas para venda, fora o arroz,

faz-se geralmente em grandes plantações onde a força de trabalho é africana, mas a responsabilidade da produção é da administração. Noutros aspectos, o sistema é similar: existe a mesma cooperação entre companhia e Governo; há o mesmo elemento de trabalho compulsivo e de baixos custos para a companhia, neste caso obtidos pelo pagamento de baixos salários ao africano, em vez de baixos preços pagos pelos seus produtos. Uma descrição do trabalho numa plantação de chá da Zambézia mostra que o efeito prático, para o africano, é muito semelhante:

Joaquim Maquival (província da Zambézia):

«Tínhamos que trabalhar na terra do Governo, ao menos esta não é terra do Governo; pertence a uma companhia, mas era o Governo que nos obrigava a lá trabalhar. A terra pertencia à Sociedade de Chá Oriental de Milanje. O Governo veio e prendeu-nos nas nossas aldeias e mandou-nos para a companhia; isto é, a companhia pagou à administração ou ao Governo e então o Governo prendeu-nos e deu-nos à companhia. Comecei aos 12 anos a trabalhar para a companhia; pagavam-me 15\$00 por mês. Trabalhava desde as 6 da manhã até ao meio-dia, parávamos duas horas e continuávamos das 2 até às 6 da tarde. Toda a família trabalhava para a companhia: meus irmãos, meu pai — meu pai ainda lá está. Meu pai ganhava e ainda ganha 150\$00 por mês. Tinha que pagar 195\$00 de imposto anual. Nós não queríamos trabalhar para a companhia, mas se recusássemos o Governo mandava a polícia às aldeias e prendiam aqueles que recusavam, e se fugiam o Governo punha a circular fotografias e dava início à caçada ao homem. Quando os apanhavam batiam-lhes, metiam-nos na prisão e quando saíam tinham que ir trabalhar sem receber fêria; o argumento era que eles fugiam porque não precisavam de dinheiro... Assim, nos nossos campos só ficavam as nossas mães, que pouco podiam fazer. Só tínhamos para comer o pouco que elas conseguiam produzir. Não tínhamos açúcar nem chá — tínhamos que trabalhar no chá, mas não lhe sabíamos o gosto. Nunca entrava chá nas nossas casas.»

Agricultura mista

A ocupação normal da maioria dos africanos, se não houvesse impedimentos, seria a agricultura de subsistência. Esta actividade, quando não é activamente dificultada pelo Governo, é pouco auxiliada por ele. Os lavradores africanos têm pouco direito a apoio e auxílios do Governo, exceptuando a distribuição ocasional de sementes de qualidade, que de qualquer modo tem que ser paga em espécies. Pelo contrário: encontram toda a casta de obstáculos legais e administrativos até poderem eventualmente estabelecer-se como lavradores independentes.

Desde 1928, aquando do início do regime de Salazar, o Governo emitiu uma série de decretos que restringiam a liberdade de os africanos escolherem o local de trabalho. De 1928 a 1961 um africano só podia dedicar-se ao trabalho agrícola independente sob as seguintes condições:

1. Deve cultivar permanentemente um ou mais lotes de terra, de acordo com as exigências oficiais.
2. Deve ser ele o principal e permanente agente das várias actividades ligadas à exploração dessa terra, onde pode ter a ajuda de parentes ou empregados pagos ou trocar serviços com outros trabalhadores.
3. Deve residir num dos lotes de terreno, com sua família.
4. Deve ter todos os impostos em dia.
5. Deve manter as suas actividades em observância das instruções do Governador-Geral.

Os requisitos acima mencionados são tão difíceis de preencher que muito poucos podem ser qualificados como lavradores independentes. E, como se tudo isto não bastasse para desanimar os africanos de se aventurarem neste empreendimento, o Governo Português ainda decretou mais que um lavrador africano pode ser expulso das suas terras se, entre outras coisas:

1. Tiver estado ausente ou abandonado os seus terrenos durante mais de quatro meses no decorrer de um ano;

2. Após três anos, não tiver mostrado suficiente desenvolvimento agrícola, pelo crescimento e aumento do valor das áreas cultivadas e do gado;
3. Dentro de três anos, não tiver constituído uma casa de tijolos no seu campo ou perto dele.

Mesmo o camponês vulgar, que nem está a tentar estabelecer-se como lavrador independente, encontra muitas dificuldades. A pior é o imposto *per capita*. Para o poderem pagar, a maioria dos camponeses tem que produzir alguma coisa para vender; mas, mais uma vez, os preços pagos aos produtores africanos são muito baixos. Por exemplo, em certa região os camponeses recebiam 1\$00 por quilo de amendoim, pago pelos comerciantes locais, que o iam revender por 5\$00.

A outra ameaça comum é a alienação de terras. Em teoria, as terras tradicionais, diferenciadas das terras que constituem colonatos brancos, pertencem aos africanos. O artigo 38.º do Estatuto Nativo de 1955 para Moçambique e Angola reafirmou esta política: «Os nativos que vivem em organizações tribais têm a garantia [...] do uso e desenvolvimento para as suas culturas e pasto do seu gado.»

Mas sob as pesadas pressões dos colonos europeus, o Governo Português cedeu. Parte da terra nativa foi expropriada, muitas vezes sem compensação, e entregue a grandes plantações de cana-de-açúcar, de chá ou de sisal, e para instalação de grupos de imigrantes brancos de Portugal. Aqui temos também testemunho directo das populações afectadas:

Natacha Deolinda (província de Manica e Sofala):

«No Buzi (Beira), os Portugueses compraram toda a terra. Havia nela algumas aldeias, cujos habitantes foram escorraçados e tiveram que deixar os seus lares e a sua terra e procurar outra terra para viver. Não receberam compensação pelas suas casas; foram pura e simplesmente expulsos. Na nossa região, fomos obrigados a sair, abandonando os nossos campos, e os Portugueses plantaram cana-de-açúcar por toda a parte. Não tínhamos

licença de utilizar os poços que tínhamos aberto; toda a água era destinada à rega da cana. Se um de nós fosse apanhado com um bocado de cana, era preso, tinha que pagar 50\$00 por um bocadinho dela. Diziam que a tínhamos roubado e, se não tivéssemos dinheiro, a administração mandava-nos trabalhar uma semana na plantação supostamente para pagar pelo bocadito de cana-de-açúcar.»

Nas áreas onde a terra era roubada para instalação de camponeses brancos, e não para desenvolvimento duma plantação, alguns dos antigos donos africanos recebiam autorização para ficar. Isto traz-nos a outra das muitas contradições do Moçambique governado por Portugal: o estabelecimento dos chamados «povoamentos multirraciais», nos ricos vales do Limpopo e do Incomati e na bacia do Zambeze, conhecidos em Portugal por *colonatos*. O sistema tinha sido idealizado pelos sociólogos de Salazar, que declaravam impossível a transição, a curto prazo, de um estilo de vida africano para uma sociedade industrial moderna. Propunham então o estabelecimento duma sociedade agrária, pela instalação de camponeses portugueses nos projectos governamentais de colonização, nalguns dos quais tinham que tomar parte os africanos, e pelo desenvolvimento de colónias agrícolas africanas que tornariam possível a assimilação económica e espiritual do africano. Parte da motivação deste esquema era apressar o aumento da população portuguesa de Moçambique. Mas o fim oficialmente declarado era criar uma população semianalfabeta de portugueses e africanos, detentores de valores rurais portugueses, dedicados à terra, politicamente conservadores, que absorvesse e desviasse as energias do africano insurrecto, e o tornasse incapaz de ameaçar os grandes interesses económicos europeus representados por empreendimentos agrícolas, principal esteio económico da colónia.

As primeiras tentativas sérias de realizar esses povoamentos deram-se nos princípios dos anos cinquenta, e os mais conhecidos *colonatos* de Moçambique encontram-se nos distritos do

Sul, especialmente no vale do Limpopo. Enquanto nesses empreendimentos agrícolas se encontram alguns africanos, a esmagadora maioria é constituída por imigrantes portugueses brancos.

Quando visitei Moçambique em 1961, falei com alguns lavradores que eram sócios de cooperativas com apoio governamental em Zavale, no Chibuto e no Chai-Chai. Também visitei alguns novos projectos agrícolas na área de Manjacaze, organizados nos moldes dos *kibbutzim* israelitas. A queixa principal dos africanos sócios era que o Governo não lhes permitia negociar com os compradores de fora. Por outras palavras, as cooperativas eram utilizadas como outra maneira de fornecer géneros agrícolas baratos às grandes companhias concessionárias, à custa do lavrador africano.

Alguns economistas portugueses e estrangeiros ficaram impressionados com as poucas cooperativas que agora funcionam nos distritos meridionais de Moçambique. Eles acreditam que estas instituições apontam o caminho do futuro, e que a auto-administração e regulamentação «democrática» aprendida nas cooperativas pode ser um primeiro passo importante para remoção da governação paternalista das colónias portuguesas. Suponhamos que há alguma verdade neste ponto de vista; em 1960, porém, havia apenas 12 000 lavradores participando em projectos cooperativos, dentro de uma população avaliada em mais de 6 500 000, ou seja um vigésimo de 1% da população total.

Mão-de-obra

Já vimos que, desde os alvares da sua dominação, os Portugueses olharam a mão-de-obra africana como um dos principais recursos coloniais a explorar para lucro de Portugal. Delineámos as leis de trabalho e indicámos como a produção de culturas ricas se baseia no trabalho forçado sub-remunerado, permitido por essas leis. Vale, contudo, a pena resumir os principais métodos de exploração de mão-de-obra, e seu lugar na economia geral da colónia.

Podem distinguir-se seis tipos principais de trabalho:

1. *Trabalho correcional*, imposto em lugar de sentença de prisão, subsequente a incriminação por infracção ao Código Penal, ou indirectamente por infracção ao Código do Trabalho, ou por não pagamento de impostos. Desde a modificação introduzida na lei em 1960-1962, a condenação nos últimos casos baseia-se em desobediência ao tribunal, em consequência de não ter sido cumprida uma ordem do tribunal impondo o pagamento de imposto ou multa.

2. *Trabalho obrigatório*, baseado originalmente numa circular governamental de 5 de Maio de 1947, intimando todos os «nativos» a trabalhar seis meses do ano para o Estado, para uma companhia ou para um indivíduo. Esta disposição foi suprimida em 1961; mas, por edicto ministerial ficou dito que a mão-de-obra pode ser requisitada para melhorar condições económicas deficientes (9 de Maio de 1961, n.º 24), e, com fundamento nesta disposição, permanece a prática do «trabalho obrigatório». Esta modalidade de trabalho é habitualmente muito mal paga (2\$00 ou 3\$00 por dia). Inicialmente destinada à construção de estradas e a obras públicas similares, é muitas vezes desviada sub-repticiamente para as plantações.

3. *Trabalho contratado*, regulamentado sob o actual Código do Trabalho Rural, e chamado contratado porque a relação patrão-empregado é de tipo contratual, conforme diz o Código. A falta de cumprimento da sua obrigação pode levar o empregado a ser punido com várias sanções civis, que podem conduzir a uma condenação e sentença de trabalho correcional. O trabalho contratado tem também tarifas salariais muito baixas.

4. *Trabalho voluntário*, em que o empregado é individualmente contratado pelo patrão. É o caso da maior parte do trabalho doméstico, e é raramente encontrado fora das cidades.

5. *Cultivo forçado*, em que o trabalhador é pago pelo que produz, e não pelo trabalho.

6. *Mão-de-obra de exportação*, trabalhadores mandados para o estrangeiro, especialmente para a África do Sul, em compensação de vários pagamentos ao Governo Português.

Este último tipo de mão-de-obra é o único que ainda não foi descrito. Na sua forma presente baseia-se num acordo entre os Governos Português e Sul-Africano, datado de 11 de Setembro de 1928, e portador do imponente título de «Acordo sobre Emigração de Nativos de Moçambique para o Transvaal; Questões relativas aos Caminhos de Ferro e Relações Comerciais entre a Colónia de Moçambique e a África do Sul». Permitia o recrutamento de 65 000 a 100 000 moçambicanos pela associação mineira do Transvaal. A Witwatersrand Native Labour Association, já favorecida pelo anterior acordo de 1903, foi encarregada do recrutamento, mediante o pagamento de £ 2.16 por cabeça ao Governo de Moçambique, por todo o homem recrutado para servir durante um período de dezoito meses. O acordo especificava que, excepto um pequeno adiantamento, os salários dos Moçambicanos seriam pagos ao Governo, que os entregava somente quando estes regressassem, depois de deduzir os impostos e em moeda portuguesa. O Governo Sul-Africano também concordou em utilizar o porto de Lourenço Marques em 47,5% das exportações e importações Moçambique-Transvaal. Igual acordo foi assinado com a Rodésia do Sul, embora a procura de mão-de-obra moçambicana ali seja menor.

A exportação de mão-de-obra continua a ser um aspecto extremamente importante da economia de Moçambique. Em 1960 houve mais de 400 000 trabalhadores moçambicanos na África do Sul e Rodésia do Sul, o que foi uma das principais fontes de rendimento e de divisas estrangeiras. O orçamento de 1961 previa um total de 6 300 000 milhões de escudos (90 000 milhões de libras); e, deste total, atribuía-se à exportação de mão-de-obra o valor de 1 200 000 milhões de escudos.

Dos seis tipos de mão-de-obra acima descritos, os primeiros cinco são destinados a produzir lucros para companhias, e

assim indirectamente para o Governo, na medida em que proporcionam custos de produção muito baixos; o último destina-se a produzir rendimento e divisas estrangeiras directamente para o Governo.

Indústria e recursos mineiros

Antes da chegada dos Portugueses à África oriental, eram exportados ouro e prata da área agora ocupada por Moçambique e pela Rodésia do Sul. Os primeiros aventureiros portugueses sonhavam encontrar grandes filões desses preciosos metais no interior, mas as suas esperanças foram goradas. Até meados deste século, a prospecção revelou pouco do valor possivelmente existente, e a colónia recusou dar mais do que modestos lucros provenientes da exploração agrícola. Todavia, recentemente, a situação alterou-se pela descoberta de vários jazigos minerais importantes, incluindo carvão, bauxite, amianto, tântalo e nióbio, pequenas quantidades de ouro e cobre e reservas de petróleo e gás natural.

A compreensão de que poderiam existir recursos mineiros importantes em Moçambique teve início ao mesmo tempo que o Governo Português se viu forçado a alargar as restrições ao investimento estrangeiro nas «províncias ultramarinas». Estes dois factores combinados incitaram uma afluência maciça de capital estrangeiro a Moçambique desde os princípios dos anos sessenta.

Esta volumosa participação de capital estrangeiro não é, de modo nenhum, um fenómeno novo, visto que mesmo as primeiras «três grandes» companhias concessionárias eram largamente financiadas do exterior. A diferença está no novo tipo de investimento e suas origens. Os primeiros investimentos eram limitados principalmente a esquemas agrários, e a primeira fonte de capital era a Grã-Bretanha. A Sena Sugar Estates é uma das mais importantes companhias dessa fase de investimentos. É de capital britânico maioritário, e é a maior produtora de açúcar de todas as colónias portuguesas: entre 1965 e 1966

representou 70% da produção total; emprega 25 000 africanos e em 1967 apresentou lucros de £ 1 400 000 antes da dedução de impostos.

Por outro lado, a nova fase de investimentos foi dominada pela África do Sul e pelos Estados Unidos, embora também fossem importantes os da Grã-Bretanha, França e Japão, bem como de países europeus ocidentais menores, tais como a Bélgica, a Suécia e a Suíça, que também contribuíram.

A extracção de minério e pequenas indústrias de processamento e manufactura adquiriram predominância sobre a produção agrícola. A prospecção de petróleo tomou lugar proeminente: a Gulf Oil, propriedade americana, iniciou a prospecção em 1953 e recebeu direitos de concessão em 1958, várias vezes prorrogados. A companhia fez várias perfurações bem sucedidas no Sul de Moçambique, incluindo a descoberta de gás natural em Pande, mas a extensão da reserva é ainda matéria de especulação. Outra companhia americana que tem estado a realizar prospecções durante vários anos é a Pan American International Oil Corporation. Em 1967, ambas as companhias receberam novas concessões. A Gulf fez nova perfuração para gás natural, perto do rio Buzi, a cerca de 30 milhas do jazigo de Pande. Os jazigos de gás natural nesta região são actualmente avaliados em 3000 milhões de metros cúbicos.

Também em 1967 foram concedidos direitos de prospecção a três novas companhias americanas — Sunray Mozambique Oil Company, Clark Mozambique Oil Company e Skelly Mozambique Oil Company — e a um grupo de companhias sul-africanas e francesas. A concessão é feita por três anos, durante os quais o investimento mínimo deve ser de 11 milhões de escudos no primeiro ano, 35 milhões no segundo e 56 milhões no terceiro. As companhias pagarão 3 milhões de escudos pelo arrendamento da superfície durante os primeiros três anos, e quando renovarem a concessão pagarão 200\$00 por quilómetro quadrado.

O grupo francês e sul-africano consiste na Anglo-American Corporation of South Africa, Société Nationale des Pétroles d'Aquitaine e Entreprises de Recherche et d'Activités Pétrolières. Esta concessão cobre uma área total de 14 000 milhas quadradas, incluindo uma região ao largo da costa. O investimento durante os primeiros três anos está estipulado em 140 milhões de escudos.

Nos últimos dois anos, a descoberta de jazigos minerais também atraiu fundos estrangeiros. Em 1967, um grande jazigo de minério de ferro de alto grau foi descoberto perto de Porto Amélia, e os direitos de concessão foram dados ao grupo japonês Sumitomo, que investirá 50 milhões de dólares americanos no projecto, e tem planeada uma ligação ferroviária com Nacala. O minério tem 60% de ferro, e as reservas estão avaliadas em 360 milhões de toneladas. A produção prevista para o primeiro ano é de 5 milhões de toneladas. Para o processamento parcial deste minério, dois fornos de alta tensão estão a ser construídos na Beira, em conjunto pela Sociedade Algodoeira de Fomento e pela Companhia Sher da Rodésia.

Outras recentes descobertas incluem um jazigo de tantalite no distrito de Moçambique; jazigos de minério de cobre, azurite e malaquite perto de Nacala; ouro, perto de Vila Manica; e um novo veio de diamantes em Catuane, na fronteira da África do Sul.

No campo da manufactura, os investimentos têm sido orientados principalmente para fábricas de processamento de produtos agrícolas e de montagem de artigos manufacturados de importação. São exemplos típicos a refinaria de açúcar sul-africana a ser construída perto da Beira, a fábrica de processamento de leite Nestlé em Lourenço Marques e a fábrica de pneus American Firestone, na Beira. Planos mais recentes incluem o processamento de bauxite, a fábrica de amoníaco e adubos químicos. Quatro companhias — a firma sul-africana Frazer Chalmers; as firmas francesas Sodeix e Socaltra; a firma portuguesa Sociedade Química Geral de Moçambique — fazem parte dum projecto de construção duma fábrica de adubos

perto de Lourenço Marques, que terá capacidade de 170 000 toneladas e necessitará de um investimento de 250 milhões de escudos.

Todos estes desenvolvimentos da indústria extractiva e transformadora trazem para Moçambique grandes quantidades de capital estrangeiro e aumentarão certamente o rendimento nacional total do país. A expansão económica atribuída a estes investimentos é, contudo, extremamente superficial; não está a realizar, nem mesmo é provável que realize a longo prazo, muito efeito no baixíssimo nível de vida geral do país. Porque, essencialmente, a natureza dos projectos tem sido ditada pelos interesses dos investidores e do Governo Português, não pelas necessidades de Moçambique. Há três importantes factores que impedem este tipo de desenvolvimento de dar à maioria da população quaisquer benefícios substanciais.

Primeiro, porque a maioria das novas unidades fabris estão situadas nos dois maiores centros urbanos, Beira e Lourenço Marques, e qualquer melhoria de salários e condições industriais que possa resultar da sua presença (nenhum melhoramento importante é ainda evidente) seria extremamente localizada nos seus efeitos. Menos de 4% dos africanos vivem nestas duas cidades, e mesmo a actual taxa de industrialização é apenas suficiente para absorver o actual e gradual aumento na força de trabalho urbana. A crescente prosperidade nestas cidades poderia afectar as regiões rurais do interior; mas num grande país como Moçambique, com a sua fraca rede de comunicações, não resultará em melhores condições para a grande maioria da população rural. A indústria de extracção de petróleo, embora situada nas regiões rurais e espalhada numa vasta área, também não pode beneficiar muita da população, porque necessita essencialmente de muito pouca mão-de-obra local.

O segundo factor está relacionado com a utilização do rendimento da nova indústria. Pode-se opor o argumento de que a concentração do grande capital, a indústria que exige pouca mão-de-obra, virão ainda assim a beneficiar todo o país pelo aumento de rendimento para o Governo. Em Moçambique,

porém, a quota-parte do Governo no rendimento não é canalizada para os serviços sociais tão necessários, mas para a guerra: em 1967, a parte de contribuição de Moçambique para a manutenção das forças armadas portuguesas foi fixada em 838 milhões de escudos, obtidos do rendimento local. A fim de fazer face a esta despesa, os outros investimentos do Governo tinham de ser cortados. Assim, enquanto em 1967 o investimento na despesa aumentou 20%, as verbas para a agricultura e para o repovoamento florestal eram reduzidas em 30%, e as verbas de obras públicas, em 50%*.

Em terceiro lugar, o Governo está a conceder termos tão favoráveis para atrair o investimento que está a sacrificar muito do seu rendimento potencial, concedendo longos períodos de trabalho isentos de impostos e a total exportação dos lucros. Em 1963, por exemplo, quando se fundou a Câmara de Comércio Luso-Sul-Africana, em Joanesburgo, para financiar o desenvolvimento em Moçambique, o Governador-Geral acedeu, entre outras coisas, a conceder às companhias estrangeiras um período de dez anos de isenção de impostos. Em 1967, um relatório do Handelsinstitut sul-africano salientou a necessidade de garantias para que fossem repatriados o capital e os lucros, e recomendava vantagens fiscais para as novas indústrias. Os termos de investimento concedidos são muitas vezes tão favoráveis aos investidores, e oferecem à administração de Moçambique tão pouco lucro financeiro, que parece evidente que as concessões ao capital estrangeiro se destinam mais a assegurar vantagens políticas do que a abrir o caminho a um progresso económico real.

Cabora Bassa e o vale do Zambeze

O esquema do vale do Zambeze é a pedra angular dos planos de Portugal para o desenvolvimento de Moçambique. O próprio vale do Zambeze em si é já uma das mais ricas áreas

* Assembleia Geral das Nações Unidas, 23.ª sessão, A/7200/Add.3

agrícolas, e recentemente ali se descobriram quantidades de minerais importantes. Em 1962 o *Diário de Lisboa* anunciou que estavam prontos os planos de extracção de titânio, magnetite e flúor. O carvão e o ferro estavam já a ser extraídos em modestas quantidades, mas previa-se que a exportação do ferro, só por si, podia trazer um total anual de 25 milhões de libras. A parte mais importante do plano, porém, é a construção duma gigantesca barragem em Cabora Bassa. Esta é considerada projecto em conjunto com a África do Sul, e haverá substancial apoio da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

Cinco grupos internacionais entraram no concurso para construção da barragem, e em Julho de 1968 a obra foi adjudicada à Zamco, consórcio organizado pela Anglo American Corporation of South Africa, com a participação de firmas francesas, alemãs ocidentais e suecas. Vem apoio financeiro do Banque de Paris et des Pays-Bas, da Union Acceptances de Johannesburg, do Deutsch Bank e da Banca Comercial Italiana. Alguns projectos associados serão também apoiados pelo Bank of America e por bancos portugueses.

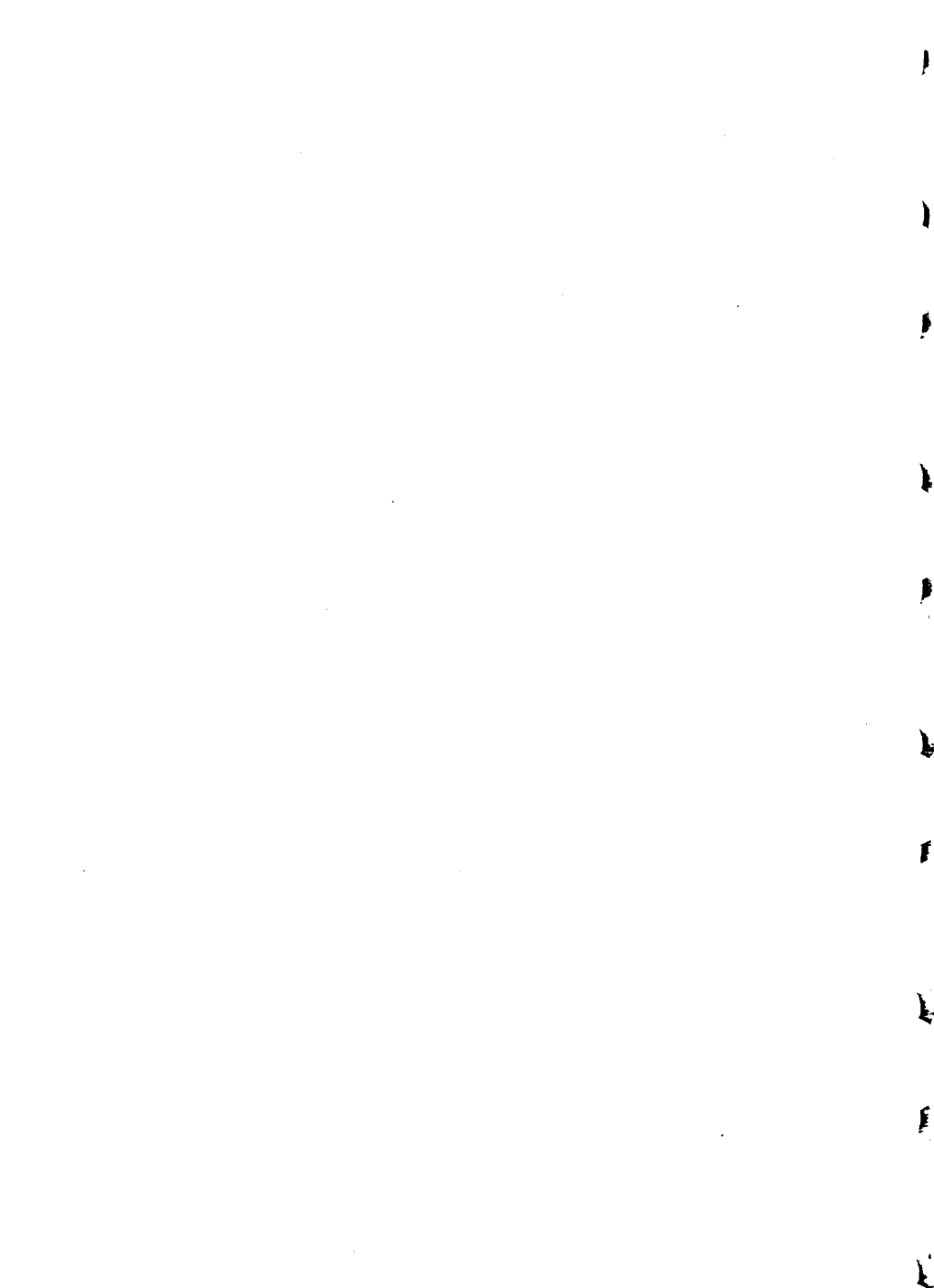
A barragem será a maior da África, inundará uma área de 1000 milhas quadradas e produzirá 17 biliões de kilowatts-hora de energia hidroeléctrica, para servir um raio de 900 milhas. Está planeado o seu acabamento para 1974, e está orçamentada em 130 milhões de libras.

Este grande esquema entra em linha com os outros projectos comerciais recentes em Moçambique; pouca da riqueza que poderia criar, sob os acordos presentes, seria filtrada para a população africana de Moçambique. O vale do Zambeze é já uma área de colonos, onde grandes superfícies de terra estão na mão de lavradores brancos ou donos de plantações e onde os Portugueses anunciaram planos para a instalação de mais 1 milhão de imigrantes portugueses ao longo do rio (considerando que a população de Portugal é de cerca de 9 milhões, este número só deve ser tomado a sério se grandes migrações de brancos não portugueses foram igualmente previstas). Em 1967 o Instituto do Algodão de Moçambique anunciou planos

definidos para instalação de 3250 famílias no vale do Zambeze, e já 231 famílias se tinham instalado menos de um ano após a publicação do projecto. Durante a construção da barragem, será dada preferência aos soldados portugueses que tenham completado a comissão de serviço em Moçambique. Sem dúvida alguma que, em parte, a ideia desta última cláusula é que os soldados ajudem a policiar a área e protejam o local contra a acção dos nacionalistas.

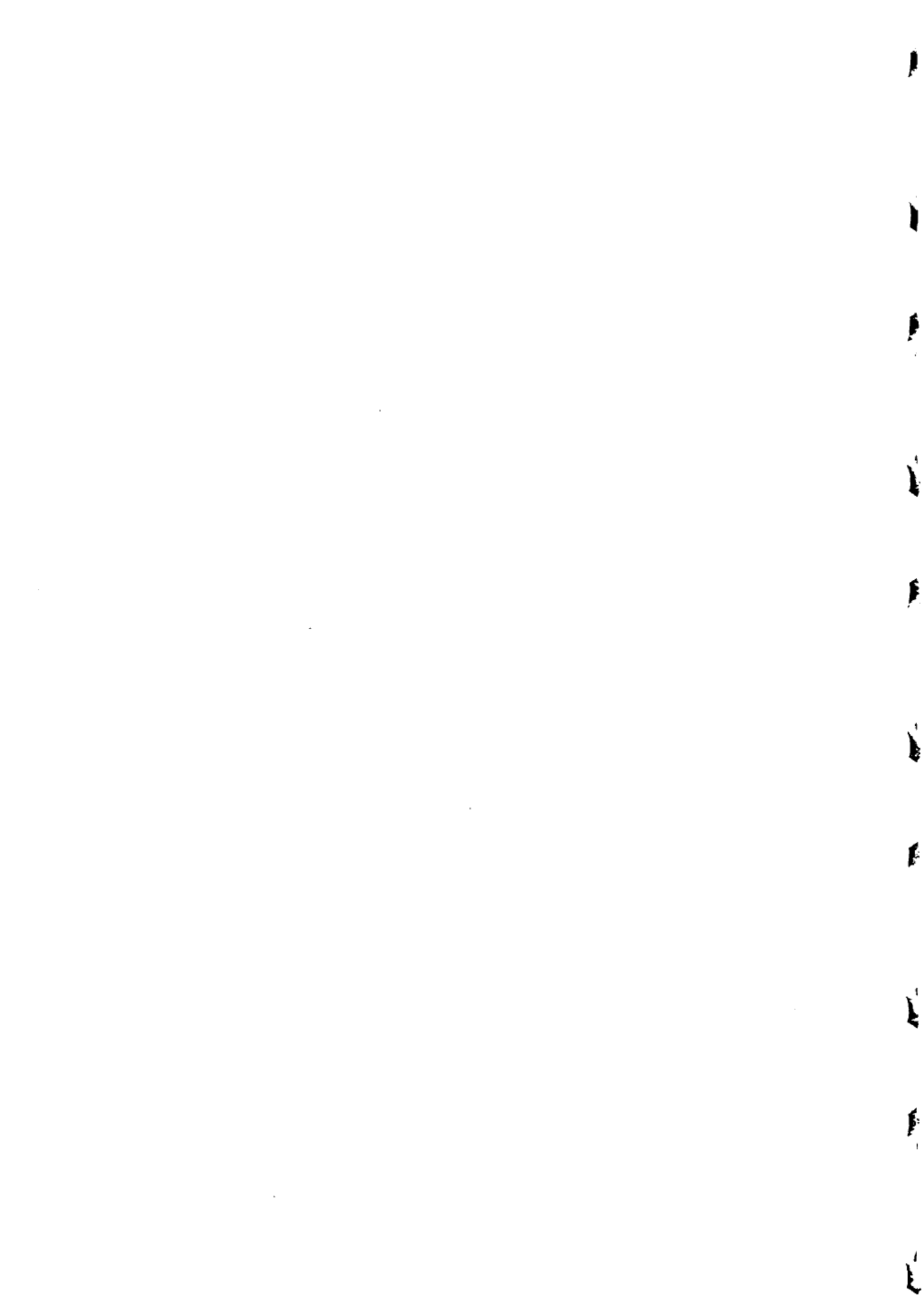
Porém, o principal beneficiário do plano não será Moçambique, mas a África do Sul. O Dr. Mário Ferreira, secretário-geral da Zamco e director da Anglo American, declarou que o maior consumidor de energia será este país. Está planeado um cabo de transmissão que ligará Cabora Bassa a Johannesburg, a 870 milhas de distância. O Dr. Ferreira acrescentou que o custo da energia seria um dos mais baixos do Mundo. A Rodésia e o Malawi absorverão também alguma energia.

O facto de Portugal ficar fora deste plano é claramente mais político do que económico. O plano aproxima a África do Sul de Portugal e dá à primeira uma importante intromissão no futuro de Moçambique.



Segunda parte

Rumo à independência



Resistência — À procura dum movimento nacional

*E nada mais me perguntes,
se é que me queres conhecer...
que não sou mais que um bízio de carne
onde a revolta d'África congelou
seu grito inchado de esperança.*

(De «Se me quiseses conhecer», de Noémia de Sousa.)

Como todo o nacionalismo africano, o moçambicano nasceu da experiência do colonialismo europeu. A fonte de unidade nacional é o sofrimento em comum durante os últimos cinquenta anos passados debaixo do domínio efectivo português. A afirmação nacionalista não nasceu duma comunidade estável, historicamente significando unidade cultural, económica, territorial e linguística. Em Moçambique, foi a dominação colonial que produziu a comunidade territorial e criou a base para uma coesão psicológica, fundamentada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos do sistema colonial.

Porém, foi limitada a comunicação entre as comunidades sujeitas às mesmas experiências. Todas as formas de comunicação vinham de cima, por meio da administração colonial. Este facto naturalmente dificultou o desenvolvimento duma consciencialização única em toda a área territorial. Em Moçambique, a situação foi agravada pela política do «Portugal Maior», pela qual a colónia é designada como uma «província» de Portugal, o povo chamado «português» pelas autoridades. Na rádio,

nos jornais, nas escolas, há muita conversa sobre «Portugal», e muito pouca sobre «Moçambique». Entre os camponeses, essa propaganda conseguiu dificultar o desenvolvimento dum conceito de «Moçambique»; e, como Portugal é uma ideia muito distante para constituir um factor de unificação, o tribalismo acentuou-se por falta de estímulo para olhar para além da unidade social imediata.

Em muitas áreas onde a população é diminuta e pouco densa, o contacto entre o poder colonial e o povo era tão superficial que existia pouca experiência pessoal da dominação. Havia no Niassa Oriental alguns grupos que nunca tinham visto os Portugueses antes da deflagração da actual guerra. Nessas áreas, a população tinha pouca noção de pertencer fosse a uma nação ou a uma colónia, e ao princípio foi-lhe difícil compreender a luta. Todavia a chegada do exército português mudou rapidamente esta situação.

Resistência popular

Onde quer que se sentisse o poder colonial, aparecia alguma forma de resistência, desde a insurreição armada até ao êxodo maciço. Mas em qualquer momento, era apenas uma comunidade limitada, pequena em comparação com a sociedade, aquela que se levantava contra o colonizador, enquanto que a própria oposição era também limitada, por ser dirigida somente contra um só aspecto da dominação, aquele aspecto concreto que afectava aquela comunidade naquele preciso momento.

A resistência activa foi finalmente esmagada em 1918, com a derrota do Mokombe (Rei) de Barwe, na região de Tete. E desde o princípio dos anos trinta, a administração colonial do jovem estado fascista espalhou-se através de Moçambique, destruindo, muitas vezes fisicamente, a estrutura do poder tradicional.

Desse momento em diante, tanto a repressão como a resistência endureceram. Mas o centro de resistência deslocou-se das hierarquias tradicionais, que se tornaram dóceis fantoches

dos Portugueses, para indivíduos e grupos — embora por muito tempo estes tenham permanecido isolados nos seus fins e actividades, como os chefes tradicionais o tinham estado.

Era muito frequente a rejeição psicológica do colonizador e sua cultura, mas não era ainda uma posição consciente e raciocinada; era antes uma atitude ligada com a tradição cultural do grupo, suas antigas lutas contra os Portugueses e actual experiência de sujeição.

O desejo português de implantar a sua cultura através de todo o território, mesmo que fosse bem intencionado, era completamente destituído de realismo por causa da relação numérica existente. Sendo os Portugueses 2% da população, não podiam esperar dar a todos os africanos sequer a oportunidade de observar o estilo de vida português, e muito menos ter íntimo contacto que lhes permitisse assimilá-lo. Como muitas nações, também calcularam mal o entusiasmo dos «pobres selvagens» pela «civilização». Visto que a maioria dos africanos só encontravam os Portugueses no momento de pagar impostos, quando eram contratados para trabalho forçado ou quando lhes apreendiam as terras, não é para admirar que tivessem uma impressão desfavorável da cultura portuguesa. Esta repulsa é muitas vezes expressa em cantigas, danças, mesmo em trabalhos de madeira esculpida — formas tradicionais de expressão que o colonizador não compreende, e através das quais ele pode ser secretamente ridicularizado, denunciado e ameaçado. Os Chope, por exemplo, cantam:

Ainda estamos zangados; é sempre a mesma história
As filhas mais velhas têm de pagar o imposto
Natanele disse ao homem branco que o deixasse em paz
Natanele disse ao branco que me deixasse estar
Vós, os velhos, deveis tratar dos nossos assuntos
Porque o homem que os brancos nomearam é um filho
[de ninguém]

Os Chope perderam o direito à sua própria terra
Deixem-me contar-lhes...

Noutra canção eles ridicularizam a tentativa de impor as maneiras portuguesas:

Ouçam a canção da gente de Chigombe:
É aborrecido dizer «bom dia» a todo o momento
Macarite e Babuane estão na cadeia
Porque não disseram «bom dia»,
Tiveram que ir para Quissico para dizer «bom dia».

Os valores mercantis dos Europeus são frequentemente escarnecidos ou atacados:

Como fiquei espantado,
Meu irmão Nguissa,
Como fiquei espantado
Por ter de levar dinheiro para comprar o meu caminho.

Algumas das esculturas do povo maconde exprimem uma arreigada hostilidade à cultura estranha. Nessa área, os missionários católicos desenvolveram grande actividade, e sob a influência deles muitos artistas fizeram madonas e crucifixos, imitando modelos europeus. Ao contrário do que acontece com os trabalhos macondes sobre temas tradicionais, estas imagens cristãs são na sua maioria rigidamente estereotipadas e sem vida. Mas, por vezes, uma delas afasta-se do estereótipo, e quando isso acontece é quase sempre porque se introduziu no trabalho algum elemento de dúvida e desafio; uma madona com uma serpente na mão em lugar dum menino Jesus; um padre representado com as patas dum animal selvagem; uma *pietà* torna-se um estudo de vingança e não de dor, com a mãe levantando uma espada sobre o corpo do seu filho morto.

Em áreas específicas e em tempos específicos, estas atitudes, enraizadas na cultura popular, cristalizaram em acções de um tipo ou outro: os «mais velhos» «discutiram, sim, os nossos assuntos». Uma forma que resultou deste facto foi o movimento cooperativo, que se desenvolveu no Norte durante os anos cinquenta. Na sua fase inicial, foi mais construtivo do que a manifestação de desafio. Muitos camponeses — incluindo Mzee Lázaro

Kavandame, agora membro do Comité Central da FRELIMO e secretário provincial de Cabo Delgado — organizaram-se em cooperativas, numa tentativa de racionalizar a produção e a venda de produtos agrícolas e de melhorar a sua sorte. As autoridades portuguesas, porém, restringiram severamente a actividade das cooperativas, carregaram-nas de impostos, e mantiveram as reuniões sob estreita vigilância. Foi nessa altura que o movimento começou a adquirir carácter mais político, tornando-se totalmente hostil às autoridades.

O começo do nacionalismo

As condições eram desfavoráveis à expansão das ideias nacionalistas por todo o país. Por causa da proibição de associação política, da necessidade de segredo imposta por esta proibição, da erosão da sociedade tradicional e da falta de educação moderna nas áreas rurais, foi só entre uma minoria diminuta que ao princípio se desenvolveu a ideia de acção nacional em contraposição com acção local. Esta minoria era predominantemente urbana, composta de intelectuais e assalariados, indivíduos essencialmente desenraizados do sistema tribal, na sua maioria africanos assimilados e mulatos; por outras palavras, um pequeno sector marginal da população.

Nas cidades, o poder colonial era visto mais de perto. Era mais fácil de compreender que a força do colonizador era construída sobre a nossa fraqueza e que os seus progressos dependiam da mão-de-obra do africano. Talvez a própria ausência de ambiente tribal ajudasse a incitar a uma visão nacional, estimulasse este grupo a ver Moçambique como terra de todos os moçambicanos, os fizesse compreender a força da unidade.

Encorajados pelo liberalismo da nova república em Portugal (1910-1926), estes grupos formaram sociedades e criaram jornais nos quais conduziram campanhas contra os abusos do colonialismo, exigindo direitos iguais, até que, a pouco e pouco, começaram a denunciar todo o sistema colonial.

Em 1920 foi fundada em Lisboa a Liga Africana, organização que unia os poucos estudantes africanos e mulatos que vinham para a cidade. Tinha como fim dar «carácter organizado às ligações entre os povos colonizados»; participou na Terceira Conferência Pan-Africana, reunida em Londres e organizada por W. E. Du Bois, e em 1923 recebeu em Lisboa a Segunda Sessão da Conferência. Era significativo conceber a Liga não só a unidade nacional, como também a unidade entre as colónias contra o mesmo poder colonial, uma unidade africana mais alargada contra todas as forças coloniais, e a unidade entre todos os povos negros oprimidos do Mundo. Mas, de facto, era fraca, composta apenas por vinte membros e situada em Lisboa, longe do teatro de possível acção.

Em Moçambique, no princípio dos anos vinte, formou-se uma organização chamada Grémio Africano, que mais tarde se transformou na Associação Africana. Colonos e administração depressa se mostraram alarmados perante as exigências da Associação, e no princípio dos anos trinta, favorecidos pelos ventos fascistas que sopravam de Portugal, iniciaram uma campanha de intimidação e infiltração e conseguiram a aliança dalguns dos chefes para dirigir a Associação em linhas mais conformistas. Formou-se então uma ala mais radical, que se separou e criou o Instituto Negrófilo; e este foi mais tarde forçado pelo Governo de Salazar a mudar o seu nome para Centro Associativo dos Negros de Moçambique. Cresceu a tendência de os mulatos entrarem para a Associação Africana, enquanto os africanos negros se concentravam no Centro Associativo.

Formou-se terceira organização intitulada Associação dos Naturais de Moçambique. Esta era inicialmente concebida como meio de defender os direitos dos brancos nascidos em Moçambique; mas desde os anos cinquenta abriu as portas a outros grupos étnicos, e depois disso tornou-se bastante activa na luta contra o racismo. Fez mesmo alguma coisa para melhorar a instrução africana por meio de bolsas de estudo. Outras associações similares foram formadas por grupos de

interesse menor, como os africanos muçulmanos ou diferentes grupos de indianos.

Todas estas organizações realizavam acção política a coberto de programas sociais, assistência mútua e actividades culturais ou desportivas. E lado a lado com estes movimentos desenvolveu-se uma imprensa de protesto, encabeçada pelo jornal *O Brado Africano*, fundado pela Associação Africana e dirigido pelos irmãos Albasini. Esta imprensa foi amordaçada em 1936 pela censura de imprensa do governo fascista, mas até então constituiu um porta-voz relativamente efectivo de revolta.

O espírito destes movimentos iniciais e a natureza do seu protesto ficam bem ilustrados por este editorial de *O Brado Africano*, de 27 de Fevereiro de 1932:

«Estamos fartos. Tivemos que vos aturar, que sofrer as terríveis consequências das vossas loucuras, das vossas exigências [...] não podemos aguentar mais os efeitos perniciosos das vossas decisões políticas e administrativas. De agora em diante recusamo-nos a fazer maiores e mais inúteis sacrifícios. [...] Já chega. [...] Insistimos que leveis a cabo os vossos deveres fundamentais, não com leis e decretos, mas com actos. [...] Queremos ser tratados da mesma maneira que vós. Não aspiramos ao conforto de que vos rodeais, graças à vossa força. Não aspiramos à vossa educação requintada [...] ainda menos aspiramos a uma vida toda dominada pela ideia de roubar o vosso irmão. [...] Aspiramos ao nosso 'estado selvagem' que, todavia, enche as vossas barrigas e as vossas algibeiras. E exigimos alguma coisa [...] exigimos pão e luz. [...] Repetimos que não queremos fome nem sede nem pobreza nem uma lei de discriminação baseada na cor. [...] Havemos de aprender a usar o bisturi [...] a gangrena que espalhais entre nós há-de infectar-nos e então já não teremos a força para a acção. Agora têmola [...] nós, as bestas de carga [...].»

Deste texto surge claramente uma linha de demarcação entre colonizador e colonizado; este vê-se a si próprio como um conjunto dominado, e levanta-se contra um outro conjunto,

o grupo colonialista, a quem contesta o poder. É interessante notar a completa rejeição dos valores do colonizador, o orgulhoso assumir do «estado selvagem» e a definição da civilização colonizadora dominada pelo «roubar o vosso irmão».

É verdade que ainda não está formulada a exigência da independência nacional. Esta fase de denúncia, contudo, e a exigência de direitos iguais eram necessárias ao desenvolvimento duma consciência política que iria conduzir à exigência da independência. Só depois de estas exigências preliminares terem sido rejeitadas se poderia tomar posições mais radicais.

A instituição do Estado Novo de Salazar e a repressão política que se lhe seguiu acabaram com esta onda de actividade política. A corrupção e dissensões internas fomentadas pelo Governo transformaram as organizações em clubes burgueses, que eram frequentemente requisitados pelas autoridades para tomarem parte na vassalagem a Salazar e ao seu regime.

Só no fim da Segunda Guerra Mundial, e com a derrota dos principais poderes fascistas, se tornou possível alguma renovação da actividade política. As mudanças de poder em todo o Mundo e o ressurgir do nacionalismo, particularmente em África, tinham repercussões nos territórios portugueses, apesar da continuação dum governo fascista em Lisboa e dos esforços das autoridades portuguesas para isolar as áreas que controlavam contra as ideias de autodeterminação que ganhavam terreno noutros pontos.

A revolta dos intelectuais

Mais uma vez, só a pequena minoria culta se achava em posição de acompanhar os acontecimentos mundiais; só ela tinha contactos adequados com o exterior e tinha sido capaz de adquirir o hábito do pensamento analítico, que agora lhe permitia compreender globalmente o fenómeno colonial.

Em Moçambique levantava-se uma nova geração de insurrectos, activa e decidida a lutar nos seus próprios termos, e não nos termos impostos pelo governo colonial. Estavam

aptos para examinar os três aspectos essenciais da sua situação: discriminação racial e exploração do sistema colonial; fraqueza real do colonizador; e, finalmente, a evolução social do homem em geral, com o contraste entre o surto da luta negra na África e na América e a muda resistência do seu próprio povo.

Sabiam analisar a situação, mas era-lhes difícil fazer mais do que isso. O campo de acção era limitado principalmente pela estrutura de opressão, a insidiosa rede de polícia desenvolvida pelo Estado fascista durante o seu longo período de força, e depois pela falta de contacto entre a minoria urbana politizada e a massa populacional que suportava o fardo da exploração, que de facto sofria o trabalho forçado, o cultivo obrigatório e a ameaça da violência no dia a dia. Não é pois de admirar que entre esta minoria a resistência encontrasse, ao princípio, expressão exclusivamente cultural.

A nova resistência inspirou um movimento em todas as artes, que teve início nos anos quarenta e influenciou poetas, pintores e escritores de todas as colónias portuguesas. Em Moçambique os mais conhecidos são provavelmente os pintores Malangatana e Craveirinha, o contista Luís Bernardo Honwana e os poetas José Craveirinha e Noémia de Sousa.

Os quadros de Malangatana e José Craveirinha (sobrinho do poeta) foram buscar a sua inspiração às imagens da escultura tradicional e à mitologia africana, ligando-as em obras explosivas de temas de libertação e denúncia da violência colonial.

Os contos de Luís Bernardo Honwana, que foi largamente reconhecido fora da África como um mestre da sua especialidade, levavam o leitor a fazer a mesma denúncia através duma análise pormenorizada do comportamento humano. Seguindo uma longa tradição de artistas que trabalhavam sob o domínio dum governo opressivo, ele escreve por vezes em forma de parábolas, ou centraliza a sua história em volta dum caso concreto que ele utiliza para iluminar toda a situação.

Na poesia política dos anos quarenta e cinquenta predominam três temas: reafirmação da África como mãe-pátria, lar espiritual e contexto de futura nação; levantamento do ho-

mem negro noutras partes do Mundo, chamada geral à revolta; e presentes sofrimentos do povo de Moçambique, esmagado sob o trabalho forçado e nas minas..

O primeiro destes temas é frequentemente entretido com os conflitos pessoais do poeta, surgindo os problemas das suas origens e situação familiar já descrita em conexão com a posição social do mulato. Numa forma generalizada, tenta exprimir as raízes comuns a todos os moçambicanos num passado africano pré-colonial, como neste extracto dum poema de juventude de Marcelino dos Santos, «Aqui nascemos»:

A terra onde nascemos
vem de longe
com o tempo
Nossos avós
nasceram
e viveram nesta terra
e como ervas de fina seiva
foram veias em corpo longo
fluido rubro perfume terrestre
Árvores e granitos erguidos
seus braços
abraçaram a terra
no trabalho quotidiano
e esculpindo as pedras férteis
do mundo a começar
em cores iniciaram
o grande desenho da vida

O melhor exemplo do segundo tema é talvez o poema de Noémia de Sousa «Deixa passar o meu povo», inspirado pelas lutas do Negro Americano:

Noite morna de Moçambique
e sons longínquos de marimba chegam até mim
— certos e constantes —
vindos nem eu sei donde.
Em minha casa de madeira e zinco,

abro o rádio e deixo-me embalar...

Mas vozes da América remexem-me a alma e os nervos

E Robeson e Marian cantam para mim

spirituals negros de Harlem.

Let my people go

— oh deixa passar o meu povo,

deixa passar o meu povo — ,

dizem.

E eu abro os olhos e já não posso dormir.

Dentro de mim soam-me Anderson e Paul

e não são doces vozes de embalo

Let my people go.

.....

Os sofrimentos do trabalhador forçado e do mineiro inspiraram muitos poemas e há vigorosos exemplos dos principais poetas desse período: «Magaíça», de Sousa; «Mamparra m'gaíza», «Mamana Saquina», de Craveirinha; «A terra treme», de Marcelino dos Santos. Aqueles poemas, porém, têm interesse não tanto pela sua força e eloquência como pelos termos em que descrevem a situação, porque ilustram muito ao vivo a fraqueza, assim como a força, do movimento ao qual pertenciam os seus autores. Nenhum destes escritores tinha experimentado o trabalho forçado; nenhum deles esteve sujeito ao Código do Trabalho Nativo, e escrevem sobre o assunto como espectadores, lendo as suas próprias reacções intelectualizadas nos espíritos do mineiro africano e do trabalhador forçado. Noémia de Sousa, por exemplo, escreve em «Magaíça»:

Magaíça atordoado acendeu o candeeiro

à cata das ilusões perdidas

da mocidade e da saúde que ficaram soterradas

lá nas minas do Jone...

Craveirinha, falando do «homem chope» sob contrato no Rand, escreve: «cada vez que ele pensa em fugir é uma semana numa galeria sem sol». Mas de facto nem se fala em «fugir»: os moçambicanos contratam-se para as minas a fim de trazer dinheiro

para a família e evitar o trabalho forçado sob condições económicas ainda piores. O próprio modo como estes poemas são concebidos, num estilo de eloquente autocompaixão, é estranho à reacção africana. Compare-se qualquer destes poemas com as canções chopes citadas acima. É evidente que, apesar dos esforços dos seus autores para serem «africanos», tinham recebido mais da tradição europeia do que da africana. Isto indica a falta de contacto entre estes intelectuais e o resto do país. Nesse tempo, não estavam em posição de forjar um verdadeiro movimento nacional, como não o estavam os camponeses das cooperativas de Lázaro Kavandame. Por outro lado, a sua força estava no seu entusiasmo e capacidade, adquiridos em parte no seu conhecimento da história europeia e do pensamento revolucionário, para analisar uma situação política e exprimi-la em claros e vivos termos.

Noémia de Sousa escreveu esta forte chamada à revolta quando um dos seus companheiros do movimento tinha sido preso e deportado depois das greves de 1947:

Mas que importa?
 Roubaram-nos João
 mas João somos nós todos
 por isso João não nos abandonou
 João não era, João é e será
 porque João somos nós, nós somos multidão
 e multidão
 quem pode levar multidão e fechá-la numa jaula?

No *Grito Negro*, Craveirinha conseguiu dar um dos mais vívidos testemunhos de alienação e revolta que jamais foram escritos. Pela sua estreita e significativa estrutura musical, este poema perde muita da sua força na tradução*; mas vale a pena

* O Autor refere-se evidentemente à tradução que fez do poema para a edição inglesa da obra.

A versão original que se segue foi retirada da obra de Mário de Andrade *A Poesia Africana de Expressão Portuguesa (Antologia Temática)*, vol. I. (Nota do Editor.)

citá-lo por inteiro, porque é uma das obras mais importantes e influentes do tempo:

Eu sou carvão!
E tu arrancas-me brutalmente do chão
e fazes-me tua mina, patrão.

Eu sou carvão
e tu acendes-me, patrão
para te servir eternamente como força motriz
mas eternamente não, patrão.

Eu sou carvão
e tenho que arder, sim
e queimar tudo com a força da minha combustão.

Eu sou carvão
tenho que arder na exploração
arder vivo como alcatrão, meu irmão
até não ser mais a tua mina, patrão.

Eu sou carvão
tenho que arder
queimar tudo com o fogo da minha combustão.

Sim!
Eu serei o teu carvão, patrão!

Poucos do grupo de Craveirinha conseguiram escapar ao seu isolamento e fazer a ligação entre a teoria e a prática. Noémia de Sousa deixou Moçambique, deixou de escrever poesia, e vive agora em Paris; muitos, incluindo Craveirinha e Honwana, estão na prisão. Malangatana está ainda a trabalhar em Moçambique, mas vigiado de perto e importunado pela polícia. De todos os que mencionei, só Marcelino dos Santos, depois dum longo período de exílio na Europa, se juntou ao movimento de libertação, e desde então a sua poesia mudou e desenvolveu-se sob o ímpeto da luta armada. A obra de Craveirinha e dos seus companheiros, porém, influenciou e inspirou uma geração pouco mais jovem de intelectuais, muitos

dos quais conseguiram fugir à vigilância da polícia e lançaram-se no movimento de libertação. Aí, no contexto da luta armada, está a tomar forma uma nova tradição literária.

Esta é a geração dos que cresceram depois da Segunda Guerra Mundial e que estavam na escola durante os primeiros movimentos de autodeterminação noutros pontos de África. Foi na escola que começaram a desenvolver as suas ideias políticas, e foi na escola que começaram a organizar-se. O próprio sistema português de ensino dava-lhes boas razões de descontentamento. Os poucos africanos e mulatos que conseguiram chegar à escola secundária fizeram-no com muita dificuldade. Nas escolas, de frequência predominantemente branca, eram constantemente sujeitos à discriminação. Ainda por cima, as escolas tentavam separá-los do seu ambiente tradicional, aniquilar os valores em que tinham sido criados e fazer deles «portugueses» em consciência, embora não em direitos. O relato que se segue, feito por uma jovem africana que frequentava uma escola técnica de Lourenço Marques há pouco tempo, mostra como esta tentativa tinha falhado:

«Josina Muthemba:

Os colonialistas queriam enganar-nos com o seu ensino; ensinavam-nos só a história de Portugal, a geografia de Portugal; queriam formar em nós uma mentalidade passiva, para nos tornarem resignados à sua dominação. Não podíamos reagir abertamente, mas tínhamos conhecimento da sua mentira; sabíamos que o que eles diziam era falso; que éramos moçambicanos e nunca podíamos ser portugueses.»

Em 1949, os alunos das escolas secundárias, conduzidos por alguns que tinham estado a estudar na África do Sul, formaram o Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), que estava ligado ao Centro Associativo dos Negros de Moçambique e que, igualmente, a coberto de actividades sociais e culturais, movia entre a juventude uma campanha política para espalhar a ideia da independência

nacional e incitar à resistência contra a sujeição imposta pelos Portugueses. Logo desde o início, a polícia vigiou de perto o movimento. Eu próprio, como era um dos estudantes vindos da África do Sul que tinham fundado o NESAM, fui preso e longamente interrogado acerca das nossas actividades em 1949. Todavia o NESAM conseguiu sobreviver até aos anos sessenta, e ainda lançou uma revista, *Alvor*, que, embora censurada, contribuiu para espalhar as ideias desenvolvidas nas reuniões e discussões do grupo.

A eficácia do NESAM, como a de todas as organizações dos primeiros tempos, era estritamente limitada pelo pequeno número dos seus membros, neste caso, restrita aos estudantes negros da escola secundária. Mas, pelo menos de três maneiras, deu um importante contributo para a revolução. Comunicou ideias nacionalistas à mocidade negra instruída. Conseguiu certa revalorização da cultura nacional, que contra-atacou as tentativas dos Portugueses para levarem os estudantes africanos a desprezarem e abandonarem o seu próprio povo. Deu a única oportunidade de estudar e discutir Moçambique sem ser como um apêndice de Portugal. E, talvez o mais importante de tudo, cimentou contactos pessoais, estabeleceu uma rede de comunicação a nível nacional, que se formou entre gente de todas as idades, e que podia ser utilizada por um futuro movimento secreto. Por exemplo, quando a FRELIMO se instalou na região de Lourenço Marques em 1962-1963, os membros do NESAM foram os primeiros a serem mobilizados e constituíram uma estrutura para receber o partido. A polícia secreta, ou PIDE, também percebeu isto e proibiu o NESAM; em 1964, prendeu alguns dos seus membros e forçou outros a partirem para o exílio. Neste tempo, Josina Muthemba era activa no NESAM e descreve este estado de opressão e a sorte do seu próprio grupo:

«Queríamos organizar-nos, mas fomos perseguidos pela polícia secreta. Tínhamos actividades culturais e educacionais, mas durante discussões, reuniões e debates tínhamos que estar

constantemente atentos à polícia... A polícia perseguia-nos, e proibiu mesmo o NESAM.

Também fui presa quando fugia de Moçambique. Prenderam-me nas cataratas de Vitória, na fronteira entre a Rodésia e a Zâmbia. A polícia rodesiana prendeu-me e mandou-me de volta para Lourenço Marques (a polícia rodesiana trabalhava em conivência com a polícia portuguesa). Éramos oito no nosso grupo, rapazes e raparigas. A polícia portuguesa ameaçou-nos, interrogou-nos e bateu nos rapazes. Fiquei na prisão seis meses sem estar sentenciada nem condenada. Estive seis meses na prisão sem me incriminarem sequer de coisa alguma.»

Pouco tempo depois, enquanto tentavam ir da Suazilândia para a Zâmbia, 75 membros do NESAM foram presos pela polícia sul-africana e entregues à PIDE. Foram internados em campos de concentração no Sul de Moçambique.

Em 1963, alguns ex-membros do NESAM fundaram a UNEMO (União dos Estudantes de Moçambique), que faz formalmente parte da FRELIMO e que organiza os estudantes moçambicanos que estudam com assistência da FRELIMO.

Em Portugal, os poucos estudantes negros ou mulatos que atingiam um instituto superior reuniam-se na Casa dos Estudantes do Império (CEI) e também estabeleciam ligações, através do Clube dos Marítimos, com marinheiros das colónias que vinham frequentemente a Lisboa. Em 1951, o Centro de Estudos Africanos foi formado por membros da CEI, embora não fizesse parte desta. Apesar das medidas opressivas da polícia, a CEI trabalhou activamente, até à sua dissolução em 1965, para espalhar a palavra da independência nacional nas colónias, difundir informação sobre as colónias para o mundo além de Portugal, e para endurecer e consolidar as ideias nacionalistas entre a juventude. Em 1961, um grande grupo destes estudantes, frustrado e finalmente ameaçado pela natureza persistente da acção da polícia, fugiu pela fronteira e conseguiu chegar a França e à Suíça, cortando pública e irreversivelmente com o regime português. Muitos destes estabeleceram imediata-

mente contactos abertos com os seus movimentos de libertação e muitos destes antigos estudantes do «Império Português» são agora chefes da FRELIMO.

A acção dos trabalhadores urbanos

Se foi entre os intelectuais que o pensamento e organização políticos se desenvolveram mais durante o período a seguir à Segunda Guerra Mundial, foi entre o proletariado urbano que se realizaram as primeiras experiências da resistência activa organizada. A concentração da mão-de-obra dentro e perto das cidades e as terríveis condições de trabalho e pobreza constituíram o ímpeto fundamental para a revolta; mas, na ausência de sindicatos, eram apenas os grupos políticos clandestinos que podiam dar a necessária organização. Os únicos sindicatos permitidos pelos Portugueses são os sindicatos fascistas, cujos chefes são escolhidos pelos patrões e pelo Estado, e que, de qualquer modo, só permitem a inscrição como sócios aos trabalhadores brancos e ocasionalmente a africanos assimilados.

Em 1947 o descontentamento radical da força de trabalho, combinado com a agitação política, resultou numa série de greves nas docas de Lourenço Marques e em plantações vizinhas, que culminaram numa insurreição abortada em Lourenço Marques em 1948. Os participantes foram ferozmente punidos, e várias centenas de africanos foram deportados para S. Tomé. Em 1956, também em Lourenço Marques, houve uma greve nas docas, que terminou com a morte de 49 participantes. Então, em 1962-1963, elementos clandestinos da FRELIMO tomaram conta do trabalho de organização e iniciaram um sistema mais bem coordenado, que contribuiu para planear as greves das docas, desencadeadas em 1963, em Lourenço Marques, Beira e Nacala. Apesar da sua extensão maior, este esforço também acabou com a morte e prisão de muitos participantes. Embora houvesse alguma organização política entre os trabalhadores responsáveis pelas greves, a própria acção da greve foi grandemente espontânea e, na sua maioria, localizada.

O seu fracasso e a brutal repressão que se lhe seguiu em todos os casos desanimaram temporariamente tanto as massas como os comandos de considerarem a acção da greve como uma arma política eficaz no contexto de Moçambique.

Rumo à unidade

Tanto a agitação dos intelectuais como as greves da força de trabalho urbana estavam condenadas ao fracasso, porque em ambos os casos era apenas a acção dum pequeno grupo isolado. Para um governo como o português, que se colocou contra a democracia e está disposto a usar de extrema brutalidade para esmagar a oposição, é fácil tratar com essas bolsas isoladas de resistência. O próprio fracasso destas tentativas e a feroz repressão que se lhes seguiu tornaram, porém, tudo isto evidente e prepararam o terreno para uma acção de base mais larga. A população urbana de Moçambique atinge ao todo meio milhão de habitantes, pelo que um movimento nacionalista sem fortes raízes nos campos nunca conseguiria ter sucesso.

Alguns acontecimentos nas zonas rurais, ocorridos no período que precedeu imediatamente a formação da FRELIMO, foram de enorme importância. Tomaram uma direcção extrema na área do Norte, perto de Mueda, embora tivessem repercussões mais fracas noutras regiões. Foram primeiro que tudo os efeitos, sobre as populações, do fracasso do movimento cooperativo já descrito. A reacção dos chefes fica bem ilustrada pelas palavras do próprio Lázaro Kavandame:

«Não consegui dormir toda a noite. Eu sabia que a partir daquele momento eles não me deixariam mais em paz, que tudo o que eu fizesse seria vigiado e controlado de perto pelas autoridades; que eles iriam chamar-me mais e mais vezes ao Posto Administrativo e que eu seria constantemente vigiado pela polícia. A minha única esperança era a fuga... Imediatamente tratámos de organizar uma reunião dos chefes do povo com o fim de discutir os meios de acção para reconquistar a nossa liberdade e expulsar os Portugueses opressores da nossa

terra. Depois de um longo e importante debate, chegámos à conclusão de que o povo maconde, só por si, não conseguiria expulsar o inimigo. E então decidimos reunir forças com os moçambicanos do resto do país.» [Relatório oficial.]

O outro acontecimento, também ligado às cooperativas, foi um aumento da agitação espontânea, que culminou numa grande manifestação em Mueda em 1960. Esta manifestação, embora passasse despercebida no resto do Mundo, actuou como catalisador sobre a região. Mais de 500 pessoas foram abatidas pelos Portugueses, e muitos daqueles que até então não tinham encarado bem o uso da violência denunciavam agora a resistência pacífica como fútil. A experiência de Teresinha Mblale, agora militante da FRELIMO, mostra porquê: «Eu vi como os colonialistas massacraram o povo em Mueda. Foi quando eu perdi o meu tio. A nossa gente estava desarmada quando eles começaram a disparar.» Ela foi uma de entre os milhares que decidiram nunca mais estarem desarmados, em frente da violência portuguesa.

Alberto Joaquim Chipande, então com a idade de 22 anos, e agora um dos chefes em Cabo Delgado, dá-nos um relato mais completo:

«Certos chefes trabalhavam no meio de nós. Alguns deles foram levados pelos Portugueses — Tiago Muller, Faustino Vanomba, Kibiriti Diwane — no massacre de Mueda em 16 de Junho de 1960. Como é que aquilo aconteceu? Bem, alguns dos homens puseram-se em contacto com a autoridade e pediram mais liberdade e mais salário... Depois, estando o povo a dar apoio a estes chefes, os Portugueses mandaram polícia pelas aldeias, convidando as populações para uma reunião em Mueda. Vários milhares vieram ouvir os Portugueses. Como depois se verificou, o administrador tinha pedido ao governador da província de Cabo Delgado que viesse de Porto Amélia e trouxesse uma companhia do exército. Mas estas tropas esconderam-se ao chegarem a Mueda. Ao princípio não as vimos. Então o gover-

nador convidou os nossos chefes a entrarem no edifício da Administração. Eu estava à espera do lado de fora. Ali estiveram durante quatro horas. Quando saíram para a varanda, o governador perguntou à multidão quem queria falar. Muitos queriam falar, e o governador disse-lhes que se colocassem à parte.

Depois, sem mais uma palavra, mandou a polícia amarrar as mãos daqueles que estavam à parte, e a polícia começou a bater-lhes. Eu estava ao pé. Vi tudo. Quando o povo viu o que estava a acontecer, começou a manifestar-se contra os portugueses, e os portugueses limitaram-se a mandar avançar os camiões da polícia para lá meter os presos. Contra isto continuaram as manifestações. Nesse momento a tropa ainda estava escondida e o povo avançou para a polícia, tentando impedir que os presos fossem levados dali. Então o governador chamou a tropa, e, quando os soldados apareceram, mandou-os abrir fogo. Mataram à volta de 600 pessoas. Agora, os Portugueses dizem que castigaram este governador, mas claro que se limitaram a mudá-lo de lugar. Eu próprio escapei porque estava perto dum cemitério onde me consegui esconder, e depois fugi.»

Depois deste massacre, nunca mais o Norte podia voltar à normalidade. Em toda a região tinha-se levantado o mais amargo ódio contra os portugueses e era evidente, uma vez por todas, que a resistência pacífica era fútil.

Assim, por toda a parte, foi a própria severidade da repressão que criou as condições necessárias para o desenvolvimento dum movimento nacionalista militante e forte. O estado policial apertado obrigava toda a acção a ir para a clandestinidade e — em parte por causa das dificuldades e perigos — a actividade clandestina tornou-se a melhor escola de formação de quadros políticos duros, dedicados e radicais. Os excessos do regime destruíram toda a possibilidade de reformas que, melhorando um pouco as condições, podia ter assegurado os principais interesses coloniais contra um ataque sério, ao menos por algum tempo.

As primeiras tentativas de criar um movimento nacionalista radical ao nível de todo o país foram feitas por moçambicanos residentes nos países vizinhos, onde estavam ao abrigo da alçada imediata da PIDE. Ao princípio, o velho problema de más comunicações levou à criação de três movimentos separados: UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), formada em Salisbury em 1960; MANU (Mozambique African National Union), constituído em 1961 a partir de vários pequenos grupos já existentes de moçambicanos que trabalhavam no Tanganica e no Quênia, sendo um dos maiores a União Maconde de Moçambique; UNAMI (União Africana de Moçambique Independente), iniciado por exilados da região de Tete e residentes no Malawi.

O acesso de muitas antigas colónias à independência no fim dos anos cinquenta e no princípio dos anos sessenta favoreceu a formação de movimentos no exílio e, para Moçambique, a independência do Tanganica, em 1961, pareceu abrir novos caminhos. Os três movimentos tinham centros separados em Dar es-Salam, pouco tempo depois.

Em 1961, também, uma intensificação da repressão em todos os territórios portugueses na sequência da revolta em Angola provocou a afluência de refugiados aos países vizinhos, especialmente ao Tanganica (actual Tanzânia). Estes exilados recentes do interior, muitos dos quais não pertenciam ainda a qualquer das organizações existentes, exerceram forte pressão no sentido da formação dum só corpo unido. Houve condições externas que também favoreceram a unidade: a Conferência das Organizações Nacionalistas dos Territórios Portugueses (CONCP), reunida em Casablanca em 1961, e na qual tomou parte a UDENAMO, foi uma forte chamada à união dos movimentos nacionalistas contra o colonialismo português. Uma conferência de todos os movimentos nacionalistas, convocada pelo presidente do Ghana, Kwame Nkrumah, também estimulou a formação de frentes unidas, e no Tanganica o presidente Nyerere exerceu influência pessoal sobre os movimentos formados no território para que se unissem. Assim, em 25 de Junho de 1962, os três

movimentos existentes em Dar es-Salam juntaram-se para formarem a Frente de Libertação de Moçambique, e fizeram-se preparativos para a realização de uma conferência no mês de Setembro seguinte, em que se definiriam os fins da Frente e se elaboraria um programa de acção.

Um breve relato de alguns dentre os chefes do novo movimento mostrará como as mais variadas organizações políticas e parapolíticas de todo o país contribuíram para ele: o vice-presidente, reverendo Uria Simango, é um pastor protestante da região da Beira que tinha trabalhado muito nas associações de assistência mútua e era chefe da UDENAMO. Da mesma associação de assistência mútua veio Silvério Nungu, mais tarde secretário da Administração, e Samuel Dhlakama, actualmente membro do Comité Central. Das cooperativas camponesas do Norte de Moçambique veio Lázaro Kavandame, mais tarde secretário provincial de Cabo Delgado, e também Jonas Nama-shulua e outros. Das associações de assistência mútua de Lourenço Marques e do Chai-Chai, no Sul de Moçambique, vieram o falecido Mateus Muthemba e Shaffrudin M. Khan, que veio a ser representante no Cairo e se encontra agora como representante da FRELIMO nos Estados Unidos. Marcelino dos Santos, mais tarde secretário dos Assuntos Externos e agora secretário do Departamento de Assuntos Políticos, é um poeta de fama mundial; teve grande actividade no movimento literário de Lourenço Marques e passou alguns anos de exílio em França.

Quanto a mim, sou do distrito de Gaza, do Sul de Moçambique, e, como muitos de nós, estive duma maneira ou doutra dentro da resistência desde a minha infância. Comecei a minha vida, como a maioria das crianças de Moçambique, numa aldeia, e até aos 10 anos passava os dias pastoreando o gado da família, junto com meus irmãos, e absorvendo as tradições da minha tribo e da minha família. Se fui para a escola, devo-o à larga visão da minha mãe, terceira e última mulher de meu pai e mulher de grande carácter e inteligência. Ao tentar continuar a estudar depois da escola primária, sofri

todas as frustrações e dificuldades que sempre esperam qualquer criança africana que tenta entrar no sistema português. Consegui finalmente chegar à África do Sul, e, com a ajuda de alguns dos meus professores, continuei com bolsas de estudo a nível universitário. Foi neste período que começou o meu trabalho no NESAM. Tive sérios problemas com a polícia. Quando recebi uma bolsa de estudo para a América, as autoridades portuguesas decidiram mandar-me para a Universidade de Lisboa. Durante a minha curta estada em Lisboa, porém, fui tão constantemente incomodado pela polícia que os meus estudos foram prejudicados, e fiz vários esforços para utilizar a minha bolsa de estudo nos Estados Unidos. Tendo-o conseguido, estudei Sociologia e Antropologia nas Universidades de Oberlin e do Noroeste, e depois trabalhei para as Nações Unidas como investigador.

Entretanto mantive contacto tanto quanto possível com o desenrolar dos acontecimentos em Moçambique e, pelo que vi e pelos meus contactos ocasionais, através das Nações Unidas, com os diplomatas portugueses, cada vez me convenci mais de que a pressão política normal e a agitação não afectariam a posição portuguesa. Em 1961, pude visitar Moçambique, durante as minhas férias, e em longas viagens vi, por mim próprio, como as condições tinham ou não mudado desde a minha partida. Quando regresssei, deixei as Nações Unidas para entrar abertamente na luta de libertação, e arranjei um emprego de assistente na Universidade de Siracusa, que me deixava tempo e oportunidade para estudar a situação mais profundamente. Eu tinha estabelecido contactos com todos os partidos de libertação e passei entre eles os anos de 1961 e 1962, fazendo forte campanha pela unidade.

Os moçambicanos que se reuniram em Der es-Salam em 1962 representavam quase todas as regiões de Moçambique e todos os sectores da população. Quase todos tinham alguma experiência de resistência em pequena escala, e das represálias que normalmente se seguiam. No interior como no exterior do país, as condições eram favoráveis à luta nacionalista. O nosso problema era poder caldear essas vantagens de

modo a tornar o nosso movimento forte em todo o país e capaz de ter acção eficaz que, ao contrário dos anteriores esforços isolados, atingisse mais os Portugueses do que a nós próprios.

Consolidação

É claro que nós portugueses estamos de sobreaviso e não será possível aos agentes [...] repetir em Moçambique as vis proezas dos agentes em Angola.

O homem avisado redobra as suas defesas

Diário da Manhã, de 12 de Setembro de 1964.

Depois de Setembro de 1962, tínhamos um partido único e a estrutura dum política, mas estávamos ainda muito longe de ter uma luta nacional de libertação eficaz. Foram preciosos dois anos de trabalho duro, planeamento e aprendizagem com os nossos fracassos e erros, para que estivéssemos aptos a arrancar confiantemente pelo caminho activo, rumo à libertação.

No primeiro Congresso da FRELIMO ficaram definidos os fins do partido:

«O Congresso da FRELIMO:

Tendo examinado as necessidades actuais da luta contra o colonialismo português em Moçambique — declara ser sua firme decisão promover a organização eficiente da luta do povo moçambicano pela libertação nacional, e adopta as seguintes resoluções, a pôr imediatamente em prática pelo Comité Central da Frelimo:

1. Desenvolver e consolidar a estrutura organizacional da FRELIMO;
2. Promover maior unidade entre os Moçambicanos;

3. Levar ao máximo a utilização das energias e capacidades de cada um e de todos os membros da FRELIMO;
4. Promover e acelerar a formação de quadros;
5. Empregar directamente todos os esforços para promover o rápido acesso de Moçambique à independência;
6. Promover por todos os métodos o desenvolvimento social e cultural da mulher moçambicana;
7. Promover imediatamente a alfabetização do povo moçambicano, criando escolas onde quer que seja possível;
8. Tomar as necessárias medidas com vista a satisfazer as necessidades dos órgãos dos diferentes níveis da FRELIMO;
9. Estimular e apoiar a formação e consolidação de sindicatos e de organizações de estudantes, juventude e mulheres;
10. Cooperar com as organizações nacionalistas das outras colónias portuguesas;
11. Cooperar com organizações nacionalistas africanas;
12. Cooperar com os movimentos nacionalistas de todos os países;
13. Obter fundos das organizações que simpatizam com a causa do povo de Moçambique, lançando apelos públicos;
14. Diligenciar obter todos os requisitos para a autodefesa e resistência do povo moçambicano;
15. Organizar propaganda permanente por todos os métodos a fim de mobilizar a opinião pública mundial a favor da causa do povo de Moçambique;
16. Enviar delegações a todos os países a fim de empreender campanhas e manifestações públicas de protesto contra as atrocidades cometidas pela administração colonial portuguesa, assim como exercer pressões para imediata libertação de todos os nacionalistas que estão nas prisões colonialistas portuguesas;
17. Procurar auxílio diplomático, moral e material para a causa do povo moçambicano, junto dos Estados africanos e de todas as pessoas amigas da paz e da liberdade.»

Estes fins podiam ser resumidos em: consolidação e mobilização; preparação para a guerra; educação; diplomacia.

Necessidade duma luta armada

Embora decididos a fazer tudo o que estivesse ao nosso alcance para tentar obter a independência por meios pacíficos, estávamos já nessa altura convencidos de que uma guerra seria necessária. Pessoas mais familiarizadas com as políticas doutras potências coloniais acusaram-nos de recorrer à violência sem justa causa. Isto é parcialmente refutado pelo fracasso sofrido por todo o tipo de actividade legal, democrática e reformista, tentada durante os quarenta anos precedentes.

O próprio carácter do Governo de Portugal torna improvável uma solução pacífica. Em Portugal o Governo não promoveu nem sólido crescimento económico nem bem-estar social e alcançou pouco respeito internacional. O facto de possuir colónias ajudou a esconder estes fracassos; as colónias contribuem para a economia; aumentam a importância de Portugal no Mundo, particularmente no mundo da finança; criaram um mito nacional de império que contribui para neutralizar o descontentamento duma população fundamentalmente insatisfeita. O Governo sabe que só com grave transtorno pode perder as colónias. Por razões similares não pode liberalizar o seu controle das mesmas: as colónias contribuem para a economia nacional só porque a mão-de-obra é explorada e os recursos não são reinvestidos no desenvolvimento local; as colónias atenuam o descontentamento da população portuguesa só porque a imigração oferece aos pobres e ignorantes uma posição de especial privilégio. Além do mais, visto que o governo fascista eliminou a democracia no interior de Portugal, não pode dar maior liberdade aos povos supostamente mais atrasados das suas colónias.

Apesar disto, foram feitas tentativas para usar a persuasão, estimuladas pela aceitação geral do princípio da autodeterminação. Mas esses esforços nunca foram recompensados por

qualquer espécie de «diálogo». A única resposta dada era a prisão, a censura e o fortalecimento da PIDE, a polícia secreta. O carácter da PIDE é em si mesmo um factor importante. Porque tem uma forte tradição de violência — os seus agentes foram treinados pela Gestapo — e goza de considerável autonomia, agindo fora do controle da lei oficial.

Foi por isso que a actividade política em Moçambique recorreu às técnicas do «subterrâneo», do segredo e do exílio. Na única ocasião em que foi feita uma abordagem aberta, o que sucedeu foi elucidativo. Foi o incidente, já mencionado, em Mueda em 1960, quando cerca de 500 africanos foram mortos. Tinha sido planeada como manifestação pacífica, e até certo ponto a sua origem foi devida à provocação da polícia: as autoridades sabiam que havia agitação política na região, muita dela clandestina, e tinham feito constar que o governador assistiria a uma reunião pública em 16 de Junho, reunião essa em que ele daria independência ao povo maconde. A polícia assim trouxe à luz do dia o descontentamento político e imediatamente matou ou prendeu tantos quantos pôde. Tinham esperado fazer desaparecer os chefes, intimidar a população e dar um exemplo a outras regiões. Mas, apesar da sua ferocidade, a acção foi só parcial e temporariamente bem sucedida. Eliminou alguns dos chefes, mas outros ficaram; enquanto a população, longe de ficar intimidada, se tornou mais decidida à resistência do que nunca.

Alguns exilados e os que estavam na oposição clandestina esperavam ao princípio que, mesmo se Portugal fosse insensível às pacíficas exigências do povo das suas colónias, ao menos havia de ouvir as organizações internacionais e das grandes nações do Mundo, se estas interviesses em nosso favor. Em consequência do caso de Goa, surgiu alguma pressão internacional sobre Portugal nos anos cinquenta. Mas a única resposta de Portugal foi a legislação do princípio dos anos sessenta, que supostamente introduziu reformas mas não fez quaisquer concessões ao princípio de autodeterminação. Desde então, Portugal ignorou ou rejeitou todos os apelos doutros Estados

ou organizações internacionais feitos em nome do povo das suas colónias. Além disso, nem todos os grandes Estados nos apoiam. Desde 1961, a maioria das potências ocidentais, incluindo os Estados Unidos, não cooperavam com as resoluções das Nações Unidas que intimavam Portugal a dar o direito de autodeterminação aos povos dos seus territórios não autogovernados.

Cerca de 1961, duas conclusões eram óbvias. Primeiro, Portugal não admitiria o princípio de autodeterminação e independência, ou qualquer extensão da democracia sob a sua dominação, embora já nesse tempo fosse claro que as soluções «portuguesas» para a nossa condição de oprimidos, tais como a assimilação por meio dos *colonatos* multirraciais, escolas multirraciais, eleições locais, etc., tinham provado ser uma fraude sem sentido. Segundo, a acção política moderada, tal como greves, manifestações e petições, resultaria só na destruição daqueles que nela tomavam parte. Eram-nos deixadas, portanto, duas alternativas: continuar indefinidamente a viver sob um regime repressivo imperialista ou encontrar um meio de usar a força contra Portugal que fosse suficientemente eficaz para ferir Portugal sem resultar na nossa própria ruína.

Foi por isso que, aos olhos dos chefes da FRELIMO, a luta armada apareceu como o único método. De facto, a ausência de oposição ao uso da força foi um dos factores que explicaram o curto período que decorreu entre a formação da FRELIMO em 1962 e o princípio da luta armada em 25 de Setembro de 1964.

Preparação

Para criar condições para uma luta armada bem sucedida, tínhamos, por um lado, que preparar a população de Moçambique; e, por outro lado, recrutar e treinar pessoas para as responsabilidades que tal luta viria impor.

Havia já, dentro de Moçambique, os rudimentos duma estrutura através da qual o trabalho de preparação poderia

continuar. Quase todos aqueles que se reuniram em Dar es-Salam para formar a FRELIMO faziam parte das forças subterrâneas dentro de Moçambique; os três partidos que se juntaram tinham membros em várias regiões, e estas, junto com a rede do NESAM e o povo que tinha tomado parte no movimento cooperativista abortado no Norte de Moçambique, formaram a base duma organização que tinha de ser consolidada e desenvolvida. Através desta, os fins do partido tinham de ser explicados à população; o povo tinha de ser organizado em células, o nível geral da consciência tinha de ser levantado, a actividade das células tinha de ser coordenada. Isto foi feito por trabalhadores clandestinos, utilizando panfletos e «telegramas da selva» como auxiliares.

A maneira como funciona uma tal mobilização é talvez mais bem ilustrada por alguns relatos de militantes da FRELIMO que expõem como entraram para o partido. Assim diz Joaquim Maquival:

«Em 1964 entrei para a FRELIMO porque o nosso povo era explorado. Eu ainda não sabia como ia agir. O povo não sabia o que havia de fazer. Tínhamos ouvido dizer que os nossos vizinhos do Malawi tinham sido libertados e viriam libertar-nos, mas depressa compreendemos que teríamos de nos libertar a nós mesmos. O partido disse-nos que nós, e mais ninguém, éramos responsáveis por nós mesmos.

Alguns camaradas vieram explicar-nos coisas e, antes disso, logo ao princípio, a rádio disse-nos que a FRELIMO, guiada pelo camarada Mondlane, estava a lutar pela libertação de nós todos.»

Gabriel Maurício Nantimbo conta uma história semelhante:

«Eu estava num estado de servidão, mas não o sabia. Pensava que o mundo era assim mesmo. Não sabia que Moçambique era a nossa pátria. Os livros diziam que éramos portugueses. Então, cerca de 1961, comecei a ouvir outras coisas.

Os mais velhos, nas suas cooperativas, também começavam a agitar-se. Em 1962 mesmo as crianças compreendiam a verdade. A FRELIMO começou a operar na nossa zona. Alguns camaradas explicaram-nos o que era e eu quis aderir. Em fins de 1962 o próprio Governo sentiu que o partido estava a crescer e começou uma grande campanha de repressão, prendendo e torturando toda a gente de quem suspeitava. Muitos preferiam morrer a trair os seus camaradas. O partido ganhou força. Os chefes explicaram-nos a verdade, ensinaram-nos a nossa própria força, e vimos claramente como Moçambique, que pertence a nós e não a Portugal, tinha sido dominado.»

Já existiam condições favoráveis: os sofrimentos causados pelo sistema colonial; o desejo de acção; a coragem e decisão que uma guerra exige. Tudo o que a FRELIMO tinha que fornecer era a compreensão prática e a organização.

Trabalho similar podia ser feito mais abertamente entre os muitos elementos que por essa altura fugiam de Moçambique. Muitos desses refugiados estavam ansiosos por regressar e agir contra o sistema que os tinha expulsado; só lhes faltava o conhecimento de como fazê-lo.

O problema do treino não envolvia apenas o aspecto militar. As deficiências do sistema educacional português significavam que o nosso movimento tinha uma enorme falta de quadros em todos os campos. Podíamos compreender que o bom resultado da futura acção armada criaria a necessidade de gente com qualificações técnicas e certo nível de educação básica. Acima de tudo, o estado de ignorância no qual quase toda a população tinha sido mantida dificultava o desenvolvimento da consciência política e ainda mais o desenvolvimento do nosso país depois da independência. Tínhamos, e temos, a tarefa de recuperar anos de diligente negligência sob o domínio português. E, assim, foram concebidos lado a lado um programa militar e um programa educacional, como aspectos essenciais da nossa luta.

Como primeiro passo do programa educacional, uma escola

secundária, o Instituto de Moçambique, foi fundada em 1963 em Dar es-Salam, para educar crianças moçambicanas que já tinham saído de Moçambique, enquanto ao mesmo tempo se providenciava no sentido de que houvesse bolsas de estudo para institutos estrangeiros de altos estudos, destinadas àqueles refugiados que possuíam qualificações adequadas.

A perseguição e supressão do NESAM tinha feito sair muitos daqueles poucos africanos que tinham conseguido em Moçambique continuar os estudos para além da escola primária. Alguns deles estavam ansiosos por entrar imediatamente na luta, utilizando as qualificações que já tinham; mas outros eram enviados para continuar os seus estudos e adquirir qualificações que seriam úteis no futuro. O Instituto de Moçambique desenvolveu-se rapidamente. Construído para 50 estudantes, em 1968 já tinha sido alargado para receber 150. Além disso, o departamento educacional da FRELIMO podia utilizar a organização do Instituto para ajudar a preparar um sistema de educação no interior de Moçambique logo que o programa militar tivesse ido suficientemente longe para dar a segurança necessária.

Pelo lado militar, a primeira tarefa era treinar o núcleo do nosso futuro exército. Abordámos a Argélia, que acabava de se tornar independente da França, depois duma guerra de sete anos, e estava já a treinar grupos nacionalistas doutras colónias portuguesas. Os chefes argelinos aceitaram a entrada de moçambicanos neste programa, e o primeiro grupo de cerca de cinquenta jovens moçambicanos partiu para a Argélia em Janeiro de 1963, seguido pouco depois por mais dois grupos de cerca de setenta. Para acompanhar este treino, coordenar os grupos e prepará-los para combater em Moçambique, era necessário encontrar um país próximo da área do futuro combate que nos permitisse instalar pelo menos um acampamento no seu território. Deve notar-se que isto é um caso muito sério. Qualquer país que aceite acolher uma força militar, mesmo temporariamente, deve encarar problemas consideráveis. Primeiro, está o problema interno, posto pela presença duma força

armada que não está directamente sob o controle do país. Depois, há as dificuldades diplomáticas e de segurança que surgirão logo que o governo contra o qual os preparativos militares são dirigidos descobre a existência dum tal acampamento. Assim, quando a Tanzânia aceitou auxiliar-nos deu um passo muito corajoso.

Há uma certa ironia histórica na localização do nosso primeiro acampamento perto da aldeia de Bagamoyo. Porque o nome de Bagamoyo significa «coração despedaçado» e tem a sua origem nos tempos do tráfico de escravos, quando esta aldeia era um dos principais pontos de partida para os portos esclavagistas da costa oriental. Mais tarde, a mesma Bagamoyo tornou-se capital da tentativa de implantação do imperialismo alemão na África oriental. O nome tem agora para nós um significado completamente diferente, porque foi aqui, em Bagamoyo, que demos os primeiros passos práticos no esmagamento da servidão no nosso país.

Uma vez terminado o rigoroso treino a que complementarmente os primeiros grupos tinham sido submetidos em Bagamoyo, voltaram secretamente a Moçambique, preparados para a acção e para treinar outros jovens. Em Maio de 1964 estavam a entrar armas em Moçambique e munições estavam a ser armazenadas.

O exército tem também papel muito importante a desempenhar nas campanhas de mobilização e de educação. Os militantes não aprendem só a ciência militar. Tanto quanto possível, aprendem português e alfabetização básica, sendo os instrutores muitas vezes aqueles que têm educação elementar. A educação política e é parte preponderante do treino, no decorrer do qual adquirem alguma experiência de falar em público e do trabalho em *comités*, enquanto também aprendem rudimentos de discussão política e das bases históricas e geográficas da luta. Assim, o próprio exército torna-se agente importante na mobilização política e na educação da população.

O outro aspecto preponderante do trabalho da FRELIMO durante este período preliminar era o programa de diplomacia

e informação. A finalidade destes pontos era, por um lado, quebrar o silêncio que rodeava Moçambique, destruir os mitos espalhados pelos poderosos serviços de propaganda dos Portugueses; e, por outro lado, mobilizar a opinião mundial em favor da luta em Moçambique, para ganhar apoio material e isolar Portugal. Isto implicava participação activa em organizações internacionais, o envio de delegados a conferências internacionais e de representantes a vários países. Tendo em vista facilitar este trabalho, criaram-se centros permanentes fora da Tanzânia, particularmente no Cairo, Argel e Lusaka. Com o fim de propagar a informação, prepararam-se textos para conferências e reuniões; escreveram-se artigos; e do Centro em Dar es-Salam começou a publicação dum boletim em inglês, *Mozambique Revolution*, enquanto que um boletim em francês saía periodicamente do Centro de Argel.

Problemas

Em muitos aspectos, o período de preparação impõe mais esforço a um movimento do que o período de acção. Começada a luta, gera-se a solidariedade perante o perigo imediato face ao inimigo. De igual modo, o movimento afirma-se: sabe mostrar resultados concretos do seu trabalho e uma justificação prática da sua política. Ao afirmar-se, crescem o entusiasmo e a confiança dos próprios membros, enquanto que ao mesmo tempo aumentam o interesse e o apoio do exterior. Durante o tempo de trabalho clandestino, contudo, pouco se vê do partido, excepto um nome, um centro e um grupo de exilados que afirmam serem chefes nacionais, mas cuja integridade é sempre discutível. É então que um movimento é especialmente vulnerável à dissensão interna e à provocação externa.

Nos dois primeiros anos da FRELIMO o perigo potencial era agravado pela inexperiência dos seus chefes em trabalho de conjunto. Muitos dos seus membros também tinham falta de noção da política moderna. Por outro lado, o problema de manter a unidade era facilitado pelo facto de não haver

outros partidos. Depois da união de 1962, o nosso problema não era juntar grupos rivais importantes, mas evitar o aparecimento de facções internas.

A natureza heterogénea dos membros trazia vantagens e inconvenientes. Vínhamos de todo o território de Moçambique e de todos os modos de vida: línguas e grupos étnicos diferentes, raças, religiões, antecedentes sociais e políticos diferentes. Eram ilimitadas as ocasiões de possível conflito e achámos que devíamos fazer um esforço consciente para preservar a unidade. O primeiro passo era a educação. Desde o princípio fomos dando educação para combater o tribalismo, o racismo e a intolerância religiosa. Manteve-se por conveniência o português como língua oficial, visto que nenhuma língua africana tem em Moçambique a predominância que, por exemplo, tem o Swahili na Tanzânia. O trabalho, porém, é também feito noutras línguas, e o facto de pessoas de várias línguas trabalharem juntas constantemente incita à aprendizagem destas. Desde o princípio, as unidades militares eram sempre de composição muito misturada, e a experiência do trabalho em conjunto com pessoas doutras tribos fez muito para diminuir atritos tribais. A FRELIMO é um corpo secular; dentro dela todas as religiões são toleradas, e uma grande variedade é praticada.

Mesmo assim, pouco tempo depois da formação da FRELIMO, houve tendências individuais para reclamar a representatividade de Moçambique e para formar grupelhos. Este facto parecia principalmente devido à conjugação de certas ambições pessoais com as manobras dos Portugueses e outros interesses ameaçados pelo movimento de libertação. Logo ao princípio apareceu o COSERU (Comité Secreto de Restauração da UDENAMO) e deu lugar a uma nova UDENAMO que, por sua vez, se dividiu em Nova UDENAMO - Accra e Nova UDENAMO-Cairo; ambas desapareceram já. Depois surgiu uma nova UNAMI (já desaparecida), uma nova MANU e mais variações sobre o tema. As pessoas que formavam estas diferentes organizações eram muitas vezes as mesmas. Então, em 1964, formou-se um grupo chamado MORECO

(Mozambican Revolutionary Council), que, mais tarde, mudou para COREMO e, quase imediatamente, sofreu mais modificações quando os vários dirigentes se expulsaram uns aos outros. Há agora um ramo da COREMO em Lusaka e outro no Cairo, que parecem separados por diferenças ideológicas. A COREMO-Lusaka dividiu-se outra vez, do que resultou a formação de ainda mais um grupo chamado União Nacional Africana da Rombézia. O programa da UNAR tenta enfraquecer o trabalho da FRELIMO na área entre os dois principais rios do Norte de Moçambique, o Zambeze e o Rovuma. Na mais caridosa estimativa, os chefes do grupo devem ser ingénuos para tomar a sério os boatos, assoprados pelos Portugueses, de que estariam prontos a ceder o terço norte do país ao Malawi se, por meio dessa manobra, eles tivessem assegurado o controle perpétuo de dois terços de Moçambique para sul do Zambeze. É importante notar que o quartel-general da UNAR é em Blantyre, e que os chefes têm a protecção e cooperação dalgumas figuras influentes do Partido do Congresso do Malawi.

A COREMO-Lusaka é o único desses grupos que tentou alguma acção em Moçambique: em 1965, simpatizantes da COREMO iniciaram uma acção militar em Tete, mas foram imediatamente esmagados. Parecia não ter havido trabalho de base no qual se pudesse apoiar essa acção; como resultado da vaga de repressão que se seguiu, cerca de 6000 pessoas fugiram para a Zâmbia e o Governo da Zâmbia supôs ao princípio que, visto a acção ter sido instigada pela COREMO, estes refugiados eram partidários da COREMO. Depois de os interrogar, porém, descobriu-se que nunca tinham ouvido falar na COREMO e que aqueles que estavam ligados a algum partido eram membros da FRELIMO.

Felizmente, nenhum destes movimentos era suficientemente sério para interferir no trabalho interno de Moçambique, visto que muitos deles dispunham apenas de um centro e de um pequeno grupo de partidários exilados. Todavia, nesse tempo, quando a FRELIMO tinha somente um bom punhado de oficiais para mostrar ao mundo, havia o perigo de que esses grupos

pudessem causar alguns prejuízos. A proliferação de pequenos grupos de oposição era embaraçosa para os países que davam apoio aos movimentos de libertação, visto que não era fácil dizer quais eram os grupos que tinham real apoio em Moçambique.

Outra dificuldade, especialmente aguda nas primeiras fases do desenvolvimento, quando muitos dos membros do movimento ainda mal se conheciam, é o perigo de infiltração de agentes portugueses. E este perigo está ligado com o problema dos pequenos grupos, porque estes podem utilizar um membro da organização para espalhar a dissensão e originar cisões entre os membros. A complexidade dos motivos subjacentes às manobras divisionistas torna muito difícil a sua prevenção: neuroses individuais, ambições pessoais, diferenças ideológicas reais, andam misturadas com a tática do serviço secreto inimigo. Um movimento não se pode permitir a paranóia, ou alienará o apoio potencial e não conseguirá reconciliar aquelas dificuldades reais que dalgum modo têm que ser reconciliadas para sobrevivência e desenvolvimento da sua base. Por outro lado, deve estar em guarda contra o tipo mais perigoso de infiltração organizada pelo inimigo, que inevitavelmente gasta tempo e energia no processo.

A melhor resposta para estes grupos, agentes, espiões, propagandistas inflamados, é um movimento forte. Se a liderança é unitária e tem o apoio das massas do país, se o programa é realista e popular, então os prejuízos causados por esses esforços do exterior serão marginais. Na FRELIMO, embora nalguns casos seja necessária uma acção específica, a nossa norma geral é continuar em força o trabalho em mãos, ignorando as pequenas provocações.

Biografia política

Na medida em que a liderança fora do país conseguia manter um grau razoável de unidade, o principal trabalho em Moçambique podia seguir sozinho. Através da história de Alberto

Joaquim Chipande pode-se ver a evolução desse processo, que culminou no lançamento da luta armada, bem como alguns problemas que surgiram no desenrolar da acção do movimento:

«Meu pai era capitão-mor (um chefe tradicional de aldeia numa sociedade sem instituições políticas centralizadas). Por vezes os Portugueses davam ordens por intermédio dele, embora ele não fosse régulo (chefe imposto pelos Portugueses). Por duas vezes levaram-no a visitar Lisboa, uma vez em 1940, outra em 1946, e podia dizer-se que dalgum modo ele era mesmo membro da administração portuguesa; mas secretamente ele era contra eles e, em 1962, tornou-se membro secreto da FRELIMO quando ainda estávamos a trabalhar na clandestinidade, em Delgado...

Eu próprio resolvi entrar na luta porque todos os homens deviam ser livres ou, se for preciso, lutar para sê-lo. Sempre vi, desde criança, o significado da política portuguesa: tendo eu 12 anos (em 1950), e estando na escola primária, eles levaram-me e forçaram-me a trabalhar nas limpezas da cidade, em Mueda.

Então os Portugueses começaram a seguir a minha família. Dois irmãos fugiram para a Tanzânia. Escaparam, depois de serem presos para trabalhos forçados. [...] Isto foi em 1947. Eu tinha 9 anos. Nessa altura a minha irmã e o marido também fugiram do trabalho forçado. Tudo isto serviu para me ensinar. Mas fiquei na escola. Fiz exames. Fiquei professor.

Quando acabei a escola primária tinha 16 anos. Mais tarde deram-me um posto de ensino. [...] Depois arranjei um melhor, na escola primária de Mueda, onde fiquei seis anos.

Ouvi falar numa tal organização de libertação em 1960. Era a MANU. [...] Alguns dos chefes trabalhavam no meio de nós. Alguns foram apanhados pelos Portugueses no massacre de Mueda em 16 de Junho de 1960. [...] Depois dessa experiência fiquei com um sentimento ainda mais forte da necessidade de obter a liberdade. E quando todos os outros consideraram o que tinha acontecido, começaram a agir igualmente, e deram apoio à MANU.

Então, em 1962, quando se formou a FRELIMO em Dar

es-Salam, os seus chefes convidaram alguns delegados de Delgado para irem falar com eles. Aqueles que tinham dado apoio à MANU começaram a dar apoio à FRELIMO, como hoje dão.

Depois da formação da FRELIMO tornei-me um organizador em Delgado. Trabalhávamos do seguinte modo: tínhamos formado uma cooperativa agrícola em Mueda, e quando os chefes da FRELIMO souberam, mandaram delegados a Delgado para pedir aos chefes da nossa cooperativa, que tinham dado apoio à MANU, que apoiassem agora a FRELIMO. Eles disseram aos delegados da FRELIMO as razões da formação da MANU e concordaram em utilizar a cooperativa como meio de organização política, tanto quanto possível. No primeiro ano tínhamos pouca gente e no segundo cultivámos algodão. Demos à nossa cooperativa o nome de Sociedade Voluntária Africana do Algodão de Moçambique. Mas as autoridades portuguesas disseram que não podíamos usar a palavra «Voluntária», porque os pretos, diziam eles, não sabiam fazer nada. Ainda assim deixaram-nos começar a trabalhar, e nós começámos. Isto foi em 1957. [...] E a nossa cooperativa cresceu. Outras vieram juntar-se a ela, e assim a companhia portuguesa (em Mueda) começou a ter falta de mão-de-obra e nós começámos a vender o nosso algodão mesmo a essa companhia. Nós, chefes, trabalhávamos duro e voluntariamente; não queríamos percentagem na colheita nem lucro em dinheiro. Tudo o que nós, chefes, tínhamos eram as nossas próprias *shambas* para o nosso sustento. Então aquela companhia portuguesa queixou-se às autoridades de que a nossa cooperativa era uma organização política antiportuguesa. Em 1959 o chefe — Lázaro Kavandame — foi preso e enviado para Porto Amélia. Mas não ficámos desmoralizados; continuámos. Então houve o massacre e proibiram o nosso movimento cooperativo.

Nos fins de 1960, Lázaro regressou e falámos de tudo. Tentámos descobrir novos meios de acção. As autoridades diziam que não autorizariam nenhuma organização com muitos membros — 30 era o máximo. Concordámos com isso e fundámos uma cooperativa com 25 membros para cultivar arroz.

No primeiro ano tivemos uma boa colheita, tínhamos dinheiro no banco, em quantidade suficiente para pagar férias, e também comprámos um tractor. [...] Em 1962, depois da fundação da FRELIMO, o povo começou a dar apoio activo. Tínhamos muitos contactos com Dar es-Salam através de mensageiros secretos e começámos a emitir cartões para identificação de membros. Começámos a organizar as pessoas. Algumas foram presas e ficámos assim debaixo da vigilância desconfiada do Governo.

Desta vez era diferente. Agora, os Portugueses queriam que os nossos grupos trabalhassem para a destruição da FRELIMO. Diziam que devíamos mandar homens para Dar, para criar a confusão. Mandámos o nosso vice-presidente e os Portugueses deram-lhe dinheiro para a viagem. Mas nós demos-lhe uma tarefa diferente. Demos-lhe uma carta para os chefes em Dar para explicar por que é que ele tinha o dinheiro e a ele dissemos-lhe que desse o dinheiro à FRELIMO, e cá por nós arranjámos o dinheiro necessário. Assim, este homem foi na verdade a Dar como delegado ao Primeiro Congresso da FRELIMO, enquanto fazia o papel de agente dos Portugueses. Voltou depois do Congresso e disse aos Portugueses que havia conflitos em Dar entre os vários agrupamentos da FRELIMO...

Depois foi novamente em Setembro, como nosso delegado. Mas desta vez correu tudo mal. Os Portugueses não eram tão ingénuos que pudessem acreditar em tudo o que ele dizia. Mandaram-no, sim, com outro agente para o vigiar. [...] Quando o nosso camarada voltou, informou-os de que continuavam a não se entenderem, e que estava tudo na mesma; mas o verdadeiro espião fez um relato bastante diferente e real. E depois do segundo regresso do nosso camarada os Portugueses começaram a prender e a interrogar os nossos camaradas. Estávamos em Janeiro de 1963. Em Fevereiro prenderam Lázaro, o presidente da FRELIMO na nossa região, e no dia seguinte prenderam o nosso camarada que tinha sido delegado.

Depois disso houve muitas prisões e havia agentes da PIDE por todo o lado. Muitos dos nossos morriam na prisão;

outros regressavam com a saúde abalada. Tínhamos um camarada que trabalhava no escritório do administrador em Mueda. Ele avisou-nos por carta de que ia haver prisões, quem e onde. [...] No dia 13 de Fevereiro de manhã cedo, o administrador de Mueda veio com a polícia armada à missão católica onde eu era professor. [...] Mas nós — Lourenço Raimundo, também secretário da nossa cooperativa, e eu — tínhamos resolvido não dormir lá. Partimos quando ouvimos o barulho dos camiões que chegavam. Passámos o dia na mata e ao cair da noite pusemo-nos a caminho da Tanzânia. Andámos desde o dia 13 ao dia 18 e nessa noite passámos o Rovuma e entrámos na Tanzânia.

Chegámos a Lindi, onde um representante da FRELIMO veio ao nosso encontro. Contámos-lhe o que se tinha passado. Outros refugiados chegavam também, fugidos à repressão portuguesa. Tivemos uma reunião onde ficou decidido que alguns membros da nossa cooperativa deviam voltar para Moçambique, porque sabíamos que era nosso dever mobilizar gente e que sem nós o povo não teria chefes. Decidiu-se que os mais novos iriam para Dar completar a sua preparação, enquanto os homens mais velhos deviam voltar para Moçambique e esconder-se, para continuar a mobilização...

Em Dar, os chefes perguntaram-nos o que queríamos fazer. Dissemos: entrar para o exército. Eles perguntaram-nos se não queríamos bolsas de estudo. Não, dissemos, queremos combater. Então os nossos chefes entraram em contacto com países dispostos a ajudar, e o primeiro foi a Argélia. Em Junho de 1963 fomos para a Argélia e lá recebemos treinos até à Primavera de 1964. A 4 de Junho tivemos ordens — 24 de nós — para um encontro com o presidente da FRELIMO, que nos disse haveremos sido escolhidos para uma missão. No dia seguinte fomos para Mtwara. Em 15 de Agosto recebemos do representante da FRELIMO instruções para partir naquela noite. Atravessámos a fronteira e em C. Delgado encontrámos armas e equipamento para o meu grupo, 6 metralhadoras francesas, 5 *Thompsons*, 7 espingardas inglesas, 6 espingardas francesas,

12 pistolas, 5 caixas de granadas de mão com 12 cada uma.[...] Pegámos nisto tudo e partimos para o Sul, através da floresta, mas com ordem de não começarmos até receber palavra dos nossos chefes. [...] Não devíamos atacar civis portugueses, não maltratar prisioneiros, não roubar, pagar o que comêssemos...

Havia ao todo três grupos. O meu tinha ordem de ir para Porto Amélia. O segundo, chefiado por António Saido, foi para Montepuez, e o terceiro, o do Raimundo, foi na direcção de Mueda.

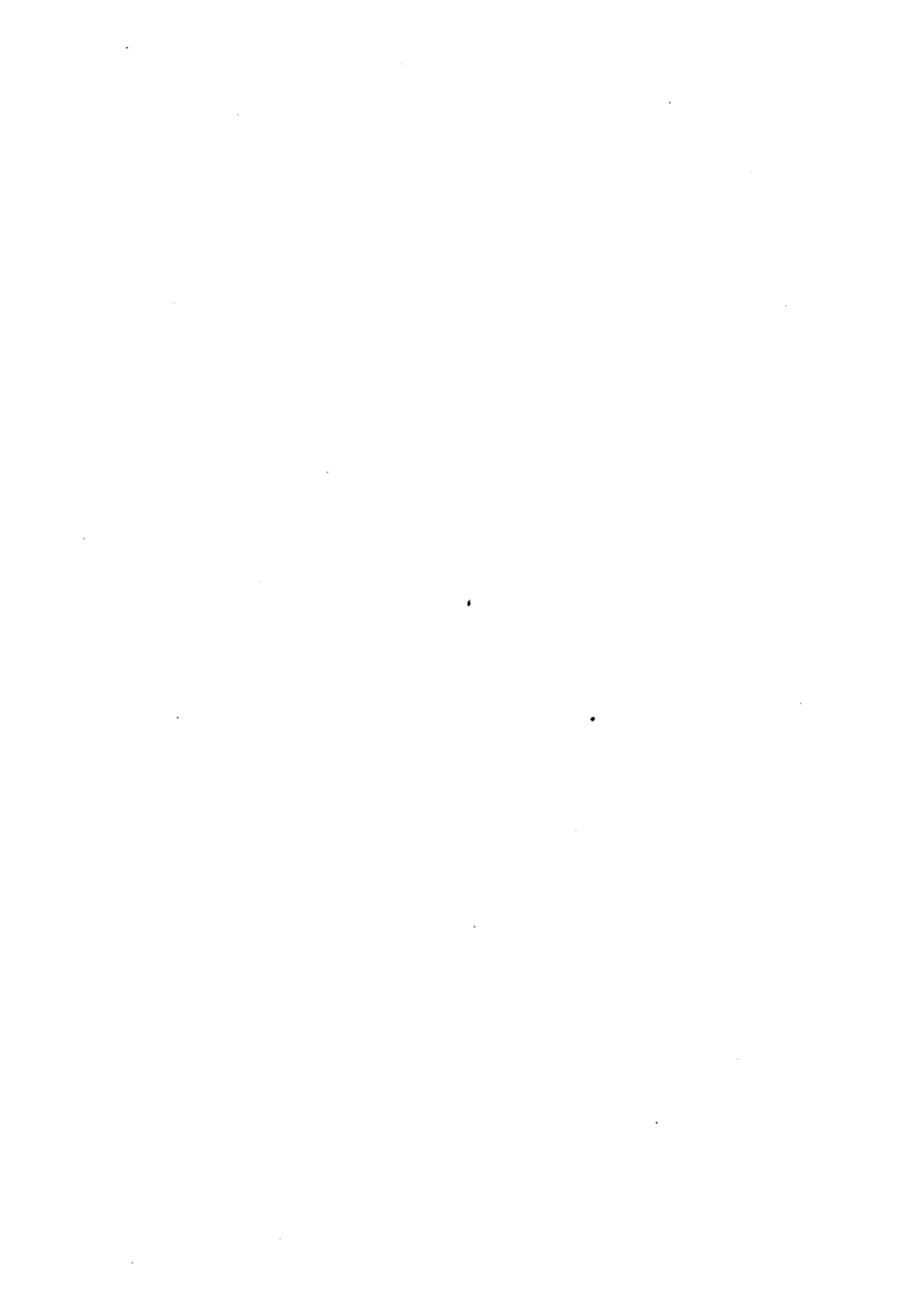
Foi duro, porque o inimigo patrulhava dia e noite, ao longo das estradas e mesmo nos atalhos da mata. Num certo ponto, o meu grupo teve que esperar dois dias primeiro que pudesse avançar. Tínhamos bons contactos, mas, por causa das patrulhas dos Portugueses, estava combinado que em pontos perigosos um só homem estaria para nos receber. Sofremos a falta de comida. E tínhamos que tirar as botas, com receio de deixar rastos para os Portugueses seguirem; andávamos descalços.

Foi difícil. Num certo lugar tinha actuado um grupo de bandidos — homens que tinham estado na MANU ou UDENAMO e se tinham recusado a entrar para a Frelimo; tinham simplesmente degenerado em bandidos. Tinham morto um missionário holandês. Nós tínhamos chegado a um lugar a cerca de cinco quilómetros desse local. Os soldados portugueses, apoiados por aviação, andavam atarefados por ali, por causa do missionário. Corremos um risco. Entrámos em contacto com a missão a que pertencia o missionário e explicámos-lhes o que tinha sucedido e que a FRELIMO era uma organização honesta e contra tudo o que se parecesse com matar missionários. Isto foi uma ajuda, porque os missionários convenceram os Portugueses de que era assim e de que não deviam matar gente por vingança.

Avançámos para Macomia. Daí em diante não podíamos continuar para Porto Amélia, porque os Portugueses tinham erigido uma barragem e mobilizado o povo contra os bandidos. [...] Os bandidos costumavam saquear lojas de indianos, e os Por-

tugueses diziam que nós éramos iguais. Isto impediu-nos de avançar. Os indianos informaram os Portugueses sobre as nossas pistas. Chegámos à conclusão de que devíamos começar a luta. Já estávamos a quinze dias da fronteira da Tanzânia. Por isso, enquanto estávamos em Macomia, impossibilitados de andar para a frente e desejosos de partir, mandámos mensageiros aos outros dois grupos, para saber notícias, e também a Dar, para lhes comunicar os pormenores da situação e explicar os perigos da demora enquanto os bandidos armados andavam em volta. Soubemos, por estes mensageiros, que o segundo grupo também tinha encontrado dificuldades e não tinha conseguido chegar a Montepuez; mas Raimundo e o seu grupo tinham chegado aos arredores de Mueda.

No dia 16 de Setembro recebemos as instruções de Dar para começar a 25 de Setembro; isto foi numa reunião dos nossos chefes de grupo. Resolvemos que cada um iria para a sua área e começaria. Por meio dos organizadores planeámos o levantamento do povo ao mesmo tempo — uma verdadeira insurreição nacional. Para, depois disto, defender o povo, cada grupo devia formar milícias e explicar coisas aos da aldeia, enquanto sabotava também as estradas e, evidentemente, enquanto atacava os soldados portugueses e a administração. Eram estas as linhas gerais do plano que fizemos...»



A guerra

*A missão de boje
camarada*

*é, cavar o solo básico da Revolução
e fazer crescer um povo forte
com uma P. M., uma bazuca, uma 12.7...*

Do poema «Apontar uma moral a um camarada»
de Marcelino dos Santos.

A luta armada foi lançada a 25 de Setembro de 1964.

O exército português esperava um ataque, mas tinha subestimado a nossa capacidade, bem como os nossos objectivos. Supunham eles que a nossa estratégia seria baseada em contínuas flagelações das forças portuguesas na fronteira, a fim de pressionar as autoridades portuguesas no sentido de se alcançar um acordo. Por outras palavras, a FRELIMO, protegida pelo «Santuário» da Tanzânia, contentar-se-ia com uma série de incursões de bate e foge através da fronteira. Para se defender dessa acção, o exército português desdobrou uma larga força ao longo da margem do Rovuma e evacuou as populações que viviam nas fronteiras.

Porém a FRELIMO tinha-se preparado não para uma acção de flagelações, mas para uma guerra do povo contra as forças armadas portuguesas, guerra que a seu tempo levaria à derrota ou rendição dos Portugueses. Esta subestimação das nossas intenções era certamente benéfica para nós nas primeiras fases da guerra.

O Comité Central tinha dado instruções às forças da

FRELIMO para montar operações simultâneas em vários pontos do país, todas no interior. Não iam «invadir» o país, como os Portugueses esperavam, mas já lá estavam dentro, fazendo reconhecimentos das posições portuguesas e ganhando novos recrutas.

Em 25 de Setembro a FRELIMO lançou um grande número de acções de ataque a postos militares e administrativos na província de Cabo Delgado. Em Novembro já a luta se estendia às províncias do Niassa, Zambézia e Tete, forçando os Portugueses a dispersar os soldados e impedindo-os de realizar um contra-ataque eficaz. Confrontado com acções de combate em quatro províncias ao mesmo tempo, o exército português não estava à altura de preparar expedições ofensivas sem deixar outras posições vitais a descoberto. O resultado foi que a FRELIMO conseguiu consolidar as suas posições estratégicas no Niassa e em Cabo Delgado, que tinham sido os objectivos desta primeira fase da guerra. As unidades que operavam na Zambézia e em Tete foram então retiradas e provisoriamente reagrupadas no Niassa e em Cabo Delgado, para reforçar a capacidade ofensiva da FRELIMO e assegurar que os avanços feitos nestas províncias fossem mantidos e que fosse estabelecida no interior uma base firme de acção militar e política. Os Portugueses, por outro lado, não podiam retirar as suas tropas de Tete e da Zambézia, visto que assim correriam o risco de encontrar nova ofensiva nestas áreas. Deste modo o inimigo era obrigado a manter grandes forças imobilizadas, enquanto que todas as forças da FRELIMO estavam aptas para a acção.

O sucesso destas primeiras operações abriu-nos o caminho para intensificar o recrutamento e aperfeiçoar a nossa organização. Em 25 de Setembro de 1964, a FRELIMO tinha só 250 homens treinados e equipados, que operavam em pequenas unidades de 10 a 15 homens cada uma. Pelos meados de 1965, já as forças da FRELIMO operavam com unidades a nível de companhia, e em 1966 as companhias foram organizadas em batalhões. Em 1967 o exército da FRELIMO tinha atingido

efectivos de 8000 homens treinados e equipados, sem contar as milícias populares ou os recrutas treinados mas ainda não armados. Por outras palavras, a FRELIMO aumentou os seus efectivos de combate trinta e duas vezes, em três anos.

Pelo lado português, os constantes aumentos dos efectivos do exército e do orçamento militar são a prova do impacte já obtido pela guerra. Em 1964 havia cerca de 35 000 soldados portugueses em Moçambique; pelos fins de 1967 havia entre 65 000 e 70 000. Nos meados de 1967, a Assembleia Nacional de Lisboa aprovou uma lei que baixava o limite de idade de inscrição no Exército para 18 anos e aumentava o período de serviço militar para três anos, ou mesmo quatro, em casos especiais. Nos princípios de 1968, foi anunciado que mesmo os que eram anteriormente considerados inaptos para o serviço militar, como os surdos, mudos, coxos, seriam mobilizados para serviços auxiliares, e que mesmo as mulheres também seriam admitidas a estes serviços.

Em 1963, o orçamento militar para Portugal e as colónias era de 193 milhões de dólares. Em 1967, só para a defesa das colónias, o orçamento foi de 180 milhões, e em Abril de 1968 esta verba foi oficialmente aumentada em 37 milhões, totalizando 217 milhões de dólares para as guerras coloniais. Estes dados são oficiais, fornecidos por Lisboa, e, visto que Portugal tem boas razões para rebaixar as suas verbas militares por causa da opinião pública interna e mundial, não será precipitação supor que Portugal esteja agora a gastar alguma coisa como 1 milhão de libras por dia para «defender o povo das províncias ultramarinas» contra... o povo das províncias ultramarinas.

Esta «escalada» da agressão portuguesa corresponde a um aumento das perdas portuguesas. Comparem-se, por exemplo, as perdas sofridas por eles nos primeiros dois meses, Janeiro e Fevereiro, dos anos de 1965, 1966 e 1967:

	1965	1966	1967
Soldados mortos	258	360	626

Os Portugueses naturalmente anunciavam perdas muito menores do que as avaliadas pela FRELIMO, e a comparação entre ambas poderia levar-nos a muitas considerações. Primeiro, ao mencionar as próprias perdas, os Portugueses atribuem surpreendente número de mortes a «acidentes»*; anunciam as baixas por um período de tempo muito mais longo do que aquele em que ocorreram; omitem mortes de soldados africanos fantoches. Ao declarar as perdas da FRELIMO, porém, contam todos os africanos mortos, e portanto abrangem sempre muitos civis «suspeitos». Isto sem contar com qualquer falsificação directa que possa surgir. Por outro lado, quando a FRELIMO calcula o número de portugueses mortos, apenas o pode fazer por aqueles que caem, sem poder depois verificar os corpos, e assim podem os feridos contar como mortos.

As estimativas portuguesas oficiais anunciam a perda, em meados de 1967, de 378 soldados — 212 mortos em combate e 166 como resultado de «acidentes e doença» — e 3500 feridos. A julgar pelos seus comunicados mensais, todavia, estes números são tão baixos que devem referir-se a um período muito mais curto do que o que vinha desde o princípio da guerra. Ainda assim, e apesar destas discrepâncias, os comunicados portugueses confirmam que as perdas têm aumentado à medida do avanço da guerra. O SIFA (Serviço de Informação das Forças Armadas) anunciou que nos primeiros três dias de 1968 treze soldados portugueses, incluindo um oficial, tinham sido mortos em Moçambique.

Muitos factores têm contribuído para o avanço das forças da FRELIMO contra o exército português, mais numeroso e bem equipado.

Nas frentes de combate, os Portugueses encontram-se com todos os problemas dum exército regular em combate com uma força de guerrilha, e dum exército estrangeiro de ocupação combatendo em território hostil. Primeiro, só uma pequena fracção

* O jornalista americano Stanley Meisler foi testemunha dum desses casos de falsificação.

das forças armadas pode ser utilizada na acção militar. O governo colonial tem que empregar grande número de militares na protecção de cidades, interesses económicos e linhas de comunicação e para guardar a população confinada nas «aldeias protegidas». Assim, dos 65 000 soldados portugueses em Moçambique, só cerca de 30 000 estão em combate contra as nossas forças no Niassa e em Cabo Delgado; e mesmo de entre estes, nem todos estão livres para entrarem em combate, visto que muitos estão a defender pontos estratégicos e centros populacionais da área. Segundo, os Portugueses estão a combater em terreno que não lhes é familiar, contra um inimigo que é dessa terra e a conhece bem. Muita dessa terra das províncias do Norte é densamente arborizada, dando boa cobertura aos guerrilheiros e suas bases. Muitas vezes, o único meio de penetrar na mata é por atalhos estreitos, onde um grupo de homens tem que andar em fila indiana, constituindo um alvo ideal para emboscadas. Em tais condições, de pouco serve equipamento pesado como aviões e carros blindados.

O aspecto político é ainda de maior importância, porque a luta é essencialmente política, e o aspecto militar é apenas parcial. Para justificar a sua presença, os Portugueses afirmam que o seu exército está a defender Moçambique da agressão externa. Todavia, esta posição não consegue persuadir ninguém, porque as forças da FRELIMO são, sem excepção, compostas por moçambicanos, enquanto que o exército português é quase totalmente composto por soldados portugueses, tendo pouco mais de um milhar de soldados africanos fantoches entre as suas fileiras. E quando assim acontece, os soldados africanos estão rodeados de soldados portugueses para evitar as deserções.

O próprio povo é, na esmagadora maioria, hostil aos Portugueses. Para impedir a sua cooperação com a FRELIMO, o exército português organiza-o em «aldeias protegidas», rodeadas por arame farpado e guardadas por soldados portugueses, imitação dos centros de repovoamento montados pelos Franceses durante a guerra da Argélia, ou das aldeias estratégicas dos Americanos no Vietname. Tudo isto pode separar tempo-

rariamente os aldeões da FRELIMO; mas não contribui em nada para reduzir a hostilidade contra os Portugueses, e logo que surge a oportunidade a população dessas tais «aldeias protegidas» revolta-se.

A guerra está também criando problemas internos ao Governo Português, que enfrenta não só a guerra em Moçambique, mas também a luta em mais duas frentes, Angola e Guiné-Bissau. Ao mesmo tempo, tem que manter forças de repressão em S. Tomé, Cabo Verde, Macau, Timor, assim como no próprio Portugal, onde a oposição ao fascismo, embora enfraquecida por quarenta anos de repressão, nunca foi completamente esmagada. Os recursos do Governo, em homens e em dinheiro, estão esticados quase ao ponto de rebentar, por causa das guerras a milhares de milhas da metrópole, guerras pelas quais a população está pagando, mas das quais a maioria não pode esperar ganhar nada. Isto atiza a oposição interna e ao mesmo tempo enfraquece as defesas do Governo contra ela. Para preencher as vagas militares deixadas na mãe-pátria pela partida de grande número de soldados para o ultramar, o Governo convidou a Alemanha Ocidental a ir estabelecer bases militares em Portugal, uma das quais foi já construída em Beja e aloja 1500 soldados alemães. Esta medida pode fortalecer a posição militar do Governo, mas politicamente enfraquece-o, pois introduz uma força militar estrangeira para o ajudar a manter-se contra o seu próprio povo.

O Governo Português não tem popularidade alguma; foi estabelecido e tem sido mantido pela força e pela polícia secreta. Mas, ainda assim, exige do povo sacrifícios crescentes. É verdade que alguns portugueses aproveitam imensamente da guerra, e as famílias dos soldados em comissão de serviço nas colónias recebem um pequeno subsídio financeiro. Mas o preço, em sangue, está a aumentar constantemente. Em 1961, foram mortos em Angola 500 soldados portugueses. Nos três primeiros anos da guerra de Moçambique, os Portugueses admitem o total de perto de 4000 mortos e feridos, enquanto a FRELIMO avalia as perdas portuguesas em mais de 9000.

Em 1967, nas três frentes foram mortos ou feridos cerca de 10 000.

O efeito de tudo isto na população pode ser avaliado pelo facto de o Governo ter julgado necessário promulgar uma lei que proíbe a todos os portugueses do sexo masculino de idade superior a 16 anos a saída do país sem licença militar. Dentro do próprio Exército, tudo indica estar o moral bastante em baixo. Em 1966 calculava-se que em Portugal, desde o início das guerras coloniais, se tinham dado 7000 casos de deserção e insubordinação no Exército. Em Moçambique, grande número de soldados portugueses desertaram directamente para as forças da FRELIMO. Muitos deles eram impelidos pelo medo e desconforto sofridos no exército colonial e pelo tratamento que recebiam dos superiores, mas alguns desertavam por oposição fundamental ao regime de Salazar e à guerra. Um deles, Afonso Henriques Sacramento do Rio, deu as suas razões:

«Por um lado, discordo do regime do ditador Salazar; por outro lado, porque não obedeci a ordens de incendiar casas, massacrar a população moçambicana e destruir colheitas.»

Outro, José Inácio Bispo Catarino, deu um expressivo relato das condições do exército português ao jornal *Mozambique Revolution*, revelando não só por que alguns soldados desertam, mas também por que não desertam mais: pela sua ignorância acerca da guerra, acerca da FRELIMO, e por causa da severa vigilância dos oficiais:

«Os nossos oficiais nunca nos dizem nada acerca da guerra. Eu nunca soube directamente que estávamos a combater soldados da FRELIMO. Eu tinha uma ideia do que era a FRELIMO, porque costumava ouvir, às escondidas, a Rádio Moscovo. Eu sabia que os guerrilheiros tinham matado muitos soldados portugueses e sabia que era verdade porque via muitos dos meus camaradas serem mortos... Eu desertei porque nós, os Portugueses, tomámos à força a terra que pertence aos Africanos. Agora os donos da terra querem a sua terra. Por que

havíamos de os combater? Eu não posso combater ao lado dos Portugueses porque sei que o que eles estão a fazer é errado. Vi cair muitos dos meus camaradas; o meu sargento morreu na minha frente, e muitos outros; todos eles morreram por uma causa que não era a deles. Eu falava muitas vezes aos meus soldados, dizendo-lhes que fingissem estar doentes a fim de serem evacuados para Nampula. Organizava reuniões com alguns daqueles em que eu tinha mais confiança e explicava-lhes que estávamos a sofrer por uma causa que não era a nossa. Dei-lhes o exemplo do nosso sargento que tinha morrido por nada. Encontrávamo-nos em qualquer sítio onde tivéssemos a certeza de não sermos ouvidos e mesmo nas casas de banho.» (Entrevista no jornal *Mozambique Revolution*.)

Se relativamente poucos desertam do serviço activo — é preciso um certo grau de consciência política e de decisão para desertar nessas condições —, muitos fazem o que podem para evitar o combate. Contaram-nos alguns desertores que, muitas vezes, quando os soldados saem em busca da FRELIMO, escondem-se simplesmente na mata durante algum tempo e depois regressam ao acampamento contando aos oficiais uma história suficientemente bem architectada. Também houve casos de recusa franca de companhias inteiras à ordem de patrulhar regiões onde se sabia que a FRELIMO estava forte. As observações da população e dos nossos soldados confirmam estas histórias.

Portugal procura ajuda dos seus aliados para vencer os seus muitos problemas, mas mesmo neste esforço encontra dificuldades provenientes das condições e da natureza da guerra. A assistência vem especialmente dos países da NATO e da África do Sul. Porém, as Nações Unidas condenaram a política de Portugal e criticaram a NATO e outros países por lhe darem apoio; é de notar ainda que uma parte substancial da opinião pública doutros países da NATO se opõe às guerras de repressão feitas por Portugal. Como resultado, os Estados Unidos e a Europa Ocidental vêem-se forçados a manter uma

certa distância. Portugal recebe auxílio da NATO, financeiramente, em armamento e treino, e não menos em experiência de países como a França, a Grã-Bretanha e Estados Unidos em processos de guerrilha. A assistência militar, contudo, deve revestir a aparência de que se ajuda Portugal a cumprir os seus deveres de membro da NATO, e oficialmente não devia ser utilizada na África, que está fora da área da NATO. Embora algum armamento da NATO esteja certamente a ser utilizado nas colónias, o principal benefício que Portugal recebe da NATO é ser-lhe assegurado o equipamento militar da metrópole, deixando-lhe livres os seus próprios recursos para actuar nas colónias. Sendo estes ainda insuficientes, seria politicamente difícil para qualquer dos aliados da NATO entrar directamente na luta colonial enviando tropas para combater em África ao lado de Portugal.

A África do Sul, por outro lado, é relativamente impermeável à opinião pública mundial e não mostra qualquer tendência para permitir uma oposição democrática no seu território. Contudo, a sua capacidade de auxílio a Portugal está limitada pelos seus próprios problemas. Já tem um grande exército e força de polícia ocupados em manter o regime branco contra o movimento de libertação indígena. Além disso, está abertamente a enviar soldados e armas para a Rodésia e é provável que estes compromissos aumentem. Os laços tradicionais entre a África do Sul e os Portugueses são menos apertados do que os que existem entre os Sul-Africanos brancos e os Rodesianos brancos, e uma participação grande nas guerras portuguesas só acrescentaria as tensões no exército, sem despertar entusiasmo na população branca.

As próprias condições que a Portugal dificultam a guerra actuam em favor da FRELIMO.

Porque as tropas portuguesas estão aquarteladas em defesa de várias posições estratégicas, as forças de guerrilha têm sempre a iniciativa de escolha do tempo e lugar de ataque. As forças da FRELIMO combatem no seu próprio terreno, que bem conhecem, no meio duma população que os conhece

e lhes dá apoio. Cada derrota portuguesa significa que a luta entra numa nova área, e que os Portugueses têm que movimentar mais tropas para o novo local, enfraquecendo um pouco mais a sua posição geral. Uma derrota da FRELIMO é mais facilmente recuperável, porque implica somente uma redução temporária de força numa área.

Qualquer progresso na guerra significa muito mais para a FRELIMO do que uma simples conquista de território. A guerra alterou toda a estrutura interna das áreas profundamente afectadas por ela: nas zonas libertadas, foram abolidos os vários sistemas de exploração humana, desapareceram os impostos pesados, foi destruída a administração repressiva; as populações podem cultivar livremente as terras conforme necessitam, foram iniciadas campanhas de alfabetização, estabeleceram-se escolas e serviços de saúde e o povo entra em debates políticos para tomar as suas próprias decisões. Conquanto todos estes progressos sejam embrionários, a mudança foi sentida dalgum modo por quase todos os habitantes da zona, estimulando-os ainda mais à luta. Cada zona libertada, deste modo, é meio de recrutamento de novos elementos para as forças de combate. Nas aldeias constituem-se milícias populares que logo confirmam o poder do povo e aliviam as forças regulares da FRELIMO de muitas tarefas de defesa; e, em cooperação com o exército, também essas milícias alargam a capacidade ofensiva geral da FRELIMO.

O exército da FRELIMO e a população estão intimamente ligados; o povo é uma fonte constante de informação e abastecimento para a FRELIMO, enquanto constitui para os Portugueses mais uma fonte de perigo. As forças da FRELIMO vivem, na maioria, do que produzem nas áreas de combate, e os artigos de consumo são transportados a pé através da mata, entre os pequenos centros por elas estabelecidos. Assim, a FRELIMO não tem linhas de abastecimento vulneráveis, nenhuma posição estratégica, militares ou económicas, que necessitem de defesa. Não é, pois, muito grave a perda duma

base ou área de colheitas; não tem grande significado para além duma perda imediata de recursos.

Quanto mais se prolonga a luta, mais evidente se torna a sua base popular, mais apoio afliu à FRELIMO, mais confiança há na capacidade de êxito da FRELIMO, enquanto diminui a confiança dos aliados de Portugal nos seus projectos. À medida que se desenvolve a luta, aumenta o auxílio material à FRELIMO, enquanto a própria FRELIMO se torna mais forte. Assim, cada vitória aumenta as nossas possibilidades de conseguir mais vitórias e reduz a capacidade portuguesa de conter as nossas actividades.

O carácter das forças da FRELIMO

Para compreender a verdadeira natureza da guerra, não é suficiente ter em conta estes factores gerais, comuns a todas as lutas populares de guerrilha. É importante considerar pontos mais pormenorizados acerca da composição, organização e comando do exército.

O exército é representativo de grande parte da população, na medida em que a grande maioria dos guerrilheiros são camponeses, inicialmente ignorantes, analfabetos e muitas vezes incapazes de falar português; mas há também, espalhados, elementos que receberam alguma educação dentro do sistema português. A maioria provém naturalmente das áreas actualmente afectadas pela luta, porque é nessas áreas que é possível fazer vastas campanhas de politização e treino. Há, porém, uma corrente contínua de povo que vem do Sul, de todo o Moçambique, que foge para se juntar à luta; e, ao princípio, muitos vieram dos campos de refugiados, fugidos de todos os distritos de Moçambique para escaparem à repressão, e integraram-se na luta logo que se formaram as estruturas para os receber. No exército, há povos de diferentes áreas, de modo que cada unidade contém representantes de diferentes tribos e regiões combatendo juntos. Deste modo, o tribalismo é eficazmente

combatido adentro das forças de combate, estabelecendo-se assim um exemplo para o resto da população.

Não é este o único ponto em que o exército está na vanguarda da transformação social. Recebendo mulheres nas suas fileiras, revolucionou a posição social feminina. Elas desempenham agora parte muito activa na direcção de milícias populares e há também muitas unidades de guerrilha compostas por mulheres. Por meio do exército, as mulheres começaram a tomar responsabilidades em muitas áreas; aprenderam a comportar-se e a falar em reuniões públicas, a tomar parte activa na política. De facto, realizam trabalho importante na mobilização da população. Quando uma unidade de mulheres chega pela primeira vez a uma aldeia ainda pouco integrada na luta, a vista das mulheres armadas que se levantam e falam em frente dum vasto auditório causa grande espanto, mesmo incredulidade; quando os aldeões se convencem de que os soldados em frente deles são de facto mulheres, o efeito nos homens é tão grande que acorrem recrutas em muito maior número do que o exército pode rapidamente integrar ou que a região pode dispensar.

O exército está promovendo a melhoria do nível de educação, assim como da consciência política geral. Os recrutas são ensinados a ler, escrever e falar português, onde quer que seja possível, e mesmo, onde seja impossível organizar programas de ensino, são estimulados a ajudar-se mutuamente na aprendizagem de conhecimentos básicos. De facto, as autoridades portuguesas desconfiam cada vez mais dos camponeses que falam português, porque sabem que é mais provável que o tenham aprendido no exército da FRELIMO do que nas escolas portuguesas. O exército organiza também vários programas específicos, como treino de operadores de rádio, contabilidade, dactilografia e ainda matérias mais directamente relacionadas com a guerra. Finalmente, o exército cultiva e produz, onde seja possível, os artigos alimentares de que necessita, aliviando assim a população do encargo de lhe fornecer mantimentos e ao mesmo tempo dando exemplos que ensinam.

Nestes aspectos, o exército conduz o povo; mas ainda mais importante é o facto de que o exército é o povo e é o povo que forma o exército. Há membros civis da FRELIMO empenhados em toda a espécie de trabalho no meio da população; mas a cooperação estende-se para além, para toda a massa de camponeses que não são membros da FRELIMO mas que apoiam a luta, procurando a protecção do exército e a ajuda do partido para várias das suas necessidades. E, por sua vez, dão aos militantes todo o apoio que lhes é possível.

Tudo isto é ilustrado pelas palavras dos próprios militantes.

Joaquim Maquival, da Zambézia:

«Venho da Zambézia, sou chuabo, e combati no Niassa, onde a população é composta de nyanjas, que me recebiam como um filho. Trabalhei no meio de ajuas, macuas, que me receberam como se fosse seu próprio filho.»

Miguel Ambrósio, comandante de companhia em Cabo Delgado:

«Combati na Zambézia e no Niassa, longe da minha própria região e da minha tribo. Combati na terra dos Chuabos e dos Lomes. [...] Os Chuabos, Nyanjas e Lomes receberam-me ainda mais calorosamente do que se eu fosse da sua própria região. No Niassa Ocidental, por exemplo, encontrei-me com o camarada Panguene e, embora ele seja do Sul, ninguém o podia distinguir do povo da região; é como um filho da terra. O povo percebe que somos todos moçambicanos. [...] O povo está unido e ajuda-nos. Doutro modo, por exemplo, não poderíamos entrar em zonas inimigas; é o povo que nos dá toda a informação acerca dos movimentos do inimigo, sua força e sua posição. Também, quando começamos a trabalhar numa área onde não há mantimentos, porque não tivemos oportunidade de os cultivar, o povo dá-nos de comer. Também nós ajudamos o povo. Até que as milícias se formem numa região, protegemos as populações rurais nos seus campos, contra a acção

e represálias dos colonialistas; organizamos novas aldeias quando temos que evacuar a população duma zona por causa da guerra; protegemo-las contra o inimigo.»

Rita Mulumbua, mulher militante do Niassa:

«Nas nossas unidades há gente de todas as regiões; estou com ajuas, nyanjas, macondes e gente da Zambéziã. Creio que isto é bom; antigamente não nos julgávamos uma só nação; a FRELIMO mostrou-nos que somos um só povo. Unimo-nos para destruir o colonialismo e imperialismo português.

A luta transformou-nos. A FRELIMO deu-me a possibilidade de estudar. Os colonialistas não queriam que estudássemos, ao passo que agora que estou neste destacamento onde nos treinamos de manhã, de tarde vou para a escola aprender a ler e escrever. Os Portugueses não queriam que estudássemos porque se o fizéssemos compreenderíamos, saberíamos coisas. Por esta razão a FRELIMO quer que estudemos para sabermos e sabendo compreendermos melhor, combatermos melhor e servirmos melhor o nosso país.»

Natacha Deolinda, mulher militante de Manica e Sofala:

«Quando entrei para o exército, a FRELIMO mandou-me para um curso sobre organização de juventude e também me deu treino militar. Depois fui trabalhar para a província de Cabo Delgado. O nosso destacamento fazia reuniões em toda a parte explicando a política do nosso partido, as razões da luta e também o papel da mulher moçambicana na revolução.

A mulher moçambicana participa em todas as actividades revolucionárias; ajuda os combatentes, tem um importante papel na produção, cultiva os campos, tem treino militar e toma parte nos combates e faz parte das milícias que protegem o povo e os campos.»

Destes comentários se depreende claramente que o papel do exército vai muito mais longe do que simplesmente combater os Portugueses. Como o partido, é uma força construtora da

nação. Prepara não somente soldados, mas futuros cidadãos que transmitem o que aprendem ao povo no meio do qual trabalham.

A chefia não se baseia em postos, mas no conceito de responsabilidade; o chefe de determinado grupo é chamado o homem «responsável» por ele. Muitos destes agora «responsáveis» nunca tinham ido à escola antes de entrarem para o exército; eram analfabetos sem instrução formal quando se incorporaram perto do início da guerra. Tornaram-se aptos para a chefia através da sua experiência prática de trabalho combatente e político e através dos programas de educação do exército. Alguns tinham um pouco de frequência da escola; mas muito poucos, mesmo entre os que hoje estão em posições importantes, tinham passado além da escola primária.

A nossa experiência, a dos militantes e chefes, desenvolveu-se com a luta. Em 1964, o exército compreendia pequenos grupos de homens, frequentemente mal armados e mal abastecidos, somente capazes de montar emboscadas e incursões de pequena escala. O exército lutava contra tremendas dificuldades. O relato seguinte, dum homem que é hoje comissário político nacional e membro do Comité Central, dá indicação do que era a guerra, no princípio, da população que nela estava empenhada e de como desenvolviam as suas actividades. Algumas das primeiras lutas deste homem contra as estruturas educacionais e económicas portuguesas foram relatadas em capítulos anteriores. O presente relato começa imediatamente após a sua fuga forçada de Moçambique.

Raul Casal Ribeiro:

«Alguns camaradas da FRELIMO encontraram-me e educaram-me. [...] Três meses mais tarde pedi para entrar para a FRELIMO. A partir desse momento comecei a trabalhar como membro da FRELIMO. Fui para uma das bases de treino do nosso partido para me preparar, e desde então tenho estado a combater. Tínhamos que enfrentar muitas dificuldades. Ao prin-

cípio, havia ocasiões em que nem tínhamos que comer. Havia momentos de hesitação, mas o trabalho de educação política tinha-me ensinado como aceitar os sacrifícios e continuar a lutar.

O partido tinha confiança em mim e deu-me responsabilidade. Estudei muito. Fui encarregado da educação doutros camaradas nas unidades. Depois entregaram-me a sabotagem do caminho de ferro de Tete-Maturara e outras operações. O nosso destacamento era pequeno e tínhamos pouco equipamento; o inimigo mandou um batalhão inteiro para nos destruir, mas não o conseguiu. Atacavam-nos, mas sofriam sempre grandes baixas. Uma vez cercaram-nos e nós só tínhamos cinco balas entre nós todos. Dispararam sobre nós, mas tínhamo-nos abrigado. Pensando que nos tinham matado, uma vez que não respondíamos ao fogo, avançaram. Quando chegaram a três ou quatro metros de nós, os camaradas que tinham as balas abriram fogo e mataram um deles. Os portugueses assustaram-se e retiraram, dando-nos a oportunidade de escapar sem eles saberem. De longe, continuaram a disparar durante uma hora e por vezes atiravam uns aos outros. Mais tarde encontrámos o corpo de um boer sul-africano que tinha estado com os portugueses e tinha sido morto por eles.

É assim que o inimigo semeia ventos e colhe tempestades. Nesta batalha apanhámos uma *MG3*, seis carregadores cheios, uma granada ofensiva e duas defensivas e uma faca.»

Foi nestas pequenas operações, com coragem e iniciativa em face de condições difíceis, que a presente dimensão e força do exército se tornou possível. Como indicação do rápido crescimento da acção de guerrilha, eis um comunicado relativo a uma acção realizada em 2 de Agosto de 1967, subsequente-mente confirmada pela rádio portuguesa:

«Três aviões e um depósito de munições completamente destruídos; depósito de combustível incendiado; quase todas as casas perto do aeródromo, destruídas; dúzias de soldados portugueses mortos ou feridos. Isto aconteceu em Mueda num

ataque com morteiros lançado pelas tropas da FRELIMO em 2 de Agosto. O fogo continuou intenso durante dois dias.» (Comunicado da FRELIMO.)

Organização do exército

Depois de começarem os combates, o exército foi muitíssimo reforçado com novos recrutas das áreas de acção; e, a fim de utilizar eficazmente esta força crescente, tinha de se aperfeiçoar rapidamente a organização. O próprio exército era organizado em batalhões, subdivididos em destacamentos, companhias e unidades. Isto significa que, enquanto se podem levar a cabo operações de pequena escala numa vasta área, temos também forças disponíveis muito mais consideráveis para acções mais importantes, tais como ataques a postos portugueses ou à base aérea de Mueda.

O sistema de chefia tem também que ser ajustado às condições variáveis da guerra. Ao princípio, as áreas de combate eram divididas em regiões militares, cada uma com um comando regional; mas, durante os primeiros dois anos de guerra, não havia comando central além do Departamento de Defesa e Segurança, chefiado por um secretário, tal como qualquer outro departamento da organização. O secretário tratava de todos os pormenores do trabalho militar, e, embora de vez em quando delegasse a sua autoridade num ou noutra dos seus camaradas do exército, não existia rigorosa divisão de responsabilidade. O sistema funcionava bem enquanto as forças de guerrilha eram ainda pouco numerosas, e a sua acção fraca e limitada; mas logo que aumentou o número de guerrilheiros em acção, e se alargaram as áreas de combate, foi necessário aperfeiçoar o sistema. Foi preciso montar um comando central efectivo, porque, nos primeiros anos de luta, descobrimos que, sem autoridade central, é impossível coordenar e abastecer as diferentes forças que operam em lugares distantes do país.

Em reunião do Comité Central em 1966, foi decidido que o exército fosse reorganizado, com um alto comando

que operasse a partir dum quartel-general fixo. Esta decisão conduziu à formação do Conselho Nacional de Comando, actualmente encabeçado pelo secretário do Departamento da Defesa (DD), pelo seu assistente, que é comissário político do exército, e outros doze chefes responsáveis pelas diferentes secções do exército. O exército foi dividido em doze secções:

- 1) Operações;
- 2) Recrutamento, treino e formação de quadros;
- 3) Logística (abastecimentos);
- 4) Reconhecimento;
- 5) Transmissão e comunicação;
- 6) Informação e publicações militares (que também edita o jornal policopiado «25 de Setembro», redigido por militantes da FRELIMO);
- 7) Administração;
- 8) Finanças;
- 9) Saúde;
- 10) Comissariado político;
- 11) Pessoal;
- 12) Segurança militar.

Assim, o exército tem o seu próprio sistema de administração nacional, nas mesmas linhas da administração civil e em paralelo com esta. No plano local, o exército tem também uma estrutura claramente definida. Em cada província há:

- 1) Um chefe provincial, que também é subsecretário da província;
- 2) Um chefe provincial-adjunto;
- 3) Um comissário político;
- 4) Um chefe operacional.

Por este novo método de organização, cada responsável tem uma área de responsabilidade definida, na qual tem que exercer a sua iniciativa, mas tem também um canal de contacto estabelecido com o alto comando. Entrou em vigor nos prin-

cípios de 1967 e quase imediatamente as coisas começaram a funcionar com maior eficiência; comunicações entre as províncias e os quartéis-generais estabeleceram-se com maior regularidade; armas e equipamento começaram a chegar mais rapidamente às áreas de combate; o recrutamento intensificou-se; e os planos de novas e mais extensas campanhas contra o inimigo entraram em fase operacional.

Numa situação como esta, em que um país está em estado de guerra e o exército tem inevitavelmente poderes muito extensos, há a possibilidade de perigo de conflito entre as organizações civis e militares. Todavia, no nosso sistema, isto é reduzido ao mínimo pelo facto de que ambos estão enquadrados no corpo político da FRELIMO, que é constituído por elementos militares e civis. A relação entre os corpos políticos, militares e civis não se pode descrever como uma hierarquia em que um poder está subordinado ao outro. As decisões políticas têm que ser tomadas pelo corpo político, cujo órgão supremo é o Comité Central. O exército, como os vários departamentos, funciona em conformidade com as decisões do Comité Central; mas os dirigentes do exército, como membros do Comité Central, também ajudam a elaborar estas decisões políticas. As reuniões dos comandos militares, que se realizam quinzenalmente, são normalmente presididas pelo presidente ou vice-presidente da FRELIMO, o que assegura e mantém coordenação íntima nas reuniões do Comité Central entre as decisões políticas e as militares.

Localmente, as milícias populares desempenham parte importante na ligação entre as populações civis e o exército. Estas milícias são constituídas por membros militantes da população civil, que desempenham as suas ocupações normais e, ao mesmo tempo, embora não incorporados no exército de guerrilha, empreendem certas tarefas militares. A sua função principal é a defesa da sua região. Se houver perigo de ataque das forças portuguesas, podem ser mobilizadas como uma força armada adicional. Enquanto há combates na região, essas milícias coordenam a sua actividade com a das forças de guerrilha, refor-

çam-nas quando é necessário e fornecem informação acerca da própria localidade. Quando os guerrilheiros libertam uma área, as milícias podem então tomar conta da organização da defesa, produção e abastecimentos, deixando as forças principais livres para se moverem em direcção a novas áreas de combate. Em regiões onde não há ainda uma luta armada activa, formam-se milícias secretas para preparar o terreno para a guerrilha; para mobilizar o povo; para observar as forças portuguesas; para conseguir abastecimentos e assistência aos guerrilheiros à medida que estes entram na região.

Num sentido, estas milícias populares são a espinha dorsal da luta armada. Os guerrilheiros desenvolvem as principais ofensivas e a maior parte do combate directo, mas é função das milícias tornar possível a sua acção.

O desenrolar da luta

Terminada a fase inicial da nossa ofensiva e retiradas as nossas forças para as duas províncias do Norte, seguiu-se um período de aparente impasse, que durou de 1965 a 1966. Durante este período, a FRELIMO controlou a maior parte do terreno e das aldeias da zona do Norte; os Portugueses controlavam as cidades e bastantes bases fortificadas onde estavam relativamente seguros. As estradas principais eram disputadas, visto que os Portugueses continuavam a querer utilizá-las para o transporte de soldados e mantimentos, enquanto a FRELIMO as minava e nelas montava emboscadas constantemente. Os Portugueses eram incapazes de organizar uma ofensiva eficaz, porque, quando saíam das bases para irem para a mata em busca das nossas forças, caíam em emboscadas. Por outro lado, a FRELIMO ainda não tinha força suficiente para lançar ataques maciços contra as posições portuguesas. Todavia, a FRELIMO ia sempre aumentando a sua força, consolidando a sua posição militar e política, treinando novos recrutas e gradualmente desgastando a força dos Portugueses por meio de pequenas acções. Pela segunda metade de 1966, tornava-se visível o

poder crescente da FRELIMO e as nossas forças eram já capazes de começar a atacar as próprias bases dos Portugueses. Entre Setembro de 1966 e Agosto de 1967 foram atacadas mais de trinta bases militares portuguesas; e pelo menos mais dez, nos últimos três meses de 1967. Muitas destas bases ficavam muito danificadas e algumas eram evacuadas depois dos ataques. Por exemplo, o posto de Maniamba (Niassa Ocidental) foi atacado a 15 de Agosto, e evacuado; foi reocupado, mas de novo abandonado depois dum segundo ataque em 31 de Agosto; dez dias depois chegou um forte destacamento de fuzileiros para o reocupar. A 13 de Setembro foi atacado o posto de Nam-bude (Cabo Delgado), e os edifícios, três veículos e o equipamento de rádio ficaram destruídos. A base aérea de Mueda, alvo extremamente importante, e bem defendido pelos Portugueses, foi duas vezes bombardeada e cinco aviões estacionados ficaram totalmente destruídos.

Durante o ano de 1967, a área de combate alargou-se em todas as regiões. Em Cabo Delgado as nossas forças avançaram para o rio Lurio e cercaram Porto Amélia, a capital, consolidando ao mesmo tempo as suas posições no resto da província, que está agora quase totalmente nas nossas mãos. No Niassa, as nossas forças avançaram para a linha de Marrupa-Maula e aproximam-se das fronteiras das províncias de Moçambique e da Zambézia. Para sul, ganharam controle da zona Catur, entre as províncias da Zambézia e Tete; enquanto que, a ocidente, criaram as condições necessárias para recomeçar a luta em Tete e na Zambézia, região muito importante em recursos agrícolas e minerais.

Os Portugueses têm procurado melhorar as suas tácticas de contraguerrilha, e em particular têm tentado aproveitar da experiência dos seus aliados da NATO: Grã-Bretanha, na Malásia; Estados Unidos, no Vietname, e França, na Argélia.

Afonso Henriques do Sacramento relata:

«Esta instrução é dada aos soldados portugueses na primeira parte dos seis meses de treino. Os soldados aprendem a base

teórica da tática contraguerrilha em cursos concluídos por exames. Estes cursos são dados por oficiais que passaram por treino especial teórico e prático. Durante a guerra da Argélia, vários oficiais portugueses receberam treino de especialistas franceses em 'guerra subversiva'. Muitos outros oficiais foram enviados para os Estados Unidos, onde estiveram em cursos de comandos e fuzileiros e estudaram todas as técnicas usadas pelos Americanos contra o povo vietnamita.»

Resulta daqui que o exército português opera agora raramente em unidades inferiores a uma companhia, para que, quando são atacados, mesmo que sofram pesadas baixas, tenham força numérica suficiente para evitar que os guerrilheiros consigam um dos seus principais objectivos: apreensão de armas e munições.

Ainda assim, os Portugueses continuam a sofrer pesadas baixas quando tentam sair das suas bases e pouco avançam sobre as forças de guerrilha, que simplesmente se retiram até ao momento em que podem atacar com vantagem. Os Portugueses passaram cada vez mais à utilização da arma aérea, sabendo que não nos é fácil adquirir e transportar o equipamento pesado necessário para combater os ataques aéreos.

Assim, têm feito incursões contra bases, aldeias, escolas clínicas; têm bombardeado áreas de cultura, e feito tentativas para destruir a mata que dá abrigo aos nossos guerrilheiros. As baixas causadas por estas incursões são principalmente das populações civis, e tem sido dada prioridade à organização da defesa dos aldeões. Estamos a desenvolver a nossa força antiaérea; em Outubro de 1967, um dos três aviões que bombardeavam Marrupa foi abatido e os outros foram forçados a retirar.

Confrontadas com uma série de reveses militares, as autoridades portuguesas têm feito várias experiências de tática antiguerrilha paramilitar, misto de terrorismo e guerra psicológica, com a principal finalidade de persuadir a população a retirar o seu apoio à FRELIMO. Pelo lado psicológico montaram

em 1966 e 1967 campanhas de propaganda na rádio e fizeram larga distribuição de folhetos. Estes eram atraentes, impressos em papel de cores vivas, com textos paralelos em português e língua africana, descrevendo as condições de fome e miséria das regiões da FRELIMO e a vida próspera e confortável dos Portugueses. Mostravam grandes cartazes ilustrando estes contrastes ou caricaturas da FRELIMO «vivendo bem» no exílio à custa do resto da população. Nesta propaganda também tentavam explorar as divisões naturais da população acusando a FRELIMO de apadrinhar as ambições duma tribo contra a tribo vizinha.

A distância entre as populações portuguesa e africana, porém, diminui muito o efeito destas campanhas; dado o alto grau de analfabetismo e o baixo nível de vida, os folhetos e a rádio não atingem vastos auditórios. Além disso, a falsidade do seu conteúdo não é difícil de notar; o povo lembra-se bem de que não havia prosperidade sob o domínio português e onde a FRELIMO exerce actividade as populações viram que os seus membros e chefes provêm de diferentes tribos e vários grupos religiosos. A FRELIMO tem a grande vantagem de realizar o seu trabalho político por meio de contactos pessoais, de viva voz, com reuniões, exemplos, persuasivamente empreendidos por membros da população. Além disso, não há qualquer tentativa de torcer a verdade com promessas de coisas impossíveis: nós admitimos que a guerra pode ser longa; que será certamente difícil; que não trará prosperidade e felicidade como por encanto; mas já está a realizar alguns progressos e é o único modo de eventualmente melhorar a qualidade da vida. Na mensagem do Comité Central de 25 de Setembro de 1967 ao povo moçambicano declarava-se:

«[...] Há muitas dificuldades. Os guerrilheiros têm por vezes de passar dias inteiros sem comer, têm que dormir ao relento e, às vezes, têm que marchar dias ou mesmo semanas para fazer um ataque ou uma emboscada... O povo também sofre nesta fase da luta de libertação, porque o inimigo intensi-

fica a sua repressão para tentar aterrorizar a população e impedi-la de apoiar os guerrilheiros. Há muitas dificuldades. A batalha pela liberdade não é fácil. Mas a liberdade que queremos vale todos esses sacrifícios.»

O trabalho de mobilização é feito essencialmente através do contacto directo, mas é apoiado pela literatura e pela rádio. Comunicados e mensagens como a anterior são policopiados e distribuídos nos acampamentos e durante as reuniões. Circulam também folhetos policopiados, descrevendo, por exemplo, um «patrão» explorador a ser expulso pela FRELIMO. Há também regularmente programas de rádio, emitidos através da Rádio Tanzânia, que, desde 1967, tem sido suficientemente poderosa para chegar além da fronteira sul de Moçambique. Nas zonas libertadas, distribuímos aparelhos de rádio para ajudar o povo a ouvir estas emissões. Os programas constam de: notícias em português e em línguas africanas; relatos da luta; mensagens e esclarecimento político; programas educativos sobre higiene e saúde pública; canções revolucionárias, música tradicional e popular.

Tendo obtido poucos resultados com a propaganda directa, os Portugueses têm tentado métodos mais complicados. Em 1967, por exemplo, instalaram na província de Tete um fantoche africano como chefe dum partido «nacionalista» e organizaram comícios onde ele apareceu ao lado de funcionários portugueses, afirmando que os Portugueses estavam dispostos a dar pacificamente a independência ao seu partido, mas não aos «bandidos da FRELIMO». Esta campanha teve inicialmente algum sucesso; mas, como os esclarecimentos dados por militantes da FRELIMO eram confirmados pela ausência de quaisquer indícios de boa fé da parte dos Portugueses, o povo foi ficando descrente e deixou de aparecer nos comícios.

Confrontados com o fracasso da acção militar e de «persuasão», os Portugueses foram recorrendo cada vez mais ao terror, numa tentativa de amedrontar aqueles que ajudavam a FRELIMO. Vendo que as forças de libertação viviam entre

o povo como o peixe na água, eles queriam aquecer a água até cozer o peixe.

Desde o início da guerra, em todo o território de Moçambique — e não só nas áreas de combate — houve incursões para cercar os simpatizantes nacionalistas e foram presos milhares de «suspeitos». A maioria destes eram camponeses e operários manuais, «nativos» segundo a terminologia portuguesa. Não foram julgados nem condenados, mas presos, interrogados, torturados e, não raras vezes, executados em completo segredo. Mesmo as famílias não sabem nada de definido: tudo o que sabem é que a pessoa desapareceu.

Entre estes «suspeitos» houve alguns intelectuais, pessoas demasiado conhecidas fora de Moçambique para desaparecerem sem provocar protestos internacionais. Assim aconteceu com os poetas José Craveirinha e Rui Nogar; Malangatana Valente, pintor; Luís Bernardo Honwana, contista. As autoridades portuguesas levaram a tribunal estes homens eminentes, tornando públicos os seus processos e tentando dar a impressão de que procediam contra os nacionalistas e sabotadores, etc., da mesma maneira, legalmente. Mas mesmo estes julgamentos-espectáculo não estavam de acordo com os padrões de legalidade estabelecidos nos países não fascistas. O primeiro destes julgamentos, em Março de 1966, terminou com a absolvição de nove dos treze acusados, por falta de provas; mas o Governo recusou este veredicto e ordenou novo julgamento em tribunal militar. Este, agindo por instruções precisas do Governo, condenou os que tinham sido absolvidos e prolongou as sentenças dos outros quatro. As próprias sentenças não tinham qualquer sentido, porque incluíam «medidas de segurança», o que significa que o fim da sentença de prisão pode ser prorrogado indefinidamente. Uma delegação de juristas internacionais e os jornalistas estrangeiros foram proibidos de assistir a este segundo julgamento.

Todavia, os Portugueses conseguiram dalgum modo atingir os seus fins, porque o protesto internacional dirigido especificamente contra este julgamento e contra a sorte destes

treze intelectuais contribuiu para desviar a atenção do principal: a muito pior sorte de muitos moçambicanos obscuros, que não passaram sequer por um simulacro de julgamento, mas foram mortos ou presos em condições ainda muito piores.

Nas zonas de combate a campanha de terror é mais alargada e mais indiscriminada, com represálias dirigidas contra o conjunto da população. E onde a campanha não chega às aldeias os Portugueses recorrem a ataques aéreos; mas onde os soldados podem atingir o povo, utilizam formas de terror e tortura pessoais. Estes métodos são bem conhecidos de quem quer que tenha estudado os métodos dos exércitos fascistas em qualquer parte do Mundo.

A extrema brutalidade, contudo, não tem por vezes o resultado desejado, antes determina o povo na sua hostilidade contra os Portugueses, e de facto leva-o a actos desesperados de desafio.

Esta política não é só cruel; é tacticamente insensata. O exército da FRELIMO, pelo contrário, é firme e constantemente instruído no sentido de atacar somente os objectivos militares e económicos. As declarações dos militantes indicam bem como eles compreendem esta política:

Joaquim Maquival:

«[...] Nas nossas unidades e nas nossas missões encontramos muitas vezes civis portugueses desarmados. Não lhes fazíamos mal. Perguntávamos-lhes donde vinham; explicávamos-lhes a nossa luta e os nossos sofrimentos; recebíamos-os bem. Fazemos assim porque a nossa luta, a nossa guerra, não é contra o povo português; lutamos contra o Governo Português, contra aqueles que voltam armas contra o povo moçambicano; estamos em guerra contra aqueles que ferem o povo. [...] Sabemos que não somos explorados por todo o povo de Portugal, mas apenas por uma minoria que está também a explorar o próprio povo português. Entre os Portugueses também há povo explorado. A FRELIMO não pode combater contra o povo, não pode combater contra os explorados.»

Miguel Ambrósio Cunumoshuvi (comandante de companhia):

«Nunca pensámos em assassinar civis portugueses; nunca aterrorizámos as populações civis portuguesas, porque sabemos contra quem e por que combatemos. Por esta razão, nunca planeámos um ataque contra civis portugueses. Se quiséssemos, podíamos fazê-lo; os civis vivem perto de nós, temos oportunidades de o fazer; mas o nosso objectivo, o nosso alvo, é o exército, a polícia, a administração.

O nosso programa, as nossas ordens, dizem claramente que não devemos atacar civis, mas só aqueles que estão com o exército, isto é, aqueles que o acompanham e o servem. Os únicos terroristas em Moçambique são os colonialistas.»

Esta política é importante para o futuro, quando chegar o momento de tentarmos formar uma sociedade capaz de absorver os diferentes povos que vivem em Moçambique sem ressentimento racial; mas tem também vantagens práticas imediatas. Por exemplo, no princípio da guerra, as autoridades portuguesas distribuíam armas nos *colonatos* e aos comerciantes em certas áreas para serem utilizadas contra a FRELIMO. Esta gente compreendia então que os civis desarmados não seriam maltratados, mas que aqueles que eram portadores de armas seriam tratados como auxiliares do exército; e o resultado era que muitos civis se recusavam a aceitar armas. O facto de as forças portuguesas não aceitarem esta atitude levantou por vezes contra elas os próprios civis portugueses: certo dia as forças portuguesas entraram numa aldeia onde sabiam que a FRELIMO tinha passado e, quando viram que os civis portugueses nada tinham sofrido, acusaram estes de colaboração com a FRELIMO, prenderam e castigaram os seus próprios colonos.

Tete e a nova ofensiva

Quando as forças militares da FRELIMO saíram da província de Tete, depois da primeira fase da guerra, ficaram mem-

bro secretos para dirigir a mobilização política e preparar condições para uma futura reabertura desta frente. Pelos fins de 1967, consolidadas as vitórias em Cabo Delgado e no Niassa, e estando já as nossas forças a dirigir-se para o sul, estavam criadas as condições para um alargamento da guerra em direcção a Tete. Finalmente, em Março de 1968, começaram as primeiras operações militares.

Esta nova fase da guerra é especialmente importante, pelos planos militares e económicos que os Portugueses tinham feito para esta área. Tete é uma região chave de Moçambique: o grande rio Zambeze passa pelo centro dessa região; a província possui consideráveis recursos económicos e é atravessada por importantes vias de comunicação, incluindo a estrada principal de Salisbury a Blantyre; num eixo norte-sul, ela atravessa mais ou menos o centro do país.

Os Portugueses tinham inicialmente planeado duas linhas de defesa. A primeira era a de Nacala-Maniamba, que as nossas tropas romperam quando estenderam as operações para Macanhelas, no extremo sul do Niassa. A segunda linha de defesa é o rio Zambeze. Há grande concentração de tropas ao longo do rio e, além disso, os Portugueses planeiam instalar um milhão de colonos no vale, para constituírem uma barreira às nossas forças. Assim, do ponto de vista militar, todo o vale do Zambeze é extremamente importante.

A área de Tete tem adquirido também considerável importância como resultado do recente plano de desenvolvimento ligado com a barragem de Cabora Bassa. Tete tem das terras mais ricas de Moçambique e a agro-pecuária está razoavelmente desenvolvida, em especial a criação de gado. Há importantes jazigos de minerais que até agora foram pouco explorados. O plano prevê o desenvolvimento de todos estes recursos, em grande parte pela instalação de colonos ao longo da linha defensiva. A própria barragem fornecerá energia para várias indústrias com base nos produtos da região, assim como água para irrigação dos novos projectos agrícolas. O local

de Cabora Bassa é portanto um dos alvos mais importantes nesta fase da guerra.

Esta área é também crucial no vasto contexto da aliança sul-africana. Ao sul, Tete faz fronteira com a Rodésia, e assim o progresso da nossa luta aqui é de grande interesse para as forças de libertação do Zimbabwe. De mais imediata importância, porém, é o compromisso da própria África do Sul. Esta está a assumir grande parte da despesa da construção da barragem e espera absorver considerável proporção da energia produzida. Portanto, em Tete estamos a entrar em conflito directo com a África do Sul, que está tão preocupada com os seus interesses que já mandou tropas para proteger o local da barragem. As nossas forças observaram um batalhão de soldados sul-africanos em Chioco e várias companhias em Chicoa, Mague e Zumbo.

O exército sul-africano está extremamente bem equipado com o mais moderno material do Ocidente e a presença dessas tropas tornará sem dúvida a luta mais dura. Mas tem-se visto claramente nos últimos dois anos que os Portugueses desejavam ansiosamente obter assistência directa da África do Sul e sabíamos que, eventualmente, à medida que avançássemos para o sul, cresceria a ameaça da África do Sul. O facto de já estarmos a encontrar soldados sul-africanos é um sinal de como a guerra tem evoluído rapidamente; isto indica a nossa força e a fraqueza dos Portugueses.

Além disso, a presença dos sul-africanos não nos impediu de tomar a ofensiva em Tete. A 8 de Março montámos várias operações simultâneas: uma emboscada perto da aldeia de Kassuenda; emboscadas na zona de Furancungo, Fingue e vila Vasco da Gama; um ataque contra o posto inimigo de Malavela. Nestas operações foram mortos pelo menos doze soldados portugueses, incluindo um sargento; e em Malavela foram destruídas quatro casas, um camião e o depósito da água.

O novo Moçambique

*A finalidade da nossa luta não é só destruir.
É primeiro, e principalmente, construir um novo Moçambique,
onde não haverá fome e todos os homens
serão livres e iguais.*

*Estamos a combater de armas na mão porque para construir
o Moçambique que queremos temos primeiro que destruir
o sistema colonial português...
e só depois disto seremos capazes de dispor
da nossa força de trabalho e da riqueza da nossa terra...*

Mensagem do Comité Central ao povo de Moçambique
em 25 de Setembro de 1967, aniversário do início da luta.

Uma das principais lições a tirar de quase quatro anos de guerra em Moçambique é que a libertação não consiste simplesmente em expulsar a autoridade portuguesa, mas também em construir um país novo; e que esta construção deve ser empreendida enquanto o estado colonial está a ser destruído. Compreendemos isto, em princípio, antes de começarmos a luta, mas foi só no desenvolvimento desta que aprendemos como tem de ser rápida e total a reconstrução. Não se trata de fazer quaisquer reformas provisórias, enquanto não controlamos todo o país, até decidir como vamos governá-lo. Temos neste momento que fazer evoluir as estruturas e tomar decisões que terão que estabelecer o modelo para o futuro governo nacional.

Um dos primeiros resultados da guerra é a eliminação da situação colonial nas regiões onde já desapareceram as forças da repressão. A lei, a administração e o sistema de exploração económica portugueses desaparecem no rasto das armas portuguesas.

Das ruínas do estado colonial, um novo tipo de poder está emergindo, que corresponde às forças que provocaram a revolução. Antes da guerra, coexistiam duas autoridades: a autoridade colonial e a dos regulados tradicionais, subordinados e integrados no sistema colonial, mas mantendo todavia uma certa autonomia. Quando, numa área, o poder colonial é destruído por uma vitória dos guerrilheiros, fica uma vaga na administração. O poder dos chefes tribais, porém, tem a sua origem na vida tradicional do país e, no passado, baseava-se numa concepção popular de legitimidade, não na força. Este facto põe problemas potenciais de tribalismo e regionalismo. Na sua forma pré-colonial, um governo tradicional em tais moldes serviu muitas vezes bem a sua finalidade, dentro duma área limitada, constituindo uma forma de organização adequada aos interesses da maioria; mas, mesmo em casos semelhantes, limitada aos seus meios e com base numa unidade local pequena, não pode formar uma base satisfatória para as necessidades dum estado moderno. Noutras regiões, esse poder tinha já um elemento de feudalismo, permitindo explorar os camponeses; mascarado¹ por invocações metafísicas e religiosas, este poder era aceite. A sobrevivência de semelhantes sistemas é evidentemente um travão ao progresso duma revolução que tem por fim a igualdade social e política. Além disso, tinha como efeito o colonialismo perverter todas as estruturas do poder tradicional, incitando ou criando elementos autoritários ou elitistas.

Na sua sessão de Outubro de 1966, o Comité Central da FRELIMO examinou de novo os problemas do tribalismo e do regionalismo e condenou vigorosamente as «tendências tribalistas ou regionalistas de certos camaradas na execução do seu trabalho», reafirmando solenemente «que tais atitudes são contrárias aos interesses do povo de Moçambique e impedem o desenvolvimento frutuoso da luta de libertação do povo». Salienta que «a batalha contra o regionalismo e o tribalismo é tão importante como a batalha contra o colonialismo, porque é a salvaguarda da nossa unidade nacional e da nossa liberdade».

É claro que onde os chefes se aliam com o poderio português tudo se resolve. *A Voz da Revolução* relata um caso:

«Certos chefes, receosos de perderem os seus privilégios feudais com a vitória da revolução e a instalação do governo popular, tornam-se aliados dos colonialistas...

O chefe Nhapale da região de Muturara (província de Tete) era um desses...

A população reagiu contra ele e, para marcar o seu protesto contra o comportamento do chefe, reuniu-se e dirigiu-se-lhe. E foi dito ao régulo que seria castigado e que a FRELIMO o entregaria à justiça...

O chefe da FRELIMO falou então ao povo e ao régulo, dizendo: 'Régulo Nhapale, nós somos membros da FRELIMO. Viemos porque ouvimos dizer que trata mal o povo.' E voltando-se para a assembleia: 'Este régulo mandou queimar vivas duas pessoas, dois patriotas. Vocês querem continuar com este chefe?'

O povo respondeu NÃO, e, animado pela presença dos guerrilheiros, fez um julgamento sumário do chefe e condenou-o à morte...

Nhapale foi executado.»

Noutros casos, onde os chefes permaneceram neutros ou mesmo alinharam positivamente ao lado da luta, o progresso do processo revolucionário tem como efeito provocar o desaparecimento gradual do poder tradicional. É evidente que, onde o poder tradicional não apoia a estrutura colonialista nem se opõe à revolução, a evolução tem que se fazer por meios positivos, novas formas de poder, novas ideias políticas. A principal arma nesta luta é a educação geral e política, levada a efeito pela experiência prática, assim como em comícios, discussões e lições.

O exército, como já dissemos, é um poderoso veículo da evolução. Todos no exército trabalham e vivem com gente de todo o território de Moçambique numa estrutura completamente nova. O exército pode espalhar ideias e dar o exemplo.

Aqui também, porém, há um perigo potencial, que igualmente foi discutido na mesma reunião do Comité Central de Outubro de 1966. Num relatório desta reunião declaramos:

«O Comité Central também considerou a atitude dos camaradas que julgam que há dois tipos de membros da FRELIMO, os que estão no exército e os que estão na vida civil; consideramos que esta maneira de pensar mostra falta de compreensão do carácter popular, nacional e unitário da luta de libertação nacional que está a conduzir o povo de Moçambique e reafirmamos que todos os membros da FRELIMO podem ser chamados — e devem estar portanto prontos — a executar qualquer tarefa, quer seja ou não de carácter militar.»

Neste caso também a solução deve ser procurada na educação e na organização prática.

Nas zonas libertadas, a estrutura política é o partido. Nas aldeias, as milícias populares que são criadas dependem da organização local do partido e do comando militar da zona; o seu poder provém das forças nacionalistas e revolucionárias. Além disto, a vida económica é organizada de modo que os produtores trabalhem em cooperativas sob a direcção local do partido; é pois tirado ao chefe o seu papel tradicional de organizador da vida económica e ao mesmo tempo acaba-se com a exploração dos camponeses por algum grupo privilegiado. Deve também acentuar-se que este processo não é uma «ditadura do partido», o partido é uma organização aberta, e os seus membros são provenientes de toda a população, sendo a maioria, como a maioria da população, composta por camponeses; o seu papel é dar uma estrutura política acima do nível local; não há diferença profunda entre o partido e a população: o partido é a população empenhada na acção política.

Os comícios, organizados pela comissão local do partido, constituem parte importante da vida nas zonas libertadas. Os participantes podem ser esclarecidos acerca da FRELIMO e da luta, podem exprimir as suas opiniões, fazer perguntas e

tomar parte em discussões. O trabalho de educação política, o exemplo e as explicações dadas pelos «responsáveis» e pelos comissários políticos, e o facto de que a luta é conduzida por elementos das massas trabalhadoras, tudo contribuí para criar condições para o desaparecimento do poder tribal e, por vezes, semifeudal tradicional e para substituir este por novas formas de poder. Actualmente, a administração das aldeias está a ser reorganizada na base de comissões do povo, eleitas por toda a população, e está a preparar-se o caminho para a extensão deste sistema ao nível distrital.

O vazio deixado pela destruição da situação colonial pôs um problema prático que nunca tinha sido considerado pelos chefes: o desaparecimento duma série de serviços inerentes à dominação portuguesa, especialmente serviços comerciais, enquanto o povo continuava a existir e a necessitar deles. A incapacidade da administração colonial deixava também muitas necessidades sociais insatisfeitas, que continuavam a ser fortemente sentidas pelas populações. Assim, desde as primeiras vitórias da guerra, recaíram sobre a FRELIMO muitas e variadas responsabilidades administrativas. Uma população de 800 000 habitantes tinha de ser servida. Primeiro e acima de tudo, havia que satisfazer as suas necessidades materiais, assegurar abastecimentos alimentares, e de outros artigos, como vestuário, sabão e fósforos; serviços de saúde e educação, sistemas administrativos e judiciais.

Durante algum tempo, o problema foi agudo. Não estávamos preparados para o trabalho que tínhamos pela frente, e faltava-nos experiência na maioria dos campos em que necessitávamos dela. Nalgumas áreas, as carências eram muito sérias; e onde os camponeses não compreendiam as razões, retiravam o seu apoio à luta e, nalguns casos, partiam mesmo definitivamente. Durante os dois anos seguintes ao início da luta, a batalha para a constituição de serviços e para educar a população nas zonas libertadas era pelo menos tão importante como a militar. Pelo ano de 1966 a crise estava ultrapassada. As principais carências tinham sido resolvidas, e tinham-se formado

estruturas embrionárias para o comércio, administração, saúde e educação. O Novo Moçambique começava a tomar forma.

Estrutura política

A estrutura política nascente segue o padrão característico da democracia dum só partido; e a FRELIMO é ao mesmo tempo a força dinamizadora que empurra para a frente a luta de libertação e constitui o governo das zonas libertadas. A estrutura essencial do partido ficou formulada em 1962, no primeiro congresso: mas, visto que, nesse tempo, não havia territórios libertados nem possibilidade de actividade política legal em Moçambique, o padrão original foi orientado para a organização clandestina. Esta mesma estrutura evoluiu subsequentemente para desempenhar eficazmente a função de governo legal nas zonas que passavam para o nosso controle.

O Congresso é o órgão supremo da FRELIMO e é constituído por representantes eleitos do povo. Os delegados ao Congresso de 1962 foram eleitos por uma minoria diminuta da população, como é evidente; estavam em contacto com as diversas organizações políticas e conseguiam escápar à vigilância da polícia secreta, quer vivendo na clandestinidade, quer no estrangeiro. O Congresso elegeu um Comité Central de vinte membros e delegou neste Comité a responsabilidade total da direcção da luta de libertação. O Comité Central, portanto, abrangia os poderes legislativo, judicial e executivo — situação que começou a criar problemas à medida que o partido crescia, tornando-se a grande e complexa organização actual.

Uma das primeiras tarefas do Comité Central era estabelecer uma estrutura política adentro de Moçambique. Até 1964, toda a actividade tinha de ser clandestina, o que significava que só uma pequena fracção da população — a mais politizada — podia participar. À medida que algumas zonas iam sendo libertadas, o partido podia aparecer à luz do dia como um grupo público legal, admitindo como membros todos os moçambi-

canos adultos. Aqui, o partido oferece uma estrutura coerente para a representação das massas.

A unidade da organização é a célula, constituída por todos os membros de cada localidade. A seguir há o conselho distrital, composto por representantes eleitos pelos membros de todas as células do distrito. O conselho distrital elege membros para o conselho provincial, que, por sua vez, elege os delegados ao Congresso. A todos estes níveis, chega-se às decisões por meio da discussão, e em caso de impasse procura-se a solução por meio de votação em que vence a decisão da maioria.

Contribuindo para a política nacional, os órgãos locais do partido são responsáveis pelo governo local. A estrutura exacta varia de região para região, sendo as estruturas parapolíticas existentes, tradicionais e modernas, incorporadas na estrutura do movimento de libertação. Nas regiões onde se fundaram cooperativas, os *comités* das cooperativas assumem diversas funções dum governo local, e este sistema, que se está a desenvolver rapidamente, tornar-se-á provavelmente um factor importante do governo local do futuro. Entretanto, coexistem vários sistemas, cada um orientado para as condições específicas prevalentes em cada localidade.

Ao nível do Comité Central, o trabalho do partido, como força libertadora e como órgão de Governo Provisório, foi organizado em vários departamentos.

O Departamento da Administração assume os problemas diários de administração: transporte de material; compra e venda, exportação e importação de mercadorias; preparação e distribuição de cartões de membro da FRELIMO e manutenção de listas actualizadas dos membros; controle dos movimentos de civis da FRELIMO, com tudo o que diz respeito a alimentação, vestuário e alojamento, dinheiro e documentos de viagem.

O Departamento de Assuntos Exteriores tem por missão as relações com governos e organizações estrangeiros. Nele se trata das viagens de representantes ao estrangeiro para assistir a conferências ou simplesmente em visita para informação e discussão sobre a nossa posição e os nossos problemas. É da com-

petência deste Departamento orientar os centros permanentes em Dar es-Salam, Lusaka, Argel, Cairo e Nova York. Trata de assuntos de auxílio e apoio diplomático do exterior.

O Departamento das Finanças trata da administração dos fundos da organização. Os recursos da organização provêm em parte de Moçambique, de subscrições de membros, doações, contribuições, e da exportação; e em parte do estrangeiro, de doações de governos estrangeiros e organizações estrangeiras e internacionais. Destes fundos é que sai todo o financiamento dos programas do partido.

O Departamento de Informação, Publicidade e Propaganda tem por missão manter o povo de Moçambique informado sobre o trabalho e os fins da FRELIMO, a situação em Moçambique e seu contexto no resto do Mundo, e combater as campanhas de propaganda inimiga. Também partilha com o Departamento de Assuntos Exteriores a tarefa de informar o resto do Mundo sobre Moçambique e a nossa luta; prepara e põe em circulação informação escrita, mantém contacto com a imprensa internacional, bibliotecas, instituições académicas e outras organizações.

O Departamento de Assuntos Sociais ocupou-se inicialmente dos refugiados vindos de Moçambique para a Tanzânia, principalmente juntando e distribuindo-lhes o necessário para a vida diária. Porém, desencadeada a guerra, alargou as suas actividades no interior de Moçambique, tratando dos problemas de largos sectores da população que tinham sido obrigados a mudar de casa por causa dos combates, ou cujas casas tinham sido destruídas. Em primeiro lugar, isto significa fornecer-lhes alimentos e vestuário, e organizar serviços de saúde básicos. A longo prazo, porém, significa ajudá-los a instalarem-se de novo, a construir casas novas; a tornarem-se auto-suficientes o mais breve possível. E, com o desenrolar da guerra, este Departamento orientou o trabalho também para os refugiados do exterior, procurando persuadi-los e ajudá-los a regressar à zonas libertadas, a reconstruir aldeias e a tomar parte na luta.

Do mesmo modo, o Departamento da Educação ocupou-se

principalmente, de início, em organizar cursos no estrangeiro para os estudantes que tinham conseguido escapar de Moçambique. Então, com a criação das zonas libertadas, o seu principal objectivo passou a ser a abertura de escolas e cursos para servir a população no interior do país.

O efeito da guerra e os progressos realizados nos dois primeiros anos após 1964 alargaram rapidamente a estrutura política e administrativa montada em 1962. O partido foi ao encontro das novas circunstâncias; organizaram-se novos departamentos e os que já existiam expandiram a sua actividade. Mas era necessário fazer algumas alterações essenciais, que só o Congresso tinha autoridade para realizar.

Segundo os estatutos do partido, devia ter sido convocado um Congresso em 1965; mas vários problemas obrigaram-nos a adiá-lo até 1968. Por essa altura, porém, os progressos da luta eram tais que foi possível reunir o Congresso no interior de Moçambique, numa zona libertada da província do Niassa, e puderam vir delegados de todas as províncias do país, mesmo de Lourenço Marques e Gaza, no extremo sul. Os delegados a este Congresso tinham sido eleitos pelas bases, que operavam abertamente nas zonas libertadas e clandestinamente nas áreas controladas pelos Portugueses. Em qualquer dos casos, eram eleitos pela zona donde vinham, pelo povo da zona. Assim, este Congresso foi muito mais democrático do que o primeiro e demonstrou ser já quase uma organização nacional plenamente representativa. As decisões tomadas por ele estavam de acordo com a sua constituição; significavam um passo em frente para uma estrutura mais democrática e uma viragem de influência política a favor do partido, no interior de Moçambique.

A principal alteração constitucional para actualizar a estrutura do partido era a composição e funções do Comité Central. Até então, tinha sido composto só pelos chefes de departamentos e seus assistentes e tinha poderes legislativos, executivos e judiciais. O Congresso alargou-o para cerca de quarenta membros, incluindo secretários provinciais, membros eleitos pelas províncias, membros eleitos pelo Congresso e representantes de or-

ganizações de massa; quase todos estes novos membros eram dirigentes do partido, com residência permanente em Moçambique. O Congresso também limitou as funções do novo Comité Central ao poder legislativo. Para as funções executivas, foi criado um novo órgão, o Comité Executivo, formado pelo presidente, vice-presidente e secretários dos departamentos.

Um Comité Político e Militar foi criado para tratar de problemas urgentes que surgissem nos intervalos entre as reuniões do Comité Central. Era composto de presidente e vice-presidente, secretários provinciais e secretários da Defesa, Segurança, Organização Interna e Departamento Político.

Definiu-se o sistema de eleição dos funcionários do partido. O presidente e o vice-presidente são eleitos pelo Congresso, conforme propostas do Comité Central, e exercem as suas funções até ao Congresso seguinte. O Congresso deve reunir-se de quatro em quatro anos.

Discutiui-se e sistematizou-se o governo regional. Confirmou-se que cada província tivesse um conselho e um *comité* provincial.

Organização económica

A produção é duma importância extrema e imediata, visto ser necessária à sobrevivência da população, do exército e de quaisquer serviços civis. Dentro deste contexto, os produtos alimentares são de primeira necessidade.

Com a queda do sistema colonial, desapareceram as companhias que tinham imposto a produção de culturas ricas, quer em plantações, quer por meio de cultura forçada. O povo ficou livre de organizar a agricultura conforme desejasse, e pôde concentrar-se na satisfação das suas necessidades. O resultado foi que, logo que a guerra libertava uma zona, havia o regresso à cultura dos produtos básicos, como milho, cassava e outras leguminosas. Mas a guerra impôs novas exigências aos produtores de artigos alimentares. Embora os militares cultivassem para si, onde e sempre que foi possível, havia

largos sectores do exército que não conseguiam ser auto-suficientes; além disso, para evitar as represálias dos Portugueses, era necessário, em muitas áreas, promover a evacuação de camponeses e instalá-los em novas aldeias, onde necessitavam de abastecimentos até às primeiras colheitas dos seus novos campos. Nalgumas zonas, uma parte das colheitas é regularmente destruída pelos Portugueses. Mesmo que seja só para satisfazer as necessidades de alimentação nas zonas libertadas, portanto, é necessário produzir excedentes.

O povo é constantemente incitado a desbravar mais terra de cultivo e a produzir mais, e esta campanha teve tão bons resultados que, apesar das contingências e perturbações da guerra, há, de facto, mais terra cultivada agora do que nos tempos da administração colonial. Mesmo depois do primeiro ano da guerra, produzia-se mais do que dantes. Em algumas áreas, como Ngazela, 80% da terra cultivada nunca tinham produzido nada anteriormente.

O maior estímulo à produção provinha claramente da abolição das companhias e do facto de que o povo beneficiava agora do seu próprio trabalho. Há ainda dois factores importantes a considerar. Um, é o trabalho do partido advertindo, estimulando e explicando as necessidades da luta, e fornecendo peças de equipamento essencial, como enxadas e outras. O outro, ligado com o primeiro, é o desenvolvimento de novos métodos de organização, principalmente a cooperativa. Nas zonas onde o movimento cooperativista já existia antes da guerra, a organização reapareceu rápida e espontaneamente depois da expulsão das forças coloniais. Noutras áreas, a ideia foi lançada e os membros do partido tiveram que ajudar o povo a pôr a funcionar as cooperativas. O ensino de contabilidade tem sido um aspecto importante deste trabalho. Entre as áreas libertadas, há diferenças consideráveis na fase de desenvolvimento atingida pelo sistema de cooperativas. Nalgumas, toda a produção pode ser colectiva; noutras, a população trabalha individualmente em parcelas (*shambas*), para satisfazer as necessidades das suas famílias, mas a aldeia trabalha em conjunto, coopera-

tivamente, noutras terras, para produzir um excedente para o exército e para outros grupos que não têm meios para produzir. Nalgumas regiões o povo não formou cooperativas, porque lhe faltam os conhecimentos de como organizá-las e manter a contabilidade; nesses casos, a produção de excedentes obtém-se pelo sistema de trabalho de muitos dos camponeses que cultivam individualmente uma parcela a mais para produzir alimentos para a colectividade.

A FRELIMO está actualmente a estudar várias maneiras de desenvolver a agricultura, de aumentar as colheitas, promover variedade e aumentar a produção para a exportação. O planalto do Niassa é ideal para culturas de abastecimento de mercados e esperamos lá introduzir muitas variedades de frutas e hortaliças que melhorarão o sistema alimentar das populações e eventualmente se tornarão fonte de rendimentos para elas.

Além do excedente que é necessário produzir para satisfazer as nossas necessidades, é preciso ainda produzir para exportação, para nos dar meios de importar artigos essenciais, como pano, que durante muito tempo não poderemos produzir em quantidades apreciáveis. Já conseguimos exportar alguns artigos em 1966:

	<i>Toneladas</i>
Caju	500
Semente de sésamo	100
Amendoim	100
Semente de rícino	10

Tentamos neste momento desenvolver a produção de oleaginosas para exportação e algumas das cooperativas estão a tentar reintroduzir o algodão como cultura para venda. Cultiva-se bastante tabaco nalgumas zonas libertadas; mas até agora faltou-nos o conhecimento técnico para o tratamento adequado das folhas, e portanto só é utilizado para consumo interno. Temos mandado pessoas para o estrangeiro para se especializarem neste sector e esperamos em breve poder acrescentar o tabaco à nossa lista de exportações.

Nos últimos dois anos temos estado a estudar os vários tipos de borracha que crescem no Norte de Moçambique, com o fim de a aproveitar como fonte de rendimento.

Em contrapartida a esta tentativa de aumentar as exportações, está a luta para reduzir as importações. Excepto onde a guerra tinha desorganizado a produção, a população é, ou pode vir a ser, auto-suficiente em artigos alimentares; mas outros artigos de consumo diário, como vestuário, ferramentas agrícolas, sal, sabão e outros, têm que ser adquiridos. De momento, importamos estes artigos em quantidades cuidadosamente limitadas, para serem distribuídos através de cooperativas de consumo, formadas com a finalidade de tomar conta do circuito comercial, que se desmantelou virtualmente quando os Portugueses abandonaram a área. Contudo, dados os nossos poucos recursos, e os problemas de transporte, não é possível manter deste modo a rede de abastecimentos e estamos à procura de métodos de produção desses artigos dentro do país. No Nordeste já se está a extrair sal. Poderia fazer-se sabão a partir de oleaginosas, se pudéssemos ter uma fábrica e alguns dos nossos fossem treinados no fabrico. O artesanato tradicional está a receber estímulo para fazer face às necessidades da vida caseira e de equipamento agrícola simples.

Estes objectos artesanais tornaram-se uma nova fonte de receita. O povo maconde é famoso pelos seus trabalhos em madeira esculpida e escultura. A tradição foi desviada, sob a influência dos Portugueses, quer por coacção dos missionários, para produção de imitações de obras religiosas europeias, quer dos comerciantes, que exigiam «linhas de montagem» de produção de objectos para o mercado turístico. Em 1967, quando a FRELIMO organizou pela primeira vez a exportação de várias centenas de esculturas em madeira do interior de Moçambique, a maioria delas era estereotipada; mas havia também várias peças originais, de considerável valor artístico. Tentámos imediatamente animar os artistas que as tinham produzido e explicar a outros que esse tipo de trabalhos, embora mais lento, era muito mais valioso do que a produção de vulgares objectos

para turistas. Também experimentámos processos de venda desses trabalhos a colecionadores autênticos, da Europa e dos Estados Unidos, e continuamos a tentar organizar a produção e venda dessas peças de modo que os produtores possam eles mesmos beneficiar suficientemente.

Educação

Quando se fundou a FRELIMO, demos absoluta prioridade ao conjunto de dois programas: o militar e o educacional. Sempre demos a maior importância à educação, porque, em primeiro lugar, ela é essencial para o desenrolar da nossa luta, visto que o empenhamento e apoio da população aumentam à medida que cresce a sua compreensão da situação; em segundo lugar, um futuro Moçambique independente terá séria necessidade de cidadãos educados que sejam guias na via do desenvolvimento.

O sistema português de educação foi desesperadamente inadequado, não só porque abrangia poucos africanos, mas também porque a instrução dada a esses poucos era totalmente alheia às necessidades de Moçambique. Tivemos que começar a trabalhar, a partir do nada, não somente na estruturação, mas também no conteúdo do sistema.

Os métodos escolares na maior parte dos países africanos são antiquados, feitos à medida das necessidades da Europa do fim do século XIX. Está actualmente provado, mesmo na Europa, que este sistema está desactualizado e que muito do seu conteúdo é desprovido de valor. Em África, nunca correspondeu, nem corresponde, às verdadeiras necessidades da população. Toda a educação colonial era planeada essencialmente para produzir uma pequena elite europeizada, que serviria o governo colonial ou lhe sucederia, conservando os seus valores. Envidavam-se esforços para separar esses povos das suas origens, em parte porque a maioria dos Europeus desprezavam todos os aspectos da cultura africana e também porque a elite representaria menos uma ameaça para o governo europeu.

Os regimes coloniais ignoraram totalmente os métodos de educação indígena existentes e procediam como se nunca tivesse havido qualquer instrução até à criação das escolas europeias.

Compreende-se agora, mesmo fora da África, como era mesquinha esta concepção de educação. Os teóricos actuais dividem geralmente a educação em dois tipos — formal e informal — e todas as sociedades usaram sempre ambos os tipos em diversos graus. A educação informal consistia na aprendizagem conduzida pelos mais velhos, na emulação das crianças mais velhas em face doutras mais novas, na observância de cerimónias, na audição de histórias, em assistir a trabalhos de adultos e imitá-los nas suas tarefas diárias. Este tipo de instrução inclui o inculcar de valores morais e bom comportamento, correcção de infracções ao código aceite, por meio de admoestação, ridicularização ou castigo e louvor de bom comportamento.

Nas simples comunidades rurais, este sistema de educação servia bem para preparar o jovem adolescente para se inserir na vida do dia a dia da sociedade em que vive. Mas à medida que uma sociedade cresce, esses meios simples tornam-se inadequados e torna-se necessário desenvolver sistemas mais formais de educação dos jovens. Em vários pontos da África esta situação tinha-se desenrolado há milhares de anos. O tipo mais antigo do sistema formal é a chamada «escola de iniciação», comum em muitas regiões africanas, com as «sociedades secretas» a desempenharem essas funções. Toda a sociedade secreta dá, nos seus ritos de iniciação, um certo grau de conhecimento social e de instrução que permite ao indivíduo viver no seu ambiente imediato. As escolas do «mato» em Poro e Sande, por exemplo, são instituições muito desenvolvidas onde o iniciado é treinado em rigorosa disciplina, na obediência às regras sociais da grande comunidade. O iniciado passa por uma série de situações difíceis — incluindo poucas horas de sono, trabalho duro, longas marchas e alojamento sem comodidades —, que, à semelhança das escolas «exteriores» europeias, têm a finalidade de ensinar qualidades morais e destreza prática. O treino pode

incluir algumas leis e costumes, ilustrados por tribunais e julgamentos simulados; e muitas vezes também artes e trabalho manual, técnicas agrícolas e de caça. Cantares e danças em grupo têm parte importante na vida destas escolas de iniciação.

As grandes virtudes desta educação pré-colonial africana eram principalmente o ser orientada para as necessidades da sociedade, ser totalmente integrada e destinar-se a todos por igual. Havia casos de cursos especiais de iniciação para grupos particulares, como adivinhos, curandeiros, artífices; mas estes existiam lado a lado com um sistema universal, do qual eram partes especializadas.

As sociedades onde existiam esses sistemas eram, porém, restritas, viviam em pequenas áreas e a sua estrutura económica era muito rudimentar. Logo que apareceram novas complexidades, elas tornaram-se insuficientes; para novos tipos de conhecimento era necessário aprender novos métodos. As escolas dos missionários e dos governos coloniais, com todos os seus defeitos, ofereciam aos africanos a oportunidade de aprender algumas das novas matérias necessárias para enfrentar as novas condições. Contudo, em contrapartida, os africanos eram forçados a sacrificar os seus valores e costumes sociais, a rejeitar o seu passado. Daqui vieram grandes tensões, quer no campo individual, quer na sociedade.

Quer esta ruptura tenha sido pura e simplesmente aceite, quer a cultura europeia tenha sido globalmente rejeitada, houve africanos que compreenderam que as coisas que os europeus sabiam fazer não eram inseparáveis dos valores europeus. Uma primeira tentativa de agir nesta linha foi a criação das escolas independentes kikuyus, no Quénia, depois de as escolas das missões terem recusado aceitar crianças circuncidadas. Mas estas novas escolas nada mais fizeram do que combinar os programas europeus com a sociedade tradicional kikuyu.

O que é necessário é mais do que uma simples combinação. Apareceu um novo elemento, o desenvolvimento do estado nacional independente. Porque nem o sistema de educação tradicional nem o colonial servem as necessidades desta nova

entidade, é necessário um novo ponto de partida. Mas uma arrancada tem de começar nalgum lado. Podemos aprender com outras culturas, incluindo a europeia, mas não podemos enxertá-las directamente na nossa. É por esta razão que é essencial ter uma certa compreensão da nossa própria cultura e do nosso passado. Muita da nossa educação tradicional é antiquada; mas alguns aspectos — por exemplo, a Arte e alguns dos valores morais — podem contribuir para formar a base da nova sociedade que estamos a tentar construir. Como disse Jahn: «Só quando o homem se sente herdeiro e sucessor do passado é que ele tem a força para começar de novo.»

O contexto imediato dentro do qual estamos a trabalhar é o da luta pela libertação nacional e da revolução social que a acompanha. É isto que deve moldar os novos aspectos dos serviços de educação que estamos a desenvolver. À medida que a sociedade vai mudando com a luta, assim temos que estar prontos para lhe ir adaptando a educação. Todavia, a curto prazo, há finalidades práticas e urgentes a que temos que atender: necessitamos de quadros educados, a todos os níveis e em todas as disciplinas; necessitamos de levantar o baixíssimo grau de educação da generalidade da população e de combater o analfabetismo e a ignorância. Temos de começar a trabalhar neste campo com os meios de que dispomos e desenvolver a teoria e o sistema à medida que avançamos no trabalho.

Logo que a guerra libertou algumas áreas, criaram-se pequenas escolas primárias com equipamento rudimentar. Em 1966 havia já 100 destas escolas só na zona de Cabo Delgado, para 10 000 crianças. Pelos fins de 1967, dez professores iniciaram escolas no Niassa, e ao fim de um ano já 2000 crianças frequentavam essas escolas. Por causa da tremenda falta de pessoal devidamente preparado, muitos dos próprios professores não estudaram para além da escola primária, e portanto o grau de instrução dado nestas escolas é necessariamente rudimentar. Mas pelo menos é orientado para as necessidades daquelas crianças dentro do contexto da sua própria cultura e da luta nacional. Aprendem português, visto ser esta a nossa língua

comum, mas também aprendem a história e a geografia de Moçambique. As principais matérias dadas nestas escolas são leitura, escrita, aritmética e civismo. Nesta última, aprendem coisas sobre a nossa terra e o seu passado, sobre a guerra e os fins da FRELIMO, e alguma coisa sobre o resto da África e o Mundo. A necessidade de se ser auto-suficiente e de ao mesmo tempo trabalhar com outros povos para o bem comum são coisas que se aprendem através de trabalho prático, assim como nas aulas formais. Tanto quanto possível, as escolas cultivam os seus campos, e fazem o seu vestuário e equipamento, enquanto que, para suprir a falta de professores, os alunos mais adiantados ajudam os mais atrasados e tomam parte em campanhas de alfabetização de adultos ou empreendem outras tarefas naquelas zonas onde a sua preparação escolar os qualifica.

O programa da escola primária é apenas uma parte do trabalho feito pelo Departamento da Educação. Confrontados com o problema do analfabetismo maciço, nós sofremos duma quase total falta, em quase todos os sectores, de pessoal devidamente preparado. O Departamento da Educação tenta remediar esta situação organizando meios de educação mais adiantada, e cursos especializados para jovens seleccionados que já tenham recebido instrução básica. O Instituto de Moçambique, que ainda funciona em Dar es-Salam, realiza este trabalho, embora a natureza e o âmbito das suas actividades tenham mudado consideravelmente desde a sua fundação em 1963. Criado para centro de formação de professores, desenvolveu-se rapidamente no sentido de formação secundária para refugiados moçambicanos; foi inicialmente financiado por uma concessão da Fundação Ford; mas, cancelada esta no ano seguinte, foi obrigado a recolher fundos doutras origens e é actualmente mantido por vários países e organizações, em que se salientam os países escandinavos.

O Instituto começou cedo a financiar também escolas primárias para refugiados moçambicanos na Tanzânia. E naturalmente, desde o início da guerra, o Instituto foi chamado

a fornecer fundos para as novas escolas primárias em Moçambique e para outros programas tornados necessários pela guerra e pela criação de zonas libertadas. Nestes programas estavam incluídos bastantes cursos novos organizados em conjunto com a FRELIMO e orientados com o auxílio de alguns professores do Instituto. O primeiro foi um curso de enfermagem, preparando os alunos para tomar parte no novo programa de saúde de Moçambique. Seguiu-se a criação dum curso político e administrativo para aqueles que trabalham no governo local das zonas recém-libertadas. Em 1968 foi criado um curso para professores primários.

Estes têm sido os objectivos conseguidos pela FRELIMO; mas, além destes, a FRELIMO coopera com o Instituto na organização de bolsas de estudo no estrangeiro, para que os Moçambicanos possam seguir cursos académicos e técnicos a nível mais adiantado. Contudo, a nossa política tem insistido firmemente em que todos os meios de educação proporcionados pela FRELIMO — seja no interior do país, na vizinha Tanzânia, numa comunidade moçambicana ou em universidades ou institutos estrangeiros — estão integrados na luta nacional; todos os estudantes devem olhar a sua preparação como um meio de os tornar aptos a trabalhar em Moçambique e devem estar prontos a regressar em qualquer momento em que sejam chamados. Houve grandes problemas com estudantes que fingiam não compreenderem ou que recusavam esta linha de acção. Estes problemas foram em parte devidos ao facto de estes programas de educação terem começado antes da luta armada, e de alguns dos estudantes que já se encontravam no estrangeiro ou nas escolas secundárias não terem experiência alguma da guerra ou da vida nas zonas libertadas, de modo que tudo isto lhes parecia assustador ou irreal. Vários estudantes, que tinham partido para o estrangeiro em 1963, recusaram-se a regressar no fim dos seus cursos e muitos estudantes da escola secundária objectaram violentamente contra a chamada ao trabalho em Moçambique, exigindo partir imediatamente para continuar os seus estudos superiores. Estas dificuldades fize-

ram-nos perder muita gente bem preparada que teria prestado grandes serviços. Mas também nos levaram a adoptar medidas mais firmes e realistas no campo da educação; maiores esforços para a integração da educação e da luta e para evitar de futuro a formação de grupos que exigem privilégios à custa da população em geral. Estão planeadas alterações práticas para o futuro. Tanto quanto possível, os estudantes serão seleccionados para estudar fora de Moçambique só depois de terem passado algum tempo no exército ou em serviços cívicos. Em segundo lugar, dar-se-á mais importância à criação de cursos curtos, de profissões específicas, tais como os de enfermagem e de administração, na Tanzânia, ou cursos técnicos, pouco demorados, no estrangeiro. Em terceiro lugar, todos os estudantes serão chamados a regressar e fazer um período de serviço, depois de terminarem os seus cursos. Far-se-á um maior esforço para manter contacto com aqueles que estão no estrangeiro em cursos demorados e incitá-los a participar na luta tanto quanto possível, difundindo informação e atraindo o interesse das pessoas para Moçambique. E, acima de tudo, far-se-ão ainda maiores esforços para desenvolver facilidades de ensino dentro de Moçambique, de modo que mais gente possa receber instrução nos locais onde vive.

Saúde

Como a maioria dos países africanos, Moçambique tem gravíssimos problemas de saúde: doenças tropicais como a malária, a bilharziose, a doença do sono, doenças de pele, são endémicas; e há epidemias periódicas de varíola, febre tifóide, febre-amarela e outras doenças altamente infecciosas. Os serviços de saúde portugueses pouco fizeram para melhorar esta situação. Fora das cidades não havia praticamente centros de saúde; as campanhas de vacinação eram inadequadas e nem sequer tentadas nas zonas rurais mais isoladas; quase todos os hospitais e médicos qualificados estavam nas poucas cidades grandes, para tratar os doentes que pagavam e, assim, de facto servindo

só a população europeia e pouco mais. Uma prova do fracasso português é que Moçambique apresenta uma das mais altas taxas de mortalidade infantil da África.

O efeito imediato da guerra foi tornar a situação ainda pior. Os centros de saúde montados pelos Portugueses no Norte foram imediatamente retirados; as rápidas deslocações das populações e os agrupamentos de grande número de refugiados tornaram a população uma presa fácil de epidemias, enquanto, por outro lado, os combates e as incursões aéreas dos Portugueses acrescentavam os feridos de guerra aos muitos que já necessitavam de atenção médica.

A FRELIMO teve de montar o seu serviço de saúde começando do nada. Os problemas eram e ainda são muito graves. Não havia dinheiro nem pessoal qualificado. Resultado da fraca instrução dada pelos Portugueses, não há um único médico africano qualificado em todo o Moçambique, e há muito poucos auxiliares e enfermeiros. Assim, o programa médico teve de fazer face a duas tarefas ao mesmo tempo; teve de organizar, com os poucos recursos que se podiam arranjar, socorros de toda a espécie, procurando ao mesmo tempo treinar mais técnicos de saúde.

Delineou-se uma estrutura administrativa para os serviços de saúde, em que as zonas libertadas eram divididas em regiões e distritos. Em cada um organizou-se certo número de centros de saúde, desde simples postos de socorros urgentes a pequenas clínicas onde se fazia pequena cirurgia e pensos. Estes centros tinham ligação entre si, de modo que um doente podia ser transferido de um para outro maior e mais bem equipado. Medicamentos e material faltam constantemente, e alguns postos de pronto socorro têm periodicamente falta de anti-sépticos e ligaduras. De qualquer modo, a grande massa da população está agora mais bem servida do que alguma vez esteve no tempo da dominação portuguesa, em que não existia qualquer serviço médico gratuito.

Outro campo em que a FRELIMO já conseguiu mais do que os Portugueses é o da medicina preventiva. Desde o

princípio, isto foi considerado prioritário e fizeram-se grandes esforços para conseguir vacinas. Cerca de 1967, muitas campanhas, em locais determinados, contra o tétano, febre tifóide e tuberculose tinham sido já levadas a cabo, e foi empreendida uma campanha maciça de vacinação antivariólica, durante a qual, em Setembro de 1967, tinham sido vacinadas 100 000 pessoas. O principal problema era, e ainda é, obter vacina em quantidade suficiente. Administrativamente, o serviço de saúde tem a grande vantagem de funcionar dentro da estrutura do partido, por meio do qual essas campanhas e a sua finalidade podem ser explicadas a toda a população. Recebidas quantidades suficientes de vacina, seria assim possível vacinar toda a população num espaço de tempo relativamente curto.

Outro aspecto da medicina preventiva é a educação sanitária, e nisto também o serviço beneficia da íntima integração com o partido, o exército, os professores e os militantes, que ajudam a espalhar o conhecimento básico da higiene entre a população.

Ao mesmo tempo que trabalham na melhoria das condições actuais, os serviços médicos têm estudado os problemas de saúde do povo e coleccionado dados estatísticos (visto que os dados colhidos pelos Portugueses eram bastante imprecisos), de modo a fazer um planeamento para o futuro.

Pessoal e equipamento são ainda e continuarão a ser um grande problema. O curso de enfermagem, orientado em cooperação com o Instituto de Moçambique, já formou duas classes e muitos estudantes estão no estrangeiro a estudar medicina. Dois médicos moçambicanos brancos que trabalham na FRELIMO tiveram parte importante no planeamento do serviço de saúde e nos programas de ensino, mas ainda não há um médico diplomado nas zonas libertadas de Moçambique. Neste, como em qualquer outro campo, a escassez de gente com as qualificações básicas para começar cursos de especialização impede gravemente o progresso, e o futuro dos programas médicos dependerá do sucesso do trabalho realizado na educação. Pelo menos existe já uma estrutura e um programa que assegurarão

um progresso gradual da situação e onde se colocarão as pessoas qualificadas à medida que estas vão aparecendo.

Desenvolvimento sócio-cultural

Já como resultado da luta, profundas mudanças ocorreram na vida das populações das zonas libertadas e semilibertadas. Estas alterações compreendem muito mais do que a supressão do sistema colonial e sua influência; foram introduzidas formas de governo, de organização sócio-económica; essencialmente novas, que só muito marginalmente têm a ver com a vida tradicional africana e nada com o sistema colonial.

Ná cultura, talvez, ainda são muito fortes os elementos tradicionais, visto que neste campo eles não prejudicam o crescimento da nação. O Governo Português tentou silenciar não só a vida política dos africanos, mas também todos os outros aspectos tradicionais — arte, língua, costumes. Isto não significa que tenha desaparecido o modo de vida tradicional; esse sobreviveu, como uma cultura subterrânea, dominada, abertamente desprezada pelas autoridades. Com a expulsão dos Portugueses houve um ressurgimento natural, que nalgumas direcções foi estimulado pela revolução; nas escolas e nos acampamentos militares são praticados cantos e danças tradicionais. Nas cooperativas de produção, as artes e ofícios são desenvolvidos. Mas, apesar de tudo, dentro desta estrutura tradicional há muitas inovações. Por exemplo, nos acampamentos, os jovens não estão a praticar só as canções e danças da sua própria tribo, mas aprendem as de outras tribos, enquanto que no campo da produção novas ideias e técnicas estão a ser introduzidas, provenientes de diferentes regiões de Moçambique e do exterior. Por último, a própria luta está a pôr a sua marca sob a forma de novos temas de canções e de arte. Por exemplo, o guerrilheiro da FRELIMO apareceu entre as muitas figuras dos escultores macondes.

Além de estimular as artes tradicionais africanas, a FRELIMO trouxe um afluxo de ideias de várias outras culturas. Os Portugueses, se algumas novas ideias trouxeram para a

África, foram somente as da sua própria terra. Agora, as fontes são muito mais vastas: nos acampamentos, os militantes podem aprender as canções da revolução russa, ler revistas cubanas, ver fotografias da vida no Vietname. No Instituto de Moçambique e nos acampamentos onde é possível, passam-se filmes documentários de todo o Mundo. No decurso da sua instrução e treino, os estudantes militantes são enviados para vários países, desde os Estados Unidos até à República Popular da China, e até certo ponto difundem o seu conhecimento destes países entre os seus companheiros quando regressam. Actualmente, no estado de guerra, com a falta de recursos e meios e com a falta de instrução, estes conhecimentos têm tido pouco efeito para além das escolas e do exército; mas nesses sectores já o povo sabe alguma coisa mais acerca do resto do Mundo do que antes de começar a luta.

Antes do início da luta, a escrita e a leitura eram aspectos da vida virtualmente desconhecidos da população fora das grandes cidades. Nem campanhas de alfabetização, nem produção e difusão de textos de leitura, se desenvolveram suficientemente para mudar, por enquanto, esta situação de modo relevante. Todavia, a atitude do povo começou a mudar. As escolas e o trabalho de alfabetização de adultos já demonstraram que a palavra escrita é alguma coisa que pode e deve pertencer ao mundo de toda a gente, no campo como nas cidades, e há agora um grande desejo de aprender. Entre os militantes, este desejo está a ser satisfeito rapidamente. Muitos ainda não sabem ler, escrever ou falar bem português; mas alguns sabem, e destes não poucos estão a usar a sua capacidade criativa para fins práticos. Existe uma revista, feita pelos militantes para militantes, chamada *25 de Setembro*, na qual todos podem colaborar. Nela são publicados poemas, histórias e análises políticas; a oportunidade dada a grandes sectores da população de ver os seus trabalhos publicados e discutidos estimula e desenvolve as suas actividades.

Essas actividades também deram novo significado ao trabalho dos melhores escritores. Quando Craveirinha e Noémia

de Sousa escreviam a sua eloquente denúncia do colonialismo português, não eram lidos pelo povo para quem e acerca de quem escreviam. Agora, o trabalho dum bom poeta na FRELIMO será lido nos acampamentos pelos militantes, por gente vinda das massas exploradas, que no passado eram simplesmente os sujeitos dos poemas escritos por poetas de quem nunca tinham ouvido falar. Agora, os que sabem ler, lêem alto para aqueles que não sabem e uma profusão de literatura está ao alcance daqueles que tenham um conhecimento mínimo de português. A distância entre o intelectual e o resto da população está a desaparecer. E isto trouxe uma nova dimensão à poesia política, que perdeu o seu tom de lamento e adquiriu um novo fogo revolucionário, como nos poemas de Marcelino dos Santos, Jorge Rebelo, Armando Guebuza, Sérgio Vieira. A essência desta nova dimensão encontra-se resumida nestes extractos do poema de Jorge Rebelo, no qual ele visita um camarada para falar de «sonhos de revolta» e de «estes sonhos [que] se tornam guerra», porque então

Eu depois vou construir palavras simples
que mesmo as crianças compreendam,
que entrem em todas as casas como o vento
que caiam como brasas
na alma do nosso povo.

Porque, como termina o poeta:

Na nossa terra,
as balas começam a florir.

A cultura da revolução vai crescendo devagar e tomando o seu lugar ao lado da cultura tradicional; mas as transformações sociais que lhe estão na base desenrolam-se muito mais rapidamente. Com o crescimento de estruturas políticas e económicas inteiramente novas, as vidas e as maneiras de ver mudaram fundamentalmente.

Um dos mais nítidos aspectos deste facto é a posição da mulher. Na sociedade africana, como na portuguesa, a mulher tem tido uma situação de maior ou menor sujeição. Esta sujeição varia em extensão e natureza de região para região: nalguns casos, como aponta René Dumont na sua discussão sobre os problemas africanos de hoje, *A África começa mal*, ela sofreu um género de exploração económica, tendo que suportar o fardo do trabalho necessário à manutenção de toda a sociedade; noutros casos, sofreu restrições sociais e foi-lhe negado lugar de influência na família ou na comunidade. Agora, o impulso para uma maior produção está a forçá-la a tomar parte no trabalho diário, e a parte desempenhada pelas mulheres no exército de libertação de Moçambique e no partido está a levar aquelas atitudes a mudar, induzindo os homens a respeitá-las e dando-lhes nova voz na condução dos acontecimentos. Josina Abiathar Muthemba, uma militante, descreve isto:

«Antes da luta, mesmo na nossa sociedade, as mulheres tinham posição inferior. Hoje, na FRELIMO, a mulher moçambicana tem voz e um importante papel a desempenhar; pode exprimir as suas opiniões; tem liberdade de dizer o que quiser. Tem os mesmos direitos e deveres que qualquer outro militante, porque é moçambicana, porque no nosso partido não há discriminação baseada no sexo.»

Estes progressos não foram oferecidos às mulheres. Devem-se à sua própria acção, agora que esta é contínua. Por exemplo, uma vez que falei num comício em Moçambique, nos princípios de 1968, e o povo começou a fazer perguntas, uma mulher de uma das unidades femininas levantou-se e queixou-se de que as mulheres não eram preparadas para oficiais, de modo que todos os oficiais eram homens. E ela queria saber porquê. A razão era que nunca ninguém se tinha lembrado de promover as mulheres a oficiais. Como resultado da sua crítica, porém, foi tomada a decisão de que, de futuro, as mulheres poderiam ser promovidas a oficiais se para isso tivessem qualificações e experiência.

Este exemplo mostra o aspecto geral das transformações

sociais noutros sectores também. A luta é o impulso inicial e, ainda que os líderes sejam muitas vezes chamados a fornecer os meios de promover novos desenvolvimentos, o movimento vem do povo. No mesmo comício acima referido, houve outro exemplo deste facto. Discutíamos produção e os aldeões descreveram o que estavam a fazer para a desenvolver. Não tinham organizado uma cooperativa, mas estavam a cultivar individualmente parcelas extra para produzir excedente. Disseram-nos que tinham querido organizar-se numa cooperativa, mas que não tinham podido, porque ninguém sabia nada de contabilidade; pediram aos chefes do partido que lhes mandassem alguém que lhes pudesse ensinar o que eles precisavam de saber, para que pudessem por si próprios avançar neste sentido.

A mudança na posição das mulheres indica também a transformação geral das atitudes. Os costumes, crenças e superstições que costumavam sancionar as várias espécies de desigualdade e de exploração estão gradualmente a desaparecer, assim como as práticas a que levavam. A primeira condição para esta evolução foi a destruição do governo colonial, principal factor de desigualdade e exploração, e numa quinta parte do país já foi conseguido este resultado. Nestas regiões, as populações testemunharão os progressos realizados apesar das duras condições impostas pela guerra. Assim os descrevem três militantes que combateram em vastas regiões do país:

Gabriel Maurício Nantimbo:

«Agora há a guerra. Se eu comparar o presente com o passado, vejo que na minha região o povo tem melhor vida. Há dificuldades, mas é diferente. Quando o povo produz colheitas, come melhor; as companhias não vão roubá-las; não há trabalho forçado; o nosso povo está livre; podemos dizer que a guerra está a libertar o povo.»

Joaquim Maquival:

«A guerra muda a situação do povo. Desde que a guerra rebentou, que o povo já não é espancado, já não há impostos a

explorá-lo, o povo não é humilhado. Há dificuldades e vida dura, mas esse é o preço da vitória.»

Rita Mulumbua:

«A revolução está a transformar a nossa vida. Dantes, eu era ignorante, agora falo em frente de todos nas reuniões. Estamos unidos. Discutimos os nossos problemas entre nós, e isso reforça a nossa unidade.»

O Segundo Congresso

O Segundo Congresso da FRELIMO, reunido na província do Niassa, em Julho de 1968, foi prova clara das várias transformações já descritas; as decisões tomadas nesse Congresso são garantia de que estas transformações hão-de continuar.

O facto de se poder realizar o Congresso foi a prova dos resultados obtidos pelo programa militar. Porque a preparação foi demorada, foi publicamente anunciado com antecedência e juntou num só lugar todo o executivo do partido, assim como os chefes militares; todavia, realizou-se sem qualquer interferência dos Portugueses, em território que os Portugueses ainda declaram dominar.

Os aspectos positivos da nossa organização política foram evidenciados pela presença de delegados de todo o Moçambique, até mesmo do extremo sul. Aqui, pela primeira vez na nossa história, vieram moçambicanos de todo o país, para juntos discutirem os problemas de toda a nação e tomarem decisões que afectarão o seu futuro. Os delegados eram de diferentes tribos e grupos religiosos, homens e mulheres. Tudo isto indica a extensão do caminho andado nos últimos quatro anos.

Embora realizássemos o Congresso no interior de Moçambique, conseguimos convidar uma quantidade de observadores estrangeiros. Vieram dois representantes da Organização de Solidariedade Afro-Asiática, um representante do MPLA, um representante do Congresso Nacional Africano da África

do Sul e um representante da ZAPU (União dos Povos Africanos do Zimbábue).

Além de eleger funcionários e realizar as alterações constitucionais acima ditas, o Congresso discutiu todos os aspectos da luta, esclareceu questões de política e tomaram-se numerosas decisões pormenorizadas. Os delegados de cada região e os chefes de departamento apresentaram relatórios, descrevendo o seu trabalho nos últimos anos e delineando planos de futuro. Estes passaram a ser base de discussão aberta sobre cada tópico, na qual cada delegado fazia perguntas, críticas e sugestões. Uma série de resoluções foi então tomada e posta ao Congresso. Estas resoluções deram uma visão clara da nossa política e dos nossos fins para os próximos quatro anos. Estas resoluções reafirmam a necessidade da luta armada e a importância de ao mesmo tempo desenvolver aquelas regiões que, em resultado da luta armada, caem sob o nosso controle. Elas traduzem também um novo impulso para aumentar a eficiência da organização e administração, estabelecendo padrões precisos de estrutura administrativa e esclarecendo as funções dos diferentes organismos. Mas o âmbito atingido era tão largo que só se pode obter uma imagem adequada citando algumas das próprias resoluções.

Resoluções sobre a luta armada

1. O Governo Português é um governo fascista e colonialista que ainda mantém o mito de que Moçambique é uma província portuguesa, e conseqüentemente «parte e parcela de Portugal». Ainda não reconhece o direito do povo moçambicano à sua independência nacional. As manifestações nacionalistas são violentamente reprimidas com massacres, prisões, torturas e assassinatos.

Nestas condições, e a fim de enfrentar todas as formas de opressão e repressão colonialista, o povo moçambicano decidiu seguir resolutamente o caminho da luta armada, combatendo numa guerra decisiva de independência ou morte.

2. Os colonialistas portugueses dominaram e exploraram o povo moçambicano durante muito tempo. Ainda hoje mantêm o controle dos meios de produção naquelas regiões de Moçambique onde ainda exercem a sua dominação. A sua força militar é poderosa. Além dum exército, dispõem de força aérea e marinha. Apesar do rápido crescimento do nosso poder militar, o exército colonialista português ainda é mais forte. Por outro lado, nós ainda temos grandes necessidades materiais. Precisamos de armas, medicamentos, meios de transporte, etc., que, nesta fase da nossa luta, temos que obter de fora. Também precisamos de técnicos. De modo que, com respeito ao fornecimento de material e formação de técnicos, continuaremos por algum tempo a depender do auxílio externo.

Ainda mais, a situação geográfica e política do nosso país, assim como a situação política dos países vizinhos — Suazilândia, África do Sul, Rodésia, Malawi —, torna difícil a extensão da guerra para o sul. Para transportar material de guerra para as províncias da Zambézia, Moçambique, Manica e Sofala, Inhambane, Gaza e Lourenço Marques, temos que vencer muitas dificuldades.

Todos estes factores somados resultam no desequilíbrio de forças existente entre nós e o inimigo. Embora politicamente mais fortes, ainda somos militarmente fracos. A fim de chegarmos à vitória, não temos outra saída senão mudar a direcção deste desequilíbrio; havemos de fazê-lo, mas para isso é-nos exigido um grande esforço. A nossa guerra será portanto dura e longa.

3. A nossa luta é a luta do povo. Requer a total participação de todas as massas do povo. Por esta razão é necessário intensificar a mobilização e organização das massas nas zonas libertadas, assim como nas regiões onde a luta armada ainda não começou.

A participação directa de todos na luta armada é, portanto, um dos principais objectivos do esforço de mobilização do povo.

Na actual fase da nossa luta, as nossas principais forças armadas são constituídas pelas forças regulares de guerrilheiros, mas as milícias populares também desempenham importante papel. As milícias populares são parte e parcela da população. São suplementos das forças de guerrilha e estão fixas no território onde trabalham. Todos — velhos e novos, mulheres e homens — os que não são guerrilheiros devem fazer parte das milícias.

As milícias populares deverão ao mesmo tempo satisfazer as necessidades de produção, vigilância e defesa. Nas zonas libertadas e semilibertadas as milícias populares realizam especialmente o seguinte trabalho:

- 1) Transporte de material e doentes;
- 2) Patrulha e reconhecimento das zonas nas quais trabalham, contra a infiltração de tropas e agentes do inimigo;
- 3) Combate, quando o inimigo invade a região. As milícias populares tomam parte em combates de vulto, quando a isso são chamadas.

A organização de milícias populares é uma forma importante de integração das massas na luta armada. Deste modo, em toda a parte, são criadas forças suficientes e militarmente aptas. As milícias são, portanto, forças de reserva.

4. A fim de realizar mais completa e efectivamente a participação da mulher moçambicana na luta, foi criado um destacamento feminino cujas principais funções são:

- 1) Mobilização e organização das massas;
- 2) Recrutamento de jovens de ambos os sexos para serem integrados na luta armada;
- 3) Produção;
- 4) Transporte de material;
- 5) Protecção militar das populações.

5. O fenómeno da deserção não é característica específica da luta pela libertação de Moçambique. Há deserções em muitos países, mesmo na ausência de guerra.

No movimento de libertação nacional de Moçambique as deserções têm muitas causas.

Muitos camaradas estão empenhados na luta porque têm de facto consciência política e nacionalista. Mas também há alguns que têm pouco sentimento nacional. Outros há que, depois de cometerem transgressões, temem o castigo das autoridades portuguesas. Então, para escaparem ao castigo, entram no movimento nacionalista. Pessoas deste género muitas vezes falham; são incapazes de suportar a vida difícil do guerrilheiro e não conseguem adquirir consciência nacionalista e política. Assim, desertam. E depois procuram toda a espécie de desculpas para se justificarem. Alguns espalham toda a casta de boatos com o fim de desacreditar os chefes e isolá-los das massas e assim desintegrar a luta. Outros entregam-se aos Portugueses. As deserções são crimes graves. Os desertores são inimigos do povo moçambicano.

6. Os prisioneiros de guerra têm para nós grande importância. Devemos tratá-los bem. Por eles podemos obter informações sobre o inimigo. Devemos recuperá-los. Tanto quanto possível, e na medida em que nos for conveniente, eventualmente libertá-los.

Podemos também utilizar os prisioneiros como reféns, para trocas por camaradas nossos que estejam nas prisões coloniais portuguesas. Deste modo mostraremos ao mundo que estamos a lutar contra o colonialismo português e não contra o povo português; quebraremos a combatividade do exército inimigo, incitando os seus soldados à deserção.

O Segundo Congresso decide, portanto, que a FRELIMO deve continuar a aplicar a política de clemência para com os soldados inimigos capturados.

7. A nossa guerra é essencialmente política, e a sua direcção é definida pelo partido. O exército do povo faz parte

íntegrante do partido, e os seus planos estratégicos são feitos pelos altos comandos do partido.

A fim de conduzir correctamente a luta, todos os chefes devem tomar parte na luta armada. Só deste modo, seguindo a luta passo a passo, é que os chefes podem resolver os problemas complexos que surgem todos os dias. O exército do povo desempenha as suas tarefas de acordo com a política definida pela FRELIMO.

Resoluções sobre a administração das zonas libertadas

1. A administração das zonas libertadas tem por fim estabelecer o poder do povo. Só por meio de administração adequada será possível consolidar a defesa das zonas libertadas, promover o seu desenvolvimento e o progresso económico-social do povo e, assim, lançar as bases dum crescimento vitorioso da luta armada revolucionária pela libertação nacional.

A direcção da administração nas zonas libertadas será empreendida por comissões a todos os níveis orgânicos da FRELIMO: provinciais, distritais, locais, etc. — conforme consta dos regulamentos gerais.

Serão criadas comissões populares de gestão, eleitas pelo próprio povo, sempre que for possível, para superintender em tarefas gerais.

As comissões provincial, distrital ou local, cada uma a seu nível, orientarão a criação destas comissões populares de gestão e prestar-lhes-ão, quando for necessário e tanto quanto possível, a necessária assistência técnica.

2. O Segundo Congresso afirma que só quando as estruturas provinciais funcionarem convenientemente será possível administrar correctamente as zonas libertadas. Por essa razão, o Segundo Congresso declara que:

- 1) Serão dadas instruções claras aos vários órgãos provinciais, de modo que possam desempenhar completamente as suas funções;

- 2) Organizar-se-á um sistema adequado de controle para os órgãos provinciais;
- 3) Os dirigentes da FRELIMO farão frequentes visitas às províncias;
- 4) Os vários lugares de cada um dos órgãos provinciais serão devidamente preenchidos;
- 5) Serão criadas as secções necessárias, que funcionarão subordinadas à administração provincial;
- 6) Será acelerada a formação de quadros técnicos necessários para as províncias.

3. Mais decreta o Segundo Congresso que:

- 1) Os orçamentos provinciais dependerão essencialmente da produção da província;
- 2) Serão feitos os esforços necessários para que os moçambicanos refugiados no exterior possam regressar a Moçambique;
- 3) Serão criadas comissões jurídicas que fiscalizarão a execução das leis.

Resoluções sobre a reconstrução nacional

1. O Segundo Congresso nota que a construção duma vida nova nas zonas libertadas é uma necessidade da luta de libertação nacional. As zonas libertadas constituirão a base material para o desenvolvimento da nossa luta revolucionária armada para a libertação nacional. Nesse sentido tem especial importância o aumento da produção. Precisamos de produzir progressivamente os bens materiais que são precisos para a nossa luta armada. Devemos promover o desenvolvimento da agricultura, indústria, indústrias caseiras, orientando sempre as nossas actividades no sentido dos interesses da revolução do nosso povo.

Juntamente com a produção, desenvolveremos o comércio, interno e externo. Promoveremos também o desenvolvimento da educação e dos serviços de saúde. Ao mesmo tempo,

devemos desenvolver a nossa cultura nacional, estimulando os valores positivos dos nossos costumes regionais, agora enriquecidos pelo nosso esforço em criar uma nova realidade: um Moçambique unido e livre.

Todos estes aspectos do esforço de reconstrução nacional estão intimamente ligados, e para a eficácia do trabalho é imperativo que todos os sectores da nossa actividade estejam perfeitamente coordenados, sem o que todos os nossos esforços serão inúteis.

Para o desempenho da nossa missão, temos que vencer várias dificuldades e resolver muitos problemas, alguns muito prementes, como seja a existência de núcleos populacionais pequenos dispersos a grandes distâncias, a falta de meios de comunicação, a carência de quadros. A fim de enfrentar estes problemas, serão tomadas medidas com o fim de:

- 1) Promover, quando for possível, a estabilização da população;
- 2) Incitar os moçambicanos refugiados em países vizinhos a regressar a Moçambique para tomarem parte em tarefas de reconstrução nacional;
- 3) Intensificar a formação de quadros necessários à execução das várias tarefas ditadas pela Revolução.

Quando for julgado necessário, serão recrutados técnicos estrangeiros que aceitem seguir as linhas políticas e o programa da FRELIMO.

2. Muito especificamente, o Segundo Congresso da FRELIMO decreta que:

Em matéria de produção e comércio:

- 1) A produção agrícola seja desenvolvida de modo que possamos obter tudo aquilo de que necessitamos para a alimentação, assim como matérias-primas para produção de sabão, tecidos, etc.;

- 2) Seja promovido um nível de produção técnico e científico;
- 3) Seja cada vez mais consolidada a defesa dos campos da agricultura;
- 4) Sejam desenvolvidas cooperativas agrícolas, industriais e comerciais.

No campo da educação:

- 1) Seja acelerado o desenvolvimento de escolas primárias;
- 2) Seja desenvolvido o programa de formação de professores para as escolas primárias para que aumente o número destas e o seu nível técnico;
- 3) Se promovam campanhas intensivas de alfabetização entre as massas populares, homens e mulheres, velhos e jovens;
- 4) Se organizem cursos especiais para melhorar o nível de conhecimento dos militantes;
- 5) Se estimulem as jovens moçambicanas a completar pelo menos a instrução primária;
- 6) Sejam criados centros de produção em todos os locais onde haja escolas, para auto-abastecimento;
- 7) Seja instituído um sistema que torne possível aos estudantes interromperem temporariamente os estudos a fim de tomarem parte nas campanhas de ensino e alfabetização;
- 8) Todos os estudantes moçambicanos tenham o dever de tomar parte, onde for julgado necessário, nas várias tarefas da luta de libertação nacional;
- 9) Seja promovido o desenvolvimento de escolas de treino político.

No domínio da saúde:

- 1) Campanhas intensivas serão promovidas em todo o Mundo para obter os medicamentos e outro material médico;

- 2) Promover-se-á a criação de centros médicos nas regiões que vão sendo sucessivamente libertadas;
- 3) Organizar-se-á o transporte de material e medicamentos para as várias regiões.

Resoluções sobre os assuntos sociais

O crescimento da Revolução moçambicana requer atenção particular às condições sociais das massas.

Uma orientação correcta promoverá a satisfação das necessidades das massas e fortalecerá o espírito revolucionário das mesmas, evitando ao mesmo tempo que as dificuldades, normais num estado de guerra, se transformem em obstáculos sérios para o progresso da guerra de libertação nacional.

Assim, portanto, o Segundo Congresso decreta que:

- 1) Sejam tomadas as providências necessárias para melhorar as condições materiais das massas nas zonas de guerra, em particular com respeito à satisfação de necessidades primárias, como sal, sabão e vestuário;
- 2) Criar-se-ão a nível provincial instituições de assistência social, bem como de estudo e procura de soluções dos problemas de relações sociais, em especial no que diz respeito ao casamento;
- 3) Dar-se-á particular atenção às mulheres dos militantes, fixando-as, sempre que possível, nas províncias onde os maridos combatem, e incitando as que estão fora do país a regressarem.
- 4) Sempre que possível, as mulheres grávidas e as que têm filhos pequeninos serão instaladas nas zonas de maior estabilidade;
- 5) A FRELIMO, em cooperação com a LIFEMO (organização feminina da FRELIMO), estabelecerá as condições em que esta última organização tomará conta dos órfãos; igual cuidado será dado aos filhos de mães

solteiras, a fim de dar possibilidades a estas de tomarem parte na luta;

- 6) Criar-se-ão as condições para assistência e reabilitação dos inválidos de guerra.

Resoluções sobre política externa

1. O povo moçambicano está empenhado numa luta armada contra o colonialismo e imperialismo português pela sua independência e pelo estabelecimento duma ordem social democrática em Moçambique.

Esta luta é parte do movimento mundial pela emancipação dos povos, que visa a total liquidação do colonialismo e do imperialismo e a construção duma nova sociedade livre da exploração do homem pelo homem.

Por esta razão, a FRELIMO criou e desenvolveu a solidariedade e relações amigáveis com os povos, organizações e governos que combatem pela realização destes objectivos. A FRELIMO estabeleceu relações com organizações nacionalistas das colónias portuguesas e com as organizações nacionalistas doutros países africanos ainda sob a dominação estrangeira.

A FRELIMO mantém relações com organizações de países afro-asiáticos e latino-americanos progressistas. A FRELIMO tem relações com todos os países socialistas e com os países progressistas do Ocidente. A FRELIMO é membro das seguintes organizações internacionais:

- 1) CONCP — Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas;
- 2) OUA — Organização da Unidade Africana;
- 3) OSPAA — Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos;
- 4) OSPAAAL — Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos e Latino-Americanos.
- 5) CMP — Conselho Mundial da Paz.

O Segundo Congresso declara que a FRELIMO e o povo de Moçambique continuarão a desenvolver e a consolidar as suas alianças e a dar o seu máximo contributo ao movimento mundial contra o colonialismo e o imperialismo para a emancipação económica, política, social e cultural dos povos e para a construção duma nova sociedade livre da exploração do homem pelo homem.

2. A luta na qual o povo moçambicano, sob a direcção da FRELIMO, está empenhado, contra o colonialismo e imperialismo português, goza da simpatia e apoio do mundo.

O Segundo Congresso aprecia altamente a ajuda dada pelos povos, organizações e governos dos países africanos à luta de libertação do povo moçambicano, em particular através da Comissão da Libertação Africana.

O Segundo Congresso aponta em particular o auxílio dado pela TANU, pelo povo e pelo Governo da Tanzânia, sob a chefia do presidente Nyerere, à luta anticolonialista de libertação nacional do povo moçambicano, dirigido pela FRELIMO.

Entre as nações africanas, o Segundo Congresso acentua também o grande contributo dado à luta do povo moçambicano pela Argélia, pela República Árabe Unida, pela Zâmbia, quer através da OUA, quer bilateralmente.

O Segundo Congresso aprecia altamente e enaltece o auxílio dado ao povo moçambicano pelos países socialistas da Europa e da Ásia, o qual foi um grande contributo para o sucesso da revolução moçambicana.

O Segundo Congresso aprecia o auxílio dado à luta do povo moçambicano pelo povo e pelo Governo Revolucionário de Cuba.

Relações internacionais

*«Estamos em África porque é o nosso direito,
o nosso dever e o nosso interesse.
Mas estamos em África porque isso é também
o interesse geral do mundo livre»*

Alberto Franco Nogueira, ministro português
dos Negócios Estrangeiros.

Em África está a endurecer a linha divisória entre o Sul, dominado pelos brancos, e os estados independentes do Norte. Na África do Sul a política do *apartheid* é prosseguida sem dó nem piedade, assistindo-se a um recrudescimento de operações do Estado-polícia com vista a reforçá-la. O longo período de resistência passiva terminou virtualmente, morto pela crescente violência da repressão. O Estado Sul-Africano, em desafio às Nações Unidas, apertou a sua garra no Sudoeste Africano. Na Rodésia, a rebelião dos colonos brancos levou este território para a esfera de influência da África do Sul e acabou com qualquer esperança de progresso democrático em vista ao domínio da maioria. A autoridade portuguesa, que durante muito tempo apareceu bastante isolada, considerada antiquada e ineficiente pelas outras potências brancas, estabeleceu íntimas ligações políticas, militares e económicas com os outros governos minoritários do Sul da África.

Os movimentos de oposição têm sofrido grandes transformações nos últimos tempos. São-lhes oficialmente recusados os métodos pacíficos e constitucionais de agitação e o resultado é estarem eles a passar à actividade clandestina e às técnicas de revolução armada.

Estes movimentos naturalmente olham para a África independente como sua aliada na luta. No entanto, se alguma assistência for dada, atrairá represálias dos governos brancos. A Zâmbia, em especial, está criticamente situada, pois confina com Moçambique, Angola e Rodésia; já sofreu vários ataques aéreos de forças portuguesas a aldeias limítrofes, e foi abertamente ameaçada, por várias vezes, pelas autoridades rodesianas e sul-africanas.

Um estado de confrontação geral está a desenvolver-se, o qual já não pode ficar contido dentro dos limites da África. À medida que se dá a escalada das hostilidades, tornam-se possíveis súbitas e importantes transformações políticas; as grandes potências vêem-se envolvidas no conflito, que atinge um nível mundial.

Como tem sido apontado por muitos jornalistas e políticos, o regresso da rota do Cabo à frente da cena política, com o encerramento do canal de Suez, mostrou a importância internacional da África Austral, mas esta é apenas uma faceta da situação. A Europa tinha interesses económicos na África mesmo antes do tempo da expansão política, e durante o período colonial esses interesses cresceram de modo considerável. O movimento pela independência só marginalmente afectou essa relação. A França e a Grã-Bretanha ainda mantêm grandes investimentos nas suas antigas colónias e, nalguns casos, estão a desenvolvê-los activamente. Não poucas vezes, a independência foi facilitada a outros países para estabelecer contactos económicos, e, recentemente, tanto os Estados Unidos como o Japão tiraram amplo proveito deste facto, como o fizeram muitas potências ocidentais europeias. As companhias ocidentais investiram grandes verbas no Sul da África. Em 1965, o investimento externo, só na África do Sul, totalizou 4802 milhões de dólares, dos quais 61 % britânicos e, a seguir, 11 % americanos. Além destes interesses financeiros, há interesses políticos e estratégicos. Tal como o resto do Mundo em vias de desenvolvimento, os Estados africanos sofrem os efeitos dos conflitos das grandes potências que tendem a inter-

pretar os acontecimentos gerais dentro do contexto da guerra fria. Isto conduz a interpretações erradas e absurdas. Jornalistas e políticos descrevem os assuntos africanos simplesmente em termos duma viragem para um ou outro bloco mundial. O Ocidente olha com excessiva desconfiança qualquer desvio do capitalismo tradicional; por detrás de qualquer acto de nacionalização, ou de qualquer programa de justiça social, vêem uma conspiração comunista.

Nos territórios «portugueses», a situação é agravada pela própria posição de Portugal na Europa e nas alianças ocidentais. Porque Portugal é receptáculo de investimento estrangeiro maciço; porque Portugal é formalmente membro da EFTA e da NATO.

Toda esta complexa situação é explorada em grande pelo Governo Português. Numa conferência de imprensa em Março de 1968, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Alberto Franco Nogueira, fez uma extensa declaração contendo os principais pontos da propaganda portuguesa destinada ao Ocidente:

«A penetração naval russa no oceano Índico ocupará grande parte das zonas abandonadas pela Grã-Bretanha, e muitas bases e portos serão negados ao Ocidente.

Estamos em África porque é o nosso direito, o nosso dever e o nosso interesse. Mas estamos em África porque isso é também o interesse geral do mundo livre. Se as bases e ilhas e portos e aeroportos e as linhas costeiras não estivessem em mãos portuguesas firmes, pode-se perguntar: em que mãos estariam? Mas em qualquer caso, esses novos ocupantes não ofereceriam ao Ocidente o que nós, se quisermos, estaremos em condições de oferecer.»

Nogueira desenvolveu extensivamente este tema no seu livro *The Third World* (Johnson Publications, 1968). Resume-se no argumento de que a independência dos territórios coloniais é seguida de caos e ameaça de «tomada de poder» pelos comunistas; defende-se que as «províncias» portuguesas em

África constituem um dos últimos bastiões da «civilização ocidental» naquela parte do Mundo e que é pois no interesse de todo o Ocidente que se deve ajudar Portugal a ficar em África. Este é um apelo directo para mais apoio ocidental às guerras coloniais de Portugal. De facto, esta busca de apoio tem sido a maior força que influiu na política externa de Portugal desde o desencadear dos primeiros combates em Angola, em 1961. Desde então, o investimento estrangeiro foi deliberada e activamente estimulado; estreitaram-se os laços com os outros regimes brancos em África; e os aliados ocidentais foram incitados a reforçar as suas posições militares em Portugal metropolitano. À medida que piora a sua situação em África, as suas declarações e apelos tornam-se progressivamente mais abertos. Existe contudo certa dúvida sobre como atrair melhor o apoio estrangeiro: se deve inspirar confiança na capacidade de vencer ou se deve ameaçar com o perigo de um fracasso. Isto deve depender em grande parte do grau em que os seus vários aliados aceitam as suas predições do desastre que se seguirá à sua retirada, ou da convicção que eles tenham de que a presença portuguesa serve os seus interesses particulares.

Não admira que a política portuguesa tenha obtido bons resultados com os outros governos minoritários da África do Sul. Embora a teoria portuguesa da «assimilação» seja diferente da doutrina de «desenvolvimento separado», as práticas dos dois governos são muito semelhantes. O próprio Dr. Nogueira declarou, depois duma visita à África do Sul: «partilhamos e lutamos pelos mesmos princípios». As três principais «potências brancas» — África do Sul, Rodésia e Portugal — estão claramente ligadas numa aliança militar, política e económica, que pode ser informal, mas se está rapidamente tornando um dos elementos mais importantes na situação geral.

Destes três países, a África do Sul está na posição mais forte; é, de longe, o país mais rico, tem o exército e a polícia mais bem apetrechados, e está actualmente protegido pelos outros dois duma África independente que poderia dar assistência aos seus próprios movimentos de libertação. Portugal

e a Rodésia são claramente as «partes receptoras» potenciais desta aliança. Mas a África do Sul tem boas razões para dar. Sem a protecção destes Estados amortecedores brancos, a sua própria posição manter-se-ia com grande dificuldade. Os seus interesses económicos são também servidos pela manutenção de relações amigáveis com os governos destes países vizinhos.

Moçambique, embora não indispensável, é, assim, de grande importância para a África do Sul. Durante mais de cinquenta anos grande parte da mão-de-obra mineira nesse país foi tirada de Moçambique, e a sua rica indústria do ouro depende, para ser uma contínua fonte de lucros, dessa fonte de mão-de-obra facilmente controlada. Perry Anderson, em *Portugal et la Fin de l'Ultracolonialisme*, demonstra as razões deste facto:

«É a natureza irracional da indústria do ouro na África Austral que torna este processo (contratação de mão-de-obra imigrante) necessário. O minério, no Rand, tem uma percentagem tão baixa de ouro e só pode ser encontrado a tão grande profundidade que, em condições normais, a sua extracção seria uma proposta economicamente inviável: para obter uma tonelada de ouro é necessário trabalhar cerca de 160 000 toneladas de minério. Foram abandonadas, na Austrália e nos Estados Unidos; minas com minério mais rico e acessível.»

A África do Sul tira grande parte da sua força política do facto de ser o maior produtor mundial de ouro. Embora a sua economia não fosse muito atingida pela perda das suas exportações de ouro, qualquer ameaça à sua indústria do ouro deve ser olhada como ameaça séria à sua delicada posição política. Mesmo se pudesse substituir a mão-de-obra moçambicana no caso de esta lhe ser cortada, tornar-se-ia muito mais dependente das restantes fontes e mais vulnerável às transformações políticas nos países de origem.

Os interesses económicos que a África do Sul tem presentemente em Moçambique são também importantes. O maior é

certamente a barragem de Cabora Bassa, cujo grande investimento de capital renderá altos dividendos, se o projecto se chegar a concluir nos termos em que está elaborado.

Os seus interesses económicos em Angola são mais variados e antigos. Angola, pela sua situação geográfica, está em posição de afectar grandemente a questão do Sudoeste Africano, onde recursos extremamente importantes estão, de momento, já sob o controle sul-africano.

Não admira, pois, que, na situação actual, a África do Sul se veja cada vez mais envolvida nas lutas dos seus vizinhos.

As relações entre Moçambique e a Rodésia são muito mais de dependência mútua. Desde o UDI, a existência dum governo amigo em Moçambique tem sido um factor crucial para que o governo de Smith possa escapar às sanções. A rota natural para o comércio da Rodésia passa por Moçambique; a Beira é o porto mais próximo de Salisbury e Bulawayo; os principais rios, estradas e caminhos de ferro atingem a costa através de Moçambique. Moçambique, por seu lado, beneficia de tudo isto; 10 % do seu rendimento nacional bruto provêm de serviços de trânsito de e para a Rodésia.

A cooperação entre os governos da África Austral tem aumentado desde que o nacionalismo se tornou ameaça mais directa ao domínio das minorias brancas. Mesmo antes de 1964, os Portugueses mostraram tendência para prever que a África do Sul os auxiliaria caso a situação fosse de perigo real. Em 1964, Wilf Nussy, em entrevista ao jornal da Zâmbia *Northern News* (24 de Agosto de 1964) sobre uma visita feita a Angola, disse que muitas vezes tinha ouvido aos Portugueses o comentário: «Claro, se tivermos uma verdadeira guerra, os Sul-Africanos virão e combaterão por nós.» No mesmo ano, logo após o desencadear da guerra em Moçambique, Portugal estava a procurar obter um acordo diplomático que tornasse verdadeira esta previsão. O *Star*, de Johannesburg, relatou, em 6 de Outubro de 1964: «Portugal está pronto a assinar um acordo com a África do Sul abrangendo as relações entre

os dois países, segundo fontes autorizadas próximas do ministro dos Negócios Estrangeiros português, Dr. Franco Nogueira.»

Em 1965, foi anunciado um acordo comercial entre a Rodésia e Portugal, seguindo-se uma série de medidas destinadas a desenvolver as relações económicas entre os dois países. Em 1965, o comércio era relativamente fraco; a Rodésia apresentava apenas 1,9 % das importações de Moçambique e 3,1 % das suas exportações. Mas nos anos seguintes ambos os governos fizeram esforços conjuntos para o desenvolver. Em 1966, uma missão de banqueiros e industriais portugueses visitou a Rodésia e, no mesmo ano, B. H. Musette, ministro rodesiano do Comércio e Indústria, fez um discurso na feira comercial de Moçambique incitando a «um maior desenvolvimento nas relações económicas entre Moçambique e a Rodésia». Durante o mesmo período foi feito um esforço vigoroso para criar laços políticos mais fortes: em Junho de 1965, Clifford Dupont, então ministro rodesiano da Defesa, visitou o governador-geral de Moçambique, Costa Almeida. Dois meses mais tarde, Almeida retribuiu a visita e comentou: «Em todos os passos do programa oficial da visita houve uma clara intenção de sublinhar as boas relações que existem entre Moçambique, província de Portugal, e a Rodésia, e em todas as ocasiões recebi provas inequívocas de consideração e simpatia.» (*Diário de Moçambique*, 23 de Agosto de 1965.)

Em 1965, representantes dos três países reuniram-se para discussões políticas e *Le Monde* relatou, em 14 de Setembro: «Segundo informação proveniente de círculos diplomáticos de Lisboa, foi assinado um acordo secreto entre Portugal, a Rodésia do Sul e a África do Sul para defesa da África branca, isto é, a parte do sul do continente africano onde a dominação europeia sobreviveu...» Este acordo prevê a organização duma defesa comum da África Austral contra a «subversão nacionalista e comunista». Os laços têm-se estreitado desde então; em 1967, fez-se o acordo final entre a África do Sul e Moçambique sobre a barragem de Cabora Bassa; e na frente política,

o ministro sul-africano da Defesa, Sr. Piet Botha, visitou Portugal em Abril para conversações sobre a defesa.

Estes acordos já deram alguns frutos. A Rodésia está obtendo auxílio para evitar as sanções, por meio da sua aliança com Moçambique. Moçambique aceita moeda e passaportes rodesianos e, segundo notícia do semanário *Manchester Guardian*, de 12. de Dezembro de 1967, metade do petróleo necessário à Rodésia chega-lhe através de Lourenço Marques. Não é segredo para ninguém que há tropas e aviação sul-africanas na Rodésia e há provas bastantes de que, em menor escala, Moçambique recebe deste país assistência militar. Desde o início da guerra, soubemos que os Sul-Africanos combatem com os Portugueses e uma unidade de guerrilheiros encontrou, depois duma batalha, um soldado morto que trazia no pulso uma pulseira de identificação que mostrava a sua identidade sul-africana. O desertor português Afonso Henriques do Rio declarou ter visto um comandante da Rodésia do Sul que tinha vindo estudar métodos antiguerrilha no exército português.

Há grupos de pressão na África do Sul que pretendem ainda mais estreita participação na guerra de Moçambique. O *Sunday Tribune*, de Durban, por exemplo, publicou uma série de artigos sobre Moçambique, tentando solicitar a simpatia pela causa portuguesa e estabelecendo um fundo para fornecer «lembranças» para os soldados portugueses, de modo a tornar evidentes «os nossos fins comuns em manter a civilização na África Austral» (Aida Parker, 31 de Dezembro de 1967).

O Primeiro-Ministro sul-africano, Sr. Vorster, fez uma importante observação no decurso de 1967, em resposta a perguntas sobre a sua política em relação aos seus vizinhos do norte:

«Somos bons amigos de Portugal e da Rodésia. Bons amigos não necessitam de pactos. Bons amigos sabem qual é o seu dever quando a casa do vizinho está a arder.»

Estas palavras foram largamente comentadas no mesmo artigo do *Tribune*:

«Boas palavras, bem ditas.

Olhemos agora para o nosso vizinho Moçambique, vizinho cuja casa está mesmo em chamas no extremo norte.

Lá, no Norte, 45 000 soldados portugueses estão a combater, alguns a morrer, para conter os terroristas equipados de vermelho, que vêm da Tanzânia.»

Os países da África Austral são claramente os mais directamente interessados no resultado da luta nos territórios portugueses. Entre Portugal e estes países, contudo, não há, por enquanto, qualquer aliança oficial ou formal. Por outro lado, como potência europeia, Portugal tem outros vizinhos, e com estes tem aliança oficial política e militar: a NATO. É à área da NATO que é dedicada muita da diplomacia e propaganda de Portugal.

Teoricamente, a qualidade de Portugal como membro da NATO não deveria afectar as guerras de África, visto que, segundo os termos actuais do tratado, o equipamento e financiamento da NATO são exclusivamente para utilização dentro da área da NATO, da qual as colónias não fazem parte. Na realidade, porém, Portugal ganha directa e indirectamente com a aliança. Primeiro, as despesas do exército português em Portugal são cobertas pela NATO; libertando assim este país para dirigir os seus recursos militares para África; segundo, os seus oficiais são treinados pela NATO e não há qualquer limitação nas forças que se destinam a combater em África. Além disto, na falta de qualquer controle eficaz, é-lhe possível, embora ilegalmente, enviar apreciáveis quantidades de armas da NATO, em particular pequenas armas, para África; e há boas provas, fornecidas pelo exame de armas capturadas, deste facto.

Indirectamente, a qualidade de membro da NATO ajuda Portugal a estabelecer laços unilaterais com outros países membros, que lhe vendem armas ou o autorizam a fabricá-las

em Portugal. Considerando as muito difundidas atrocidades portuguesas em Angola em 1961, estes acordos sobre armas foram criticados pela opinião liberal dos países membros e nalguns destes os governos proibiram expressamente a exportação de armas para uso em África. Em 1961, o Primeiro-Ministro britânico, respondendo a uma pergunta no Parlamento, declarou:

«Para decidir a negociação duma venda ou a concessão de licença para exportação de equipamento militar para Portugal, temos que considerar as necessidades militares deste país como aliado da NATO. Mas quanto a equipamento para os territórios portugueses ultramarinos, o caso é diferente e os pedidos nestes casos estão por agora suspensos.»

Todavia, o ministro não se alargou sobre a maneira pela qual o Governo Britânico asseguraria a não utilização em África do equipamento fornecido a Portugal.

Do mesmo modo, em 1966, o ministro da Defesa da Alemanha Federal declarou:

«A República Federal da Alemanha vendeu a Portugal 40 aviões do tipo *Fiat G 91* a mais. A venda realizou-se na base do princípio de auxílio entre os membros da NATO. A entrega está sujeita à cláusula que [...] os aviões são para uso exclusivo em Portugal, para fins de defesa dentro do quadro do pacto da NATO.»

O que os Governos Inglês ou Alemão querem realmente dizer com tais declarações não é certamente compreendido pelas autoridades portuguesas no mesmo espírito que se espera do público britânico ou alemão. Na venda de *Fiats*, em 1966, um porta-voz do ministro português da Defesa comentou:

«A transacção foi concluída dentro do espírito da NATO. Concordou-se que os aviões seriam utilizados somente para fins de defesa dentro dos limites do território português. O território português estende-se a África, Angola, Moçam-

bique e Guiné Portuguesa.» (*Flying Review International*, Abril de 1966.)

A própria NATO é dalgum modo ambivalente sobre o que constitui precisamente a área da NATO. Um comunicado da reunião ministerial do Conselho da NATO, em Dezembro de 1957, dizia:

«Expressamos o nosso interesse pela manutenção da paz e das condições de estabilidade e bem-estar político e económico no vitalmente importante continente africano. Esperamos que os países e povos desse continente, que estejam dispostos a fazê-lo, cooperarão com o mundo livre em esforços para promover a realização destes fins. [...] Os laços históricos, económicos e de amizade entre certos países europeus e a África tornariam esta cooperação particularmente desejável e efectiva.»

Lendo nas entrelinhas desta declaração, pode-se, sem muito perigo de errar, deduzir que alguns elementos da administração da NATO fecham os olhos ao uso que Portugal faz das armas que recebe.

Mesmo se as potências da NATO não partilham inteiramente a opinião do Dr. Nogueira sobre o valor estratégico do trabalho português em África, parecem certamente inclinar-se para o valor estratégico do próprio Portugal.

A França, a Alemanha Ocidental e os Estados Unidos, todos têm bases em território português e estão a desenvolver empreendimentos militares nessas zonas. Dois artigos de jornais apontam uma ligação entre este facto e o auxílio militar:

«À França, que vende a Portugal helicópteros *Alouette* utilizados em África, e que está construindo fragatas para o mesmo país, foi feita a concessão duma estação de rastreio de mísseis nos Açores.» (*The Times*, 24 de Março de 1966.)

«A desistência das polémicas entre os Americanos e Portugal sobre a África contribuiu para uma tácita compreensão sobre assunto bem diferente — manutenção das bases aéreas americanas nos Açores. [...] As instalações e pessoal deixam

cerca de 5000 milhões de dólares por ano na economia local e desde 1957 Portugal recebeu 300 milhões de dólares em auxílio militar americano. [...] O governo de Salazar não hesitará em sair da NATO e romper a ligação com os Estados Unidos se os interesses portugueses em África não forem considerados.» (George Sherman, no *Washington Evening Star*, de 20 de Agosto de 1965.)

Além das suas ligações através da NATO, Portugal tem outros laços estreitos com a Europa Ocidental. A sua «aliança especial» com a Inglaterra vem do Tratado de Windsor em 1386. Ainda é considerado o mais velho aliado da Grã-Bretanha e grande parte do seu comércio tem sido tradicionalmente feita com esse país. Muitas das linhas de comunicação existentes foram financiadas por capital britânico — a Companhia Carris, de Lisboa, com uma reserva de 7 900 000 libras, é apenas um exemplo — e grande parte da sua indústria é parcial ou totalmente propriedade britânica. A criação da EFTA e a admissão de Portugal como membro fortaleceram os laços económicos com a Grã-Bretanha e aumentaram as exportações de Portugal para esse país; enquanto em 1960 a Grã-Bretanha absorvia 13,6% das exportações portuguesas, em 1964 recebia 15,8%.

Para Portugal a maior vantagem da EFTA pode ter sido o reforço destes laços já existentes; mas também serviu para pôr Portugal em contacto mais próximo com os outros Estados membros. O comércio com a Suécia aumentou de modo apreciável, e, o que ainda é mais importante, um fluxo de investimentos suecos e assistência técnica foi facilitado pela mecânica da EFTA.

Os países da EFTA não são, contudo, as únicas potências europeias que têm interesses económicos importantes em Portugal. Nos últimos anos a Alemanha Federal tem desenvolvido os seus investimentos em grande escala. Antes da criação da EFTA, a Alemanha Federal tinha quase ultrapassado a Grã-Bretanha na proporção das compras que fazia a Portugal.

Nas indústrias mais modernas, o capital alemão é pelo menos tão importante como o inglês; a fábrica Grundig, em Braga, e a fábrica de fibras, no Porto, indicam a que espécie de indústria os investidores alemães estão a dar apoio. Paralelamente a esta recente e rápida expansão do investimento, houve um nítido acréscimo do envolvimento militar alemão em Portugal, exemplificado pela base aérea de Beja, no valor de 25 milhões de libras, que é 75% financiada pela Alemanha e se destina a alojar soldados e aviões alemães. A própria assistência económica está nalguns casos directamente relacionada com o auxílio militar; uma das mais importantes empresas alemãs é a fábrica de armamento de Braço de Prata.

Mesmo quando não há ligação directa com necessidades militares, é considerável o efeito de todo o auxílio económico sobre a guerra. Portugal, com uma das mais baixas taxas económicas da Europa, baixo rendimento *per capita* e escassez constante de capital doméstico, não conseguiria aguentar o esforço económico da guerra sem as constantes injeções de capital estrangeiro.

Estado abertamente fascista, com uma administração antiquada e uma política colonial visivelmente repressiva, Portugal pode ser por vezes um aliado incómodo para o Ocidente; mas em reuniões internacionais ainda é tratado como aliado. Nessa qualidade ganha não só assistência material, mas também apoio diplomático. Quando, nas Nações Unidas, a questão das colónias portuguesas foi levantada, todas as potências ocidentais, desde 1961, votaram unanimemente com ele, contra a grande maioria dos Estados membros. Algumas das declarações feitas pela diplomacia ocidental apontam uma ligação entre este apoio político e os empreendimentos económicos já apontados. Em 1967 o Sr. Garcia, dos Estados Unidos, disse, sobre a proposta apresentada à Assembleia Geral das Nações Unidas:

«A minha delegação [...] tem fortes reservas em relação à ênfase da proposta sobre factores que não sejam a política portuguesa antiquada. Em especial, os Estados Unidos preo-

cupam-se com as tensões provocadas pelos interesses económicos e financeiros estrangeiros.»

Vale a pena notar que, antes de 1961, os Estados Unidos não tinham votado contra os outros aliados ocidentais, mas tinham apoiado moções condenatórias da política colonial portuguesa. 1961 foi o ano em que a nova política de «porta aberta» aos investimentos nas colónias começava a mostrar os seus resultados.

Se a relativamente modesta escala de investimento nas colónias portuguesas pode afectar a política a este ponto, não admira que as somas muito mais importantes investidas na África do Sul inclinem o Ocidente ainda mais contra os movimentos que procuram mudanças políticas radicais nessa região da África. Visto que o futuro da África do Sul podia ser afectado por transformações nas colónias portuguesas, estes importantes investimentos na África do Sul apoiam-se sobre a política ocidental para com o próprio Portugal.

A política ocidental sobre a África Austral está ainda marcada por ambiguidades e divisões. Certos políticos argumentaram que, a longo prazo, a tentativa de preservar o *status quo* em zonas de tão grande desigualdade racial e social conduziria à violência e à destruição em tal escala que pouco restaria para distribuir por outro lado; o fracasso final do *apartheid* e do fascismo apoiado pelo «democrático» Ocidente significaria uma grande baixa da influência ocidental em todo o Mundo. Há também indivíduos e grupos que aconselham atenção às considerações morais, e salientam que, apoiando Portugal e a África do Sul, o Ocidente deve perder todo o direito a intitular-se campeão da «liberdade» e da «democracia». Entre estes há organizações religiosas, entidades como o Comité Americano para a África, movimentos *anti-apartheid* ingleses e escandinavos e vários grupos de pressão liberais e socialistas. Por outro lado, muitos chefes políticos declararam-se abertamente a favor do regime existente. Sir Alec Douglas-Home, antigo primeiro-ministro britânico, visitou a África do Sul nos princípios de

1968; pouco depois do seu regresso fez um discurso no qual afirmou:

«Fiz saber sem rodeios que o principal objectivo da minha visita à África do Sul era avançar a tese seguinte e realizá-la em devido tempo.

Primeiro, que o equilíbrio da influência e do poder no Médio Oriente, porta para a África, estava em vias de transformação.

Segundo, que a União Soviética estava adoptando uma nova estratégia naval oceânica, que a levaria ao Índico ocidental; e terceiro, que, nessas circunstâncias, a Grã-Bretanha e a África do Sul tinham interesse comum em assegurar a manutenção das rotas comerciais do Cabo abertas e livres. Que o acordo de Simonstown era o instrumento imediato para garantir essa segurança.» (Discurso no jantar do South Africa Club, 21 de Maio de 1968.)

As declarações oficiais dos governos são, todavia, mais cautelosas. A diplomacia ocidental paga tributo de palavras ao multirracismo e à democracia, enquanto os governos continuam calmamente a agir contra ambos. A Grã-Bretanha reafirma a sua aliança com Portugal; deixa de vender armas à África do Sul, mas não faz qualquer tentativa para reduzir outros tipos de comércio; proclama sanções contra a Rodésia, mas recusa qualquer ameaça de acção militar e invoca como desculpa interesses britânicos em jogo na África do Sul; afirma o desejo de ver o domínio da maioria na Rodésia, mas nem sequer entrará em diálogo quanto a dar assistência às organizações africanas que combatem por esse mesmo objectivo. A França entra a substituir a Grã-Bretanha como fornecedora de armas à África do Sul e manda petróleo para a Rodésia, enquanto o próprio De Gaulle se proclama paladino do Terceiro Mundo. Os Estados Unidos mandam armas para Portugal (em 1966 a CIA forneceu-lhe sete bombardeiros B26); a Alemanha Ocidental ajuda Portugal a fabricar as suas próprias armas; os Estados Unidos, a França e a Alemanha Ocidental,

todos têm bases em território português; todos estes países têm grandes empresas que investem intensivamente na África do Sul, em Portugal, em Moçambique e em Angola. É evidente que, quaisquer que sejam as afirmações dos diplomatas, o peso da aliança ocidental é lançado, por detrás da ditadura branca, contra os movimentos de libertação.

Perante a aliança dos governos sul-africanos apoiados pelas potências ocidentais, os movimentos de libertação têm que consolidar todas as forças que operam a seu favor.

O primeiro e mais duradouro trunfo dum movimento de libertação é a população do país onde ele trabalha. A primeira tarefa é assegurar a unidade dentro do movimento e entre a população. Os êxitos da FRELIMO devem-se em grande parte ao facto de haver um só movimento em Moçambique e de o povo, dentro dele, ter conseguido unir-se apesar das diferenças tribais, religiosas e outras. Além disto, porém, é preciso que haja unidade de acção entre todas as forças que combatem o mesmo inimigo. No caso da FRELIMO, isto significa, acima de tudo, a aliança com os movimentos de libertação das outras colónias portuguesas: o MPLA em Angola e o PAIGC na Guiné-Bissau. O conceito de tal cooperação vem de 1920, quando se criou em Lisboa a Liga Africana, que integrava intelectuais radicais africanos de todos os territórios. Pelos fins dos anos cinquenta, quando já se compreendia que só pela acção armada se chegaria à libertação, formou-se um tipo diferente de movimento, e em 1961 foi criada a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP); a FRELIMO entrou nesta organização logo após a sua formação, em 1962.

O Comité Directivo da CONCP é composto pelos chefes supremos de cada partido e reúne-se de seis em seis meses para organizar o trabalho dos outros corpos dirigentes da CONCP, Secretariado Executivo e muitas comissões permanentes especiais. Ao mesmo tempo que proporciona meios de discussão e cooperação, a CONCP leva a cabo tarefas no interesse dos partidos membros nos campos da pesquisa, diplo-

macia e informação. Publica relatórios periódicos sobre as colónias portuguesas e sobre os progressos da luta em cada uma. Coordena os esforços diplomáticos dos partidos, facultando aos representantes de cada um a possibilidade de falar em nome de todo o movimento em conferências e organizações internacionais.

A guerra é feita contra o regime existente em Portugal, e este regime não é de nenhum modo democrático ou representativo do povo português. Dentro de Portugal há forte oposição clandestina ao Governo, o que oferece mais um campo de cooperação; as forças que se opõem à ditadura nas colónias e as forças que combatem a ditadura em Portugal lutam contra um inimigo comum. A Frente de Libertação Portuguesa tem sede em Argel, assim como a CONCP, e ambas mantêm contacto. Se um governo de natureza radicalmente diferente pudesse substituir a ditadura, seria possível alcançar a independência por negociações pacíficas.

Os aliados mais próximos de Portugal são a África do Sul e a Rodésia, e, assim, a fase seguinte deve ser a unidade entre os membros da CONCP e as forças que combatem estes países.

O Comité de Libertação da OUA estabelece um ponto de contacto para todos os movimentos de libertação; mas, até agora, não há ainda ligações gerais, mais estreitas, a nível de organização, embora a relação entre as lutas nacionalistas da África Austral seja cada vez mais largamente reconhecida e se verifique mais estreita cooperação entre os movimentos interessados. O melhor exemplo deste facto é a campanha militar conjunta realizada na Rodésia pela ZAPU (União dos Povos Africanos do Zimbabwe) e pelo Congresso Nacional Africano da África do Sul (ANC).

Em virtude do importante papel desempenhado pela OUA e pelos Estados independentes que têm fronteiras com as zonas de combate, esta questão suscita a da unidade africana geral. A necessidade desta unidade e os factores que se lhe opõem levantam questões demasiado complexas para o âmbito deste livro; mas, em termos de libertação, houve alguns progressos que merecem comentário. Nos últimos anos mudou a concepção

do papel a desempenhar na luta pela África independente. Durante os primeiros anos da independência, alguns dos novos dirigentes africanos, em especial Kwame Nkrumah, fizeram um trabalho de incalculável valor na propagação do ideal duma África independente, forte e unida, que se tornaria uma formidável ameaça aos restantes governos minoritários. Nesse tempo, porém, os problemas internos e a extensão da oposição externa ainda não eram plenamente compreendidos. À medida que os estados independentes se viam a braços com dificuldades imensas, desenvolveu-se uma abordagem mais realista, embora aparentemente menos ambiciosa. Reconheceu-se que uma ofensiva aberta contra a África Austral não era o caminho. A luta é daquelas que se fazem por dentro, utilizando tácticas de guerrilha e baseando-se num movimento subterrâneo popular crescente. Os Estados independentes não podem dar auxílio por meio de intervenção militar directa, mas podem dar assistência muito mais eficaz sob forma de apoio material e diplomático. O crescimento do pensamento político em países como a Tanzânia, a República da Guiné, a RAU e a Argélia estimulou-nos a dar passos decisivos neste sentido. Tanto a OUA como os Estados independentes realizaram obra importante, auxiliando o fortalecimento da unidade dentro dos próprios movimentos de libertação: a recusa de reconhecer grupos fantoches e os esforços realizados no sentido da cooperação de diversos movimentos que já existissem contribuíram consideravelmente para o avanço da luta. Há ainda muito a fazer nesta via, mas já existem casos em que essa acção evitou a fragmentação. A OUA também ajuda os movimentos de libertação a obter reconhecimento e contactos noutras regiões da África. Sendo uma organização de governos, a OUA exclui a participação dos movimentos de libertação nos seus trabalhos, mas admite-os como observadores, o que vence parcialmente esta dificuldade.

As grandes potências que se associaram a Portugal e à África do Sul têm também interesses no Mundo inteiro, e, portanto, todos os países que se sentem ameaçados por esses interesses são aliados naturais dos movimentos de libertação

da África. Neste número se conta em primeiro lugar o resto do Mundo em vias de desenvolvimento. A FRELIMO e os outros membros da CONCP estabeleceram portanto ligações com as organizações do Terceiro Mundo. Todos eles pertencem ao Comité Executivo da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, e o MPLA é também membro do Secretariado. A FRELIMO e outros membros da CONCP estão no Secretariado do Congresso Tricontinental e no Comité Executivo do Conselho Mundial da Paz. Estabelecemos também relações com muitos dos países individualmente. Uma fecunda troca de ideias tornou-se possível com aqueles países que, como a Coreia do Norte, o Vietname do Norte e Cuba, partilham os problemas do Terceiro Mundo e também tiveram que lutar, ou ainda lutam, pela sua identidade nacional, como nós.

Os países socialistas são aliados firmes dos movimentos de libertação. A FRELIMO mantém relações cordiais com a maioria deles, individualmente, e tem recebido considerável auxílio material.

Embora a maior parte dos governos ocidentais não estejam receptivos para com a nossa luta, muitos povos no Ocidente simpatizam com os nossos fins, e fazemos todos os esforços possíveis para estabelecer contacto e cooperação com eles. Na América e na Europa Ocidental, organizações interessadas no Terceiro Mundo e organizações religiosas também nos têm auxiliado nos nossos programas de educação e saúde. Mesmo entre os governos ocidentais há excepções: em especial, os países escandinavos deram grande contributo no campo da educação.

Além da ajuda material, as vitórias diplomáticas são as vantagens mais imediatas da cooperação a nível mundial. Neste campo a FRELIMO procura isolar Portugal e obter reconhecimento como movimento de libertação. Algum êxito pode já ser anunciado, particularmente dentro da própria África: a Organização Africana de Telecomunicações e a Comissão Económica Africana decidiram excluir Portugal, admitindo em seu lugar Moçambique, Guiné-Bissau e Angola.

A OUA decidiu que estes países deviam ser representados pelos seus movimentos de libertação, dando-lhes assim oportunidades de trabalhar com outros países africanos em problemas comuns.

As Nações Unidas constituem um importante campo de pressão diplomática, e 1960 foi ponto de viragem extremamente importante nas nossas relações com a Organização. Foi nesse ano que a Assembleia Geral decidiu que as «províncias ultramarinas» portuguesas deviam ser classificadas como territórios sem governo próprio.

Portugal tinha sido admitido na ONU em 1955, quando a Assembleia Geral aceitou a sua asserção, baseada na conversão das suas colónias em províncias, de que não tinha quaisquer territórios sem governo próprio. Desde a sua formação, a FRELIMO enviou regularmente petições ao Comité dos Vinte e Quatro sobre Territórios sem Governo Próprio, e o Comité executou moções de condenação a Portugal, pedindo sanções contra o país e apoio ao trabalho de libertação. Estas moções foram aprovadas por maioria esmagadora, mas a oposição do Ocidente tornou impossível pô-las em prática. Apesar disto, os debates permitiram difundir informações sobre a situação e fornecer-nos auxílio unilateral de vários países. A ONU é também outro campo onde se trava a batalha pelo reconhecimento. Em 1966, Mário de Andrade, no seu cargo de secretário executivo da CONCP, põe ao Comité dos Vinte e Quatro a proposta de que Portugal fosse considerado, não como uma nação que se recusava a executar a resolução n.º 1514, sobre territórios sem governo próprio, mas como uma potência estrangeira que tentava impedir pela força militar que um povo exercesse o seu direito à independência. A aceitação desta proposta significaria que as sanções da ONU podiam ser infligidas a Portugal como agressor. Em 1967, o Comité Especial fez muitas recomendações destinadas a facultar aos organismos das Nações Unidas a assistência aos movimentos de libertação onde estes estivessem empenhados em governar e desenvolver uma parte do seu território nacional. A par deste, está o esforço para

impedir que Portugal receba assistência de organizações internacionais. Em particular, o Banco Mundial foi insistentemente convidado a não cooperar com Portugal.

Em relação com tudo isto, levanta-se periodicamente a questão de os movimentos de libertação se poderem constituir como governos no exílio, o que poderia remover algumas das barreiras materiais ao reconhecimento e à qualidade de membros de organizações internacionais. Contudo, a FRELIMO tem-se oposto a esta solução, com o fundamento de que, assim, ficaria menos claro o lugar essencial dos movimentos de libertação nos assuntos mundiais. «Governo no exílio» é também um título contraditório e sujeito a más interpretações. Nas zonas libertadas de Moçambique, a FRELIMO é de facto o governo, um governo em exercício dentro do seu território nacional, e não um governo no exílio. E a FRELIMO não reivindicará ser o governo de todo o Moçambique até que todos os moçambicanos possam participar no processo de eleição desse governo. O Segundo Congresso mostrou que avançámos bastante no caminho da realização desta condição; mas este facto, por si mesmo, deveria dar-nos maior autoridade nos círculos internacionais, sem termos que reivindicar um título legalmente confuso.

O futuro

*Quando o milho desponta nos nossos campos,
é porque previamente preparámos o chão e regámos a semente com
o suor do nosso próprio trabalho. O futuro é sempre
construído sobre o trabalho diário das
nossas mãos e do nosso espírito.*

Mensagem de Ano Novo do Comité Central
aos militantes da FRELIMO, 1968.

O desaparecimento de Salazar como primeiro-ministro de Portugal provocou no Ocidente bastante especulação acerca do futuro da política de Portugal em África. Muitos correspondentes admitiram que a mudança poderia abrir caminho a alguma espécie de solução pacífica. Nós nunca partilhámos este optimismo. Porque, embora tivesse todos os aspectos duma ditadura pessoal, o regime de Salazar era, de facto, uma oligarquia. A personalidade do ditador moldava o aspecto exterior do Governo; mas o Poder residia num pequeno grupo de proprietários, industriais e chefes militares. Nesta base assenta a autoridade de Caetano como sucessor de Salazar, e por conseguinte, mesmo que ele o quisesse, verificaria ser virtualmente impossível fazer grandes mudanças numa direcção que prejudicasse os interesses desta poderosa minoria. É certo que na carreira política de Caetano poucos sinais havia que fizessem prever o seu desejo de mudar a estrutura existente em qualquer dos seus pontos essenciais. Ele próprio tinha tido parte importante na construção do Estado de Salazar; tinha sido o teórico, a cabeça jurídica, por detrás daquele, e um dos mais inventivos apologistas da política colonial portuguesa. A nossa previsão

foi confirmada dentro dos meses seguintes pelo anúncio de que ainda mais tropas seriam mandadas para a Guiné, a curto prazo, seguido por uma declaração de Caetano de que não haveria alteração na política em África.

Alguns jornalistas admitiram também que, mesmo que a sucessão de Caetano não traga mudanças de política dentro do governo existente, pode, contudo, precipitar perturbações violentas na metrópole, que afectariam a situação em África. Mesmo no tempo de Salazar o Estado Português não era tão monolítico como parecia. Havia facções dentro do governo; a tendência Adriano Moreira, no princípio dos anos sessenta, foi apenas um caso, que não foi totalmente oculto à opinião pública. Sempre houve também uma oposição mais radical dos partidos antifascistas, operando no exílio e, no interior de Portugal, na clandestinidade. Se a actual máquina de opressão fosse seriamente afectada, estes tentariam certamente tirar partido da situação e, se conseguissem tomar o Poder, estamos convencidos de que discutiriam a questão da independência conosco. Infelizmente, tal solução parece-nos, de momento, pouco provável, devido à imensa força do exército e da polícia: se aparecessem divisões de maior vulto dentro do grupo dominante, resultariam mais provavelmente num novo golpe militar e no estabelecimento duma ditadura militar.

Não podemos portanto prever, no futuro próximo, qualquer alternativa referente à continuação da guerra. A questão é: por quanto tempo? Portugal é um dos países mais pobres da Europa e tem apenas 9 milhões de habitantes. Já tem 150 000 soldados no ultramar e gasta na guerra cerca de metade do seu rendimento. Aumentaram rapidamente nos últimos anos tanto o numero de soldados enviados para fora como o orçamento de defesa. Os efeitos da guerra fazem-se sentir cada vez mais em Portugal metropolitano. Além da prorrogação do tempo de serviço militar e dos aumentos dos impostos, que atingem especialmente os sectores mais pobres e fracos da população, tem havido uma baixa económica geral que causa preocupações nos meios industriais e financeiros. Até cerca de

1966, a guerra tinha parecido estimular a economia, mas no decorrer de 1967 começou a aparecer a situação real. O aumento do rendimento nacional, sensível no princípio da década de sessenta, era em parte devido à intensa campanha de investimento estrangeiro lançada pelo Governo e, em parte também, pelo natural impacte duma guerra, criando subitamente um aumento de procura. Num país subdesenvolvido como Portugal, porém, muita desta procura tem que ser satisfeita com mercadoria estrangeira, e a crescente pressão sobre a produção interna, exercida pelas necessidades improdutivas da guerra, começa a tornar-se perceptível.

E, para além do desgaste económico da guerra, o facto é que, apesar do seu enorme esforço, Portugal vai lentamente perdendo. A maior parte da Guiné já está controlada pelo PAIGC e a luta alarga lentamente em Angola e Moçambique.

Estes factores criaram dúvidas ao mais alto nível. O próprio Salazar admitiu, cerca de seis meses antes do seu acidente (11 de Janeiro de 1968): «Se as perturbações lá [nas províncias africanas] continuarem por muito tempo, diminuirão a nossa capacidade de continuar.» Todavia, a determinação de continuar não muda. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Nogueira, afirmou inequivocamente em *The Third World*: «No mundo inteiro, mesmo entre os nossos adversários e delatores, ninguém prevê alteração da nossa política, ninguém acredita que a alteraremos, e a nossa posição é considerada firme e definitiva.» As divergências dentro do Governo não se baseiam em continuar ou não a guerra, mas em como continuá-la, o que se reduz ao problema do auxílio externo. Sem o apoio económico e financeiro que Portugal recebe do Ocidente, e em especial da África do Sul, o esforço de guerra português teria já provavelmente entrado em colapso. Dos seus vários aliados, a África do Sul é o mais prometededor, visto que o futuro de Moçambique bem podia afectar a própria política do *apartheid* da África do Sul. Porém, quanto mais Portugal confia na África do Sul, mais influência ganha a África do Sul sobre Portugal e os seus terri-

tórios africanos. Embora ambos sejam Estados polícias, os dois países pouco têm de comum entre eles para além disso e do seu desejo comum de continuar a dominar o africano negro. Nem em Portugal nem na África do Sul há qualquer consenso de opinião sobre a extensão e natureza da associação entre os dois países.

Lisboa sofre também certa pressão dos brancos nas colónias, pressão que agora está relacionada com a possibilidade de intervenção da África do Sul.

Porque há facções mesmo entre os brancos das colónias. Durante muito tempo uma boa parte da opinião pública desaprovava o estreito controle exercido pela Metrópole sobre os seus «cidadãos ultramarinos» e ainda mais os grandes impostos a pagar ao Governo Central. Agora que precisam do exército português para assegurar a defesa dos seus privilégios, esses dissidentes passaram a estar mais sossegados neste últimos tempos; mas se o exército português se mostrasse inapto para a tarefa, poderiam exercer pressões a favor de qualquer solução alternativa, como talvez uma associação mais próxima com a África do Sul. Depois, há os que advogam a solução neocolonial, independência dada a um chefe africano fantoche que asseguraria a intocabilidade dos seus privilégios e interesses económicos. O político Cunha Leal, membro da «oposição legal» em Lisboa, tem insistido neste ponto de vista. Mas não se vislumbra que qualquer destes grupos, por si só, possa vir a encontrar uma solução.

Havia certamente uma lógica na posição de Salazar contra a «oposição legal». Porque, com a sua frágil economia, Portugal seria incapaz de manter os seus interesses numa situação neocolonial; os métodos seguidos pelo governo colonial não criaram qualquer classe média africana, forte e privilegiada, que pudesse tomar as rédeas da situação; a perda dos territórios africanos minaria as bases político-económicas do actual Estado. Chefes africanos fantoches já foram utilizados para tentar minar a autoridade da FRELIMO nalguns distritos, e podemos contar com a aplicação desta técnica em mais larga escala ainda; mas é

muito pouco provável que Lisboa chegasse a conceder independência nominal ao país inteiro.

Por outro lado, os laços com a África do Sul tornar-se-ão certamente mais fortes e dependerão mais do ponto de vista da África do Sul sobre a situação do que do de Portugal. O aumento do auxílio militar da África do Sul não pode deixar de afectar o progresso da guerra, mas não acreditamos que altere o resultado final. O exército da África do Sul é bem treinado e equipado; mas é consideravelmente mais pequeno do que o exército de Portugal em África e grande parte dele está em serviço permanente na África do Sul e do Sudoeste, enquanto outra parte está ocupada no auxílio ao exército da Rodésia. Os nossos guerrilheiros estão agora suficientemente bem organizados para fazer face à ameaça da participação limitada da África do Sul na guerra e esta, mesmo que o quisesse, não está em condições de concentrar a sua força armada em Moçambique.

Embora estejamos a ganhar lentamente a guerra, e temos razões para acreditar que continuaremos a ganhar, estamos conscientes de que a vitória final ainda está muito longe. Porque Portugal tem muitas vantagens. Tem um grande exército equipado com armas modernas; em Moçambique há pelo menos 60 000 soldados portugueses bem armados, contra o nosso actual exército de cerca de 8000 guerrilheiros, muitos dos quais têm o equipamento mínimo indispensável e armas impróprias. Portugal goza de pleno apoio da África do Sul, o país mais rico do continente, e obtém útil auxílio e apoio de todos os países ricos do Ocidente.

Certos factores geográficos e sociais contam também a seu favor. Moçambique é um país imenso, e à medida que libertamos mais zonas e alargamos as áreas de combate, as comunicações tornam-se cada vez mais difíceis. Esta é uma das razões pelas quais temos de ir empurrando lentamente. Porque, à medida que avança a fronteira de acção, as linhas de abastecimento têm que ser devidamente organizadas à retaguarda. Neste e noutros aspectos somos muito prejudicados por falta de pessoal instruído. A falta de eficiência é um dos nossos maiores problemas e surge

porque o povo não teve treino de organização, nem educação política para compreender a razão por que certas coisas têm que ser feitas. Assim, antes de podermos operar com um mínimo de eficiência numa nova região tem que se realizar uma grande campanha educacional.

Paradoxalmente, o facto de a guerra ser conduzida deste modo pode, a longo prazo, ser uma vantagem para o nosso desenvolvimento final. Porque a guerra é uma medida extrema de acção política, que tende a produzir transformações sociais mais rápidas do que qualquer outro factor; e num país tão atrasado como Moçambique a rápida transformação social será muito importante depois da independência.

Todavia, actualmente a guerra é uma agonia; famílias sem lar, fome, desvio de energias e talentos necessários aos projectos de desenvolvimento; por causa da guerra, há mortos e feridos. Não escolhemos a guerra como o nosso caminho para a independência nacional. Forçaram-nos à guerra. Mas, visto que neste momento não temos outra opção, vale a pena reconhecer e tentar tirar partido dos aspectos construtivos da luta armada.

A libertação não significa para nós simplesmente a expulsão dos Portugueses; significa reorganizar a vida do país e lançá-la na via do sólido desenvolvimento nacional. Para isto é necessário tirar o poder político das mãos dos Portugueses, visto que estes se opuseram sempre ao progresso social e estimularam somente aquele desenvolvimento económico que podia beneficiar uma elite pequena e quase exclusivamente estrangeira. Mas o movimento de libertação não poderá reivindicar o êxito até que, através dele, o povo consiga o que os Portugueses lhe recusaram: nível de vida tolerável; instrução; condições de desenvolvimento económico e cultural; oportunidade de participar no seu próprio governo. Assim, a pergunta «quanto tempo durará a guerra?» não é tão importante como parece. Aconteça o que acontecer, quer tenhamos que continuar por dez ou vinte anos a combater palmo a palmo no nosso caminho até Lourenço Marques, quer os Portugueses desistam e se retirem nos próximos anos, os nossos problemas não termi-

nação com a independência. Contudo, se a guerra for longa, estes poderão ser menos agudos. A independência, por si só, não muda as atitudes do povo dum dia para o outro, e o colonialismo desencoraja todas aquelas qualidades necessárias à boa construção da democracia. Entre os ignorantes, a regra autoritária reprime a iniciativa, o sentido da responsabilidade pessoal, e cria, em lugar deles, uma atitude de não cooperação com o governo; entre os poucos instruídos, estimula um elitismo imitado da complicada hierarquia do governo colonial. Nas zonas libertadas, são estas as tendências que tivemos de combater, ao mesmo tempo que fazíamos campanha contra problemas tradicionais como o tribalismo, a superstição e o baixo nível geral de compreensão política e económica. A urgência proveniente das condições da guerra forçou-nos a reconhecer logo estes problemas e mostrou-nos a importância da educação política. Como resultado, já começam a mudar as atitudes nas zonas libertadas. Ainda existem divisões locais, faltas de compreensão, alguma corrupção e muita ineficiência; mas tudo isto tende a diminuir. O povo começa a compreender que o seu futuro está nas suas próprias mãos. É por isso que podemos encarar com certa calma o longo caminho que ainda temos à nossa frente. Se amanhã o Governo Português resolvesse entregar Moçambique, este trabalho teria ainda que ser iniciado em todo o resto do país; se os Portugueses forem ficando outros cinco anos ou dez, ou mais, esse trabalho terá avançado mais.

Uma vez que a finalidade da guerra é construir um Moçambique novo, e não apenas destruir o regime colonial, todos temos que ter ideias acerca do modo de organizar a futura nação; mas isso ainda está muito longe para podermos discuti-lo formalmente nesta fase. A nossa política quanto às questões imediatas pode apenas dar alguns tópicos para o futuro. A estrutura da FRELIMO pode também ser olhada como precursora dum corpo político nacional. Faz parte da essência desta estrutura, porém, que as ideias venham do povo; que os membros dos Comités Executivo e Central sejam livremente

eleitos e possam portanto mudar. O eleitorado vai crescendo à medida que novas áreas vão sendo libertadas e que novos chefes vão surgindo a todos os níveis. Daqui por dez anos todo o executivo pode ter mudado. Assim, ao discutir o futuro, posso apenas invocar as minhas próprias convicções; não posso predizer o que será decidido por um Comité Central que ainda não existe.

O governo de qualquer país em vias de desenvolvimento tem como finalidade oficial o progresso económico e social assente em largas bases. Creio que uma das condições necessárias para o conseguir é eliminar as forças económico-sociais que favorecem as minorias. Por isto não entendo apenas minorias raciais: estas perderão automaticamente os seus privilégios especiais quando se fundar um Estado africano. Em muitos aspectos existe grande perigo na formação de grupos africanos privilegiados; instruídos dum lado, ignorantes do outro; operários fabris dum lado, do outro camponeses. Paradoxalmente, para evitar a concentração de riqueza e serviços em pequenas áreas do país e nas mãos de poucos, é necessário um forte planeamento central. Isto tornaria possível distribuir professores e médicos por todo o país, bastando simplesmente não dar muitas oportunidades de emprego numa determinada área. Do mesmo modo, o planeamento industrial teria em conta a mão-de-obra e não somente as conveniências de transporte; novas indústrias seriam espalhadas pelo país, onde houvesse populações que nelas trabalhassem, e não situadas nas cidades existentes, cujo desenvolvimento tem muitos anos de avanço sobre o das zonas rurais. Os preços e salários podiam ser regulados por todo o país. Estas medidas poderiam por si próprias equilibrar a distribuição do rendimento. Mas, além disto, seria necessário manter um limite baixo de salários. Isto é especialmente importante no caso do pessoal do governo. Porque, uma vez que as pessoas no Poder gozem de situação económica privilegiada, deixam de partilhar dos problemas por cuja solução são responsáveis.

Para a realização de quaisquer planos sociais, será necessário

rápido desenvolvimento económico. Haverá que desenvolver a agricultura e criar numerosas pequenas indústrias transformadoras de modo a podermos satisfazer as nossas necessidades essenciais e reduzir as importações. Contudo, não creio que estas medidas tenham precedência sobre planos de extracção mineral e criação de indústria pesada. Estas serão lentas ao princípio, pela necessidade de planificação de modo a que os lucros sejam bem distribuídos, e serão certamente dificultadas pela nossa falta de pessoal bem treinado; mas não serão preteridas por teorias sobre a primazia do desenvolvimento agrícola.

Creio que na instrução terá de haver dois programas paralelos. Por um lado, uma campanha vasta, dedicada a adultos assim como a crianças, para dar à população um grau mínimo de educação. Higiene pública, politização, economia e leitura básicas formariam o principal conteúdo deste programa. Por outro lado, será essencial proporcionar cursos de especialização técnica para alguns, a fim de treinar pessoal necessário à execução dos vários projectos de desenvolvimento. É importante considerar, neste aspecto, que os cursos sejam intimamente ligados às necessidades de Moçambique; e, em segundo lugar, que os poucos alunos seleccionados não tenham privilégios especiais além do puro privilégio duma educação superior.

Não será fácil realizar o tipo de progresso descrito; aponte estas ideias apenas como um esboço do plano que pessoalmente vejo na continuação da nossa luta depois da vitória.

Ora, neste momento, a maior parte das nossas energias têm que ser orientadas para ganhar esta guerra. Só uma coisa é certa: é que o relógio não pode andar para trás. As transformações efectuadas no Norte são irreversíveis; e mesmo no Sul, onde ainda não há luta física, o mito da força portuguesa desapareceu. O próprio facto de que em mais de um quinto do território foi eliminado o estado colonial mudou já radicalmente as perspectivas para todo o Moçambique e mesmo, a longo prazo, para toda a África Austral.

COLEÇÃO TERCEIRO MUNDO

1

A Libertação da Guiné
Basil Davidson

2

Lutar por Moçambique
Eduardo Mondlane

3

Mãe Negra
Basil Davidson

A publicar

4

A Crise do Imperialismo
Samir Amin

5

Reforma ou Revolução
Alain Labrousse

6

A África Portuguesa e o Ocidente
William Minter

7

A Igreja e a Política no Brasil
Márcio Moreira Alves

8

A Pilhagem do Terceiro Mundo
Pierre Jalé

9

Para a Revolução Africana
Frantz Fanon

10

Da China
Maria Antonietta Macciocchi

FICHA BIBLIOGRÁFICA SÁ DA COSTA

Se o leitor ficou interessado em obter um conhecimento mais vasto sobre os problemas africanos, com especial relevo para as jovens nações de língua portuguesa e seus povos, leia

na **COLECÇÃO VOZES DO MUNDO**

Sagrada Esperança, Agostinho Neto

Nós os do Makulusu, Luandino Vieira

Terra Morta, Castro Soromenho

Antologia Temática de Poesia Africana, I, Mário de Andrade

Angola Angolé Angolema, Arlindo Barbeitos

A Decisão da Idade, Ruy Duarte de Carvalho

na **COLECÇÃO CADERNOS LIVRES**

A Guerra do Povo na Guiné-Bissau, Mário de Andrade

Sobre a Situação em Cabo Verde, PAIGC

Os Camponeses Africanos e a Revolução, Basil Davidson

Portugal e o Neocolonialismo, Eduardo de Sousa Ferreira

A Luta de Classes em África, Kwame Nkrumah

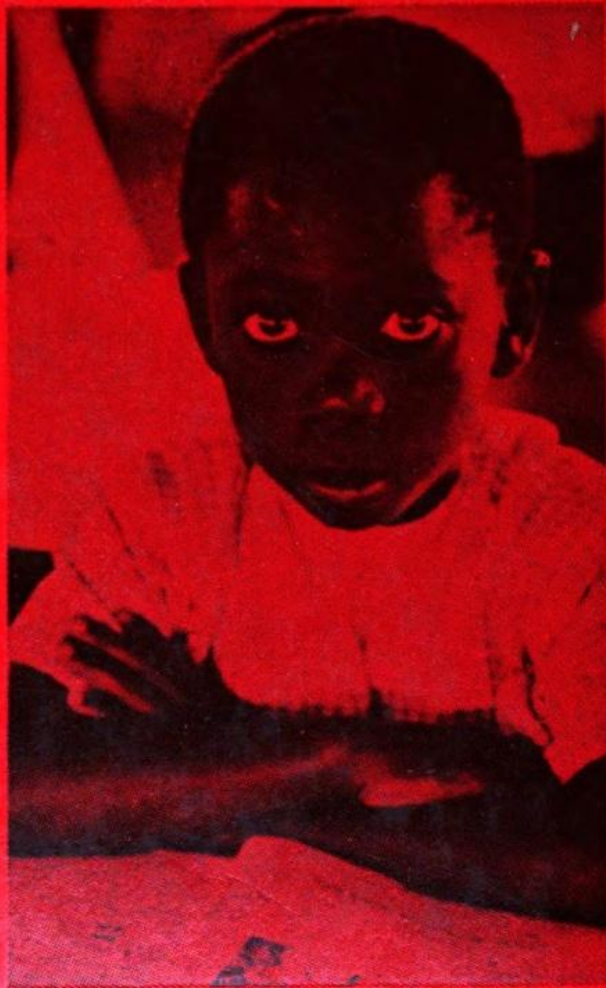
na **COLECÇÃO TERCEIRO MUNDO**

A Libertação da Guiné, Basil Davidson

Mãe Negra, Basil Davidson



TERCEIRO MUNDO



0694